

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA
NÍVEL DOUTORADO**

MARIA HELENA ALBÉ

**A RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM REPORTAGENS DE DIVULGAÇÃO
CIENTÍFICA E SUA MATERIALIZAÇÃO NO QUADRO PRÉ-CITAÇÃO**

SÃO LEOPOLDO

2018

Maria Helena Albé

A Responsabilidade Enunciativa em Reportagens de Divulgação Científica
e sua Materialização no Quadro Pré-citação

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em Linguística
Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em
Linguística Aplicada da Universidade do Vale
do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Eduarda Giering

São Leopoldo

2018

A328r

Albé, Maria Helena

A responsabilidade enunciativa em reportagens de divulgação científica e sua materialização no quadro pré-citação / por Maria Helena Albé. – 2018.

323 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, São Leopoldo, RS, 2018.

“Orientadora: Dra. Maria Eduarda Giering”.

1. Análise textual dos discursos. 2. Responsabilidade enunciativa. 3. Reportagem de divulgação científica. 4. Contrato de comunicação. 5. Postura enunciativa. I. Título.

CDU: 801

MARIA HELENA ALBÉ

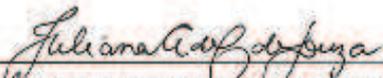
**'A RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM REPORTAGENS DE
DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E SUA MATERIALIZAÇÃO NO QUADRO PRÉ-
CITAÇÃO'**

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor, pelo
Programa de Pós-Graduação em
Linguística Aplicada da Universidade do
Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

APROVADA EM 17 DE ABRIL DE 2018.

BANCA EXAMINADORA

PROFA. DRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES RODRIGUES - UFRN
(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)


PROFA. DRA. JULIANA ALLES DE CAMARGO DE SOUZA - UNISINOS


PROF. DR. CAIO CÉSAR COSTA RIBEIRO MIRA - UNISINOS


PROFA. DRA. MARIA EDUARDA GIERING - UNISINOS

Lucas e Betina, a presença de vocês sempre serviu de estímulo
para que eu respondesse a novos desafios!

AGRADECIMENTOS

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), por tornar possível financeiramente este projeto de qualificação pessoal e profissional.

Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada UNISINOS, por todas as oportunidades de crescimento intelectual.

Professora doutora Adila Beatriz Naud de Moura, coordenadora do curso de Letras, pela amizade incondicional e pelo *empurrãozinho* decisivo para eu assumir este desafio.

Professora doutora Maria Eduarda Giering, por, ao longo dos anos, compartilhar comigo seu conhecimento e estimular o prazer pelo estudo, além de aceitar esta orientação.

Professora doutora Maria das Graças Soares Rodrigues, por me receber afetuosamente em sua Instituição e por determinar muitas das minhas escolhas teóricas.

Professora doutora Juliana Alles de Camargo de Souza, sempre presente e disponível, por aceitar dividir comigo esta nova etapa de vida acadêmica, ler e avaliar meu trabalho, com sua experiência e competência profissional.

Professor doutor Caio Cesar Costa Ribeiro Mira, integrante da banca de qualificação, por contribuir significativamente para a continuidade e aperfeiçoamento deste trabalho.

Grupo de Pesquisa Comunicação da Ciência: Estudos Linguístico-Discursivos (CCELD), pela possibilidade de amadurecimento de muitas das ideias que se encontram neste texto.

Grupo de Pesquisa Análise Textual dos Discursos (ATD) da Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN), por me aceitar e partilhar suas produções acadêmicas.

Professora doutora Alexandra Feldekircher Müller, colega e amiga, pelas conversas formais e informais sobre meu trabalho e pela contribuição metodológica na etapa final de revisão.

Professora doutora Carolina Knack, colega e leitora atenta, por suas expressivas contribuições.

Doutoranda Aline Nardes dos Santos, pela parceria em muitos momentos durante a realização deste trabalho.

Omar e Diva, meus pais, por me proporcionarem os conhecimentos essenciais para prosseguir sempre, com perseverança e determinação.

Rachel, irmã do coração, por dar a *cobertura* para que eu levasse adiante este projeto.

Lucas e Betina, meus filhos, por partilharem comigo, diariamente, preocupações acadêmicas.

[...] Le linguiste du discours est en cela différent du linguiste de la langue: il ne doit accorder qu'une confiance relative aux marques verbales. Il sait qu'il doit traquer le sens au-delà de l'emploi des mots et des constructions phrastiques. Aller voir derrière le masque de l'effacement énonciatif, celui du positionnement discursif. (CHARAUDEAU, 2007, p. 7-8).

RESUMO

Este trabalho, situado no âmbito da Análise Textual dos Discursos (ATD), apresenta resultados de nossa pesquisa, que investiga como se materializa o fenômeno linguístico da Responsabilidade Enunciativa (RE) no quadro pré-citação do artigo principal de reportagens de divulgação científica de configuração composicional dossiê dirigidas a um público leigo, para verificar o que a tendência evidenciada na análise pode revelar com relação à (não) assunção de RE ou à orientação argumentativa de um locutor, considerando seu projeto de fala. Especificamente, objetivamos também (1) identificar estratégias de materialização de RE, linguísticas e tipográficas, mobilizadas nas categorias (i) diferentes tipos de representação da fala e (ii) indicações de quadros mediadores, desdobradas nas subcategorias (a) tipo de voz convocada e designação, (b) tipo de discurso relatado, (c) tipo de verbo introdutor de discurso relatado, e (d) tipo de postura e apagamento enunciativo; (2) descrever e analisar estratégias de materialização de RE nessas subcategorias, a fim de constatar sua possível relevância para a orientação argumentativa dada ao texto; (3) verificar como o gerenciamento de PdV próprios e alheios denuncia (não) assunção de RE; (4) determinar o grau de engajamento ou desengajamento manifesto no artigo principal; (5) cotejar os resultados, para identificar a tendência manifesta na análise do gênero. O trabalho compreende descrição, análise e interpretação de um *corpus* de estudo composto de três reportagens divulgadas na revista *Superinteressante*. Trata-se de estudo bibliográfico e documental, quanti-qualitativo, que elege duas categorias de análise entre as oito propostas por Adam (2011, 2012). Para tensionar a categoria (ii) indicações de quadros mediadores, apoiamos-nos em Guentchéva (1990, 1994, 1996, 2011), que desenvolve a categoria gramatical do mediativo (MED). Também constituem referencial teórico as considerações de Rabatel (2003, 2004, 2005, 2009, 2010, 2013, 2015, 2016) e Rabatel e Chauvin-Vileno (2006) acerca das noções de sincretismo locutor/enunciador, ponto de vista (PDV), *prise en charge énonciative*, imputação, postura e apagamento enunciativo. Esse quadro teórico sugere a necessidade do desdobramento das categorias (i) e (ii) nas subcategorias (a), (b), (c) e (d) mencionadas, as quais potencializam a análise. Assim, para integrar a este estudo classificações mais refinadas às subcategorias, inspiramo-nos em Alrahabi e Desclés (2009), Calsamiglia e Cassany (2001), Calsamiglia e López Ferrero (2003), Desclés (2009, 2016), Desclés e Guentchéva (1997), Maingueneau (2002), Marnette (2004), Thompson e Yiyun (1991) e Petit (2000). Para a abordagem do gênero, buscamos em Charaudeau (2006, 2008a, 2009, 2016) subsídios para o estudo do discurso de midiatização da ciência, como o contrato de comunicação; em Adam e Lugin

(2000, 2006) e Lugrin (2000, 2001), para o estudo da configuração composicional multitexto ou dossiê. Como resultados, observamos que o locutor/enunciador exerce sua influência como sobre-enunciador e estabelece a orientação argumentativa, considerando seu propósito comunicativo. Igualmente, evidenciamos a importância das escolhas estratégicas marcadas no quadro pré-citação como ferramentas produtivas para o estudo do gênero. Destacamos que a combinação teórica realizada pode oferecer uma visão mais abrangente do fenômeno da RE neste gênero, uma instrumentalização aos produtores de discurso de mediação da ciência, bem como uma contribuição aos estudos em Língua Aplicada.

Palavras-chave: Análise Textual dos Discursos. Responsabilidade enunciativa. Reportagem de divulgação científica. Contrato de comunicação. Postura enunciativa.

ABSTRACT

This thesis, situated within the scope of Textual Discourse Analysis (TDA), presents the results of our investigation, which investigates how the linguistic phenomenon of Enunciative Responsibility (ER) is materialized on reported speech segments on the main texts of scientific dissemination news articles, written for the lay public, which are compositionally organized as dossiers, with the purpose of verifying what the observable patterns can disclose with regard to the (non-)assumption of ER or to the argumentative orientation given to texts by the speaker/enunciator, considering their discursive purposes. More specifically, (1) we identified linguistic or typographic strategies of RE materialization that emerged within the following categories: (i) different types of speech representation and (ii) indication of mediating instances, which are subdivided into (a) type of convoked voice and designation, (b) type of reported speech, (c) type of introductory verb of reported speech; and (d) type of posture and enunciative effacement; (2) we describe and analyze strategies of RE materialization in these subcategories, in order to confirm its possible relevance to the respective argumentative orientation; (3) we verify how the organization of individual or third-party PdV reveals the (non-)assumption of RE; (4) we establish the degree of engagement or disengagement expressed in the main texts; (5) we compare the results with the purpose of identifying the tendency revealed through the genre analysis. The research work includes description, analysis and interpretation of a corpus composed of three samples of the dossier discourse genre, published on *Superinteressante* magazine. It is a bibliographical, documentary study, carrying a quantitative and qualitative analysis, based on two from the eight analytical categories proposed by Adam (2011, 2012). In order to observe the category (ii) indication of mediating instances, we base our analysis in Guentchéva (1990, 1994, 1996, 2011), who developed the mediation category (MGC). In addition, as theoretical support, we take into account the considerations of Rabatel (2003, 2004, 2005, 2009, 2010, 2013, 2015, 2016) and Rabatel and Chauvin-Vileno (2006) concerning the notions of syncretism, speaker/enunciator, Point of View (POV), *prise en charge énonciative*, imputation, posture and enunciative effacement. This theoretical framework points to the necessity of unfolding the categories (i) e (ii) into the above-mentioned subcategories (a), (b), (c) and (d), which optimize the analysis. Thus, in order to integrate more refined classifications to these subcategories, we also based our study on the following authors: Alrahabi and Desclés (2009), Calsamiglia and Cassany (2011), Calsamiglia and López Ferrero (2003), Desclés (2009, 2016), Maingueneau (2002), Marnette (2004), Thompson and

Yiyun (1991) and Petit (2000). Concerning the genre, we searched in Charaudeau (2006, 2008a, 2009, 2016) subsidies for the study of science mediatization discourse, such as the communication contract; and from Adam and Lugrin (2000, 2006) and Lugrin (2000, 2001) we sought bases for the study of the multitext's or dossier's compositional configuration. Regarding the main results of this research, we observed that speakers/enunciators exert their influence as super-enunciators and establish the respective argumentative orientation, in view of their discursive purposes. In addition, the thesis reveals the importance of strategic choices marked on reported speech textual segments as productive tools for genre studies. We highlight that the theoretical combination chosen in this research is able to offer a more comprehensive vision concerning the ER phenomenon in this genre, an instrument of analysis to scientific mediatization discourse producers, as well as a contribution to studies in Applied Linguistics.

Keywords: Textual Discourse Analysis. Enunciative responsibility. Scientific dissemination news article. Communication contract. Posture enunciative.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema do modelo teórico proposto por Adam para a ATD.....	28
Figura 2 - As três dimensões da proposição-enunciado	29
Figura 3 - Hierarquização das posturas enunciativas	49
Figura 4 - Esquema dos diferentes modos de representação de vozes sociais no discurso.....	54
Figura 5 - Esquema das formas frequentes de representação de vozes da ciência.....	55
Figura 6 - Escala do grau de força do engajamento	71
Figura 7 - Níveis de elementos de estruturação da informação no jornal	90
Figura 8 - Exemplo de hiperestrutura simples.....	94
Figura 9 - Exemplo de hiperestrutura de dupla página	96
Figura 10 - Exemplo de multitexto ou dossiê.....	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias de análise e respectivas marcas linguísticas.....	30
Quadro 2 - Representação de voz da ciência.....	57
Quadro 3 - Representação de voz não científica	57
Quadro 4 - Classificação dos verbos introdutores do discurso relatado.....	66
Quadro 5 - Aporte teórico para o estudo da materialização de RE no nosso <i>corpus</i> de estudo ...	107
Quadro 6 - Relação das reportagens matéria de capa publicadas em 2014.....	111
Quadro 7 - Reportagens que constituem o nosso <i>corpus</i> de estudo	113
Quadro 8 - Etapas de investigação do nosso <i>corpus</i> de estudo	117
Quadro 9 - Representação de voz não científica	122
Quadro 10 - Representação de voz não científica na R1	123
Quadro 11 - A subcategoria (a) em representação de voz não científica na R1	124
Quadro 12 - Representação de voz da ciência na R1	124
Quadro 13 - A subcategoria (a) em representação de voz da ciência na R1	128
Quadro 14 - As subcategorias (a) e (b) em representação de voz não científica na R1	137
Quadro 15 - As subcategorias (a) e (b) em representação de voz da ciência na R1	137
Quadro 16 - Verbo introdutor de DRI em representação de voz não científica na R1	139
Quadro 17 - Verbo introdutor de DRD em representação de voz da ciência na R1	140
Quadro 18 - Verbo introdutor de DRI em representação de voz da ciência na R1	140
Quadro 19 - Marcas que evidenciam DRM em representação de voz da ciência na R1	141
Quadro 20 - Potencial do verbo introdutor em representação de voz não científica na R1 ..	144
Quadro 21 - Potencial do verbo introdutor em representação de voz da ciência na R1	144
Quadro 22 -As subcategorias (a), (b) e (c) em representação de voz não científica na R1....	145
Quadro 23 -As subcategorias (a), (b) e (c) em representação de voz da ciência na R1	146
Quadro 24 - Evidências da postura do L1/E1 como sobre-enunciador na R1.....	156
Quadro 25 - Representação de voz não científica na R2.....	158
Quadro 26 - Representação de voz da ciência na R2	160
Quadro 27 - A subcategoria (a) em representação de voz não científica na R2.....	164
Quadro 28 -A subcategoria (a) em representação de voz da ciência na R2	164
Quadro 29 - As subcategorias (a) e (b) em representação de voz não científica na R2	166
Quadro 30 - As subcategorias (a) e (b) em representação de voz da ciência	167
Quadro 31 - Verbo introdutor de DRI em representação de voz não científica na R2.....	176
Quadro 32 - Verbo introdutor de ilha textual em representação de voz não científica na R2	176

Quadro 33 - Verbo introdutor de DRD em representação de voz da ciência na R2.....	176
Quadro 34 - Verbo introdutor de DRI em representação de voz da ciência na R2	176
Quadro 35 - Marcas que evidenciam DRM em representação de voz da ciência na R2.....	177
Quadro 36 - Potencial do verbo introdutor em representação de voz não científica na R2 ...	180
Quadro 37 - Potencial do verbo introdutor em representação de voz da ciência na R2.....	180
Quadro 38 - As subcategorias (a), (b) e (c) em representação de voz não científica na R2...	181
Quadro 39 - As subcategorias (a), (b) e (c) em representação de voz da ciência na R2	182
Quadro 40 - Evidências da postura do L1/E1 como sobre-enunciador na R2.....	192
Quadro 41 - Representação de voz não científica na R3	194
Quadro 42 - A subcategoria (a) em representação de voz não científica na R3.....	199
Quadro 43 - Representação de voz da ciência na R3	199
Quadro 44 - A subcategoria (a) em representação de voz da ciência na R3	204
Quadro 45 - As subcategorias (a) e (b) em representação de voz não científica na R3	216
Quadro 46 - As subcategorias (a) e (b) em representação de voz da ciência na R3.....	217
Quadro 47 - Verbo introdutor em DRD em voz não científica na R3.....	219
Quadro 48 - Verbo introdutor em DRI em voz não científica na R3	219
Quadro 49 - Verbo introdutor em DRD em voz da ciência na R3	220
Quadro 50 - Verbo introdutor em DRI em voz da ciência na R3.....	220
Quadro 51 - Marcas que evidenciam DRM em voz da ciência na R3.....	221
Quadro 52 - Potencial do verbo introdutor em voz não científica na R3	224
Quadro 53 - Potencial do verbo introdutor em voz da ciência na R3.....	225
Quadro 54 - As subcategoria (a), (b) e (c) em representação de voz não científica na R3 ...	227
Quadro 55 - As subcategorias (a), (b) e (c) em representação de voz da ciência na R3	228
Quadro 56 - Evidências da postura do L1/E1 como sobre-enunciador na R3.....	238
Quadro 57 - O <i>corpus</i> de estudo: elementos da situação de comunicação.....	240
Quadro 58 - A subcategoria (a) em representação de voz não científica: cotejo entre R1, R2 e R3	242
Quadro 59 - A subcategoria (a) em representação de voz da ciência: cotejo entre R1, R2 e R3	243
Quadro 60 - A subcategoria (b) em representação de voz não científica: cotejo entre R1, R2 e R3	247
Quadro 61 - A subcategoria (b) em representação de voz da ciência: cotejo entre R1, R2 e R3	247
Quadro 62 - A relação entre o tipo de discurso e o tipo de assunção de RE no nosso <i>corpus</i> de estudo.....	250
Quadro 63 - O potencial dos verbos introdutores em representação de voz não científica: cotejo entre R1, R2 e R3.....	251

Quadro 64 - O potencial dos verbos introdutores em representação de voz da ciência: cotejo entre R1, R2 e R3	252
Quadro 65 - Operações enunciativas e grau de engajamento: cotejo entre R1, R2 e R3	254
Quadro 66 - Evidências de postura de L1/E1 como sobre-enunciador: cotejo entre R1, R2 e R3..	255

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABP	Associação Brasileira de Psiquiatria
AD	Análise do Discurso
ATD	Análise Textual dos Discursos
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CCELD	Comunicação da Ciência: Estudos Linguístico-Discursivos
DI	Discurso Indireto
DRD	Discurso Relatado Direto
DRI	Discurso Relatado Indireto
DRM	Discurso Relatado Mediatizado
D1	Discurso Citante
D2	Discurso Citado
CDC	Centro para Controle e Prevenção de Doenças
E0	Excerto
E1	Enunciador primeiro
e2	Enunciador segundo
IDRC	Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento
HTML	Hypertext Markup Language
L1	Locutor primeiro
l2	Locutor segundo
LT	Linguística Textual
MED	Mediativo; quadro mediador
PdV	Ponto de Vista – sigla adotada por Jean-Michel Adam
PDV	Ponto de Vista – sigla adotada por Alain Rabatel
PEC	<i>Prise en Charge Énonciative</i>
PPGLA	Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada
Quasi-PEC	Quase Responsabilidade Enunciativa, imputação
R1	Reportagem <i>Medo: como vencer os seus</i>
R2	Reportagem <i>A verdade sobre o glúten</i>
R3	Reportagem <i>Maconha: remédio proibido</i>
RE	Responsabilidade Enunciativa

UFRN Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNISINOS Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA UM ESTUDO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA	26
2.1 JEAN-MICHEL ADAM E A RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA OU PONTO DE VISTA	27
2.2 ZLATKA GUENTCHÉVA E A MANIFESTAÇÃO DA CATEGORIA DO MEDIATIVO	31
2.2.1 A Noção de Evidencialidade	32
2.2.2 A Noção de Mediatividade	36
2.2.2.1 Fatos Relatados	41
2.2.2.2 Fatos Inferidos	42
2.2.2.3 Fatos de Surpresa	43
2.3 ALAIN RABATEL E AS VARIEDADES DE <i>PRISE EN CHARGE</i> , AS POSTURAS E O APAGAMENTO ENUNCIATIVO	44
2.3.1 O Apagamento Enunciativo e as Posturas	48
2.4 OUTRAS VOZES SOBRE A MATERIALIZAÇÃO DE RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA	51
2.4.1 O Tipo de Voz Convocada e Designação	52
2.4.2 O Tipo de Discurso Relatado	59
2.4.3 O Tipo de Verbo Introdutor de Discurso Relatado	62
2.4.3.1 Verbos Introdutores e seu Potencial Denotativo e Avaliativo	62
2.4.3.2 Verbos Introdutores e Operações Enunciativas	66
2.4.4 O Tipo de Postura e o Apagamento Enunciativo	74
2.5 PATRICK CHARAUDEAU E O DISCURSO DE MEDIATEZADAÇÃO DA CIÊNCIA	78
2.5.1 A Noção de Contrato de Comunicação para Diferentes Tipos de Discurso	79
2.5.1.1 O Discurso de Mediatização da Ciência e suas Características	83
2.6 JEAN-MICHEL ADAM, GILES LUGRIN E AS NOÇÕES DE PLANO DE TEXTO, HIPERESTRUTURA E MULTITEXTO	87
2.6.1 A Organização Composicional da Reportagem Midiática	89
2.6.1.1 A Hiperestrutura	91
2.6.1.2 O Multitexto ou Dossiê	100
2.6.2 Os Gêneros que Podem Compor uma Organização Composicional	102
2.6.3 As Funções dos Conjuntos Editoriais Hiperestrutura e Dossiê	104

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: O <i>CORPUS</i> DE ESTUDO	109
3.1 O <i>CORPUS</i> DE ESTUDO: CRITÉRIOS, SELEÇÃO E DESCRIÇÃO	109
3.2 A COLETA DOS DADOS E AS ETAPAS DE ANÁLISE.....	115
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	120
4.1 A REPORTAGEM <i>MEDO: COMO VENCER OS SEUS</i>	122
4.1.1 Tipo de Voz Convocada e Designação: subcategoria (a)	122
4.1.1.1 Representação de Voz Não Científica	123
4.1.1.1.1 <i>Representação de Texto</i>	123
4.1.1.2 Representação de Voz da Ciência	124
4.1.1.2.1 <i>Representação Individual, Determinada</i>	125
4.1.1.2.2 <i>Representação de Texto</i>	127
4.1.2 Tipo de Discurso Relatado: subcategoria (b)	130
4.1.3 Tipo de Verbo Introdutor de Discurso Relatado: subcategoria (c)	139
4.1.4 Tipo de Postura e Apagamento Enunciativo: subcategoria (d).....	150
4.2 A REPORTAGEM <i>A VERDADE SOBRE O GLÚTEN</i>	157
4.2.1 Tipo de Voz Convocada e Designação: subcategoria (a)	157
4.2.2.1 Representação de Voz Não Científica	158
4.2.2.1.1 <i>Representação de Coletivo Social, Indeterminada</i>	159
4.2.2.1.2 <i>Representação de Indivíduo, Determinada, de Cidadania</i>	159
4.2.2.1.3 <i>Representação de Texto</i>	160
4.2.2.2 Representação de Voz da Ciência	160
4.2.2.2.1 <i>Representação Coletiva, Indeterminada</i>	162
4.2.2.2.2 <i>Representação Coletiva, Determinada</i>	162
4.2.2.2.3 <i>Representação Individual, Determinada</i>	163
4.2.2.2.4 <i>Representação de Texto</i>	163
4.2.2 Tipo de Discurso Relatado: Subcategoria (b)	166
4.2.3 Tipo de Verbo Introdutor de Discurso Relatado: subcategoria (c)	175
4.2.4 Tipo de Postura e Apagamento Enunciativo: subcategoria (d).....	187
4.3 A REPORTAGEM <i>MACONHA: REMÉDIO PROIBIDO</i>	193
4.3.1 Tipo de Voz Convocada e Designação: subcategoria (a)	193
4.3.3.1 Representação de Voz Não Científica	193
4.3.3.1.1 <i>Representação de Coletivo Social, Indeterminada</i>	195
4.3.3.1.2 <i>Representação de Coletivo Social, Determinada, de Governo</i>	195
4.3.3.1.3 <i>Representação de Coletivo Social, Determinada, de Comunicação Social</i>	196

4.3.3.1.4 <i>Representação de Indivíduo, Determinada, de Cidadania</i>	196
4.3.3.1.5 <i>Representação de Indivíduo, Determinada, de Governo</i>	197
4.3.3.1.6 <i>Representação de Indivíduo, Determinada, de Comunicação Social</i>	198
4.3.3.2 <i>Representação de Voz da Ciência</i>	199
4.3.3.2.1 <i>Representação Coletiva, Indeterminada</i>	201
4.3.3.2.2 <i>Representação Coletiva, Determinada</i>	201
4.3.3.2.3 <i>Representação Individual, Determinada</i>	201
4.3.3.2.4 <i>Representação de Texto</i>	203
4.3.2 Tipo de Discurso Relatado: subcategoria (b)	206
4.3.3 Tipo de Verbo Introdutor de Discurso Relatado: subcategoria (c)	218
4.3.4 Tipo de Postura e Apagamento Enunciativo: subcategoria (d)	234
4.4 AS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS	239
4.4.1 A Subcategoria (a) Tipo de Voz Convocada e Designação em R1, R2 e R3	241
4.4.2 A Subcategoria (b) Tipo de Discurso Relatado em R1, R2 e R3	245
4.4.3 A Subcategoria (c) Tipo de Verbo Introdutor de Discurso Relatado	250
4.4.4 A Subcategoria (d) Tipo de Postura e Apagamento Enunciativo	255
5 CONCLUSÃO	257
REFERÊNCIAS	263
APÊNDICE A - ARTIGO PRINCIPAL DA R1 MEDO: COMO VENCER OS SEUS ..	269
APÊNDICE B - ARTIGO PRINCIPAL DA R2 A VERDADE SOBRE O GLÚTEN	276
APÊNDICE C - ARTIGO PRINCIPAL DA R3 MACONHA: REMÉDIO PROIBIDO ..	282
APÊNDICE D - TERMOS CONSTANTES DO ESQUEMA DE REPRESENTAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS	290
APÊNDICE E - CATEGORIAS DE REPRESENTAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS, CARACTERÍSTICAS E EXEMPLOS	292
ANEXO A - REPORTAGEM MEDO: COMO VENCER OS SEUS	295
ANEXO B - REPORTAGEM A VERDADE SOBRE O GLÚTEN	304
ANEXO C - REPORTAGEM MACONHA: REMÉDIO PROIBIDO	314

1 INTRODUÇÃO

O estudo do fenômeno da Responsabilidade Enunciativa (RE), bem como de seus modos de constituição têm sido recorrentes em debates, seja em eventos, seja em publicações acadêmicas. As diferentes pesquisas empreendidas no país ressaltam o interesse que o tema vem despertando, além de sua aplicabilidade a questões relacionadas com leitura e produção de gêneros discursivos de domínios diversos, especialmente nos domínios jurídico, acadêmico, político, escolar e jornalístico.

A escolha do tema da RE para esta investigação decorreu, inicialmente, de uma leitura atenta de Adam (2011) em disciplina ministrada pela Prof^a. Dra. Maria Eduarda Giering no curso de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; posteriormente, a leitura de artigos acadêmicos e de trabalhos escritos por mestres e doutores do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN determinou a opção pela RE, de efetiva relevância, inclusive, para o discurso de divulgação científica.

Ademais, acreditamos que este se mostra um tema de importância no escopo da Linguística Aplicada, justamente por relacionar-se com questões cujas implicações impactam, principalmente, na prática docente e na prática de produção de discursos de midiatização da ciência.

Além dos motivos apontados, nosso trabalho docente de acompanhar acadêmicos em atuação em escolas da educação básica nos impulsionou a concretizar esta investigação, acreditando que ela poderá, com as reflexões aqui feitas e com os resultados alcançados, produzir eco em espaços de ensino. A oportunidade de contato com e de experimentação de novas formas de apropriação do conhecimento científico, em uma perspectiva crítica e cidadã, é um desafio para aqueles que desejam promover o letramento científico como prática social. (SANTOS, 2007). Isso porque entendemos o letramento como forma de conceber o ensino na atualidade, pois buscamos não somente a leitura de informações científicas, mas também a interpretação do seu papel social. “Um letramento que possa conferir capacidade cognitiva ao estudante de fazer uso social do conhecimento científico”. (SANTOS, 2007, p. 479).

Ainda na direção de pensar a RE (e suas implicações cotidianas), cabe referir o quanto ela é um fenômeno linguístico ainda pouco investigado em textos midiáticos impressos, especialmente naqueles que apresentam configuração composicional denominada multitexto ou dossiê, conforme Adam e Lugin (2002, 2006) e Lugin (2000, 2001). No caso de textos midiáticos, nosso interesse principal pelo tema está, igualmente, na possibilidade de contribuir

com o desenvolvimento de estudos na esfera da divulgação científica para leitores leigos, tanto em leitura como em produção escrita, reconhecendo as estratégias empregadas pelo locutor para a materialização da RE, fenômeno relevante no processo de circulação dos discursos.

Dado nosso interesse em contribuir com essas discussões, investigamos, neste estudo, a materialização do fenômeno linguístico da RE ou Ponto de Vista (PdV). Tal fenômeno é estudado no quadro pré-citação do artigo principal de três reportagens que foram matéria de capa da revista *Superinteressante* no ano de 2014, correspondentes aos meses de abril, julho e outubro, constituindo, assim, o nosso *corpus* de estudo. A opção por restringir a pesquisa ao quadro pré-citação, aquele em que o locutor cria um novo contexto para a introdução do discurso relatado, resulta do fato de que, mesmo presente nos mais diversos gêneros discursivos, o discurso relatado não é ainda suficientemente abordado no gênero a que nos propomos estudar.

Nesse escopo, esta pesquisa ancora-se nos estudos da Análise Textual dos Discursos (ATD), elaborada pelo linguista francês Jean-Michel Adam (2011, 2012), a qual se desenha como uma abordagem teórica e descritiva do campo da Linguística Textual, objetivando conceber o texto e o discurso em novas categorias. O modelo teórico proposto por tal estudioso oferece elementos para o entendimento do texto como uma prática discursiva que pode ser examinada à luz de determinados planos ou níveis de análise, dentre eles o da RE, foco desta tese. Nesse contexto de investigação, Adam (2011, 2012) constitui-se como ponto de partida desta pesquisa com as 8 (oito) grandes categorias de análise do texto propostas por ele: (1) os índices de pessoas; (2) os dêiticos espaciais ou temporais; (3) os tempos verbais; (4) as modalidades; (5) os diferentes tipos de representação da fala; (6) as indicações de quadros mediadores; (7) os fenômenos de modalização autonímica; e (8) indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados.

Para o quadro de investigação do gênero, considerando a sua complexidade constitucional e analítica, tomamos, dessas 8 (oito) grandes categorias de análise enumeradas por Adam (2011) para o estudo da RE, as seguintes: (i) os diferentes tipos de representação da fala e (ii) as indicação de quadros mediadores. Para tratar especialmente da categoria (6) as indicações de quadros mediadores, uma das suas grandes categorias de expressiva importância para a análise da RE e a qual levamos em conta para apoiar a análise dos textos que constituem o nosso *corpus* de estudo, Adam (2011) vale-se dos trabalhos de Guentchéva (1990, 1994, 1996). Acrescentando à leitura de Guentchéva (1990, 1994, 1996, 2011) a leitura de Desclés (2009, 2016) e de Desclés e Guentchéva (1997), aprofundamos a compreensão

dessa categoria e evidenciamos seu valor como recurso estratégico de não assunção de responsabilidade dos enunciados proferidos, aspecto tão valioso na seara da RE.

Objetivando ainda complementar o que postula Adam sobre o tema da RE ou PdV¹, buscamos uma aproximação com os trabalhos profícuos do linguista Rabatel (2003, 2004, 2005, 2009, 2010, 2013, 2015, 2016) e de Rabatel e Chauvin-Vileno (2006), que avançam na discussão da RE em reflexões que empreendem sobre noções como *prise en charge* (PEC)², *quasi-PEC* ou imputação, posturas e apagamento enunciativo, dentre outras. Salientamos também os estudos realizados por pesquisadores brasileiros, como Passeggi et al. (2010) e Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010), que muito nos auxiliaram na compreensão do tema da RE e de suas potencialidades na análise de textos concretos.

Para aprofundar a análise do nosso *corpus* de estudo, orientam ainda a investigação que empreendemos os pesquisadores Alrahabi e Desclés (2009), Calsamiglia e Cassany (2001), Calsamiglia e López Ferrero (2003), Desclés (2009, 2016), Desclés e Guentchéva (1997), Maingueneau (2002), Marnette (2004), Petit (2000), Thompson e Yiyun (1991) e van Leeuwen (1996). Esses pesquisadores fornecem material imprescindível para o exame do fenômeno da RE em textos que divulgam ciência a um público leigo, exame este que contribui com o desdobramento das categorias eleitas por nós nas subcategorias (a) tipo de voz convocada e designação; (b) tipo de discurso relatado; (c) tipo de verbo introdutor de discurso relatado; e (d) tipo de postura e apagamento enunciativo, analisadas no quadro pré-citação do artigo principal das reportagens.

Outro aspecto fundamental para a investigação do tema desta pesquisa é o gênero e suas peculiaridades. Para tal tópico, baseamo-nos, inicialmente, em Charaudeau (2006, 2008a, 2009, 2016), pois, em seus textos, encontramos suporte para olhar as reportagens do nosso *corpus* de estudo na perspectiva do discurso de divulgação científica ou de mediação da ciência. O discurso de divulgação científica, como refere Charaudeau (2006, 2008a, 2009, 2016), depende das condições da situação de comunicação na qual se insere, ou seja, sua construção depende dos processos de encenação midiática.

Também nos aproximamos de Adam e Lugrin (2002, 2006) e de Lugrin (2000, 2001), cujas pesquisas nessa direção contribuem para mostrar a emergência e a importância de configurações composicionais, tais como a hiperestrutura e o multitexto ou dossiê. Focalizamos, portanto, nesta investigação, como exemplo de dossiê, a reportagem midiática

¹ Adam (2011, 2012) adota a sigla PdV para a expressão ponto de vista.

² Neste trabalho, utilizamos as expressões em francês, em conformidade com Rabatel. O sentido com que são empregadas é apresentado no capítulo 2, seção 2.3.

impressa que comunica ciência para leitores leigos e a relevância de sua estruturação como um conjunto editorial que excede a dupla página.

Diante da temática investigativa desta tese e do quadro teórico desenhado acerca do tema, nossa pergunta de pesquisa é a seguinte: *como as estratégias de (não) assunção de responsabilidade enunciativa, mobilizadas pelo locutor, atuam no quadro pré-citação do artigo principal de reportagens que divulgam ciência a um público leigo, com configuração composicional dossiê, objetivando construir os sentidos pretendidos?*

A partir dessa pergunta central e do desdobramento das duas categorias – (i) os diferentes tipos de representação da fala e (ii) as indicação de quadros mediadores – nas subcategorias – (a) tipo de voz convocada e designação; (b) tipo de discurso relatado; (c) tipo de verbo introdutor de discurso relatado; e (d) tipo de postura e apagamento enunciativo –, são formulados os seguintes questionamentos, a fim de melhor trilharmos esse percurso de investigação:

- a) as marcas deixadas pelo L1/E1 no quadro pré-citação, considerando o papel das escolhas que faz (a seleção das vozes convocadas, a forma de designá-las no discurso, o tipo de discurso relatado, o verbo introdutor escolhido, a postura que assume, o grau de engajamento na verdade do enunciado), isentam-no de responsabilidade pelo conteúdo do que é dito ou o colocam em posição de sobre-enunciador?
- b) os fatores gênero, tema, autoria³, estilo⁴, veículo, bem como todas as restrições da situação de comunicação são determinantes das escolhas do L1/E1 e da postura assumida, tendo em vista o fim discursivo?
- c) as escolhas realizadas pelo L1/E1 no quadro pré-citação do artigo principal contribuem para orientar argumentativamente o discurso na direção desejada, tendo em vista seu projeto de fala?

Assim, para o desenvolvimento deste estudo, estabelecemos a seguinte hipótese de pesquisa: *as estratégias de materialização da responsabilidade enunciativa mobilizadas no quadro pré-citação do artigo principal de reportagens com organização*

³ *Autoria*, nesta pesquisa, está relacionada à figura do Eu-comunicante (EUc), ou seja, o sujeito produtor da fala, “[...] um sujeito agente que se institui como locutor e articulador da fala [...]. Ele é o iniciador do processo de produção, processo construído em função das *Circunstâncias de Discurso* que o ligam ao Tu e que constituem sua intencionalidade”. (CHARAUDEAU, 2008b, p. 48, grifo do autor). Para Adam (2011), a pessoa que fala, a pessoa física responsável pela enunciação é o locutor.

⁴ O *estilo* envolve as opções estratégicas do Eu-comunicante, aquelas que lhe permitem realizar seu projeto de fala pessoal e são subordinadas a determinado contrato de comunicação, prescrito por um gênero. (CHARAUDEAU, 2006).

composicional dossiê, dirigidas a um público leigo, principalmente nas categorias (i) os diferentes tipos de representação da fala e (ii) as indicações de quadros mediadores, revelam assunção de responsabilidade do conteúdo proposicional dos enunciados pelo LI/EI, que se constrói como sobre-enunciador.

Definidos o tema desta investigação e a hipótese que a orienta, buscamos delimitar, a seguir, os objetivos geral e específicos da presente pesquisa.

- Objetivo geral:

investigar como se materializa o fenômeno linguístico da Responsabilidade Enunciativa (RE) no quadro pré-citação do artigo principal de reportagens de divulgação científica de configuração composicional dossiê dirigidas a um público leigo, para verificar o que a tendência evidenciada na análise pode revelar com relação à (não) assunção de RE ou à orientação argumentativa de um locutor, considerando seu projeto de fala.

- Objetivos específicos:

- a) identificar as estratégias de materialização de RE, linguísticas e tipográficas, mobilizadas nas categorias (i) os diferentes tipos de representação da fala e (ii) as indicações de quadros mediadores, desdobradas nas subcategorias (a) tipo de voz convocada e designação, (b) tipo de discurso relatado, (c) tipo de verbo introdutor de discurso relatado, e (d) tipo de postura e apagamento enunciativo;
- b) descrever e analisar as estratégias de materialização de RE nas subcategorias escolhidas, a fim de constatar sua possível relevância para a orientação argumentativa dada ao texto;
- c) verificar como o gerenciamento de PdV próprios e alheios denuncia (não) assunção de RE;
- d) determinar o grau de engajamento ou desengajamento manifesto no artigo principal;
- e) cotejar os resultados encontrados, para identificar a tendência manifesta na análise do gênero.

De caráter exploratório, em que a coleta dos dados envolve levantamento bibliográfico e documental, com análise quanti-qualitativa, nosso estudo organiza-se em quatro capítulos, além desta Introdução. No segundo capítulo, focalizamos o referencial

teórico que trata do tema da RE ou PdV e elegemos duas categorias de análise dentre as propostas por Adam (2011). Acrescentam-se a essas categorias as reflexões teóricas de Guentchéva (1990, 1994, 1996, 2011), de Rabatel (2003, 2004, 2005, 2009, 2010, 2013, 2015, 2016) e de Rabatel e Chauvin-Vileno (2006). Também discorreremos sobre a noção de contrato de comunicação e sobre as restrições próprias ao discurso de mediação da ciência, em conformidade com Charaudeau (2006, 2008a, 2009, 2016), bem como sobre a noção de plano de texto (ADAM, 2011) e sobre a construção composicional do gênero reportagem que comunica ciência para um público leigo. Adam e Lugrin (2002, 2006) e Lugrin (2000, 2001), por terem tratado amplamente dessa atual forma de organização e contribuído fortemente com os estudos de textos de divulgação científica, são também abordados nesse capítulo. Ainda no segundo capítulo, desdobramos as categorias de análise que definimos para esta investigação com base em Adam (2011) – (i) os diferentes tipos de representação da fala e (ii) as indicações de quadros mediadores – em subcategorias. São elas: (a) tipo de voz convocada e designação; (b) tipo de discurso relatado; (c) tipo de verbo introdutor de discurso relatado; e (d) tipo de postura e apagamento enunciativo. Para orientar essa etapa do trabalho, trazemos outros teóricos cujos estudos nos auxiliam a ampliar e a aprofundar o exame dessas subcategorias.

No terceiro capítulo, descrevemos e justificamos a metodologia adotada, com a apresentação do nosso *corpus* de estudo – o artigo principal das reportagens *Medo: como vencer os seus*, *A verdade sobre o glúten* e *Maconha: remédio proibido*, publicadas como matéria de capa no ano de 2014, na revista *Superinteressante* –, no que se relaciona a sua seleção e descrição à luz de Charaudeau (2011). Destacamos que, para justificar a metodologia empregada, apoiamos-nos, sobremaneira, nos argumentos apresentados por Charaudeau (2011), ao discorrer sobre a constituição de um *corpus* de estudo em análise do discurso. Também mencionamos e explicitamos, nesse capítulo, a metodologia para a coleta dos dados do nosso *corpus* de estudo.

No quarto capítulo, procedemos ao levantamento quanti-qualitativo dos dados no quadro pré-citação do artigo principal das três reportagens que formam o nosso *corpus* de estudo, seguido de sua análise e interpretação com o cruzamento dos resultados. Para isso, retomamos os teóricos arrolados no segundo capítulo, com o intuito de alcançar os objetivos mencionados anteriormente.

Finalizamos com o quinto capítulo, em que apresentamos as conclusões decorrentes dos resultados alcançados, bem como algumas considerações acerca de

possíveis contribuições oferecidas ao conjunto de investigações sobre RE no âmbito da ATD e ao campo de estudos em Linguística Aplicada.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA UM ESTUDO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA

O objetivo deste capítulo teórico é apresentar as contribuições fundamentais para a elaboração da pesquisa que objetivamos desenvolver. Nele, tecemos algumas considerações sobre o fenômeno da RE, ou PdV, partindo das reflexões oferecidas por Adam (2011, 2012). Além disso, propomo-nos a expor o modo como Guentchéva (1990, 1994, 1996, 2011) trata o quadro mediador, ou mediativo, bem como diferencia essa categoria da categoria da evidencialidade. Para finalizar, buscamos no linguista Rabatel (2009, 2013, 2015, 2016), bem como em Rabatel e Chauvin-Vileno (2006) princípios para ampliar nossa compreensão sobre o tema da RE; em Rabatel (2004, 2010, 2013), especificamente, encontramos elementos para abordar a questão das posturas e do apagamento enunciativo.

Também trazemos a este capítulo as contribuições de outros teóricos que nos auxiliam a aprofundar a análise dos textos do *corpus* sob o viés da RE. As categorias de análise (ADAM, 2011) pelas quais optamos – (i) os diferentes tipos de representação da fala e (ii) as indicações de quadros mediadores – são desdobradas nas seguintes subcategorias: (a) tipo de voz convocada e designação, com o apoio de Calsamiglia e Cassany (2001), Calsamiglia e López Ferrero (2003), Petit (2000) e van Leeuwen (1996); (b) tipo de discurso relatado, assumindo a contribuição de Maingueneau (2002) e de Calsamiglia e López Ferrero (2003); (c) tipo de verbo introdutor do discurso relatado, trazendo o trabalho desenvolvido por Thompson e Yiyun (1991), bem como o resultado de investigação empreendida por Alrahabi e Desclés (2009), Desclés (2009, 2016) e Desclés e Guentchéva (1997); e (d) tipo de postura e apagamento enunciativo, evocando Marnette (2004), que realizou estudo sobre apagamento enunciativo em textos da imprensa, baseada em Rabatel (2004).

Finalizamos o capítulo com os estudos de Charaudeau (2006, 2008a, 2009, 2016) sobre o discurso de mediação da ciência, com a explicitação do contrato de comunicação em geral e, em particular, do discurso de mediação da ciência, uma vez que nosso objeto de estudo são reportagens que comunicam ciência. De Adam (2001, 2011), valemo-nos igualmente da noção de plano de texto. Adam e Lugrin (2002, 2006), bem como Lugrin (2000, 2001), ao estudarem a organização composicional de textos midiáticos, explicitam noções como hiperestrutura e multitexto, necessárias ao estudo a que nos propomos aqui.

Iniciamos o capítulo que segue, expondo algumas reflexões de Adam (2011, 2012) sobre o fenômeno da RE ou PdV no âmbito da ATD.

2.1 JEAN-MICHEL ADAM E A RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA OU PONTO DE VISTA

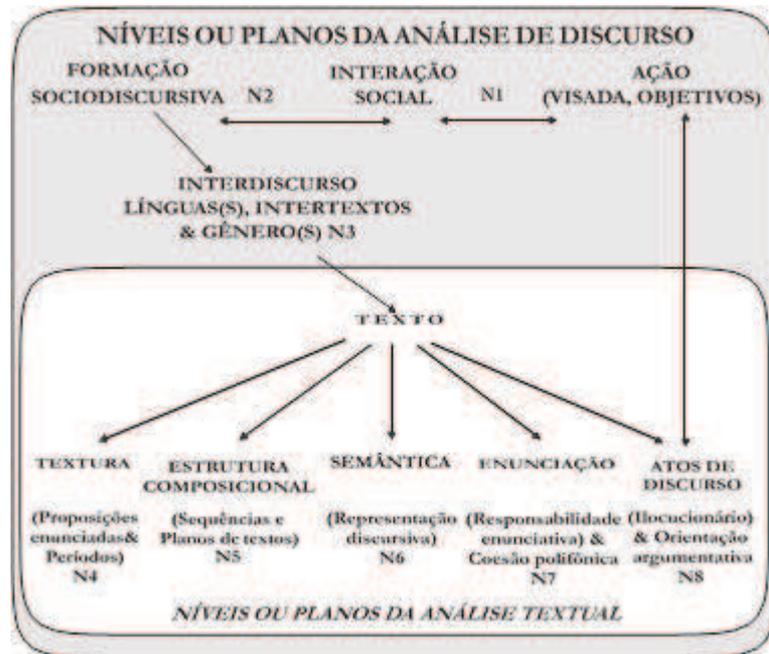
Este trabalho alinha-se com os estudos da Análise Textual dos Discursos (ATD), elaborada pelo linguista francês Adam (2011, 2012). A ATD constitui-se em uma abordagem teórica e descritiva do campo da Linguística Textual, objetivando conceber o texto e o discurso em novas categorias. Para tanto, Adam propõe uma articulação envolvendo dois campos do saber: a Linguística Textual (LT) e a Análise do Discurso (AD), que é gerada a partir da LT e da Linguística da Enunciação, por meio de um ponto central, os gêneros do discurso. A articulação entre esses dois campos de conhecimento implica abordar a LT como subdomínio da AD, uma vez que esta é mais ampla e externa ao texto, enquanto aquela aborda elementos internos constituintes do texto.

A ATD postula, “[...] ao mesmo tempo, uma separação e uma complementaridade das tarefas e dos objetos da linguística textual e da análise do discurso, [e define] a linguística textual como um subdomínio do campo mais vasto da análise das práticas discursivas”. (ADAM, 2011, p. 43). Assim, a LT tem como papel, na análise de discurso,

[...] teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados elementares no âmbito da unidade de grande complexidade que constitui um texto. [...]. A Linguística do texto concerne tanto à descrição e à definição das diferentes unidades como às operações, em todos os níveis de complexidade, que são realizadas sobre os enunciados. (ADAM, 2011, p. 63).

O modelo teórico proposto por Adam (2011, 2012) oferece elementos para o entendimento do texto como uma prática discursiva que pode ser examinada à luz de determinados planos ou níveis de análise. Assim, o linguista (2011, 2012) concebe para a ATD oito níveis (N) ou planos de análise textual/discursiva, que podem ser visualizados no esquema que segue.

Figura 1 - Esquema do modelo teórico proposto por Adam para a ATD



Fonte: Adam (2011, p. 61).

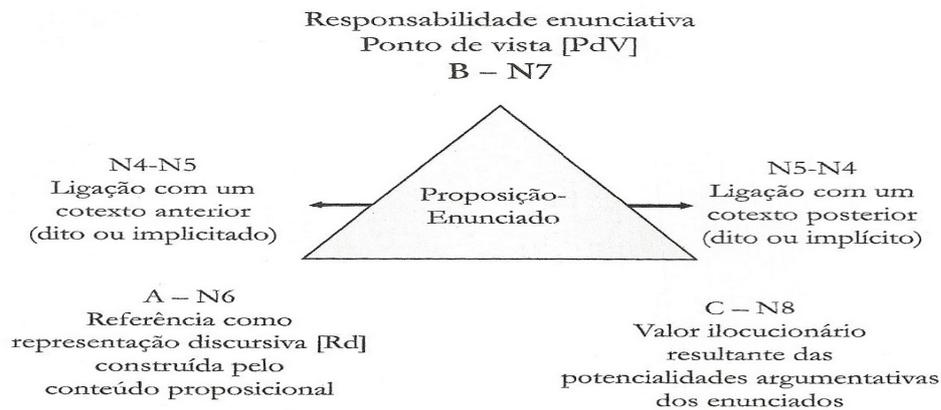
No esquema, os dois conjuntos, de forma associada, evidenciam a proposta da ATD. Adam (2011, 2012) nomeia o conjunto maior de *níveis ou planos de análise de discurso*. Esse conjunto inclui os elementos de análise externos e internos ao texto, inclusive os *níveis ou planos da análise textual* (N4-N8): elementos de textura, estrutura composicional, semântica, enunciação e atos de discurso. O conjunto menor, inserido no primeiro plano de análise, que constitui a base do esquema (N1, N2 e N3), é reservado exclusivamente à análise textual, isto é, revela uma abordagem tipicamente relacionada à LT. As setas, por sua vez, indicam a relação de articulação existente entre os dois níveis: o da análise de discurso e o da análise textual.

O mesmo esquema mostra que todo discurso apresenta um objetivo, uma ação, uma finalidade (N1), que se desenvolve numa interação (N2) situada em determinada formação discursiva (N3) no uso específico da língua. O texto, por sua vez, apresenta uma linearidade, um encadeamento a partir das proposições enunciadas e dos períodos no nível da textura (N4), que formarão as seqüências e os planos de texto no nível composicional (N5), que é o nível da estruturação linear do texto. As seqüências podem ser analisadas (a) no nível semântico (N6), apoiado na noção de representação discursiva e em noções conexas (anáforas, correferências, isotopias, colocações), que dizem respeito ao conteúdo referencial do texto (RODRIGUES; PASSEGGI; SILVA NETO, 2010); (b) no nível enunciativo (N7), baseado nas noções de responsabilidade enunciativa e coesão polifônica; (c) e no nível argumentativo (N8), que

considera que os objetivos se manifestam como atos de discurso, corroborando para a orientação argumentativa do texto. Desse modo, podemos dizer que a ATD analisa o texto considerando a sua realização discursiva.

Além disso, Adam (2012), para ilustrar os níveis de análise de N4 a N8, complementa o esquema mostrado na figura 1, rearticulando-o na parte inferior. Visualizamos nele a conexão entre a proposição-enunciado e os enunciados anteriores e posteriores.

Figura 2 - As três dimensões da proposição-enunciado



Fonte: Adam (2012, p. 195).

Para Adam (2011, p. 108), a unidade mínima a que chama “[...] proposição-enunciado é o produto de um ato de enunciação: ela é enunciada por um enunciador inseparável de um coenunciador”. O linguista (2012) assume que toda proposição-enunciado comporta três dimensões complementares, às quais se acrescenta o fato de que não existe enunciado isolado. Mesmo aparecendo sozinho, segundo Adam (2012), um enunciado elementar liga-se a um ou a muitos outros e/ou convoca um ou muitos outros em resposta ou como simples continuação.

A RE ou PdV, objeto deste estudo, é, para Adam (2012), uma das dimensões que compõem a proposição-enunciado. Nessa representação (figura 2), os três componentes não estão hierarquizados, pois o autor situa A e C na mesma linha e B, no vértice, em posição mediana no triângulo. (ADAM, 2011). Isso revela que a responsabilidade enunciativa apresenta uma conexão com o que foi dito anteriormente – cotexto anterior – e com o que será dito posteriormente – cotexto posterior. B é, portanto, o vértice que se relaciona tanto ao passado quanto ao futuro.

Seguindo o caminho percorrido por Adam em seus estudos (2011, 2012), este trabalho insere-se no conjunto pertencente à base do esquema da figura 1, que considera os níveis de análise textual. Dentro desse quadro, privilegiamos a análise dos elementos correspondentes

ao N7: Enunciação – responsabilidade enunciativa e coesão polifônica. A RE não se separa de um PdV¹, e ambos se situam no âmbito da polifonia, conforme Adam (2011). Ela é, pois, o fenômeno que permite a aferição do grau de engajamento do locutor/enunciador em um ato de enunciação.

Adam (2011) considera o locutor como a pessoa que fala, a pessoa física responsável pela enunciação. Sempre que o enunciador assume a responsabilidade pelo dizer, locutor e enunciador se mesclam; quando o enunciador se exime da responsabilidade, locutor e enunciador constituem entidades distintas. Para o linguista, “[...] os enunciados podem, assim, não ser assumidos pelo locutor-narrador” (2011, p. 115), ou porque são atribuídos a outrem (a um enunciador segundo), ou porque são anônimos, constituindo-se em PdV ligados à opinião comum.

Nesse sentido, é possível ao locutor-narrador marcar um distanciamento enunciativo em relação ao PdV proferido, seja (a) adotando estratégias para eximir-se da responsabilidade pelo que é dito, seja (b) delegando-a ao PdV de um outro enunciador e a uma outra fonte do saber, seja (c) delegando-a a um PdV anônimo. Entretanto, se for conveniente aos seus propósitos, o locutor pode (d) atribuir a si próprio certa enunciação, assumindo o PdV.

Adam (2011, p. 117) ainda afirma que “[...] o grau de responsabilidade enunciativa de uma proposição é suscetível de ser marcado por um grande número de unidades da língua”. Nessa direção, sem detalhá-las minuciosamente, o linguista enumera as grandes categorias de análise, as quais são explicitadas, minimamente, no Quadro 1:

Quadro 1 - Categorias de análise e respectivas marcas linguísticas

(continua)

1	Os índices de pessoa: os pronomes e os possessivos marcadores de pessoa (<i>meu, teulvosso, seu</i>), a apóstrofe de um ser ausente ou inanimado até os pronomes que qualificam (<i>esse X traidor</i>).
2	Os dêiticos espaciais ou temporais: compreendem uma referência absoluta (precisa ou vaga) ou uma referência relativa ao cotexto (anafórica) ou ao contexto (situacional). Abrangendo a classe dos embreantes, é constituída também dos elementos que fazem referência à situação na qual o enunciado é produzido: advérbios (<i>aqui, ontem</i>), grupos nominais (<i>esta manhã</i>), grupos preposicionais (<i>em dez minutos</i>), adjetivos (<i>na semana passada</i>), certos pronomes (<i>ele pensa em mim</i>), certos determinantes (<i>minha chegada</i>).
3	Os tempos verbais: correspondem a diferentes tipos de localização entre o presente e o futuro do pretérito, ou entre o presente de verdade generalizada e o par pretérito imperfeito-pretérito perfeito etc.

¹ Em nosso trabalho, como o ponto de partida para o estudo da RE é Adam, utilizamos sempre a sigla PdV para ponto de vista, exceção feita às menções a Rabatel, que adota a sigla PDV.

(conclusão)

4	As modalidades: modalidades sintático-semânticas maiores (téticas: asserção e negação; hipotéticas: real ou ficcional; hipertéticas: exclamação. Modalidades objetivas (<i>dever, ser preciso...</i>), intersubjetivas (<i>imperativo, pergunta, dever [tú/vós], poder...</i>), subjetivas (<i>querer, pensar, esperar</i>). Verbos de opinião (<i>crer, saber, duvidar, ignorar, convir, declarar QUE</i>); advérbios de opinião (<i>talvez, sem dúvida, provavelmente, certamente...</i>); lexemas afetivos, avaliativos e axiológicos.
5	Os diferentes tipos de representação da fala: a descontinuidade é marcada com o discurso direto (DD), e a sua forma não marcada, chamada discurso direto livre (DDL), é atenuada pelo caráter integrado do discurso indireto (DI) e do discurso narrativizado (DN). O discurso indireto livre (DIL) introduz uma representação mais complexa: nem heterogeneidade mostrada (DD e DDL), nem homogeneidade (DI e DN).
6	As indicações de quadros mediadores: marcadores como <i>segundo, de acordo com e para</i> ; modalização por um tempo verbal, como o <i>futuro do pretérito</i> , escolha de um verbo de atribuição da fala, como <i>afirmam, parece</i> ; reformulações do tipo (<i>é</i>) <i>de fato, na verdade</i> ; oposição do tipo <i>alguns pensam (ou dizem que X)</i> etc.
7	Os fenômenos de modalização autonímica: não coincidência do discurso consigo mesmo (<i>como se diz, para empregar um termo filosófico</i>); não coincidência entre as palavras e as coisas (<i>por assim dizer, melhor dizendo, não encontro a palavra</i>); não coincidência das palavras com elas mesmas (<i>no sentido etimológico, nos dois sentidos do termo</i>); não coincidência interlocutiva (<i>como é a expressão?, como você costuma dizer</i>).
8	Indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados: focalização perceptiva (<i>ver, ouvir, sentir, tocar, experimentar</i>); focalização cognitiva (<i>saber ou pensamento representado</i>).

Fonte: Adaptado de Adam (2011, p. 117-120).

Neste trabalho, dentre essas grandes categorias explicitadas por Adam (2011), optamos, por questão metodológica, examinar a categoria 5 – os diferentes tipos de representação da fala –, bem como a categoria 6 – as indicações de quadros mediadores. Adam (2011) propõe abordar a categoria 6 em conformidade com Guentchéva (1990, 1994, 1996, 2011), que desenvolve a noção de categoria gramatical do mediativo, a qual permite marcar linguisticamente uma atitude de distanciamento ou não engajamento do enunciador diante das informações expressas, uma vez que elas lhe chegaram de forma mediatizada. Assim, na seção que segue como complementação teórica, tratamos da categoria do mediativo, conforme apresentada por esta linguista.

2.2 ZLATKA GUENTCHÉVA E A MANIFESTAÇÃO DA CATEGORIA DO MEDIATIVO

Nesta seção, abordamos as noções de mediatividade e de evidencialidade sob a perspectiva de alguns teóricos, principalmente Guentchéva (1990, 1994, 1996, 2011), em quem Adam (2011) se apoia ao tratar da categoria (ii) as indicações de quadros mediadores, considerando, igualmente, a contribuição da linguista sobre o modo como o locutor/enunciador tem acesso a determinado conhecimento:² de forma imediata ou de forma mediada. O aporte teórico de outros pesquisadores que também se dedicaram ao tema

² Neste texto, os termos *conhecimento, informação e saber* se equivalem.

contribuirá com o aprofundamento de questões que envolvem essas duas noções. Iniciamos a seção tratando da noção de evidencialidade

De todas as funções de uma língua que podemos reconhecer, uma das mais importantes é a de transmitir informação. A informação pode ter origens diversas, conforme Dendale e Tasmowski (1994, p. 3, tradução nossa):³ “[...] o locutor a obteve por observação; por inferência a partir de índices; tomou-a emprestado de um terceiro; pode tê-la ouvido como rumor; ou ainda, pode tê-la recebido em sonho e, por que não, admite-a como verdadeira”.⁴

Tais considerações têm pertinência linguística pelo fato de o locutor, no momento da produção de um enunciado, nele inscrever linguisticamente a procedência da informação transmitida, isto é, marcar não ser ele a fonte da informação. O locutor indica, então, em seu enunciado, a origem do saber que esse enunciado deve comunicar. A partir do momento em que a língua dispõe de meios morfológicos e lexicais especializados para indicar as fontes da informação que comunica, essas fontes e esses meios tornam-se objetos de investigação passíveis de análise por um linguista.

No item 2.1.1, a seguir, abordamos inicialmente a categoria gramatical de evidencialidade⁵ sob o viés de alguns teóricos que a ela se têm dedicado, já que, às vezes, esta tem sido confundida com mediatividade.

2.2.1 A Noção de Evidencialidade

O estudo das fontes do saber iniciou na América do Norte e deu lugar a uma corrente de estudo que Dendale e Tasmowski (1994, p. 3) denominam Estudos sobre Evidencialidade.⁶ O termo evidencialidade, morfológicamente, deriva da palavra evidência⁷, significando, em inglês, meios de justificação, e é comumente utilizado para designar os recursos morfológicos, lexicais e outros que o locutor tem à disposição para marcar como ele apreendeu o que disse.

³ Todas as traduções apresentadas neste trabalho, salvo menção contrária, são feitas livremente por nós.

⁴ “[...] le locuteur l’a obtenue par observation, par inference à partir d’indices, il l’a empruntée à un tiers, Il peut l’avoir recueillie comme une rumeur, ou encore l’avoir recue em revê et à cause de de cela justement – pourquoi pas? – l’admettre comme vraie”.

⁵ O termo inglês *evidentiality*, traduzido aqui por *evidencialidade*, entrou na tradição linguística após a publicação, por Roman Jakobson, de *Shifters, verbal categories, and the Russian verb*, em 1957: “Em geral, *evidentiality* / *évidentialité* representam o fenômeno linguístico específico para uma série de línguas não indo-europeias, especialmente as línguas do Norte e da América do Sul, para as quais a fonte da informação é marcada gramaticalmente nos enunciados”. (SCRIPNIC, 2007, p. 1).

⁶ Em inglês: *evidentiality studies*.

⁷ Em inglês: *evidence*.

Dendale e Tasmowski (1994) questionam-se acerca do objetivo ou da razão de ser da marcação da fonte do saber. Encontram a resposta a essa pergunta na definição de marcadores evidenciais⁸ dada por Hoff (1986 apud DENDALE; TASMOWSKI, 1994, p. 4, grifo do autor, tradução nossa): “Um marcador evidencial assinala de que tipo de índices dispomos quanto à *confiabilidade do enunciado* no qual esse marcador é empregado”.⁹ Marcando no enunciado o modo como obteve a informação que é transmitida, o locutor oferece a seu interlocutor a possibilidade de este avaliar o mérito e a confiabilidade desta informação e de comparar essa confiabilidade com a de outras informações sobre o mesmo assunto.

Dendale e Tasmowski (1994, p. 5, tradução nossa), por sua vez, formulam uma definição própria de marcadores evidenciais: “Um marcador evidencial é uma expressão linguageira que aparece no enunciado e que indica se a informação transmitida neste enunciado foi tomada pelo locutor a outrem, ou se ela foi criada pelo locutor, mediante uma inferência ou uma percepção”.¹⁰

De acordo com Martins (2010), foi a partir de meados dos anos 1980 que se desenvolveu um interesse cada vez maior pelo estudo da evidencialidade, que remonta a Roman Jakobson. O evidencial, ou o testemunhal, “[...] no estudo de Jakobson sobre as formas verbais, respeita às marcas no enunciado do tipo de conhecimento ou fonte da informação veiculada numa asserção”. (MARTINS, 2010, p. 1).

Em muitas línguas, como o albanês, o búlgaro, o armênio ocidental, o macedônio, o persa, o nepalês, o turco, ou o tadjik, segundo Martins (2010), constata-se a existência de processos gramaticais destinados exclusivamente a especificar o tipo de informação, de prova ou de dados de que o falante dispõe para dizer aquilo que diz. O tipo de conhecimento que o locutor apresenta a respeito de “um ser ou uma entidade e, conseqüentemente, o grau de validade/efetividade do estado de coisas construído, está gramaticalmente marcado no enunciado”. (MARTINS, 2010, p. 235). Essas línguas¹¹ comportam sistemas morfossintáticos que obrigam o locutor a especificar o modo como tem acesso ao conhecimento.

⁸ Em francês: *marqueurs évidentiels*.

⁹ “Un marqueur évidentiel signale de quel type d'indices on dispose quant à la fiabilité de l'énoncé dans lequel ce marqueur est utilisé”.

¹⁰ “Un marqueur évidentiel est une expression langagière qui apparaît dans l'énoncé et qui indique si l'information transmise dans ce énoncé a été empruntée par le locuteur à autrui ou si elle a été créée par le locuteur lui-même, moyennant une inférence ou une perception”.

¹¹ Martins (2010, p. 235) exemplifica suas constatações com o “[...] tuyuca (língua ameríndia), em que o verbo principal tem na sua composição mínima a raiz e um morfema evidencial. O evidencial possui, pois, uma posição similar à do morfema de tempo, modo e aspecto, nas línguas europeias mais conhecidas”.

A evidencialidade, para Martins (2010, p. 236), mostra-se como uma “[...] categoria construída sobre a oposição testemunhal-não testemunhal; prova direta (atestada)-prova indireta (citativa ou inferencial)”. Ela implica “[...] mecanismos de percepção e de raciocínio, além de que se inscreve numa dimensão comunicativa/interacional dos produtos verbais: o locutor assume isto: *é necessário indicar ao meu interlocutor quais são as fontes do meu conhecimento*”. (MARTINS, 2010, p. 236, grifo do autor).

Plungian (2001), que considera como ponto de partida o trabalho de ordem tipológica de Chafe e Nichols (1986), bem como o de Guentchéva (1996, p. 349, tradução nossa), estabelece “[...] uma classificação dos valores evidenciais que seja universal, uma classificação que continua a ser suficientemente flexível para integrar novas informações sem afetar o quadro já definido”.¹² Se imaginarmos uma situação S, um valor evidencial indicaria a fonte da informação que o locutor tem para essa situação S. O autor estabelece três valores básicos de fonte de informação, indicados por marcadores evidenciais (PLUNGIAN, 2001): (a) o locutor observou S diretamente mediante experiência visual; (b) o locutor observou S diretamente, mas não visualmente – é um valor que remete a outros sentidos, como auditivo e olfativo; (c) o locutor não observou S diretamente, uma vez que está separado de S espacial ou temporalmente. Todavia, ele tem acesso a outros tipos de informação sobre S.

As classificações mais frequentes, segundo Plungian (2001), fornecem três possibilidades: “(1) o locutor observou outra situação que interpreta como apontando para P (valor inferencial); (2) ele sabe algo que lhe sugere que a situação S proposta é provável (valor presuntivo); (3) obtém informações sobre S de outra pessoa (valor relatado)”. (PLUNGIAN, 2001, p. 352, tradução nossa).¹³

Nessa última possibilidade, a informação pode ser obtida por uma modalidade não formal de discurso relatado (isto é, por intermédio de um locutor 2, conhecido ou conhecível), ou por meio de uma informação de acesso geral (ou seja, mediante um locutor anônimo ou não definido). “Assim, o evidencial substitui-se à introdução de discurso relatado: O Zé terá feito isto = Ouvi dizer que/Alguém me disse/ O Manuel disse-me que o Zé fez isto”. (MARTINS, 2010, p. 238).

A informação que não é obtida pessoalmente pelo locutor (diferentemente daquela derivada de uma experiência visual, auditiva ou olfativa) pode ser representada no discurso

¹² “What a typologist may want to tackle now is just a universal classification built over this space of variation which is flexible enough to integrate new data without a drastic reorganization of existent framework”.

¹³ “[...] either the speaker has (directly) observed another situation which s/he interprets as pointing towards P (captured by an 'Inferentive' or more commonly 'Inferential' value), or s/he simply knows something which suggests that P is probable (a 'Presumptive' value), or else s/he got the information from other persons (a 'Quotative' value)”.

como o resultado de uma inferência, ou como discurso relatado. Aikhenvald (2003 apud SCRIPNIC, 2009, p. 3, tradução nossa, grifo do autor), ao se referir a esta última categoria,

[...] emprega o termo *reportative evidential*/ marcador evidencial do tipo relatado, que abrange *hearsay evidential*/ marcador evidencial do tipo ouvi-dizer (nesse caso, a informação relatada pode ser precisa ou não) e *quotatives evidentials*/marcadores evidenciais do tipo relatado (a informação relatada é precisa e não é aberta a qualquer interpretação): ‘Alguém disse que *versus* X disse que’.¹⁴

Nas línguas europeias, segundo Martins (2010), a evidencialidade marcada é a evidencialidade indireta, que, no discurso – e no discurso de imprensa em particular –, entra em oposição com as sequências neutras, não marcadas. Isso não quer dizer que a evidencialidade não marcada corresponda à evidencialidade direta. Quer dizer que o locutor se abstém de garantir a confiabilidade do conteúdo da asserção.

Todas as línguas têm meios para se referirem à fonte do conhecimento, mas nem todas gramaticalizam a categoria evidencialidade, segundo Aikhenvald (2003). Partindo do ponto de que uma língua apresenta a categoria gramatical de evidencialidade, Lazard (2001, p. 360 apud SCRIPNIC, 2009, p. 2, tradução nossa, grifo do autor) estabelece três classes principais:

[...] (1) as línguas em que a evidencialidade é expressa apenas lexicalmente (p. ex. em Inglês, ela é expressa utilizando sintagmas como *ao que parece, como tenho ouvido, como tenho visto* etc.); (2) os idiomas que estão em via de gramaticalizar esta categoria (línguas em que o significado evidencial não é dado por uma forma específica, mas é expresso por uma outra forma cujo significado central remete a outra coisa, (p. ex., no armênio oriental, o perfeito, cujo valor fundamental é para denotar uma situação passada com consequências para o presente, pode adquirir, em determinados contextos, valores de marcadores evidenciais); (3) os idiomas que têm a categoria gramatical evidencialidade, isto é, aqueles em que a forma comporta um morfema que indica a fonte da informação.¹⁵

Mesmo que o francês não disponha de um sistema de evidenciais tão elaborado, de acordo com Dendale e Tasmowski, (1994), o locutor é levado, em certas circunstâncias, a marcar mais ou menos claramente a procedência de sua informação. O francês dispõe, para isso, de uma série de expressões, principalmente lexicais e, em menor extensão, morfológicas, que permitem expressar

¹⁴ “[...] emploie le terme *reportative evidentials*/ marqueurs évidentiels de type rapporté qui comportent *hearsay evidentials*/ marqueurs évidentiels de type ouï-dire (dans ce cas-ci, l’information rapportée peut ou peut ne pas être précise) et *quotative evidentials*/ marqueurs évidentiels de type quotatif (l’information rapportée est précise et elle n’est ouverte à aucune interprétation): ‘On dit que vs X a dit que’”.

¹⁵ “[...] 1) les langues où l’évidentialité n’est exprimée que lexicalement (par exemple, en anglais l’évidentialité s’exprime à l’aide de syntagmes tels as it appears, as I have heard, as I have seen, etc.); 2) les langues qui sont en train de grammaticaliser cette catégorie (il s’agit des langues où le sens évidentiel n’est pas donné par une forme spécifique, mais il est exprimé par une autre forme dont le sens central renvoie à quelque chose d’autre; par exemple, en arménien oriental, le parfait – dont la valeur fondamentale est de dénoter une situation passée avec une conséquence dans le présent – peut acquérir, dans des contextes particuliers, des valeurs évidentielles); 3) les langues qui possèdent la catégorie grammaticale de l’évidentialité, c’est-à-dire les langues où la forme verbale comporte un morphème qui indique la source de l’information”.

as principais categorias evidenciais. É possível atribuir essa função a certos advérbios de frase, como *apparentemente*, *visivelmente* (constatação), *certamente*, *seguramente* (inferência, suposição) a construções impessoais, como *parece que*, *acho que* (ouvir-dizer), a verbos modais *dever*, *poder* em sua acepção epistêmica, aos verbos plenos, como *ver*, *entender*, *sentir*, aos verbos de declaração, às preposições *antes*, *segundo*, *para*, aos morfemas do futuro conjectural e do condicional do ouvir-dizer, as aspas em citação. (DENDALE; TASMOWSKI, 1994).

De acordo com Desclés e Guentchéva (1997), o termo evidencialidade é usado para cobrir uma vasta gama de significados que envolvem a especificação da natureza da fonte de informação/conhecimento e sua expressão em línguas por procedimentos “[...] tanto gramaticais (cf. Barnes [1986] para o tuyuca; Aikhenvald [2004], para o tariana; Schleshter [1986] para o wintu...) quanto lexicais”¹⁶, o que leva a incluir, “[...] por um lado, a afirmação como um caso especial de evidencialidade e, por outro, as modalidades epistêmicas do possível e do provável”.¹⁷ Em relação à

[...] mediatividade (LAZARD 1956, 1996; GUENTCHÉVA, 1996, 2004; GUENTCHÉVA; LANDABURU, 2007), o seu campo conceitual é muito mais restrito: ele não inclui a declaração, que expressa um compromisso total do locutor em relação a um conteúdo proposicional, nem modalidades epistêmicas, que são a marca de um julgamento incerto (possibilidade e probabilidade) e se opondo então à impossibilidade ou certeza. (DESCLÉS; GUENTCHÉVA, 1997, p. 1, tradução nossa).¹⁸

Passamos, na próxima subseção, a examinar a noção de mediatividade.

2.2.2 A Noção de Mediatividade

O termo francês correspondente a *evidentiality* – *évidentialité* – foi contestado por alguns especialistas (GUENTCHÉVA, 1996), em razão da aproximação com *évidence* e *évident*, que, por seu significado, não lidam com o conceito de *evidentiality*. O linguista francês Lazard (1956) introduziu o termo *médiativité*, que fez sucesso graças às conferências organizadas em 1994, *La catégorie grammaticale du médiatif à travers les langues*, e em 2000, *La médiation: marquages en langue et en discours*. De acordo com Scripinic (2009), os termos *evidentiality* e *médiativité* não são completamente idênticos.

¹⁶ “[...] aussi bien grammaticaux (cf. Barnes [1986] pour le tuyuca; Aikhenvald [2004], pour le tariana; Schleshter [1986] para o wintu...) que lexicaux [...]”.

¹⁷ “[...] d’une part l’assertion comme un cas particulier de l’évidentialité [...] et, d’autre part, les modalités épistémiques du possible et du probable [...]”.

¹⁸ “[...] médiativité (LAZARD 1956, 1996; GUENTCHEVA (ed.) 1996, 2004; GUENTCHEVA; LANDABURU (eds.) 2007), son champ conceptuel est de loin plus restreint: elle n’englobe ni l’assertion qui exprime un plein engagement de l’énonciateur à l’égard d’un contenu propositionnel, ni les modalités épistémiques qui sont la marque d’un jugement incertain (possibilité et probabilité) et s’opposent alors à l’impossibilité ou à la certitude”.

Guentchéva (1990, 1994, 1996, 2011) desenvolve a noção de categoria gramatical do mediativo¹⁹ (MED), um recurso linguístico usado pelo enunciador para marcar uma atitude de distanciamento e, simultaneamente, em consequência disso, marcar também seu não engajamento diante das informações expressas, uma vez que elas têm sua origem de forma indireta. O termo foi sugerido por Lazard (1956, p. 149, n. 2 apud GUENTCHÉVA, 1990), em um artigo sobre o tadjik, inspirado no trabalho de Jakobson (1957 apud AIKHENVALD, 2007) sobre o termo evidencial, a categoria gramatical que, dentre outras funções, comporta a de indicar a fonte do conteúdo proposicional quando do processo do enunciado.

Nas línguas em que tal sistema gramatical específico inexistente, o enunciador é obrigado a marcar formalmente, no seu próprio ato de enunciação, se ele se engaja ou se ele não se engaja nos fatos enunciados. Disso resulta um jogo sutil de valores que se estruturam de modos diferentes, conforme as línguas, por terem procedimentos gramaticais mais ou menos específicos que permitem ao enunciador marcar os diferentes graus de distância que ele assume com relação às situações descritas, percebidas de modo mediatizado. O enunciador indica, de maneira explícita, que ele não é a fonte primeira da informação, porque os fatos “(a) constituem conhecimentos geralmente admitidos ou transmitidos pela tradição; (b) chegaram ao seu conhecimento por uma terceira pessoa ou por rumor; (c) foram inferidos a partir de indícios observados; (d) são o resultado de um raciocínio”. (GUENTCHÉVA, 1994, p. 8, tradução nossa).²⁰

O termo MED parece a Guéntcheva (1994), em seus estudos, ser o mais adequado para dar conta do conjunto dos valores constitutivos dessa categoria gramatical: fatos relatados, fatos inferidos, fatos de surpresa. Ele tem, além disso, a vantagem de não se centrar em apenas um dos valores possíveis da categoria, como o fazem outros termos frequentemente utilizados na literatura especializada:

Assim, o *não testemunhal* (empregado no búlgaro) tem o inconveniente de pôr em evidência o traço semântico *testemunha/não testemunha* que, mesmo que apareça frequentemente no emprego das formas, não pode ser considerado como a invariante da categoria (GERDZIKOV, 1977, 1984); o *não visto* (aplicado ao georgiano) repousa essencialmente sobre a percepção visual; o *admirativo* (na tradição gramatical do albanês) é um dos valores da categoria; enfim, o *evidencial*, que começa a aparecer no francês depois da publicação de *Evidencialidade* (CHAFE; NICHOLS, 1986), introduzindo um verdadeiro

¹⁹ Empregamos o termo *mediatividade* como equivalente ao francês *médiativité*; *meditivo* como equivalente a *médiatif*. O estatuto do mediativo é um assunto que tem gerado grande discussão entre quem defende que consiste numa categoria gramatical autônoma e quem argumenta que é uma subclasse da modalidade.

²⁰ “[...] a) constituent des connaissances généralement admises ou transmises para la tradition; b) ont été portés à sa connaissance par une tierce personne ou pour ouï-dire; c) ont été inféré à partir d'indices observés; d) sont le résultat d'une raisonnement”.

contrassenso no francês, porque faz crer que a categoria está fundada sobre a noção de evidência, ou o *mediativo* introduz o contrário da evidência. (GUENTCHÉVA, 1994, p. 8-9, tradução nossa, grifo do autor).²¹

Os termos mencionados parecem à linguista menos apropriados que o de MED, pelas razões que já evocara em outras publicações: “[...] eles levam a considerar como invariante da categoria um traço semântico saliente mais variável de língua a língua e eles impossibilitam, assim, toda interpretação unificada do fenômeno”. (GUENTCHÉVA, 1994, p. 9, tradução nossa).²² A linguista argumenta que a tradução francesa de *évidential* é um *falso amigo* do inglês. No entanto, o termo proposto por ela – *mediativo* – abrange apenas a evidencialidade indireta.

Em língua portuguesa, os recursos da evidencialidade podem ser meios lexicais – advérbios de frase como *aparentemente, alegadamente, manifestamente, presumivelmente* – ou construções lexico-sintáticas – *diz-se que, parece que*. Os morfemas verbais, para além dos valores de tempo, modo, aspecto, podem cumulativamente veicular informação evidencial: o imperfeito, o condicional, o futuro perfeito. Em textos midiáticos, o emprego desses recursos linguísticos assume papel relevante na construção do sentido.

Guentcheva, portanto, designa por MED a

[...] categoria gramatical que indica que o enunciador faz referência a situações (estáticas ou dinâmicas) das quais ele não assume a responsabilidade, por ter tido conhecimento delas por via indireta, ou mediada, o que lhe permite manifestar diversos graus de distância em relação ao conteúdo da sua própria mensagem e permite ao coenunciador questionar, refutar o conteúdo da mensagem. (GUENTCHÉVA, 1996, p. 11, tradução nossa).²³

Essa categoria mostra-se particularmente produtiva na análise de línguas que apresentam marcas morfológicas que indicam a fonte enunciativa. Em línguas que não comportam essas marcas, como o português, de acordo com Guentchéva (1996), o MED é veiculado por processos sintáticos e/ou por marcadores não exclusivos desse valor.

²¹ “Ainsi, le *non-testimonial* (employé pour le bulgare) a l'inconvénient de mettre en évidence le trait sémantique témoignage qui, même s'il apparaît fréquemment dans l'emploi des formes, ne peut pas être considéré comme l'invariant de la catégorie (GERDZIKOV, 1977, 1984), le *non-vu* (appliqué au géorgien) repose essentiellement sur la perception visuelle; l'*admiratif* (dans la tradition grammaticale de l'albanais) n'est qu'une des valeurs de la catégorie: enfin l'*évidential* que commence à apparaître en français depuis de la publication de *Evidentiality* (CHAFE; NICHOLS, 1986), introduit un véritable contresens en français car il fait croire que la catégorie est fondée sur la notion d'évidence; or, le médiatif introduit le contraire de l'évidence”.

²² “[...] ils conduisent à prendre comme invariant de la catégorie un trait sémantique saillant mais variable de langue à langue et ils empêchent ainsi toute interprétation unifiée du phénomène”.

²³ “[...] la catégorie grammaticale dont l'essence est même d'indiquer que l'énonciateur fait référence à des situations (statiques ou dynamiques) dont il n'assume pas la responsabilité pour en voir eu par voie indirecte, d'où la possibilité pour lui de manifester divers degrés de distance par rapport au contenu de son propre message, et, pour le co-énonciateur, la possibilité de remettre en question, voire de réfuter le contenu du message reçu”.

Os três valores do MED já mencionados são: (a) fatos relatados, conforme os fatos sejam relatados a partir do discurso de outrem, incluindo os rumores e os conhecimentos transmitidos pela tradição (mitos, lendas, narrativas históricas etc.); (b) fatos inferidos pelo sujeito enunciador a partir de indícios observáveis; (c) fatos de surpresa, quando a sua constatação imprevista é motivo de surpresa. Tais valores são aparentemente bastante distantes e mesmo opostos um do outro, de tal maneira que seria possível perguntar por quais razões deveriam ser considerados como constitutivos de uma mesma e única categoria. (GUENTCHÉVA, 1994). É possível, para Guentchéva (1994), adiantar muitos argumentos para justificar isso.

De início, em certas línguas, esses valores são expressos pelos mesmos marcadores gramaticais (pequeno conjunto de formas a partir do pretérito perfeito em albanês, búlgaro, tadjik, persa); em outras línguas, um único marcador pode reagrupar dois valores mediativos sem que a combinação desses dois valores seja sempre previsível. Em seguida, a classificação de alguns empregos dessas formas não permite fazer necessariamente distinções rigorosas entre os referidos valores: os fatos podem ser, às vezes, interpretados tanto como uma reformulação dos propósitos de outros quanto como o resultado de inferências ou de raciocínios feitos a partir de indícios. Enfim, questiona a linguista, como explicar que línguas tipologicamente distintas puderam gramaticalizar valores semânticos, senão idênticos, pelo menos muito similares?

Guentchéva (1994, p. 10) fornece alguns detalhes sobre o quadro teórico no qual se insere. Para ela, cada enunciação constrói um referencial espaço-temporal no qual a relação predicativa subjacente a um enunciado é marcada por um jogo de coordenadas enunciativas; o referencial tem uma origem que está centrada em torno do sujeito enunciador.

Desse modo, a linguista assume, nesse estudo de 1994, que a situação enunciativa original $Sit_0 (S_0, T_0)$ [doravante $Sit_0 (S_0, T_0)$] é definida pela marca S_0 , que designa o sujeito enunciador, e pela marca T_0 , índice espaço-temporal do enunciador. Uma situação de enunciação qualquer é designada por $Sit_i (S_i, T_i)$, em que S_i é um locutor identificado por um índice espaço-temporal T_i . O conjunto (S_i, T_i) , em que S_i é um enunciador qualquer e T_i um índice espaço-temporal qualquer, designa um ponto de referência que servirá para descrever as condições de enunciação sob a forma de coordenadas enunciativas.

Três tipos de relações de localização são considerados por ela: a identificação (designada por =); a diferença (designada por \neq) e a ruptura (designada por #).

Quando uma Sit_i está em ruptura em relação a Sit_0 , os procedimentos que são determinados por ela não têm, *a priori*, qualquer relação com a Sit_0 , portanto com o

enunciador, ou com o momento de enunciação, ou com ambos. Essa situação determina, então, um novo referencial, que pode ser o domínio da hipótese, do pretendido, do possível.

A hipótese que Guentchéva (1994, p. 11, tradução nossa) propõe, aqui, é a seguinte: “[...] toda ocorrência de um enunciado mediativo introduz necessariamente uma situação de enunciação mediada Sit_M que está em ruptura em relação à situação de enunciação [origem] Sit_0 ”.²⁴

A situação de enunciação mediatizada introduz um ponto de vista mediativo em relação aos processos isolados ou aos processos sucessivos de uma enunciação ou de uma narração.

Os processos (estados e eventos) de um enunciado mediativo são percebidos em relação a uma Sit_M , que, por sua vez, é percebida em relação à Sit_0 . A situação Sit_M introduz um ponto de vista mediado em relação aos processos isolados ou aos processos sucessivos de uma enunciação ou de uma narração. Sit_M cria um referencial independente do que tem como origem Sit_0 . Esse novo referencial pode, no entanto, ser conectado ao referencial origem por uma relação suplementar: sincronismo dos eventos, por exemplo, ou mudanças das relações de ruptura na sequência de uma inferência. É preciso, assim, prever vários casos:

- a) ou a situação mediativa Sit_M está globalmente em ruptura com a Sit_0 ;
- b) ou a situação mediativa Sit_M é posta em ruptura com a Sit_0 por intermédio de um de seus parâmetros: (1) ruptura nos enunciadores (um enunciador em ruptura com S_0 é fundamentalmente indeterminado); (2) ruptura nos instantes (um instante mediatizado T_M em ruptura com T_0 surge como fictício).

Nos dois casos, há uma ruptura entre as situações, que é deduzida:

$$\begin{aligned} (S_M \# S_0) &\Rightarrow (Sit_M \# Sit_0) \\ (T_M \# T_0) &\Rightarrow (Sit_M \# Sit_0) \end{aligned}$$

A ruptura sobre os sujeitos é compatível com uma marca por diferença ou identificação sobre os instantes, que é o que podemos ter:

$$(S_M \# S_0) \text{ e } (T_M \neq T_0) \text{ ou } (T_M = T_0)$$

²⁴ “[...] toute occurrence d'un énoncé médiatif introduit nécessairement une situation d'énonciation médiatisée Sit_M qui est en rupture par rapport à la situation d'énonciation Sit_0 ”.

Do mesmo modo, a ruptura sobre os instantes é compatível com a diferença ou identificação sobre os sujeitos, que é o que podemos ter:

$$(T_M \neq T_0) \text{ e } (S_M \neq S_0) \text{ ou } (S_M = S_0)$$

Concluindo, como mostra Guentchéva (1964), o valor mediativo instaura no enunciado um processo de ruptura com a origem da enunciação primeira. Ela também explica que a ruptura operada pode ser global ou se projetar em partes, por exemplo, entre os enunciadores ou os instantes, e aponta para uma relação entre o MED e questões que envolvem a modalidade.

Nesse sentido, as considerações que seguem têm por objetivo mostrar como cada um dos três valores fundamentais do MED pode manifestar-se mediante alguns tempos verbais do francês. O francês, como muitas outras línguas, por exemplo o português, segundo Guentchéva (1994), não desenvolveu um sistema gramatical do MED, mas pode expressar os valores mediativos por meio de algumas formas do seu sistema temporal, especialmente o condicional presente ou passado, o passado composto, o presente, ou mesmo a voz passiva.

No português, entre as formas que identificam um valor mediativo estão os conectores de conformidade, os quais nos interessam neste estudo. No exemplo *Segundo Manoel, o Zé fez isso*, de acordo com Guentchéva (1994), ocorre uma ruptura enunciativa entre os dois atos de enunciação: o da situação de enunciação de origem e o da situação de enunciação mediada. Observamos, nesse caso, que o enunciador não assume a responsabilidade pelo conteúdo daquilo que ele enuncia, estabelecendo uma distância entre si e o fato por ele relatado. Ele indica que não é a fonte primeira da informação, pois ele a recebeu de forma mediatizada.

Passamos, a seguir, a apresentar cada um dos três valores fundamentais do MED.

2.2.2.1 Fatos Relatados

O rótulo *fatos relatados*, segundo Guentchéva (1994), pode induzir a um erro e levar a pensar que esse valor do MED, em uma língua em que ele é gramaticalizado, é da mesma natureza que o discurso indireto (DI). Mas MED e DI têm dois estatutos diferentes que deveríamos, nas palavras da linguista, cuidadosamente distinguir.

Para Guentchéva (1994), se aceitamos que o DI “[...] é, explicitamente, tomada de posição sobre o sentido de um ato de fala”²⁵ (AUTHIER, 1978, p. 66 apud GUENTCHÉVA, 1994, p. 12, tradução nossa) e que remete a “[...] uma única situação de enunciação, aquela do discurso citante”²⁶ (MAINGUENEAU, 1986, p. 89 apud GUENTCHÉVA, 1994, p. 12), todo enunciado proveniente da categoria do MED não é jamais, para a linguista, uma tomada de posição sobre outro ato de fala. Por outro lado, se, para o intermediário do DI, o enunciador garante somente o valor de verdade do que ele relata (MARTIN, 1992, p. 107 apud GUENTCHÉVA, 1994, p. 12), o MED não exprime qualquer garantia dos comentários relatados e coloca o enunciado fora de toda asserção, isto é, de uma citação referencial em verdadeiro ou em falso: o enunciador não assume a responsabilidade pelo conteúdo do que ele enuncia, estabelecendo uma distância entre si e os fatos reportados. A forma mediatizada não declara:

‘L(ocutor) diz Δ e Δ , para mim L, significa X’ mas significa que o conteúdo Δ não é assumido pelo enunciador. Mais que isso, é preciso notar que se o DI se expressa através de construções subordinadas, os valores mediativos são veiculados essencialmente por proposições independentes. (GUENTCHÉVA, 1994, p. 13, tradução nossa).²⁷

É, então, necessário distinguir, do ponto de vista semântico, os diferentes tipos de fatos relatados, uma vez que muitas línguas com MED gramaticalizados fazem explicitamente essa distinção. O registro do mediatizado enunciativo emerge inteiramente do discurso, mesmo que os enunciados estejam integrados em um texto. Assim, para Guentchéva (1994), sua organização é muito complexa, porque o olhar trazido pelo enunciador sobre a informação pode ser a simples não assunção, a dúvida, a surpresa, a indignação e mesmo a rejeição.

2.2.2.2 Fatos Inferidos

Fatos inferidos são fatos reconstruídos a partir de traços ou indícios observáveis (GUENTCHÉVA, 1994) de duas formas: (1) inferência a partir de resultados e (2) conclusão baseada em raciocínio. (AIKHENVALD, 2003). Muitas vezes, um enunciador assume um conteúdo não a partir de uma constatação ou de fatos relatados, ou mediados por um terceiro, ou por um ouvir-dizer, mas a partir de índices observados (quer pela visão, ou pelo tato, ou

²⁵ “[...] est explicitement, prise de position sur le sens d’un acte de parole”.

²⁶ “[...] une seule situation d’énonciation, celle du discours citant”.

²⁷ “[...] ‘L(ocuteur) dit Δ e Δ , pour moi L, signifie X’, mais signifie que le contenu Δ n’est pas assumé par l’énonciateur. De plus, il faut remarquer que si le DI s’exprime au travers de constructions subordonnées, les valeurs médiatives sont véhiculées essentiellement par des propositions indépendantes”.

pela audição, ou pelo odor), ou a partir de índices cognitivos que tornam plausível o conteúdo predicativo e, assim, permitem que o locutor assuma parcialmente, marcando, no entanto, a mediação por esses índices. (DESCLÉS; GUENTCHÉVA, 1997).

Tomando como exemplo o condicional, Guentchéva (1994) diz que, quando algo já foi anunciado e confirmado, não é necessária a utilização do condicional pelo enunciador para não assumir a responsabilidade do que está sendo dito. Quando isso acontece, o enunciador o faz para formular uma hipótese, fundada em um raciocínio a partir de indícios assumidos por especialistas. Nesse caso, o condicional veicula um valor de inferência.

Tanto em relação a fatos relatados quanto em relação a fatos inferidos, o enunciador mostra formalmente que ele não é a fonte primeira do conteúdo proposicional do enunciado e que, por essa razão, não assume a responsabilidade pelo que diz, estabelecendo, assim, certa distância com esse conteúdo.

2.2.2.3 Fatos de Surpresa

Em alguns contextos, uma forma mediativa possibilita expressar o assombro ou a surpresa diante da constatação de uma situação inesperada; de acordo com Guentchéva (1994), chama-se a essa forma, por vezes, de valor admirativo.

O valor de surpresa pode ser definido do seguinte modo: o estado do sujeito da relação predicativa é considerado pelo enunciador como uma descoberta inesperada em relação a um estado esperado, e o estado constatado se encontra em relação de concomitância com o ato de enunciação. Aqui, ainda o procedimento por abdução permite reconstruir uma Sit_i plausível produzida em T_M : essa situação é reconstruída tendo como base pistas observadas em T_0 , que são opostas àquelas esperadas pelo enunciador. Como no caso dos fatos inferidos, o locutor S_M é identificado com o enunciador S_0 .

As observações sobre os valores fundamentais do MED apresentadas podem oferecer uma visão sucinta do modo como as formas temporais do francês veiculam, em um contexto apropriado, os valores mediativos que, em um número não desprezível de línguas, são estruturados em uma verdadeira categoria gramatical, conforme Guentchéva (1994). Elas mostram que, se é necessário não assimilar o DI ao MED, é igualmente importante distinguir vários planos de enunciação: enunciativo, não atualizado, mediatizado. Da mesma forma, elas excluem toda referência aos procedimentos lexicais já mencionados neste texto, como aos advérbios de frase, como *manifestadamente*, *aparentemente*, *visivelmente*, *certamente*, *seguramente* etc.; às construções impessoais do tipo *afigura-se que*, *parece que* etc.; aos

verbos modais, como *dever* ou *crer*, por exemplo, pela razão exposta por Guentchéva (1994, p. 22, tradução nossa): “[...] nas línguas em que a gramaticalização da noção de MED resultou na construção de uma categoria gramatical, os procedimentos citados coabitam com a categoria e não se confundem com ela”.²⁸

Para abordar corretamente esse problema, Guentchéva (1994) assume que seria importante delimitar as fronteiras, de um lado, entre as modalidades deônticas e as modalidades epistêmicas e, de outro lado, mais bem entender o espaço epistêmico, para ver se os fatos que emergem realmente da categoria de MED fazem parte dela e, se sim, onde exatamente os fatos se situam.

Na próxima seção, apresentamos Rabatel (2003, 2009, 2008, 2013, 2015, 2016) e Rabatel e Chauvin-Vileno (2006), que também se têm dedicado ao fenômeno da RE ou ponto de vista. Seus estudos são importantes para que possamos ampliar nossa reflexão em torno desses e de outros conceitos, como os de postura enunciativa e apagamento enunciativo.

2.3 ALAIN RABATEL E AS VARIEDADES DE *PRISE EN CHARGE*, AS POSTURAS E O APAGAMENTO ENUNCIATIVO

Um pesquisador que também se tem dedicado ao estudo da RE e do Ponto de Vista é o francês Alain Rabatel. Para ele, o Ponto de Vista ou PDV²⁹ é uma categoria transversal, dialógica e com dimensão argumentativa, que, em geral,

[...] se define a partir de meios linguísticos, por meio dos quais um sujeito visa um objeto, em todos os sentidos do verbo visar, seja esse sujeito singular ou coletivo. Quanto ao objeto, ele pode corresponder a um objeto concreto, mas também a um personagem, a uma situação, a uma noção ou a um acontecimento, uma vez que em todos os casos se trata de objeto de discurso. (RABATEL, 2008, p. 21 apud PASSEGGI et al., 2010, p. 306).

Rabatel e Chauvin-Vileno (2006) afirmam que, mesmo se a noção de responsabilidade estivesse ausente nas entradas dos dicionários, ela estaria presente a propósito do enunciador, definido como aquele que se responsabiliza pelos enunciados. Isso acontece, porque

[...] a noção de *prise en charge* (e de *non-prise en charge*) é complexa, a julgar pela relação parassinonímica, mais ou menos frágil, com as noções afins de *dito*, *acordo* (*desacordo*), *responsabilidade* (*não responsabilidade*), *engajamento* (*desengajamento*),

²⁸ “[...] dans les langues où la grammaticalisation de la notion de médiatif a abouti à la construction d’une catégorie grammaticale, les procédés cités ci-dessus cohabitent avec la catégorie et ne se confondent pas avec elle”.

²⁹ Rabatel emprega a sigla PDV para a expressão ponto de vista.

distanciamento etc.) (RABATEL; CHAUVIN-VILENO, 2006, p. 15, tradução nossa, grifo do autor).³⁰

Sem querer estabelecer uma relação entre os usos *flutuantes* da expressão, Rabatel e Chauvin-Vileno (2006) e Rabatel (2015) acreditam que é possível adiantar algumas pistas: a *prise en charge* (PEC – ou responsabilidade) é um fenômeno resultante do princípio das máximas conversacionais, principalmente do princípio da sinceridade. Refere-se àquilo que afirmamos ou assumimos, como locutor/enunciador primeiro. A *prise en charge* é uma noção que não exige marcas específicas, em oposição a *non-prise en charge*, que pode ser marcada pelo condicional, pelos modalizadores epistêmicos, pela dimensão axiológica do léxico, pelo discurso relatado etc.

Rabatel (2009) adota a expressão *prise en charge énonciative* (PEC) para tratar de responsabilidade enunciativa, inicialmente seguindo os pressupostos de Ducrot (1984), para quem o locutor é aquele que está na fonte do enunciado, o ser empírico responsável pelo material linguístico, e o enunciador é aquele que assume a responsabilidade pelo enunciado.

Alinhando-se a Ducrot, Rabatel explicita (2003, p. 4, tradução nossa):

O locutor (L) é a instância que profere um enunciado, segundo um encontro dêitico ou anafórico. O enunciador (E), próximo do sujeito modal de Bally, assume o enunciado. Em um enunciado monológico, o locutor também é enunciador; esse locutor e este enunciador primeiros serão marcados por uma maiúscula seguida de um número 1, e a junção de L1 e E1 marcaremos com uma barra oblíqua. Em um enunciado dialógico que combina dois PDV, o segundo não é necessariamente expresso por um I2 citado, mas por um e2: assim, ‘discursos’ narrativizados, ‘discursos’ indiretos livres na terceira pessoa, menções a ecos irônicos, ou os PDV representados ou embrionários, em contexto heterodiegético, todas as formas que se referem a um ou a outro apagamento enunciativo.³¹

Em relação aos conceitos de locutor e enunciador³², encontramos em Rabatel (2013, 2015) também definições que, resumidamente, colocam o locutor como o produtor do enunciado e o enunciador como instância de responsabilização. Nas palavras do linguista, o locutor: “[...] é a primeira instância que produz materialmente os enunciados. É por isso que o

³⁰ “[...] la notion de *prise en charge* (et de *non-prise en charge*) est complexe, à en juger par son rapport parasyntagmatische plus ou moins lâche avec les notions affines de *prise en compte*, *accord* (*désaccord*), *responsabilité* (*non-responsabilité*), *engagement* (*déengagement*), *distanciation*, etc.”.

³¹ “[...] Le locuteur (L) est l’instance qui profère un énoncé, selon un repérage déictique ou anaphorique. L’énonciateur (E), proche du sujet modal de Bally, assume l’énoncé. Dans un énoncé monologique, le locuteur est aussi énonciateur; on notera par une majuscule, suivie du chiffre 1, ce locuteur primaire et cet énonciateur primaire, et par une barre oblique le syncrétisme de L1 et de E1. Dans un énoncé dialogique combinant deux PDV, le deuxième n’est pas nécessairement exprimé par un I2 cité, mais par un e2: ainsi des ‘discours’ narrativisés, des ‘discours’ indirect libre à la troisième personne, des mentions écho ironiques, ou des PDV représentés ou embryonnaires en contexte hétérodiegetique, toutes formes qui relèvent à un titre ou à un autre d’un certain effacement énonciatif”.

³² Essas concepções, bem como o que é definido por Adam (2011) na p. 29 constituem os fundamentos essenciais das análises a serem contretizadas no capítulo 4 desta investigação.

conceito de locutor pode ser aproximado ao conceito de voz. Ela é proferida (ou escrita) por um locutor (ou escritor), dotada de uma materialidade, subordinada pela experiência sensorial”. (RABATEL, 2013, p. 161, tradução nossa)³³.

O enunciador, por sua vez, é a instância que se posiciona em relação aos objetos de discurso aos quais se refere e, ao fazê-lo, é que ele toma a responsabilidade para si. A noção de enunciador corresponde a uma posição (enunciativa) que adota o locutor, em seu discurso, para considerar os fatos, as noções, sob um ou outro PDV, para ou em nome de terceiros. Dessa forma, o enunciador é definido como a instância dos PDV.

De acordo com Rabatel (2013), não há para o locutor nem para o enunciador qualquer preeminência ou anterioridade. Eles intervêm em níveis diferentes de produção de enunciados de PDV e remetem a aspectos diferentes, mas fortemente intrincados no uso da palavra.

De acordo com Rabatel (2009, p. 72, tradução nossa, grifo do autor)³⁴, “Todo enunciado pressupõe uma instância que se responsabiliza pelo que é dito, seguindo os quadros de referência, o *dictum*, o sintagma, o conteúdo proposicional, a predicação, conforme o esquema mínimo de enunciação: ‘EU DIGO (o que é dito)’”. Ou seja, “Todo enunciado supõe ao menos um locutor-enunciador; cada enunciado, como combinação de um *dictum* e de um *modus*, é a expressão de um PDV”. (RABATEL, 2009, p. 78, tradução nossa, grifo do autor).³⁵

Para Rabatel (2009), afora todas as diferenças de denominação, a instância que se responsabiliza por um enunciado monológico é aquela que está na origem do processo de produção do enunciado. O autor exemplifica sua afirmação com o enunciado *eu não amo essas questões de prise en charge enunciativa*³⁶. Nesse enunciado, o pronome *eu* é a origem e aquele que ratifica a verdade do conteúdo proposicional. Ser a origem é ser a fonte, “[...] a instância enunciativa do PDV”. (RABATEL, 2009, p. 78, tradução nossa).³⁷ Mas, em se tratando de dialogismo, Rabatel (2009) declara que a questão é mais complexa. Assim, continua sua reflexão, mostrando exemplos que justifiquem essa posição.

No exemplo *Pedro disse que ele não ama essas questões de prise en charge enunciativa*³⁸, Pedro é locutor segundo e validador do assunto (na oração subordinada), sem

³³ “[...] est l’instance première qui produit matériellement les énoncés. C’est pourquoi la notion de locuteur peut être rapprochée de celle de voix. Elle est proférée (ou écrite) par un locuteur (ou scripteur), dotée d’une matérialité, subordonnée à l’expérience sensorielle”.

³⁴ “Tout énoncé présuppose une instance qui prend en charge ce qui est appelé, suivant les cadres de référence, le *dictum*, la lexie, le contenu propositionnel, la prédication, selon le schème minimal d’énonciation ‘JE DIS (‘ce qui est dit’)’”.

³⁵ “Tout énoncé suppose au moins un locuteur-énonciateur, tout énoncé, en tant que combinaison d’un *dictum* et d’un *modus* est l’expression d’un PDV”.

³⁶ Em francês: je n’aime pas ces questions de prise en charge énonciative.

³⁷ “[...] l’instance énonciative à l’origine du PDV”.

³⁸ Em francês: Pierre a dit qu’il n’aime pas ces questions de prise en charge énonciative.

que saibamos o que pensa o L1/E1, que relata o enunciado. Em contrapartida, no exemplo *Pedro disse que ele não ama essas questões de prise en charge enunciativa. Eu estou de acordo!*³⁹, o L1/E1 valida a relação predicativa da subordinada, ou seja, ele assume explicitamente o assunto relatado no enunciado precedente, através da manifestação de sua concordância. (RABATEL, 2016).

Rabatel (2009) formula a hipótese de que, se a PEC diz respeito apenas a E1, isso não significa que a problemática geral da PEC não considere, de certa maneira, os enunciadores segundos. A tese que ele adianta aqui é que “[...] esses últimos são considerados como uma certa forma de ‘PEC’, por imputação, à semelhança da PEC por l2/e2 do PDV, segundo o qual *ele não ama a problemática da prise en charge enunciativa.*” (RABATEL, 2009, p. 72-73, tradução nossa, grifo do autor).⁴⁰

As reflexões de Rabatel (2009, 2016) sobre as diferentes variedades de *prise en charge énonciative* levam-no, então, a distinguir, por um lado, a PEC para os conteúdos proposicionais (CP) que o locutor primeiro assume, porque ele crê na veracidade desses conteúdos; por outro lado, a imputação para os conteúdos proposicionais que atribui a um enunciador segundo (e2)⁴¹. Neste último caso, “[...] se o enunciador está na origem do ponto de vista (PDV), no sentido como Ducrot (1984) o define, sem ser o autor das palavras, é difícil falar de PEC em relação à concepção segundo a qual se responsabilizar é falar, é dizer”. (RABATEL, 2009, tradução nossa, p. 71).⁴² É por essa razão que Rabatel formula a possibilidade de uma “quasi-PEC”⁴³.

Em suma, *prise en charge énonciative* (PEC) é a expressão que Rabatel emprega para referir-se aos conteúdos proposicionais⁴⁴ que o locutor-enunciador (L1/E1) assume como seus;

³⁹ Em francês: Pierre a dit qu’il n’aime pas ces questions de prise en charge énonciative. Je suis d’accord !

⁴⁰ “[...] une certaine forme de ‘PEC’, par imputation, à l’instar de la PEC par l2/e2 du PDV selon lequel il n’aime pas la problématique de la prise en charge énonciative”.

⁴¹ Conforme dito anteriormente, a distinção locutor/enunciador é tomada por Rabatel de Ducrot (1984): o locutor é o produtor físico do enunciado; o enunciador, a instância na origem de um PDV, que não se exprime necessariamente em palavras. L1/E1 corresponde ao sincretismo do locutor e do enunciador primeiro; l2/e2 corresponde ao sincretismo de locutores/enunciadores segundos. As minúsculas indicam seu caráter dominado. Quando o PDV é expresso por um ato de fala identificável, Rabatel utiliza l2/e2; em contrapartida, utiliza e2 sozinho na ausência de um ato de fala: “a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras”.

⁴² “[...]si l’énonciateur est à la source d’un point de vue (PDV), au sens où Ducrot 1984 le définit, sans être l’auteur de paroles, il est difficile de parler de PEC, par rapport à la conception selon laquelle prendre en charge, c’est parler, dire”.

⁴³ Nessa expressão, as aspas indicam que esta PEC não é verdadeiramente uma PEC, mas que ela é, todavia, necessária para que L1/E1 possa se posicionar em relação a esse PDV. Nesse ponto, Rabatel se distancia dos pressupostos de Ducrot.

⁴⁴ A expressão *conteúdo proposicional* (CP) é, por vezes, parafraseada por *ponto de vista* por Rabatel. As maiúsculas (PDV) remetem a um ponto de vista apreendido por uma instância enunciativa suscetível de assumir muitos conteúdos proposicionais, enquanto ponto de vista, com todas as letras minúsculas, remete à abordagem ducroniana, que pode resumir-se na equivalência: 1 CP = 1 ponto de vista.

imputação, ou *quasi-PEC*, é a expressão adotada por ele para referir-se aos conteúdos proposicionais que o L1/E1 atribui a um enunciador segundo (e2). Assim, “[...] todo PDV é assumido diretamente por um locutor/enunciador primeiro e indiretamente por um locutor/enunciador segundo (intratextual), ou então por um enunciador segundo não locutor”. (RABATEL, 2009, p. 56)⁴⁵. Portanto, a “quasi-PEC” postula que os PDV são atribuídos pelo Locutor 1 e Enunciador 1 a enunciadores segundos (l2 e e2), não sendo integralmente assumidos pelo L1/E1. Nesse sentido, diz Rabatel (2016) afastar-se sensivelmente das teses de Ducrot.

Rabatel (2009) também explicita que “[...] a imputação é então uma PEC com *responsabilidade limitada*, pois é construída pelo locutor primeiro e atribuída por ele a um locutor/enunciador segundo, que pode sempre alegar que ele não é responsável de um PDV que o L1/E1 lhe imputou equivocadamente”. (RABATEL, 2009, p. 74, grifo do autor).⁴⁶ Além disso, Rabatel (2004) desenvolve as noções de apagamento enunciativo e de posturas assumidas pelo enunciador na construção dos PDV, das quais nos valemos em nossa investigação e que descrevemos na sequência.

2.3.1 O Apagamento Enunciativo e as Posturas

A noção de apagamento enunciativo, no entender de Rabatel (2004), funciona como um contínuo em conformidade com os graus de produção de marcas lexicais e indiciais por parte do L1/E1. O apagamento enunciativo permite ao L1/E1 apagar-se do que diz, provocando efeitos pragmáticos variados. Desse modo, “Esta possibilidade depende da disjunção entre locutor e enunciador e, especialmente, sobre a existência de enunciadores intratextuais na origem dos pontos de vista, que não são necessariamente falados”. (RABATEL, 2004, p. 2)⁴⁷.

No discurso relatado, os diferentes tipos de apagamento do locutor/enunciador citante ou citado, na construção interativa dos pontos de vista, correspondem às seguintes posturas enunciativas: os coenunciadores coproduzem um ponto de vista compartilhado; o sobre-enunciador (na maioria das vezes, o locutor que cita) impõe seu ponto de vista sobre os

⁴⁵ “[...] tout PDV est pris en charge soit directement par un locuteur/énonciateur premier (L1/E1), soit indirectement par un locuteur/énonciateur second intratextuel (l2/e2)”.

⁴⁶ “[...] l’imputation est donc une PEC à responsabilité limitée, parce que construite par le locuteur premier, attribuée par lui à un locuteur/énonciateur second qui peut toujours alléguer qu’il n’est pas responsable d’un PDV que L1/E1 lui a imputé à tort”.

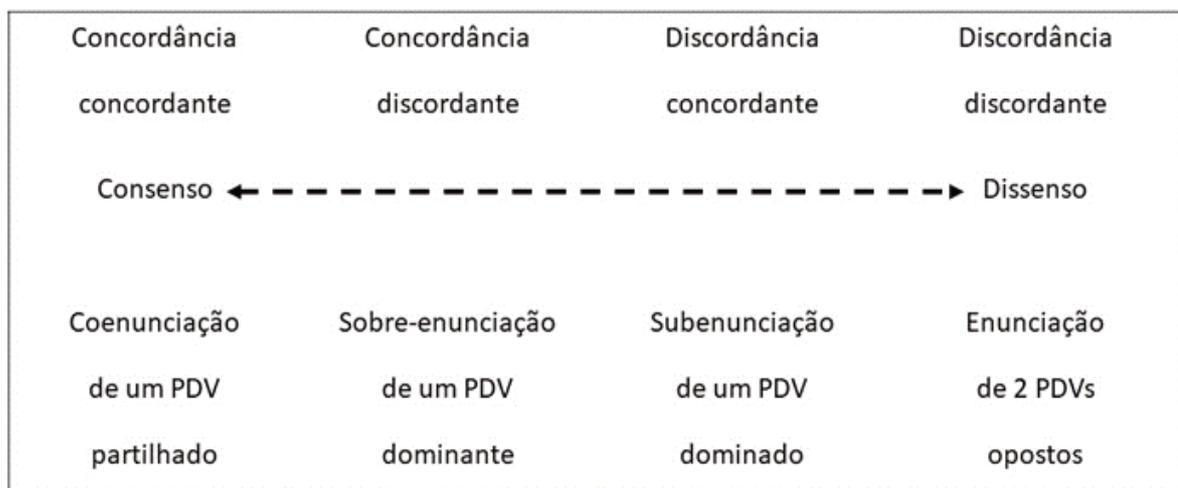
⁴⁷ “This possibility relies on the disconnection between speaker and enunciator, and especially on the existence of intratextual enunciators at the origin of points of view, which are not necessary spoken”.

outros; o subenunciador constrói o seu ponto de vista com referência a um enunciador dominante (na maioria das vezes, o falante citado).

De acordo com Rabatel (2013), as posturas levam-nos a pensar, nesse contínuo, a coconstrução de um PDV de um modo mais refinado que a simples oposição consenso/dissenso, acordo/desacordo. É por isso que Rabatel (2013) faz referência às noções de *concordância discordante* e de *discordância concordante*⁴⁸ e caracteriza a concordância concordante como a única forma de verdadeira coenunciação; a concordância discordante como sobre-enunciação; a discordância concordante como subenunciação. (RABATEL, 2013).

Essas duas posturas – sobre-enunciação e subenunciação – revelam uma assimetria na coconstrução de um PDV mais ou menos assumido pelos dois locutores mediante retomadas e reformulações; a discordância, por sua vez, emerge da expressão manifesta e explícita de dois PDV opostos. Vejamos a figura 3 a seguir.

Figura 3 - Hierarquização das posturas enunciativas



Fonte: Rabatel (2013, p. 173, tradução nossa).

Na figura 3, observamos que, ao lado de uma representação prototípica do consenso, como concordância concordante, e do dissenso, como discordância discordante, há lugar para estágios intermediários, que são a concordância discordante e a discordância concordante.

Rabatel (2013, 2015) traz mais elementos para que possamos examinar o fenômeno: a coenunciação é a coprodução de um PDV comum e compartilhado por dois locutores/enunciadores. Como os fenômenos de acordo/concordância sobre um PDV são frágeis e limitados (caso contrário, a comunicação avançaria pouco e ficaria reduzida a uma cooperação ideal), a coenunciação é rapidamente seguida por sobre- ou subenunciação, uma

⁴⁸ Expressões empregadas por Ricoeur em *Temps et récit* (1983), conforme Rabatel (2013).

estratégia empregada para melhor perceber e relatar as divergências ou desigualdades frequentes na dinâmica comunicacional.

A sobre-enunciação é a coprodução de PDV dominando o L1/E1, que reformula os PDV, aparecendo para dizer o mesmo, modificando a seu favor o âmbito de pertinência do conteúdo ou a sua orientação argumentativa. É uma forma de concordância modulada por L1/E1 em vista de uma vantagem cognitiva e/ou interacional, como se ele tivesse o papel de completar o PDV inicial, de dar-lhe o seu verdadeiro significado.

A subenunciação é uma coprodução de um PDV dominado do L1/E1. O subenunciador assume, com reserva, distância ou precaução um PDV que vem de uma fonte à qual ele confere um estatuto preeminente.

Rabatel (2013) define as posturas a partir do papel dos enunciadores na coconstrução dos pontos de vista (PDV), analisando-as nos seguintes planos:

- a) *sintático e discursivo*: Rabatel (2010) esclarece que a coconstrução repousa principalmente sobre marcas de retomada, de citação, de menção, de reformulação e de recontextualização – nesse contexto, todas as marcas que entram na coconstrução dos PDV (modo de apresentação dos referentes, escolha da predicação, progressão temática, tipos de argumentos, procedimentos retóricos etc.) contribuem para a expressão de uma postura particular, como o linguista assumiu em estudos anteriores sobre o tema. Para Rabatel, uma postura raramente é indicada por uma marca particular, e, reciprocamente, essa marca dificilmente indica com certeza uma determinada postura, pois, de um lado, as marcas são raramente monovalentes, e, de outro, uma marca dificilmente é totalmente significativa, no contexto, por si mesma, de modo que são as colocações de marcas convergentes que fazem sentido (RABATEL, 2010);
- b) *semântico e cognitivo*: a coenunciação, para Rabatel (2010), equivale a falar/pensar com os outros; a sobre-enunciação, a falar/pensar a partir dos outros; a subenunciação, a falar as palavras dos outros.
- c) *enunciativo-interacional e pragmático*: a coenunciação coloca o locutor coenunciador como o equivalente de seu *alter ego* enunciativo (as marcas de acordo evidentes são testemunha de uma harmonia com o outro); a sobre-enunciação equivale a *pensar a partir de*, a dar a última palavra; a subenunciação indica que o locutor considera um PDV por razões, como falta de algo melhor, porque ele não pode ou não ousa propor um outro PDV, por estratégia deliberada.

Ser subenunciador é manifestar que seu PDV se elabora *em referência a, à luz de, sob instruções de*, finaliza Rabatel (2010).

Por fim, retomando Rabatel (2010, p. 3, grifo do autor)⁴⁹,

As posturas correspondem às relações entre enunciadores na coconstrução linguística de um ‘mesmo’ PDV, principalmente no que diz respeito à determinação da principal fonte do PDV, de sua orientação argumentativa, de sua *prise en charge*, ou de sua única *prise en compte*.⁵⁰

Em relação ao papel do locutor, Rabatel (2010) também afirma que co, sobre- e subenunciação não devem ser confundidas com co, sobre- e sublocação: um locutor pode falar muito sem que seu PDV seja dominante interacionalmente. Da mesma forma, ser um locutor que fale pouco (um sublocutor) não implica ser um subenunciador. Da mesma forma, a coenunciação não implica que os dois coenunciadores pronunciem, como locutores, a mesma quantidade de palavras.

Dando continuidade à exposição da fundamentação teórica que sustenta o trabalho de análise dos textos do nosso *corpus* de estudo, na próxima seção, são elencados todos os estudiosos que contribuem na busca de dados, a partir do conjunto de subcategorias que elegemos para a compreensão do fenômeno da RE, quais sejam:

- a) tipo de voz convocada e designação;
- b) tipo de discurso relatado;
- c) tipo de verbo introdutor de discurso relatado;
- d) tipo de postura e apagamento enunciativo.

2.4 OUTRAS VOZES SOBRE A MATERIALIZAÇÃO DE RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA

Conforme já expusemos ao longo deste capítulo, duas são as categorias de análise escolhidas, a partir daquelas propostas por Adam (2011) – (i) os diferentes tipos de representação da fala e (ii) as indicações de quadros mediadores – e complementadas por Guentchéva (1990, 1994, 1996), Rabatel (2003, 2008, 2009, 2013, 2016) e Rabatel e

⁴⁹ “Les postures correspondent aux relations entre énonciateurs dans la co-construction linguistique d’un ‘même’ PDV, ce qui concerne notamment la détermination de la source principale du PDV, de son orientation argumentative, de sa *prise en charge* ou de sa seule *prise en compte*”.

⁵⁰ “La prise en compte (Roulet 1981: 19), comme son nom l’indique, concerne les PDV des autres, que L1/E1 intègre à son dire, sans se prononcer sur leur vérité”. (RABATEL, 2009, p. 75).

Chauvin-Vileno (2006), aos quais nos alinhamos. Buscando inspiração em Calsamiglia e Cassany (2001) e em Calsamiglia e López Ferrero (2003), que investigaram o papel e a função das vozes da ciência em notícias de seis jornais espanhóis no período crítico da doença da *vaca louca*, apresentamos a subcategoria (a) tipo de voz convocada e designação. Valemos de Petit (2002)⁵¹, que, ao também investigar o episódio da *vaca louca*, opta por examinar a figura do *expert* e, conseqüentemente, o vocábulo *expert*. De suas considerações, escolhemos adotar neste trabalho os termos *especialista* e *cientista* ao referir a representação de voz da ciência.

Calsamiglia e Cassany (2001) e Calsamiglia e López Ferrero (2003) apoiam-se em Girón Alconchel (1989), que preconiza que, antes da introdução da voz citada, o locutor introduz no discurso um quadro preparatório, explicitando de quem é a voz, como é designada, podendo acrescentar detalhes acessórios. Além disso, o locutor escolhe um verbo introdutor e a forma como inserir o saber de que essa voz é a origem – subcategorias (b) e (c) na continuidade desta seção.

Para o exame da subcategoria (b) tipo de discurso relatado, contamos com o aporte teórico de Maingueneau (2002), além da retomada das contribuições de Guentchéva (1994, 1996) e de Rabatel (2009, 2016); a partir do estudo de Thompson e Yiyun (1991), bem como dos trabalhos de Alrahabi e Desclés (2009) e Desclés (2009, 2016), buscamos descrever a subcategoria (c) tipo de verbo introdutor de discurso relatado. Para a apresentação da subcategoria (d) tipo de postura e apagamento enunciativo, apoiamos-nos em Rabatel (2004, 2013); Marnette (2004) vale-se de Rabatel (2004) para investigar a questão do apagamento enunciativo em textos da imprensa francesa, e nós nos valem, igualmente, do trabalho desta linguista para olhar os textos do nosso *corpus* de estudo nessa subcategoria.

Passamos, na próxima subseção, à descrição da subcategoria (a).

2.4.1 O Tipo de Voz Convocada e Designação

Focalizamos, nesta subseção, a subcategoria (a) tipo de voz convocada e designação, em conformidade com Calsamiglia e Cassany (2001) e com Calsamiglia e López Ferrero (2003), que se inspiraram no trabalho de van Leeuwen (1996), de quem também nos valem nesta análise. Além disso, nos aproximamos de Petit (2000) para justificar a opção pelos termos *especialista* e *cientista* nesta nossa investigação.

⁵¹ Para sustentar seu estudo, Petit (2000) reuniu um *corpus* constituído de textos da imprensa de grande circulação – o periódico *Libération* – entre os meses de março a outubro de 1996. Todos os textos tratavam da doença da *vaca louca* nos primeiros meses de divulgação na imprensa francesa.

Calsamiglia e López Ferrero (2003), no estudo que realizaram sobre o papel e a posição de vozes da ciência no discurso relatado em seis diferentes jornais espanhóis, em 1996, por ocasião do episódio da doença da *vaca louca*, debruçaram-se sobre a forma e a função da citação explícita. Para elas, esse tipo de citação consiste de um texto principal – discurso citante (D1) – e de um discurso citado (D2). O D1 é, sequencialmente, o ponto a partir do qual o locutor projeta o desenvolvimento de seu próprio discurso. Antes de inserir a voz citada, o locutor introduz um quadro preparatório (GIRÓN ALCONCHEL, 1989 apud GALSAMIGLIA; LÓPEZ FERRERO, 2001, p. 156), que é constituído por:

- a) a apresentação da identidade da voz citada. Isso envolve a sua apresentação por recursos linguísticos, tais como prenome, sobrenome, nome próprio, título ou honorífico, designação de *status* e posição pública, condecoração ou premiação, adjetivos relacionais etc. Quaisquer das escolhas feitas pelo locutor são relevantes;
- b) o verbo introdutor que o locutor atribui para a voz citada;
- c) outros elementos, que não são necessários, mas possíveis de constituírem esse quadro: narrativas, descrições, modalidades.

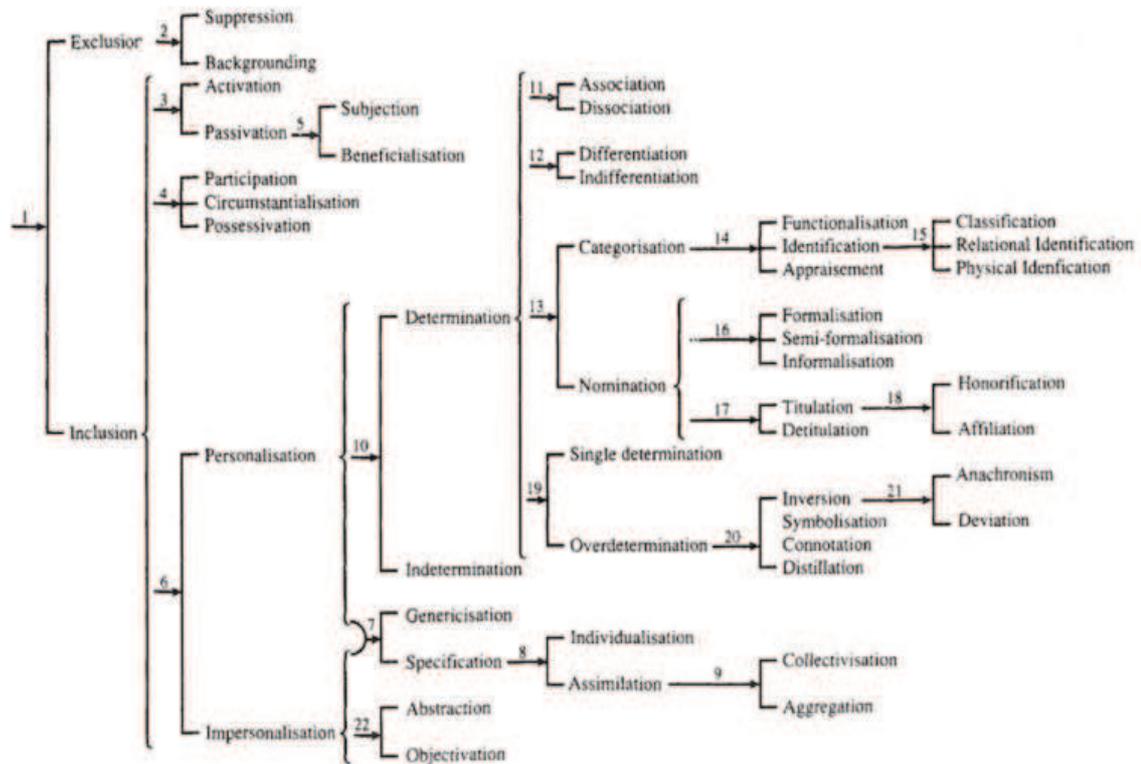
O quadro preparatório é a apresentação do enunciador segundo (e2) feita pelo locutor, em que o locutor é responsável por criar um novo contexto para as palavras citadas, de acordo com Calsamiglia e López Ferrero (2003). É por essa razão que as pesquisadoras se concentram nessa porção precisa de citação, a *pré-citação*, que desempenha o papel de interface entre o discurso citante (D1) e discurso citado (D2).

Para o estudo do quadro preparatório da citação, ou quadro pré-citação, Calsamiglia e López Ferrero (2003) se apropriam de parte do esquema elaborado por van Leeuwen (1996) relativo aos diferentes modos de representação de vozes sociais. Van Leeuwen (1996), interessado nos atores sociais envolvidos no discurso e preocupado em dar suporte à Análise Crítica do Discurso, desenvolve um sistema sociossemântico que permite um inventário⁵² da forma como os participantes do discurso – atores sociais – estão nele representados. A grande contribuição de van Leeuwen (1996) é o detalhamento do sistema em categorias de grande

⁵² Uma lista dos termos empregados por van Leeuwen (1996) no esquema da figura 4 com uma proposta de tradução para português e espanhol encontra-se no Apêndice D. A grafia dos termos segue a norma fixada pela Linguística Sistemico-Funcional (LSF), com iniciais maiúsculas ou minúsculas. Alguns dos termos empregados pelo linguista já se encontram consolidados na lista dos termos aprovados pelos pesquisadores que participam da lista de discussão da LSF em português. (NOVODVORSKI, 2008).

abrangência (FREITAS, 2010). O esquema de van Leeuwen (1996) pode ser visualizado na figura 4.

Figura 4 - Esquema dos diferentes modos de representação de vozes sociais no discurso



Fonte: van Leeuwen (1996, p. 46).

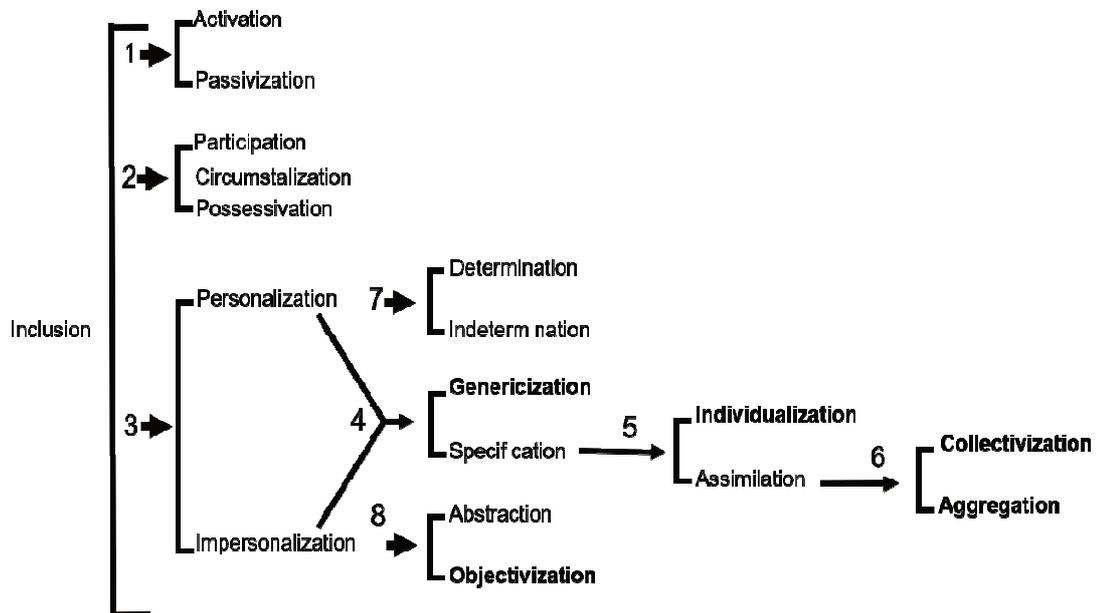
Procurando responder a perguntas, como *de que maneira os atores sociais podem ser representados no discurso em inglês* ou *quais escolhas estratégicas a língua inglesa oferece para referir pessoas*, van Leeuwen (1996) observou, no *corpus* que estudara, que os atores sociais podem ser excluídos ou incluídos em discursos específicos. Muitas vezes, um determinado ator deveria aparecer em determinado discurso, mas isso não ocorre, pois ele é totalmente excluído. Excluir um ator que deveria estar inserido no discurso implica um discurso que apaga um participante para fazer sobressair outro, objetivando atender os propósitos do L1/E1.

Quando incluídos, os atores podem ocupar lugar de (1) agente dos processos – participação por ativação; (2) paciente – estando apassivado, isto é, sujeitado à ação como meta, beneficiário, receptor etc., como vemos no esquema da figura 4. Essas classificações são desdobradas em novas classificações, a partir da análise de um *corpus* de

[...] textos ficcionais, de notícias, de editoriais de jornais, de revistas em quadrinhos, de redação escolar, de livros didáticos e de propagandas, todos, de certa forma, interligados pelo tema geral de educação e, mais especificamente, pelo período de transição da casa para a escola. (ASSIS, 2009, p. 44).

Do esquema (figura 4) elaborado por van Leeuwen (1996), Calsamiglia e López Ferrero (2003) levam em conta as cinco classificações grifadas em negrito no esquema da figura 5 a seguir: (1) generalização, (2) individualização, (3) coletivização, (4) agregação e (5) objetivização, como formas mais frequentes de representação de membros da comunidade científica a partir do *corpus* que analisaram.

Figura 5 - Esquema das formas frequentes de representação de vozes da ciência



Fonte: van Leeuwen (1996, p. 46 apud CALSAMIGLIA; LÓPEZ FERRERO, 2003, p. 157).

Na apresentação dos atores sociais, Calsamiglia e López Ferrero (2003) consideram ser um fator importante a escolha entre referência generalizada e referência específica: os atores podem ser representados (a) como classes (generalização) ou (b) como indivíduos identificáveis e específicos (especificação). Em se tratando de representação da ciência, são exemplos de formas em que há generalização *pesquisadores, médicos*, sem uma referência específica a um grupo concreto de profissionais.

A especificação pode ser singular (individualização) ou plural (assimilação). O processo de especificação singular manifesta-se por vozes de autoridade (cientistas nomeados). O processo de especificação por assimilação pode apresentar-se, segundo van Leeuwen (1996, p. 49 apud CALSAMIGLIA; LÓPEZ FERRERO, 2003, p. 157), de duas

formas principais: por agregação e por coletivização – a agregação quantifica grupos de participantes, tratando-os como estatística (*um certo número de médicos*); já na coletivização, os atores sociais são apresentados como comunidade, como um grupo conhecido (*especialistas da OMS*).

Em conformidade com Calsamiglia e López Ferrero (2003), van Leeuwen (1996) levam também em conta a generalização, a individualização, a coletivização e a agregação, que são quatro formas personalizadas no processo de representação de vozes. Em contrapartida, a objetivação é uma forma de impersonalização, realizada por referências metonímicas, como as relacionadas a textos (*a pesquisa, o estudo*). As cinco formas descritas aqui podem ainda ser indeterminadas ou determinadas, segundo van Leeuwen (1996).

A indeterminação ocorre quando os atores sociais são representados como não especificados, como indivíduos anônimos ou como grupos (com verbos na terceira pessoa do singular mais o pronome *se*, ou por pronomes indefinidos, como *alguns*); a determinação, por sua vez, ocorre quando sua identidade é, de alguma forma, especificada (*Flávio Mendonça, cardiologista do Hospital Sírio Libanês*).

Nos acrescentamos a esse esquema a classificação *nomeação* para a determinação. A nomeação dos atores sociais ocorre por *formalização* (tratamento por sobrenome), *semiformalização* (tratamento por nome completo) ou *informalização* (tratamento por prenome) (VAN LEEUWEN, 1996), classificações que podem ser relevantes na análise do nosso *corpus* de estudo.

Ainda para potencializar a análise da subcategoria (a), encontramos apoio em Calsamiglia e Cassany (2001)⁵³, também voltados para o episódio da doença da *vaca louca*, muito divulgado na imprensa escrita espanhola no ano de 1996. As classificações resultantes do conjunto de vozes identificado em sua pesquisa, em função dos atores sociais que representam, partindo da forma linguística como são designados, interessam-nos sobremaneira. Eles adotam como possibilidades de representação, ainda em conformidade com van Leeuwen (1996), as seguintes: (a) representação individual ou (b) representação coletiva (grupo); (c) representação determinada (concretude) ou (d) indeterminada (abstração); e (e) representação personalizada (pessoas ou grupos de pessoas) ou (f) impersonalizada (textos). Para a visualização dos resultados da pesquisa que investiga a representação de voz da ciência, Calsamiglia e Cassany (2001) sugerem o quadro que segue.

⁵³ Calsamiglia e Cassany (2001) analisam, no seu estudo, um subconjunto do *corpus* geral (130 textos de procedência variada e em vários idiomas, dos meses de março e abril de 1996) sobre o episódio da *vaca louca*: 35 documentos correspondentes a notícias de periódicos espanhóis dos três primeiros dias de divulgação da possível transmissão da doença à espécie humana, de 22 a 24 de março de 1996.

Quadro 2 - Representação de voz da ciência

Voz coletiva		Voz individual		Texto
Indeterminada	Determinada	Indeterminada	Determinada	

Fonte: Calsamiglia e Cassany (2001, p. 182, tradução nossa).

Como conclusão da sua investigação, Calsamiglia e Cassany (2001) agrupam os dados resultantes do levantamento da representação de voz da ciência do seu *corpus* em três grandes classificações: coletivos sociais, indivíduos representativos de alguma coletividade e textos relevantes para a sociedade. Os coletivos sociais são representados mediante uma voz coletiva (indeterminada), ou pela designação determinada de um grupo social (país, instituição, organização); os indivíduos representam os diferentes âmbitos sociais (cidadania, comércio, política, imprensa). Vejamos o quadro elaborado por eles.

Quadro 3 - Representação de voz não científica⁵⁴

Coletivos sociais			Indivíduos representativos					Textos	
Indeter.	Determinada		Indeter.	Determinada					
	País	Inst.	Org.		Cid.	Com.	Org.	Polít.	Infor.

Fonte: Calsamiglia e Cassany (2001, p. 180, tradução nossa).

Neste trabalho, apropriamo-nos dos quadros criados por Calsamiglia e Cassany (2001) para o levantamento quantitativo das vozes convocadas, que são analisadas no artigo principal das três reportagens do nosso *corpus* de estudo, contudo podemos proceder a adaptações motivadas pelos resultados obtidos na contabilização da representação de voz tanto não científica quanto da ciência.

Para complementar o exame desta subcategoria (a), buscamos alguns subsídios no trabalho desenvolvido por Petit (2000). No *corpus* que investigou, Petit (2000) observou que o vocábulo *expert* (em português, *perito*) integrou um paradigma de termos, às vezes reformulantes e correfenciais: *pesquisador, cientista, especialista, químico, biólogo, médico, virologista* etc. Frequentemente, ele entrou em coocorrência com *cientista*, outra figura do *especialista*. Assim, decidiu focalizar a questão da designação, após haver examinado

⁵⁴ Abreviaturas empregadas no Quadro 3: Indeter.: indeterminada; Inst.: instituição; Org.: organização; Cid.: cidadania; Com.: comércio; Polít.: política; Infor.: informação.

estereótipos culturais relativos aos termos *expert/perito* e *cientista* veiculados por glosas lexicográficas.

Examinando as variações entre dois dicionários, *Petit Robert* e *Lexis*, Petit (2000) verificou que o *expert/perito* tem suas competências adquiridas em um domínio exterior a ele; o *cientista* permanece no interior de seu domínio. Enquanto o *expert/perito* atua a pedido, o *cientista* conduz uma pesquisa no seu domínio, mesmo quando empreende uma atividade de divulgação.

De acordo com Petit (2000), a relação com o saber e com a verdade igualmente difere entre ambos. O saber do *cientista* pode deixar em aberto uma questão, sem que isso implique sua desqualificação; um *expert/perito*, ao contrário, deve resolver uma pendência; supõe-se que ele disponha de um saber que leve à produção da verdade, que ele diga a verdade. Diferentemente do *cientista*, o *expert/perito* traz um apoio a uma decisão (pelo menos é evidente nos estereótipos culturais, segundo Petit (2000)).

Por outro lado, todo *expert/perito* é, em princípio, um *cientista*, pois é em função de suas habilidades e de seus conhecimentos que ele recebe um mandato; já nem todo *cientista* tem o estatuto de *expert/perito*, adquirindo-o se seus conhecimentos forem necessários fora de seu domínio. (PETIT, 2000).

Enquanto denominação da categoria de *re*, Petit (2000) afirma que o vocábulo *cientista* remete aos referentes objectalmente indexados, institucionalmente legitimados. Um biólogo, um médico, por exemplo, podem receber a designação de *cientista*, pelo fato de que a disciplina que exercem é institucionalmente reconhecida como ciência. *Cientista* não remete a uma classificação de profissões, mas a uma indexação de grandes domínios de atividade.

Como denominação da categoria de *dicto*, segundo menciona Petit (2000) em seu estudo, *cientista* remete a um referente mediatizado por um universo de crença. A categorização se baseia não sobre uma indexação objectal do real, mas sobre uma avaliação: é um cientista das finanças.

Ao contrário do *cientista*, que situa seu referente no interior de uma topografia de grandes práticas socioprofissionais, o *expert/perito* e o *especialista* o localizam por sua relação com o conhecimento: realizado (*perito e especialista* focam o adquirido) e não realizado (*pesquisador* enfoca a descoberta, a aquisição), explicita Petit (2000).

Na análise do artigo principal das reportagens que constituem o nosso *corpus* de estudo, optamos por adotar os vocábulos *cientista* e *especialista*, quando do exame da representação de vozes da ciência. *Cientista*, ao referir vozes vinculadas a instituições de pesquisa, ou seja, envolvidas em estudos no âmbito da ciência; *especialista* para vozes cuja

profissão esteja relacionada a um campo do saber científico, como gastroenterologista, nutricionista, psiquiatra, neurologista, cardiologista, dentre outros.

Na próxima subseção, abordamos a subcategoria (b) tipo de discurso relatado.

2.4.2 O Tipo de Discurso Relatado

Abordamos, nesta subseção, a subcategoria (b) tipo de discurso relatado, retomando o que expõem Guentchéva (1994, 1996), Rabatel (2003, 2004, 2005, 2009, 2010, 2013, 2016) e Rabatel e Chauvin-Vileno (2006), nas seções 2.2 e 2.3, respectivamente, e nos apropriando do estudo de Maingueneau (2002), quando ele trata do fenômeno da polifonia, conceito introduzido pelo linguista russo Bakhtin para o estudo da literatura romanesca. A partir de então, o termo *polifonia* vem sendo utilizado na linguística para analisar os enunciados nos quais várias vozes são percebidas simultaneamente. Diante disso, as reportagens do nosso *corpus* de estudo podem constituir-se em exemplos desse fenômeno de confluência de vozes.

Para Maingueneau (2002, p. 139, grifo do autor), o discurso relatado “[...] constitui uma enunciação sobre outra enunciação; põem-se em relação dois acontecimentos enunciativos, sendo a enunciação citada objeto da enunciação citante”. Ainda conforme o linguista, no caso da citação em discurso relatado direto (DRD)⁵⁵, o enunciador não só se exime da responsabilidade sobre as falas citadas, mas também *simula* a sua reconstituição. Esse tipo de discurso tem como característica o fato de “[...] dissociar claramente as duas situações de enunciação: a do discurso citante e a do discurso citado”. (MAINGUENEAU, 2002, p. 140).

Ainda na abordagem do DRD, Maingueneau (2002) discorre sobre a questão da sua fidelidade. Para ele, por vezes, pode acontecer a reprodução fidedigna das palavras do autor citado no discurso citante. Porém, esse tipo de discurso não tem o papel de relatar fielmente as falas pronunciadas e, caso o faça, “[...] trata-se apenas de uma *encenação*, visando criar um efeito de autenticidade [...]”. (MAINGUENEAU, 2002, p. 141, grifo do autor). Assim, o DRD tem como característica o fato de, supostamente, indicar as palavras proferidas. De qualquer modo, declara Maingueneau (2002, p. 141),

[...] não há como comparar uma ocorrência de fala efetiva (com, no oral, determinada entonação, gestos, um auditório que reage...) e um enunciado citado

⁵⁵ As siglas empregadas por nós para as distintas formas de representação da fala, neste trabalho, são as seguintes: DRD para discurso relatado direto; DRI para discurso relatado indireto; DRM para discurso relatado mediado. O DRM distingue-se do discurso relatado indireto (DRI) assumido pelo locutor, conforme Guentchéva (1996), e não pode ser com ele confundido. Para referir o discurso indireto, usamos a sigla DI.

entre aspas em contexto totalmente diverso. Como a situação de enunciação é reconstruída pelo sujeito que a relata, é essa descrição necessariamente subjetiva que condiciona a interpretação do discurso citado. O DD não pode, então, ser objetivo: por mais que seja fiel, o discurso direto é sempre apenas um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal.

Maingueneau (2002) enumera algumas razões para justificar o emprego do DRD: (a) criar efeito de autenticidade, indicando que as falas relatadas são aquelas que foram realmente proferidas; (b) manter certo distanciamento, seja porque o enunciador citante não adere ao que é dito e não quer associar essa posição com aquela que ele realmente assume; seja porque quer explicitar, mediante esse tipo de discurso, “[...]‘sua adesão respeitosa, fazendo ver o desnível entre palavras prestigiosas, irretocáveis e as suas próprias palavras (discurso de autoridade)’, seja para evidenciar objetividade, seriedade em relação às falas proferidas”. (MAINGUENEAU, 2002, p. 142).

Maingueneau (2002) igualmente se manifesta sobre as formas de introdução do DRD, expondo que o discurso citante, na modalidade escrita, deve satisfazer a duas exigências: indicar que houve um ato de fala e marcar o limite que o distingue do discurso citado. Os recursos que contribuem para satisfazer essas exigências são o emprego de um verbo e de alguns sinais tipográficos, como os dois pontos, os travessões, as aspas, os itálicos. Em relação às marcas tipográficas, Maingueneau (2002) lembra que, às vezes, podem ser as únicas marcas de DRD, pois o elemento introdutor pode não estar explícito.

Quanto aos verbos indicadores de uma enunciação, eles podem ser inseridos antes do DRD, em oração intercalada no interior do discurso citado, ou no final do discurso citado. Maingueneau (2002) salienta ainda que há verbos introdutórios de DRD que não designam um ato de fala, nem mesmo são transitivos. Assim, podemos encontrar verbos como *indignar-se*, *acusar*, *lamentar*, *extrapolar*, dentre muitos outros, que não são verbos *dicendi*. Para ele, “É o fato de estarem acompanhados de DD que os converte retrospectivamente em introdutórios de discurso relatado”. (MAINGUENEAU, 2002, p. 144).

Em contrapartida ao DRD, Maingueneau igualmente aponta para o fato de que há um modo indireto, mediatizado (DRM), como postula Guentchéva (1990, 1994, 1996) em seus trabalhos, para o enunciador indicar que não é o responsável por um enunciado. Ele o faz mostrando que está apoiando seu discurso em outro discurso, mediante marcas, como os conectores de conformidade (marcas de interesse em nossa investigação). Essas marcas assinalam uma mudança de PdV (*segundo X*, *para X*, *conforme X* etc.), e cabe ao verbo introdutor fornecer o quadro no qual o discurso citado poderá ser interpretado.

Acerca da utilização do discurso relatado indireto⁵⁶ (DRI), Maingueneau (2002, p. 149) postula que “[...] o enunciador citante tem uma infinidade de maneiras para traduzir as falas citadas, pois não são as palavras exatas que são relatadas, mas sim o conteúdo do pensamento”. As falas em DRI são apresentadas sob a forma de uma oração subordinada objetiva direta introduzida por um verbo *dicendi*. Nesse caso, a escolha do verbo introdutor é igualmente relevante, pois pode orientar a interpretação por parte do leitor, dando determinado direcionamento ao discurso citado.

Calsamiglia e López Ferrero (2003, p. 155), por sua vez, declaram que o uso da citação em contextos, como é o caso da mídia impressa, leva à incorporação de novos parâmetros na identificação de fórmulas de citação. Para as linguistas, ao tratarmos de dados escritos, podemos distinguir diferentes estilos:

- a) citação direta: ocorre uma ruptura entre a sintaxe do discurso citante (D1) e do discurso citado (D2), que resulta em dois enunciados diferentes colocados em relação um com o outro; os dois segmentos estão ligados por meio de justaposição e são sinalizados mediante marcadores gráficos, como dois pontos (:);
- b) citação indireta: há apenas um discurso, D1, com um único centro dêitico – uma oração subordinada introduzida por uma conjunção – e a concordância correspondente dos tempos;
- c) citação integrada: assume a forma de citação indireta, mas com segmentos (de maior ou menor extensão) assinalados como sendo citados diretamente ou literalmente, ou com marcação tipográfica, principalmente aspas ou fontes grifadas (em negrito ou itálico). Esse tipo de citação permite a mistura de traços sintáticos de estilo direto e indireto, frequentemente empregado por jornalistas;
- d) citação inserida: as palavras do enunciador segundo são trazidas para o discurso principal por meio de marcadores, tais como *segundo X* ou *para X, nas palavras de X, de acordo com X*, os quais assumem a função de atribuir palavras explícitas a uma voz especial (literalmente ou não literalmente, dependendo do uso de sinais gráficos de citação) sem qualquer verbo introdutor.

⁵⁶ Maingueneau (2000, p. 149) afirma que “[...] um preconceito reforçado pelos exercícios escolares estabelece que se pode passar mecanicamente do discurso direto para o indireto. [...]. DD e DI são dois modos de citação independentes um do outro, que funcionam segundo esquemas enunciativos próprios”.

Na subseção 2.4.3, a seguir, objetivamos apresentar elementos para a descrição e a análise dos verbos introdutores de discurso relatado nos textos do nosso *corpus* de estudo, bem como para a aferição do grau de engajamento expresso pelo verbo introdutor nos diferentes tipos de discurso relatado, próxima etapa dessa tarefa de análise.

2.4.3 O Tipo de Verbo Introdutor de Discurso Relatado

Nesta subseção, apresentamos alguns subsídios para a descrição e a análise do tipo de verbo introdutor do discurso relatado – subcategoria (c), em conformidade com Thompson e Yiyun (1991); depois, acrescentamos, consoante Alrahabi e Desclés (2009), Desclés (2009, 2016) e Desclés e Guentchéva (1997), elementos importantes para a aferição do grau de engajamento do L1/E1 na verdade dos enunciados.

Iniciamos a exposição pela descrição dos verbos introdutores de acordo com o seu potencial: denotativo e avaliativo. (THOMPSON; YIYUN, 1991).

2.4.3.1 Verbos Introdutores e seu Potencial Denotativo e Avaliativo

Thompson e Yiyun (1991) sugerem, a partir de seus estudos, que os verbos introdutores de discurso relatado podem ser classificados tanto em termos de sua denotação, ou seja, conforme a atividade que denotam (portanto, verbos mais relacionados a processos), quanto em relação ao seu potencial avaliativo, para que possamos vislumbrar o papel que desempenham na avaliação que sua presença acarreta. O potencial avaliativo dos verbos diz respeito ao posicionamento ou à apreciação que o escritor⁵⁷ faz das vozes que incorpora em seu discurso e, mediante essa interpretação, pode manifestar a orientação argumentativa que deseja imprimir ao discurso.

Tanto o potencial denotativo quanto o potencial avaliativo são dimensões que se encontram em relação de complementaridade e que somente se separam para fins de estudo, como é nosso propósito nesta investigação. Observamos, em nossa análise, o modo como o potencial denotativo e o potencial de avaliação interagem no nosso *corpus* de estudo, bem como alguns dos efeitos no contexto imediato.

Sucintamente, relacionamos, a seguir, as classificações sugeridas por Thompson e Yiyun (1991), além de trazer como exemplos os verbos introdutores apontados por eles. Os

⁵⁷ Thompson e Yiyun (1991) empregam a palavra *escritor* arbitrariamente para se referir a quem está relatando, aquele que elabora o texto e, nessa tarefa, convoca outras vozes. A palavra *autor* é empregada para a voz que é citada.

autores procedem à análise sob os aspectos já mencionados: potencial denotativo e potencial avaliativo, que precisam ser considerados na compreensão das razões pelas quais os produtores de texto escolhem um verbo particular. A interação entre esses aspectos é complexa e nem sempre tão clara como se poderia desejar, afirmam Thompson e Yiyun (1991).

- Potencial denotativo dos verbos introdutores

Quanto ao seu potencial denotativo, segundo Thompson e Yiyun (1991), os verbos podem ser classificados em três grupos de processos:

- a) *textual*, que abrange verbos referentes ao processo no qual a expressão verbal é um componente obrigatório, como *declara, escreve, nomeia, designa, chama, nega, desafia, sublinha, aponta*;
- b) *mental*, que inclui verbos que se referem principalmente a processos mentais (expressos no texto do autor), como *acredita, pensa, focaliza, considera, prefere*;
- c) de *pesquisa*, isto é, verbos que se referem principalmente a processos mentais ou físicos que são parte de um trabalho de pesquisa, bem como das descrições do autor sobre esses processos, como *mede, calcula, quantifica, obtém, encontra, descobre*.

Essas classificações relacionadas a processos não são, para Thompson e Yiyun (1991), fixas e estanques nem precisam sê-lo. Pode haver um deslizamento de uma categoria a outra, como ocorre com o verbo *analisar*, segundo os autores. Esse verbo tanto pode ser classificado como processo mental quanto como processo de pesquisa. Ou pode ser classificado como ambos, dependendo da extensão sobre a qual o autor relata como análise: “[...] um problema (mental), de composição de um mineral (pesquisa), ou algumas descobertas (mental e pesquisa)”. (THOMPSON; YIYUN, 1991, p. 370).⁵⁸

Para Thompson e Yiyun (1991), o que todos os verbos introdutores têm em comum é que envolvem a presença do autor do texto, em um grau mais ou menos explícito. Normalmente, a responsabilidade pelo processo é atribuída ao autor, por vezes indiretamente, mediante seu texto ou sua pesquisa. Por essa razão, todos esses verbos são inseridos na classificação atos de autor, afirmam Thompson e Yiyun (1991). Contudo, há um grupo menor

⁵⁸ “[...] a problem (mental), the composition of a mineral (research), or some findings (mental and research)”.

de verbos de relato que não se referem a atos do autor, mas antes a processos pelos quais a responsabilidade é atribuída a relatos do escritor.

Os verbos atos de escritor podem ser divididos em dois subgrupos: comparação e teorização.

- a) os verbos de *comparação* são os que indicam que o escritor coloca o trabalho do autor em certa perspectiva, usualmente por meios de comparação ou contraste, como *corresponde a, concorda com, antecipa, contrasta com;*
- b) os verbos de *teorização* indicam o uso feito pelo escritor do trabalho do autor no desenvolvimento de seu próprio argumento, como *explica, sustenta, responsabiliza-se por.*

Thompson e Yiyun (1991) apontam, contudo, que essa divisão simples entre atos do autor e atos do escritor também é enganosa. Verbos de processo de *teorização* podem, inclusive, ser usados para descrever atos do autor; o mesmo fenômeno não pôde ser observado por eles, em sua pesquisa, quanto aos verbos de processo de comparação.

- Potencial avaliativo dos verbos introdutores

Analisando o potencial avaliativo dos verbos introdutores, Thompson e Yiyun (1991) julgam necessário considerar três fatores separadamente: posição do autor, posição do escritor e interpretação do escritor, pois, assim, seria possível melhor apreender muitas características essenciais da avaliação em verbos introdutores.

A *posição do autor* é o mais direto dos três fatores mencionados pelos linguistas. Trata-se da atitude por meio da qual o autor é relatado (em verbos atos do autor) na direção da validade da informação ou da opinião relatada. Thompson e Yiyun (1991) sugerem três opções distintas de atitude:

- a) *positiva*, em que o autor é relatado como se estivesse apresentando uma informação/opinião como verdadeira/correta. Os verbos *aceita, enfatiza, admite a hipótese de, invoca, nota, aponta, assume, raciocina, inscreve-se* são os exemplos citados por eles;

- b) *negativa* é a atitude em que o autor é relatado como se estivesse apresentando a informação/opinião como falsa/incorreta. São exemplos dessa atitude do autor: *ataca, desafia, disputa, recusa, diverge de, objeta, opõe-se, questiona, rejeita*;
- c) *neutra*, quando o autor é relatado como se estivesse apresentando a informação/opinião nem como verdadeira, nem como falsa, nesse ponto em seu trabalho. Verbos como *examina, avalia, focaliza, coloca, cita, enfrenta, empreende* exemplificam esse tipo de atitude do autor.

Quanto ao fator *posição do escritor*, três opções podem ser também identificadas:

- a) *fatual*, quando o escritor retrata o autor como se estivesse apresentando informação verdadeira ou uma opinião correta. Thompson e Yiyun (1991) exemplificam com os verbos *demonstra, conhece, identifica, melhora, prova, reconhece, traz, noticia, fundamenta, lança luz sobre*;
- b) *contrafatual*, quando o escritor retrata o autor como apresentando falsa informação ou opinião incorreta. Por exemplo: *trai, confunde, negligencia, ignora, abusa*;
- c) *não fatual*, se o escritor não dá sinais claros quanto a sua atitude na direção da informação do autor/opinião. Por exemplo: *avança, acredita, reclama, reivindica, examina, generaliza, propõe, utiliza, insta, retém, mantém, conserva, preserva*.

No fator *interpretação*, de acordo com Thompson e Yiyun (1991), ambas, posição do autor e posição do escritor, dizem respeito basicamente à verdade/à correção, ou, por outro lado, à proposição relatada. Eles identificam quatro tipos principais disponíveis ao escritor. São eles:

- a) *interpretação do discurso do autor*, quando o escritor apresenta uma interpretação de como a informação/opinião se insere no texto do autor. Exemplos: *adiciona, comenta, continua, detalha, menciona, nota/observa, repete, observa, esboça*;
- b) *interpretação do comportamento do autor*, quando o escritor apresenta uma interpretação da atitude ou propósito do autor em dar a informação/opinião relatada. Os verbos *admite, advoga, assevera, critica, sugere, enfatiza, favorece, admite a hipótese de, insiste, reitera, lembra, adverte* podem exemplificar esse tipo;

- c) *interpretação do status*, quando o escritor indica o *status* funcional dentro de seu próprio quadro da informação/opinião relatada. São exemplos: *confirma, estabelece, populariza, prova, soluciona*;
- d) *não interpretação*, que ocorre quando o escritor apresenta o relato como objetivo. Alguns exemplos de verbos: *adota, aplica, calcula, emprega, mapeia, observa, providencia, diz, vê, usa, escreve*.

Podemos visualizar a classificação sugerida por Thompson e Yiyun (1991) no quadro a seguir.

Quadro 4 - Classificação dos verbos introdutores do discurso relatado

Potencial Denotativo		Potencial Avaliativo		
Atos do Escritor	Atos do Autor	Posicionamento do Autor	Posicionamento do Escritor	Interpretação do Escritor
Comparação ou contraste Teorização	Textual Mental Pesquisa	Positivo Negativo Neutro	Fatual Contrafactual Não fatual	Do discurso do Autor Do comportamento do Autor Do <i>status</i> da citação Não interpretação

Fonte: Elaborado pela autora com base em Thompson e Yiyun (1991).

Thompson e Yiyun (1991, p. 365, tradução nossa), em sua pesquisa, dão atenção particular aos modos como o escritor compromete a si mesmo ou como se destaca da proposição relatada em graus variados. O modelo de abordagem dos verbos introdutores proposto por eles “[...] pode servir como uma imagem pedagógica para auxiliar a compreender ou escolher verbos e, além disso, interpretar ou comunicar avaliação”⁵⁹ em textos, inclusive midiáticos de divulgação científica.

2.4.3.2 Verbos Introdutores e Operações Enunciativas

Nesta subseção, apresentamos o resultado do trabalho de Alrahabi e Desclés (2009), no qual fazem uma análise das operações de *prise en charge* ou operações enunciativas, relativas ao engajamento na enunciação no quadro do DRD. Para aprofundar a análise do

⁵⁹ “[...] may serve as a pedagogic image to help the students in understanding ou choosing reporting verbs and, beyond that, in interpreting or conveying evaluation”.

nosso *corpus* de estudo, valemo-nos ainda de Desclés (2009, 2016) e de Desclés e Guentchéva (1997).

Alrahabi e Desclés (2009) distinguem dois níveis de enunciação: aquele do plano dialógico principal entre enunciador⁶⁰ e coenunciador – L1/E1; e aquele que concerne ao polo dialógico relatado entre locutor⁶¹ e colocutor – l2/e2. Então, procedem ao tratamento de casos (1) em que o enunciador efetua uma *simples prise en charge* do conteúdo predicativo; (2) em que tem a possibilidade de *prendre en charge* esse conteúdo predicativo com uma posição exibida em relação ao valor de *verdade* (verdadeiro, falso, plausível); (3) ou com uma modalidade que aborda os valores do *necessário*, do *possível* e do *provável*, destacando a maior ou a menor certeza dos fatos apresentados. O enunciador também tem a possibilidade de efetuar *prises en charge com modalidades deônticas*, introduzindo relações intersubjetivas entre si e uma rede de outros sujeitos. Por fim, as *modalidades apreciativas* permitem ao enunciador situar o tema apresentado em relação a alguma axiologia (bom/mau/bonito/feio etc.). Essas operações podem ser visualizadas na figura 6 adiante (p. 71).

Os linguistas analisam essas diferentes operações de *prise en charge* em enunciados de DRD. Isso significa que as marcas linguísticas – os verbos introdutores – são analisadas nos dois níveis já mencionados: aquele do plano dialógico principal, entre enunciador e coenunciador, e aquele do pólo dialógico relatado, entre locutor e seu colocutor.

Para tratar do DRD, Alrahabi e Desclés (2009) assumem que há muitas formas de explicitá-lo. No seu trabalho, interessam-se por aquelas em que o enunciador (L1/E1) assume o conhecimento do que é dito ou escrito por um locutor (l2), distinguindo-o formalmente de seu discurso. As formas prototípicas são as que seguem:

- a) X introdutor: “...” / introdutor-X : “ ... “ / José diz: “...” . / Diz José: “....”.
- b) X introdutor que “ ...” / introdutor -X que “ ...”
- c) “..., introdutor-X, ...” “...., diz José,”
- d) “...”, introdutor-X “....”, diz José.

⁶⁰ Todo ato enunciativo introduz, necessariamente, um sujeito enunciador, ou simplesmente um enunciador EU e um coenunciador TU. Esses dois participantes dos diálogos constituem os polos dialógicos fundamentais. (DESCLÉS; GUENTCHÉVA, 1997).

⁶¹ As línguas são sistemas semióticos que tornam possível fazer outros falarem e relatar as palavras de um terceiro. O locutor é o último enunciador que assume diretamente a relação enunciativa. Ele pode ser identificado ao sujeito enunciador ou dele se diferenciar. Exemplo: EU (enunciador) digo: X (locutor) disse o que é dito. (DESCLÉS; GUENTCHÉVA, 1997, p. 4).

O introdutor representa, para Alrahabi e Desclés (2009), um marcador que indica um ato de linguagem relatado, sem o qual não poderíamos saber que havia esse ato. Tal marcador pode preceder o propósito relatado, mas também pode aparecer em inciso mediano ou posposto. Interessam-nos aqui os introdutores da categoria verbal. O símbolo X, por sua vez, representa uma ocorrência do locutor, sendo o último enunciador que assume diretamente a relação predicativa.

No seu estudo, Alrahabi e Desclés (2009) explicitam algumas das operações de *prise en charge* mencionadas:

- *Prise en charge da verdade*

Em uma *enunciação simples*, o enunciador se limita a *prendre en charge* a relação predicativa sem, todavia, se engajar na verdade daquilo que enuncia. Ela é, então, *negociável* entre o enunciador e o coenunciador mediante ajustes, negociações dialógicas etc. Para os linguistas, o exemplo mais representativo dessa categoria no DRD é o verbo *dizer* atribuído ao enunciador: *Eu digo que X disse: "...*"; ou então atribuído ao locutor: *X disse: "...*".

Em um ato *assertivo*, por outro lado, tanto o enunciador quanto o locutor assumem completamente sua responsabilidade em relação ao conteúdo da predicação (DESCLÉS; GUENTCHÉVA, 1997). O julgamento expresso por tal asserção é feito pelo enunciador, enquanto *prise en charge* da verdade ou da falsidade de uma relação predicativa e atribuída ao enunciador e ao locutor. O enunciador pode apresentar o conteúdo predicativo como uma certeza ou um saber; como resultado de uma constatação ou de uma prova. As marcas, aqui, limitam-se aos introdutores que indicam uma asserção, como os verbos *afirmar*, *assertar*, *constatar*. São exemplos: *Eu afirmo que X disse: "...*". / *X afirmou o seguinte: "...*". (ALRAHABI; DESCLÉS, 2009).

- *Prise en charge da plausibilidade*

A enunciação mediatizada, conforme Guentchéva (1994,1996) e, mais tarde, Desclés e Guentchéva (1997), diz respeito ao modo de comunicação que implica um desengajamento parcial do enunciador face ao conteúdo predicativo assumido (uma *quasi-prise en charge*, no entender de Rabatel [2004]). O L1/E1 indica implicitamente que seu modo de acesso ao conhecimento ocorre ou ocorreu de modo mediatizado.

Para Alrahabi e Desclés (2009), no quadro do DRD, o enunciador pode apresentar o ato de locução relatado como *plausível*, isto é, como “[...] resultado de um raciocínio *abduativo* baseado em índices perceptivos ou cognitivos”. (ALRAHABI; DESCLÉS, 2009, p. 4, grifo do autor).⁶² O condicional é uma marca linguística que expressa esse raciocínio, como em: *X teria dito: “eu prefiro isso àquilo...”*. Em nosso trabalho, escolhemos abordar os conectores de conformidade como manifestação do mediativo.

- ***Prise en charge das modalidades apreciativas***

Levando em conta a enunciação relatada, o enunciador pode mostrar sua atitude, segundo uma modalidade de julgamento apreciativo ou avaliativo sobre o conjunto da enunciação relatada ou sobre o conteúdo do propósito do locutor; ele pode também manifestar um julgamento sobre a atitude que o locutor adota durante o ato de locução, ou sobre sua maneira de enunciar. Verbos como *pretender, presumir, dizer com sinceridade, enervar-se* são alguns exemplos mencionados por Alrahabi e Desclés (2009).

- ***Prise en charge das modalidades intersubjetivas***

Sua análise deve considerar o coenunciador e, no quadro do DRD, o colocutor. Alrahabi e Desclés (2009) distinguem quatro relações possíveis entre locutor e colocutor:

- d1) relação a propósito do conteúdo predicativo – o locutor assume o conteúdo predicativo e o propõe a seu colocutor sob diferentes modalidades, que podem ser expressas por verbos como *contar, informar, lembrar, perguntar*, dentre outras;
- d2) relação estabelecida entre ambos conectada com a verdade do conteúdo predicativo. Nesse caso, o locutor põe em dúvida a verdade daquilo que o colocutor já adiantou – *denunciar, acusar* – ou o que o enunciador considera que o locutor adianta como não estando em conformidade com a verdade – *mentir, enganar*;
- d3) relação entre ambos em conexão com a vontade exercida por um sobre o outro. Exemplos de marcadores desta categoria são *ceder, aceitar, contestar, objetar, propor, prometer, encarregar, pedir, ordenar, proibir, permitir, ameaçar, convencer* etc.;

⁶² “[...] resultat d’un raisonnement *abductif* basé sur des indices perceptifs ou cognitifs”.

d4) relação entre ambos conectada com uma apreciação manifesta pelo locutor frente a seu colocutor, com o emprego de marcadores como *criticar, humilhar, disputar, ostentar, desculpar-se, reclamar* etc.

Alrahabi e Desclés (2009) acrescentam ainda modalidades pelas quais o enunciador descreve a organização do discurso do locutor – *abordar o assunto, começá-lo, retomá-lo, resumi-lo, terminá-lo* etc. – ou a estratégia dialógica entre locutor e colocutor – *chamar, interrogar, responder, transmitir* etc.

Os marcadores apontados por Alrahabi e Desclés (2009) e ilustrados nesta subseção são examinados por eles como introdutores de citação. A partir das classificações mostradas aqui, dentre outras, esses linguistas propõem um esquema semântico organizado segundo o critério de engajamento. O esquema pode ser visualizado a seguir, na figura 6.

Figura 6 - Escala do grau de força do engajamento



Fonte: Alrahabi e Desclés (2009, p. 6, tradução nossa).

Em nossa análise da subcategoria (c), valemo-nos desse esquema para procurar aferir o grau de engajamento manifesto no emprego dos verbos introdutórios, em representação de voz da ciência, identificados no artigo principal das reportagens do nosso *corpus* de estudo. A partir dos dados encontrados, podemos nos posicionar frente à aplicabilidade da proposta de Alrahabi e Desclés (2009), bem como das considerações de Desclés (2009, 2016) e de Desclés e Guentchéva (1997) a reportagens de divulgação científica.

Desclés (2009) retoma posteriormente a questão das operações enunciativas, lembrando que *o que é dito*, ou seja, *o que é enunciável* pode ser enunciado e tornar-se, assim, um enunciado, e deve, necessariamente, ser *prise en charge* por um enunciador, que poderá, então, (1) engajar-se no seu conteúdo; (2) desengajar-se mais ou menos; (3) deixá-lo ser assumido por outro enunciador; (4) ser introduzido por julgamentos avaliativos (epistêmicos ou aléticos); ou, ainda (5) recorrer ao coenunciador para responder a questões ou executar ordens. Portanto, podemos organizar essas operações (como mostra o esquema da figura 6) em conformidade com o grau de engajamento do enunciador no conteúdo proposicional: em uma escala de um grau maior a um grau menor de engajamento na verdade daquilo que é enunciado. Vejamos as operações enunciativas seguintes:

- ***Prise en charge da verdade (asserção)***

Trata-se de um julgamento que é adicionado à afirmação simples de um conteúdo proposicional; por uma asserção, o L1/E1 enuncia a verdade do que é dito. É um ato de linguagem sobre a verdade do que é dito e que, conseqüentemente, torna-se diretamente inegociável, inquestionável. O enunciador engaja-se completamente na verdade do conteúdo, mediante índices explícitos, como *afirmo*, *asseguro*, *garanto* etc.

- ***Prise en charge com modalidades de julgamento (avaliativas/apreciativas e intersubjetivas)***

O enunciador pode marcar sua atitude por um julgamento apreciativo sobre o conjunto da enunciação relatada ou sobre o conteúdo do propósito de I2. Pode, igualmente, enunciar seu julgamento sobre a atitude que o locutor adota durante o ato de locução, ou sobre sua maneira de enunciar.

- ***Simplex prise en charge (negociável)***

Trata-se da simples *prise en charge* de uma relação predicativa; é expressa por um enunciado declarativo, afirmativo ou negativo. O enunciador não se engaja completamente, como o faria em uma asserção.

- ***Prise en charge com modalidade do dizer (enunciação relatada)***

No seu ato dialógico de enunciação (DESCLÉS, 2016), o enunciador pode *prendre en charge* a enunciação de um locutor, a qual o enunciador inicial (E1) reproduz diretamente (ou indiretamente, com eventuais variações e interpretações pessoais) em seu dizer, acrescentando às vezes um julgamento pessoal.

Enunciação relatada direta: introduz um locutor (I1) que já *pris en charge* um conteúdo no seu referencial, o referencial das enunciações relatadas, como em *Luc disse: “O tempo está bom”*. Para essa enunciação, o enunciador inicial (E1) *prend en charge* o ato de *prise en charge* já efetuado pelo I2, indicando como esse locutor (I2) é marcado em relação ao E1 (seja identificado, seja diferenciado, seja em ruptura em relação a ele).

Enunciação relatada indireta: o enunciador E1, ao relacionar o conteúdo *prise en charge* por um locutor (I2), introduz sua própria interpretação do conteúdo proposicional relatado com as marcas/pistas diretas entre os actantes do conteúdo proposicional e o enunciador E1, e não mais (como na enunciação relatada direta) entre os elementos e o locutor I2;

- ***Prise en charge da plausibilidade (enunciação mediatizada)***

O enunciador *prendre en charge* somente a plausibilidade de uma proposição a partir de alguns índices. Essa operação evita o engajamento do L1/E1. Optamos, neste trabalho, por levar em conta os conectores de conformidade presentes no quadro pré-citação.

- ***Prise en charge da possibilidade e da probabilidade (com julgamentos modais epistêmicos de incerteza ou com modalidades aléticas, do possível e do provável)***

Na incerteza, o enunciador *prend en charge* um conteúdo predicativo (pois é ele quem o enuncia) sem se engajar completamente em seu conteúdo, como faria em um ato assertivo ou em uma simples enunciação declarativa com uma orientação (positiva ou negativa) do seu

conteúdo. (DESCLÉS, 2009). Essa operação implica uma *prise en charge* de um julgamento modal incerto.

Com modalidades epistêmicas de incerteza, o enunciador indica seu desconhecimento a propósito da verdade da proposição; nas modalidades aléticas, temos igualmente a enunciação de uma incerteza como possibilidade ou probabilidade.

Por uma enunciação modal, o enunciador não se engaja completamente na realização do que é dito, segundo Desclés (2009).

A enunciação modal é a expressão de uma *prise en charge* em que o enunciador indica um julgamento avaliativo, por exemplo ligado à incerteza da realização do que é dito, [...] o que contribui ainda a não se engajar completamente sobre a verdade do enunciado. (DESCLÉS, 2009, p. 47).

- *Prise en charge com modalidades de interrogação e negação*

O enunciador recorre ao coenunciador para responder a uma pergunta ou para executar uma ordem.

Essas considerações de Desclés (2009, 2016), retomando o estudo de Alarahabi e Desclés (2009), avançam no sentido de explicitar os critérios para aferição de engajamento no conteúdo proposicional de um enunciado e constituem ferramentas importantes na investigação a que nos propomos realizar.

Em 2.4.4, próxima subseção, abordamos a subcategoria (d) tipo de postura e apagamento enunciativo, trazendo a contribuição de Marnette (2004), bem como a de Rabatel (2004, 2013), em quem a primeira autora se apoia para estudar o fenômeno do apagamento enunciativo em textos midiáticos na França.

2.4.4 O Tipo de Postura e o Apagamento Enunciativo

Nesta subseção, detalhamos a subcategoria (d) tipo de postura e apagamento enunciativo, a qual serve como etapa de análise do nosso *corpus* de estudo; do mesmo modo, pretendemos contribuir com o alcance dos objetivos traçados no início desta investigação. Para isso, procuramos apoio, além de Rabatel (2004, 2013, 2015) e Rabatel e Chauvin-Vileno (2006), em Marnette (2004), que desenvolveu estudo sobre o apagamento enunciativo em textos da imprensa, como revistas femininas, revistas de informação e jornais diários.

As posturas, para Rabatel (2004, 2015), são codificadas na língua e no discurso, contudo essas marcas são inumeráveis, o que constitui a primeira dificuldade em abordar o

assunto. A coenuniação é indicada por marcas explícitas de concordância, tanto no *modus* quanto no *dictum* (este último desempenha um papel fundamental no apagamento enunciativo, com a concordância ocorrendo sobre o *dictum*, e o *modus* se limitando, em geral, à retomada das modalidades da frase, aos comentários metafóricos e reflexivos: tudo pode ser uma marca, como o léxico, a sintaxe, dentre outras marcas).

A sobre-enuniação evidencia-se no discurso relatado mediante as escolhas feitas pelo locutor citante sobre aquilo que deseja relatar – do momento, das segmentações e das eventuais transposições, da escolha dos verbos introdutórios. Além disso, muitas outras marcas podem ser levadas em conta: tempos verbais, modalidades e modalizações, estruturas dialógicas – pressuposição, negação, reformulação, confirmação, retificação, oposição, enriquecimento, discurso eco, ironia, discurso relatado, concessão, frase clivada, interrogação, pergunta retórica etc. –, efeitos enunciativos da encenação dos atores do enunciado, da organização e da recontextualização das citações.

A extensa enumeração de marcas operada por Rabatel (2004) confirma, segundo ele, a amplitude do problema: todas as marcas relacionadas por ele não indicam necessariamente a presença de um sobre-enunciador, nem a sua ausência marca automaticamente a presença de um subenunciador. Em síntese, de acordo com Rabatel (2004, p. 12, tradução nossa), “[...] parece cômodo afirmar que, tendo em vista a dificuldade de formalizar as marcas, as posturas se limitam aos efeitos interpretativos [...]”.¹

Marnette (2004) desenvolveu um estudo sobre o apagamento enunciativo em textos midiáticos franceses, retomando os mesmos conceitos formulados por Rabatel (2004). Para ela, a imprensa constitui um terreno de pesquisa interessante para investigar a relação locutor citante (L1) e locutor citado (l2).

Na imprensa, o jornalista pode reivindicar seu papel de repórter/redator. Mas as convenções da imprensa requerem igualmente que, à exceção de editoriais e artigos em primeira pessoa, a maior parte dos textos pareçam objetivos, isto é, que, de certa maneira, apaguem a voz do jornalista para dar prioridade às fontes, sejam fontes de discurso como os acontecimentos, sejam fontes de discurso a propósito de um acontecimento.

Se, por um lado, os jornalistas relatam acontecimentos enunciativos, como discursos políticos, declarações, por outro lado, seu acesso aos acontecimentos não enunciativos, como guerras, crimes, ocorre, na maior parte do tempo, não por meio de suas experiências, mas mediante o discurso de outros (testemunhas, especialistas etc.), de modo que, “[...] se os

¹ “[...] Il paraît trop commode de conclure, au vu de la difficulté de formaliser des marques, que les postures se limitent à des effets interprétatifs [...]”.

discursos são, por vezes, apresentados como acontecimentos, os acontecimentos são igualmente apresentados por meio do discurso”. (MARNETTE, 2004, p. 51, tradução nossa).²

A priori, como refere Marnette (2004), poderíamos considerar um relativo apagamento enunciativo do jornalista L1 (fonte citante) em benefício das fontes enunciativas I2 (fonte citada) e, portanto, de certo modo, uma postura de subenunciador do L1. Neste nosso trabalho, debruçamo-nos sobre casos em que o emprego do discurso relatado, em reportagens que comunicam ciência, situa claramente o jornalista L1 na posição de sobre-enunciador.

Em seu estudo, Marnette (2004) mostra que o jornalista pode colocar-se em posição de sobre-enunciador, uma vez que cita seu próprio discurso. Ele aborda o assunto dentro de um quadro mais ou menos argumentativo. Essa posição, para a linguista, é rara nos jornais diários franceses, que mantêm uma objetividade, todavia é mais frequente nas revistas femininas ou de celebridades, em razão de seu caráter familiar e de seu tom de diálogo, ou ainda nas revistas de informação mais polêmicas. Nesses veículos, reforça-se a posição de sobre-enunciador do jornalista-locutor em relação às outras fontes citadas.

Em casos mais conhecidos, em que o jornalista relata o discurso de outro, muitas razões explicam por que o I2 (fonte citada) pode estar na posição de subenunciador, segundo declara Marnette (2004). São algumas dessas razões:

- a) o artigo deve ser breve e focalizar aquilo que causará maior repercussão, por isso o apagamento do que é julgado inútil e a tendência de fazer uma montagem;
- b) o jornalista não tem acesso às próprias fontes e deve valer-se de conferências ou de testemunhos diversos, o que o leva a excluir certos elos dessa cadeia;
- c) o locutor-fonte deve, às vezes, ser protegido e, por isso, ficar anônimo;
- d) o locutor-fonte não é, muitas vezes, tão importante como indivíduo, mas como representante de uma opinião geral ou de uma categoria.

Do ponto de vista linguístico e discursivo, segundo Marnette (2004), a postura do L1 em sobre-enunciador e a do I2 em subenunciador pode manifestar-se das seguintes maneiras:

- a) *o L1 emite julgamentos implícitos sobre o discurso do I2*: ele também pode fazer isso explicitamente, empregando recursos linguísticos como advérbios ou adjetivos fora do discurso relatado, por exemplo. Pode, igualmente, jogar com o

² “[...] de sorte que si les discours sont parfois presentes comme des événements, les événements sont également presentes à travers des discours”.

semanticismo dos verbos *dicendi* e de pensamento, ou de outra expressão introdutora, o que, para nosso trabalho, constitui questão relevante por desejarmos investigar os verbos como estratégia na construção de um ponto de vista;

- b) *o L1 apaga a origem do l2*: nesse caso, há a ausência de referências precisas às fontes, o que pode ocorrer devido a várias razões, que vão desde a necessidade de concisão até a impossibilidade ou a inutilidade de citar as fontes;
- c) *o L1 apaga o querer dizer do l2*: ocorre, aqui, a recontextualização do discurso relatado, uma vez que é retirado da situação de enunciação inicial e inserido em outro discurso, com a transposição de embreantes ou não. Essa recontextualização pode ser mais ou menos evidenciada, o que remete ao efeito *patchwork*, isto é, à colagem de muitos discursos relatados. O efeito *patchwork* é visível quando “[...] os discursos relatados são discursos mistos, ou seja, com segmentos (transpostos ou não) entre aspas, vindos após um verbo *dicendi* e uma conjunção de subordinação (QUE), ou, então, inseridos em um DR-I” (MARNETTE, 2004, p. 56, tradução nossa)³.

O resultado de uma colagem é que os discursos citados são inseridos no discurso do jornalista-L1, que emprega o sinal de aspas tanto para indicar seu papel de repórter quanto para conferir autenticidade aos discursos citados. Para Marnette (2004), esses discursos, muitas vezes, não contêm os elementos de transposição do DRD para o DRI, como dêiticos, pronomes etc., o que torna sua integração no discurso citante facilitada;

- d) *o L1 apaga o dizer do l2*: há ausência de embreantes⁴ ou de sua transposição no discurso relatado, quer se trate de DRD, de DRI ou de discursos mistos. O dizer de l2/e2 pode ser apagado ou condensado, conforme Marnette (2004), como no exemplo:

Justiça: um funcionário da polícia da fronteira de [...] *foi condenado* a um ano de prisão em regime fechado por corrupção passiva pelo tribunal de [...] *por ter proposto* a uma refugiada do Centro de [...] relação sexual em troca de uma passagem à Inglaterra [...]. O policial, que *foi julgado* na última sexta-feira, foi afastado definitivamente da função pública. (MARNETTE, 2004, adaptado pela autora, grifo nosso).

³ “[...] lorsque les discours rapportés sont les discours mixtes, c’est-à-dire des segments (transposés ou non) entre guillemets venant à la suite d’un verbe de parole et d’une conjonction de subordination, ou bien étant insérés dans un DI [...]”.

⁴ Conforme Maingueneau (2002, p. 108), “Chama-se embreagem o conjunto de operações pelas quais um enunciado se ancora na sua situação de enunciação, e embreantes (também chamados ‘elementos dêiticos’, ‘dêiticos’, ou, às vezes, elementos indiciais)”, os elementos que, no enunciado, marcam essa embreagem.

No exemplo, o despacho judicial apaga ou condensa o conteúdo dos discursos pronunciados pelo tribunal e pelo policial acusado. Os discursos dos I2 são apresentados como acontecimentos enunciativos, isto é, produzindo enunciados em vez de conteúdos discursivos e de colocá-los em igualdade com outros acontecimentos não enunciativos

Em resumo, as estratégias linguístico-discursivas que L1 pode adotar em seu discurso para se posicionar como sobre-enunciador, de acordo com Marnette (2004), são que seguem:

- a) L1 emite julgamentos (implícitos ou explícitos) sobre o discurso de I2;
- b) L1 apaga a origem de I2;
- c) L1 apaga o querer dizer de I2;
- d) L1 apaga o dizer de I2;

Para finalizar a explicitação desta subcategoria, observamos que a diferença entre sobre- e subenunciação é complexa, como foi enfatizado por Rabatel (2004) e por Marnette (2004), pois, em parte, estão ligadas aos tipos de discurso relatado utilizados por L1, e muito mais pelo modo estratégico como os diferentes discursos relatados são inseridos no discurso de L1.

No intuito de ampliar o aporte teórico sobre nosso estudo a respeito da RE em reportagem de divulgação da ciência, na próxima seção, trazemos o conceito de contrato de comunicação, conforme formulado por Charaudeau (2006, 2010), bem como suas reflexões sobre o contrato de comunicação específico do discurso de mediação da ciência. Tais considerações do linguista orientam o modo como podemos tratar os textos do nosso *corpus* de estudo.

2.5 PATRICK CHARAUDEAU E O DISCURSO DE MEDIATIZAÇÃO DA CIÊNCIA

Nesta seção, para melhor abordar o gênero reportagem que comunica temas de ciência para leitores jovens no âmbito de uma mídia impressa, encontramos em Charaudeau (2006, 2008a, 2009, 2016) e na teoria formulada por ele – a Semiologia⁵ –, subsídios relevantes para o estudo do discurso de mediação da ciência, como o de contrato de comunicação.

⁵ A análise semiológica, como formulada pelo próprio Charaudeau, é semiótica (porque não se restringe ao valor semântico das formas linguísticas, interessando-se também pelo valor semiótico); é linguística (porque o ponto de partida da interpretação de um texto é a decodificação dos seus signos verbais); e é discursiva (porque é preciso analisar o texto em seu contexto discursivo). (CHARAUDEAU, 2008b).

2.5.1 A Noção de Contrato de Comunicação para Diferentes Tipos de Discurso

Para Charaudeau (2006), abordar as mídias para analisar o discurso da informação não é uma tarefa fácil, todavia ele avança na exploração não apenas desse discurso como também do discurso político, do discurso didático, do discurso publicitário, do discurso de divulgação da ciência, que é aquele que nos interessa sobremaneira nesta investigação. Na tarefa de estudar diferentes tipos de discurso, Charaudeau (2006) apresenta sua noção de contrato de comunicação em geral:

Todo discurso depende, para a construção de seu interesse social, das condições específicas da situação de troca na qual ele surge. A situação de comunicação constitui assim o quadro de referência ao qual se reportam os indivíduos de uma comunidade social quando iniciam uma comunicação. (CHARAUDEAU, 2006, p. 67).

Desse modo, não seria possível, segundo o linguista, inserirmo-nos em uma relação de troca de palavras, influenciar alguém, captar seu interesse, enfim, construir sentido sem um lugar ao qual poder referir nossa fala. Ao nos comunicarmos, devemos levar em conta os dados da situação de comunicação.⁶ Devemos submetermo-nos às restrições da situação, a não ser que desejemos transgredi-las, abusando da margem de manobra⁷ imposta por essa situação. Igualmente, devemos fazer um cálculo de quem é nosso interlocutor, ou seja, se ele é capaz de reconhecer as mesmas restrições a que estamos sujeitos. Portanto, para Charaudeau (2006, p. 68), há necessidade de um “[...] reconhecimento recíproco das restrições da situação pelos parceiros da troca languageira [...] ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência em que se inserem, enfim, de subscrição a um contrato de comunicação”.

⁶ “O termo *situação* é empregado de diversas maneiras e, frequentemente, é equivalente a *contexto*. Ele tende, entretanto, a se distinguir de contexto, sob diversas denominações: situação de comunicação, contexto situacional [...]”. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 450). Charaudeau distingue a “[...] situação de comunicação, que é sempre extralinguística, e o contexto intralinguístico, que é ‘o lugar em que se instituem as coerções provenientes ao mesmo tempo da *identidade* dos parceiros e do lugar que eles ocupam na troca (em termos físico-sociais), da *finalidade* que os liga (em termos de objetivos), da *proposição*, que pode ser convocada (em termos de macrotema, aquele global, que é objeto da troca)”. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 451, grifo do autor).

⁷ Os atos de linguagem ocorrem dentro de um quadro de restrições e liberdades, nos limites do qual nos movimentamos. Essas restrições (regras, proibições) e liberdades (brechas, permissões) podem ser da língua propriamente dita, ou do comportamento linguístico. Um conjunto de restrições e liberdades desse tipo, que constitui um contrato de comunicação, deixa a quem fala ou escreve uma margem de manobra, conforme Charaudeau (2006). O conjunto de restrições e liberdades ligado a um ato de linguagem enquadra-o, ao mesmo tempo, num contrato de comunicação e num gênero textual. Quando falamos ou escrevemos, temos em mente um objetivo e pensamos em uma forma de atingi-lo. Trata-se do projeto de comunicação. Para levar a bom termo esse projeto, temos de administrar restrições e liberdades, estabelecendo estratégias discursivas que explorarão a margem de manobra disponível, fazendo a gestão das proibições e permissões para atingir o objetivo visado. (CHARAUDEAU, 2006).

O quadro de referência, ou quadro sociocomunicacional, para Charaudeau (2009, p. 16),

[...] é o lugar em que se estabilizam as trocas sociais constituindo dispositivos de troca que funcionam como contratos de comunicação e que fornecem instruções sobre as maneiras de se comportar através da linguagem. Pode-se igualmente dizer que é o lugar da constituição dos gêneros, mas que serão chamados de “gêneros situacionais” significando que é um lugar de “instrução do como dizer”. Exige uma competência comunicacional (ou situacional).

Enfim, o contrato de comunicação a que estão submetidos os parceiros de uma troca de linguagem resulta de algumas características próprias à situação – dados externos – e de características discursivas decorrentes – dados internos. Os dados externos “[...] são constituídos por regularidades comportamentais dos indivíduos envolvidos” (CHARAUDEAU, 2006, p. 68) e correspondem a quatro categorias, cada uma delas referindo um tipo de condição de enunciação: condição de identidade, condição de finalidade, condição de propósito e condição de dispositivo.

A condição de *identidade* requer que toda troca de linguagem dependa dos indivíduos nela envolvidos. Ela responde à pergunta *quem troca com quem?*, considerando traços personológicos de idade, sexo, etnia etc.; traços que identificam o *status* social, profissional, econômico, cultural, os quais “[...] só podem ser levados em conta se estiverem em uma relação de pertinência com relação ao ato de linguagem”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 69).

Os traços de que a condição de identidade é impregnada são reconhecidos em nome de um saber que ela detém e que é reconhecido institucionalmente; de um fazer, reconhecido por seu desempenho, por sua especialidade; de uma posição social, de um *status* reconhecido por seu nascimento, por condecoração ou por premiação; de uma posição de testemunha, por ter vivido ou experienciado o acontecimento, ou por engajamento em uma causa. São, assim, traços identitários que interferem no ato de comunicação.

A condição de *finalidade* é aquela que “[...] requer que todo ato de linguagem seja ordenado em função de um objetivo”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 69). Ela se define pela resposta à pergunta *para dizer o quê?* e se concretiza em termos de visadas, que podem combinar-se entre si, de acordo com Charaudeau (2006): (a) *prescritiva*, do *fazer fazer*, que consiste em querer levar o interlocutor a agir de determinada maneira; (b) *informativa*, do *fazer saber*, que consiste em querer transmitir um conhecimento a um interlocutor que, provavelmente, não o tenha; (c) *incitativa*, do *fazer crer*, que consiste em querer levar o interlocutor a acreditar que o que é informado é verdadeiro, ou possivelmente verdadeiro; (d) *pathos*, do *fazer sentir*, que consiste em querer provocar no interlocutor um outro estado emocional – agradável ou não.

A condição de *propósito* é a condição que se define pela resposta à pergunta *do que trata?*, uma vez que “[...] todo ato de comunicação se constrói em torno de um domínio de saber, uma maneira de recortar o mundo em ‘universos tematizados’[...]”, os quais devem ser admitidos “[...] antecipadamente pelos parceiros envolvidos, sob pena de atuarem ‘fora de propósito’”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 69).

A condição de *dispositivo* define-se pela resposta a perguntas, como *em que ambiente?*, *em que lugar físico?*, *por meio de que canal?* Portanto, ela exige que toda troca linguageira se construa de acordo com as condições materiais em que ocorre.

Ao explicitar os dados internos, Charaudeau (2006) os apresenta em termos de espaços: (a) espaço de *locução*, em que aquele que fala deve resolver o problema da tomada da palavra, conquistar o direito de tomá-la; (b) espaço de *relação*, em que o sujeito que fala estabelece relações com seu interlocutor, seja de adesão ou não, seja de inclusão ou não etc.; (c) espaço de *tematização*, em que o tema da interação, o domínio do saber é inserido pelos parceiros da interação mediante um modo de intervenção e um modo de organização.

Lembramos também que, para Charaudeau (2006, p. 71), não há ato de comunicação previamente determinado, pois, se é verdade que o sujeito que fala “[...] está sempre sobredeterminado pelo contrato de comunicação que caracteriza cada situação de troca, é apenas em parte que está determinado, pois dispõe de uma margem de manobra que lhe permite realizar seu projeto de fala pessoal”, uma vez que pode escolher as estratégias que melhor se adequem à situação. Portanto, para o linguista, o contrato de comunicação e o projeto de fala se completam, porque o primeiro dispõe de um quadro de restrições situacionais e discursivas e porque o segundo envolve as opções estratégicas do locutor. Assim, todo ato de linguagem é “[...] um ato de liberdade, sem deixar de ser de uma liberdade vigiada”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 71).

Charaudeau (2009) também aprofunda o tema das identidades – psicossociais e discursivas – como particularmente relevantes, detendo-se no aspecto da “[...] existência de um sujeito, o qual se constrói mediante sua identidade discursiva, que, no entanto, nada seria sem uma identidade social a partir da qual se definir” (CHARAUDEAU, 2009, p. 1), pois é pela combinação de ambas que se constrói o poder de influência do sujeito que fala. O linguista acrescenta, ainda em relação às identidades, que julga prudente falar em traços identitários, uma vez que nunca podemos ter certeza da apreensão total de uma identidade.

Como já tratamos anteriormente, a identidade psicossocial é, em parte, determinada pela situação de comunicação, mas “[...] pode ser reconstruída, mascarada ou deslocada”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 8). O contrato de comunicação constrói, em razão de suas

instruções, uma identidade discursiva, que pode optar estrategicamente por falar em consonância ou não com as instruções dadas pelas restrições desse contrato de comunicação, fazer uso de determinada margem de manobra, para, assim, fazer valer sua especificidade identitária.

A identidade discursiva, ainda em conformidade com Charaudeau (2009), tem a propriedade de ser construída pelo sujeito que fala para responder à questão *estou aqui para falar como?* Desse modo, ela depende de um duplo espaço de estratégias, o de credibilidade e o de captação. A *credibilidade* associa-se à necessidade de que acreditemos no sujeito que fala, ou seja, em sua sinceridade. O sujeito falante deve, por suas escolhas estratégicas, defender uma imagem de si mesmo (um *ethos*) que lhe permita responder à questão *como fazer para ser levado a sério?* Para dar conta disso, ele pode adotar diferentes atitudes discursivas, tais como:

- a) de *neutralidade*, que leva o sujeito que fala a apagar, de seu discurso, qualquer marca de julgamento ou de avaliação pessoal. Ele precisa assumir a postura de testemunha que fala para constatar, para relatar o que viu, ouviu, experimentou. Em textos midiáticos, essa atitude é marcada por um discurso de autenticação dos fatos, com a convocação de outras vozes para legitimar o saber que comunica;
- b) de *distanciamento*, que leva o sujeito que fala a evidenciar a atitude de objetividade de quem raciocina e analisa sem emoção, como faria um especialista, “[...] tanto para explicar as causas de um fato, comentar os resultados de um estudo, quanto para demonstrar uma tese” (CHARAUDEAU, 2009, p. 9);
- c) de *engajamento*, que leva o sujeito que fala a “[...] optar (de maneira mais ou menos consciente) por uma tomada de posição na escolha de argumentos ou de palavras, ou por uma modalização avaliativa trazida a seu discurso”. Esta atitude possibilita ao sujeito “[...] construir a imagem de um sujeito falante como ‘ser de convicção’. A verdade, aqui, confunde-se com a força de convicção daquele que fala, e espera-se que esta influencie o interlocutor”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 9).

As atitudes discursivas apresentadas, de acordo com Charaudeau (2009, p. 9),

[...] estão a serviço de uma atitude demonstrativa, a qual impõe argumentos e um certo modo de raciocínio que o outro deveria aceitar sem discussão, pois a verdade é apresentada como incontornável, independente dos sujeitos que a defendem, à qual cada um deve submeter-se. Persuadir o outro equivale, neste caso, a colocá-lo num universo de evidências que exclui a possibilidade de discussão.

Por sua vez, as estratégias de *captação* são acionadas, quando o sujeito que fala não está em uma relação hierárquica de autoridade com seu interlocutor. A captação decorre da necessidade, para o sujeito que fala, “[...] de assegurar-se de que seu parceiro na troca comunicativa percebe seu projeto de intencionalidade, isto é, compartilha de suas ideias, suas opiniões e/ou está ‘impressionado (tocado em sua afetividade)’”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 10). Essa atitude se define, então, pela resposta à questão *como fazer para que meu interlocutor possa ser tomado pelo que digo?* Nesse caso, o objetivo do sujeito que fala é fazer crer, para que seu interlocutor se coloque em uma posição de dever crer no conteúdo daquilo que é dito.

Como estratégias de captação, para Charaudeau (2009), é necessário tentar persuadir (fazer pensar recorrendo à razão) ou seduzir (fazer sentir recorrendo à emoção) o outro. Assim, o sujeito falante pode optar por diferentes atitudes discursivas, dentre as quais: (a) de polêmica (questionamento das ideias ou da pessoa do interlocutor); (b) de sedução (proposição de uma situação em que o interlocutor desempenharia papel de *herói beneficiário*); (c) de dramatização (descrição de fatos associados a dramas existenciais, relatos mediante emprego de figuras de linguagem).

Em resumo, para Charaudeau (2009, p. 10),

[...] a identidade discursiva se constrói com base nos modos de tomada da palavra, na organização enunciativa do discurso e na manipulação dos imaginários sociodiscursivos. Ao contrário da identidade social, a identidade discursiva é sempre algo ‘a construir- em construção’.

Para dar continuidade à apresentação das contribuições de Charaudeau (2006, 2008a, 2009, 2016) ao nosso estudo, expomos, a seguir, subsídios sobre o discurso de midiatização da ciência, para o qual também se voltou o linguista.

2.5.1.1 O Discurso de Midiatização da Ciência e suas Características

Charaudeau (2008a) também se preocupou com o discurso de midiatização da ciência, partindo da questão de que é preciso saber se ele constitui uma tradução, uma reformulação ou uma transformação do discurso de origem, o discurso científico. Para responder a esse questionamento, o autor utiliza o modelo do contrato de comunicação da Semiolinguística, teoria formulada por ele, e postula que o discurso de divulgação da ciência depende das condições da situação de comunicação nas quais se insere, que é distinta daquela do discurso da ciência, caso contrário, haveria razão para popularizá-lo?

Tratando da situação específica do discurso de mediação da ciência, Charaudeau (2016) lembra que o discurso de divulgação aparece em situações de comunicação didática ou midiática, tomando por empréstimo características ora de uma, ora de outra, ou mesmo de ambas simultaneamente. De acordo com o linguista, “[...] não há uma situação própria ao discurso de divulgação, ou, se há situação de comunicação, ela será sempre híbrida”. (CHARAUDEAU, 2016, p. 553). Desse modo, é preciso distinguir aquilo que se inscreve em uma situação de ensino daquilo que se inscreve em uma situação midiática, o que Charaudeau (2016) se propõe a fazer.

Ao abordar a *finalidade* desse discurso, Charaudeau (2016) afirma que partilha duas visadas, as quais já abordamos anteriormente: a visada de informação – fazer saber – e a visada de captação – suscitar o interesse, em um relação contraditória. O discurso a ser produzido tende a ser explicativo, como no discurso didático, produzindo suas próprias estratégias de captação, como no discurso midiático, e sua credibilidade dependerá do modo como são conduzidas essas estratégias.

Em relação à *identidade* dos parceiros desse ato de comunicação, o produtor do discurso pode ser um cientista divulgando o resultado do seu trabalho, ou um jornalista especializado, cumprindo a tarefa de explicar fatos da ciência. O cientista, ao divulgar, vê-se levado a empregar termos que sabe que não correspondem aos conceitos com os quais trabalha; o jornalista divulgador somente pode justificar seu trabalho de divulgação, acreditando que a linguagem científica pode ser reformulada em uma linguagem ao alcance de um público leigo.

Quanto ao interlocutor do discurso de mediação da ciência, trata-se de um público que pode ter níveis de conhecimento diversos, desde os mais esclarecidos aos completamente leigos em temas da ciência. Portanto, a preocupação do divulgador deve ser a de fazer com que os leitores compreendam a totalidade do texto, mesmo sendo eles heterogêneos em termos de domínio de conceitos da ciência.

Ao olhar para a questão do *tema*, Charaudeau (2016) informa que as características deste mostram o caráter híbrido do discurso de mediação de ciência. O tema corresponde a um objeto de saber, porém desatrelado da disciplina a que se vincula, pois é suposto que o público não apresenta esse quadro de referência. Além disso, no entender do linguista, esse objeto de saber, para satisfazer a visada de captação, é transformado em acontecimento e tratado com as mesmas estratégias de dramatização que um acontecimento qualquer.

Levando em conta as características mencionadas, Charaudeau (2016) diz que é possível afirmar que, ao passar pelas mídias da informação, o discurso de divulgação não é a tradução do discurso científico fonte, mas um discurso construído em função da finalidade de

seu contrato de comunicação. Para o linguista, enquanto discurso que responde ao dever de fazer conhecer o resultado de pesquisas científicas e, assim, permitir o debate social de ordem ética, os discursos de divulgação e de midiatização participam de uma preocupação democrática. Porém isso acarreta uma “[...] transformação do discurso científico de origem, para que possa ser compreendido e validado por um grande número de leitores, produzindo uma ruptura e uma não continuidade entre o discurso científico de um lado, e o discurso de divulgação e de midiatização de outro”. (CHARAUDEAU, 2016, p. 554).

O produtor textual é influenciado, então, pelas demandas do contrato de comunicação de midiatização da ciência (CHARAUDEAU, 2008a), tendo de manejar seu discurso levando em conta as restrições desse contrato, a saber: (1) restrição de seriedade (apresentando provas daquilo que diz); (2) restrição de emocionalidade (procurando provocar os afetos do público, para fazê-lo consumir a informação); (3) restrição de inteligibilidade (utilizando estratégias didáticas de explicação) e (4) restrição de visibilidade (tornando mais concretos e mais próximos do leitor os conceitos da ciência). Detalhamos, a seguir, cada uma das restrições.

- a) *restrição de visibilidade*: o locutor deve selecionar aqueles fatos científicos que são julgados extraordinários e passíveis de impactarem a vida cotidiana dos indivíduos, aqueles que são suscetíveis de “[...] colocar um problema de ordem moral ou ética”. (CHARAUDEAU, 2008a, p. 11). Como observamos na seleção dos textos que integram nosso *corpus* de estudo, a visibilidade também ocorre mediante uma apresentação iconográfica, uma composição organizacional, como referem Adam e Lugrin (2002, 2006) e Lugrin (2000, 2001);
- b) *restrição de legibilidade*: o locutor precisa valer-se desse recurso predominantemente, sobretudo com duas preocupações – simplicidade e figurabilidade. A *simplicidade* está associada ao emprego do léxico e à construção frasal. Como refere Vieira (2006), a linguagem dos textos de divulgação científica deve ser distinta daquela a ser empregada nos textos encaminhados a periódicos especializados. Todos os conceitos ou termos científicos precisam ser explicados. Palavras técnicas devem ser substituídas por sinônimos, glosas, perífrases, analogias, a menos que o locutor opte pela estratégia de produzir um efeito de cientificidade. O grau de simplificação também depende do veículo de informação

e de seu leitor⁸, lembrando que o grau de simplicidade da linguagem não é incompatível com a riqueza de conteúdo. A *figurabilidade*, por sua vez, diz respeito ao emprego de recursos escrito-visuais na composição organizacional do texto, como é o caso dos textos do nosso *corpus* de estudo – multitema ou dossiê. Esses recursos se revelam na disposição do título, dos intertítulos, das imagens, dos diferentes gêneros que compõem o conjunto editorial (ADAM; LUGRIN, 2002, 2006; LUGRIN 2000, 2001), a fim de possibilitar uma compreensão mais imediata da matéria tratada e de captar a atenção e o interesse do leitor;

- c) *restrição de seriedade*: esta se soma às anteriores, e seus procedimentos desempenham o papel de argumento de autoridade. O locutor precisa servir de mediador, ser um bom divulgador do conhecimento científico, transformando a linguagem científica em linguagem cotidiana. Alguns recursos contribuem para isso, como os sinais de pontuação – travessão, parênteses, dois pontos – e tipográficos, como as aspas, além de palavras ou expressões corretivas, explicativas – *ou melhor, ou seja, em outras palavras* são alguns exemplos. A informação deve ser correta; na divulgação, é preciso distinguir especulação de resultado comprovado, o qual deve ser sempre atribuído a seu autor (VIEIRA, 2006). E os diferentes modos de organização do discurso – enunciativo, descritivo, narrativo, argumentativo –, como enfatiza Charaudeau (2016), permitem ao locutor escolher o que melhor se adequa à situação;
- d) *restrição de emocionalidade*: o locutor faz uso das estratégias já mencionadas (a, b e c), privilegiando as que possam provocar efeitos afetivos, como a metáfora, a analogia. Além disso, segundo Vieira (2006, p. 29), “O humor usado com bom senso também ajuda a diminuir a aridez comum a temas científicos”. Do mesmo modo, dentre os mandamentos da divulgação científica, está o de que um texto de divulgação científica deve ser agradável de ler e proporcionar igualmente um momento de descontração, de acordo com Vieira (2006).

⁸ Em Análise do Discurso “[...], considera-se, de fato, que as características linguísticas de um gênero discursivo sejam dependentes de suas condições de produção, mas também das de recepção. Assim, é provavelmente às expectativas discursivas dos leitores (suas representações sobre uma escritura agradável, não ‘escolar’...) que convém reportar o tom lúdico dos textos de divulgação científica na mídia em geral, e não às condições de produção anteriores, isto é, à conformidade almejada dos conhecimentos difundidos em relação aos conhecimentos científicos dos quais procedem, e dos quais a mídia devria dar conta sem distorções”. (BEACO, 1999 apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 297).

Resumindo, como mostra Charaudeau (2008a), a midiaticização da ciência – também chamada de divulgação científica midiática – cumpre uma dupla finalidade: informar e/ou explicar questões de ciência e, igualmente, *fisgar* a atenção do público, suscitando seu interesse pela matéria. Nesse tipo de discurso, ao locutor cabe empregar recursos que visem à informação (como metáforas, analogias, dentre outros que facilitem o entendimento do conteúdo), bem como os que objetivem espetacularizar a informação para chamar a atenção do público-alvo, sem se esquecer de que a popularização não é conflitante com a precisão científica.

Para dar continuidade a este capítulo de considerações teóricas, na próxima seção retomamos Adam (2001, 2011) para expor o que ele entende por plano de texto, além de Adam e Lugin (2002, 2006) e de Lugin (2000, 2001), para examinarmos a configuração composicional do gênero reportagem, ao qual pertencem os textos que constituem o nosso *corpus* de estudo.

2.6 JEAN-MICHEL ADAM, GILES LUGRIN E AS NOÇÕES DE PLANO DE TEXTO, HIPERESTRUTURA E MULTITEXTO

Nesta seção, para finalizar o capítulo de fundamentos teóricos, buscamos a noção de plano de texto, conforme formulada por Adam (2011), bem como nos voltamos para pesquisas realizadas por Adam e Lugin (2002, 2006) e Lugin (2000, 2001), as quais ampliam a reflexão que fazemos sobre o gênero que constitui nosso *corpus* de estudo.

Para Adam (2011), compreender um texto significa compreendê-lo como um todo, isto é, seu reconhecimento passa pela percepção de um plano de texto, com suas partes constituídas, ou não, por sequências identificáveis. Os planos de texto desempenham papel fundamental na composição macrotextual do sentido, pois permitem construir/reconstruir a organização global de um texto, prescrita por um gênero. A exemplo dos gêneros, os planos de texto estão disponíveis no sistema de conhecimentos dos grupos sociais. Podemos depreender constantes composicionais que possibilitam a construção e a reconstrução da organização global de um texto, fixada por um determinado gênero. (ADAM, 2011).

Um plano de texto pode ser convencional, “[...] isto é, fixado pelo estado histórico de um gênero ou subgênero de discurso”, mas também pode ser ocasional, casual, “[...] inesperado, deslocado em relação a um gênero ou subgênero de discurso”. (ADAM, 2011, p. 258). Em síntese, para o linguista, “Os planos fixos são próprios a um gênero dado; os planos ocasionais são próprios a um texto único”. (ADAM, 2001, p. 43). São exemplos de plano fixo

o verbete, a bula, a sentença jurídica, dentre outros; de plano ocasional, o poema, o conto, o cardápio, o horóscopo...

Os planos de texto ocasionais são frequentes e não estruturam menos globalmente os textos que os planos fixos. Próprios a um texto singular, os planos ocasionais são mais ou menos identificáveis, conforme sejam ou não destacados por índices de segmentação (alíneas, títulos, subtítulos, numerações de partes etc.) e/ou por organizadores (textuais, conectores).

De acordo com Adam (2011), as proposições teóricas relativas aos (protó)tipos sequenciais narrativo, descritivo, argumentativo, explicativo e dialogal, formuladas por ele na obra *Les textes: types et prototypes* (ADAM, 2001), podem ter conduzido a pensar que todos os textos se resumiam e obedeciam a essas organizações sequenciais. O que ele defende hoje é que os textos são estruturados de maneira mais flexível, o que nos leva a considerar que prevalece a importância dos planos de texto fixos ou ocasionais. Assim, observa Adam (2011, p. 258) que “[...] o principal fator unificador da estrutura composicional é o plano de texto”.

Os gêneros inerentes ao domínio jornalístico, como a reportagem, podem modificar-se com o passar do tempo, em função da evolução da tecnologia e, inclusive, dos suportes, com formas novas de contar, de entrevistar, de debater etc. O aparecimento de novas mídias, desde rádio, televisão e, mais recentemente, o desenvolvimento da Internet e de mídias interativas em geral esteve sempre acompanhado de mudanças na imprensa escrita. Os novos modos de estruturação da informação testemunham a eficácia com que a imprensa sabe muito bem explorar a margem de manobra oferecida pelo contrato de comunicação midiática. Eles testemunham também o dinamismo de que a imprensa deve dar provas, confrontada que é, constantemente, com a necessidade de se adaptar às condições criadas pelas novas tecnologias da comunicação.

Estudiosos das mídias, como Adam e Lugin (2002, 2006) e Lugin (2000, 2001), concordam em reconhecer duas grandes tendências em sua evolução: a fragmentação de artigos em unidades mais curtas, a fim de tornar a seleção mais fácil e de favorecer uma leitura mais ocasional, não linear do suporte, e o desenvolvimento do aspecto visual, seja no nível da organização da página ou da infografia. Essas duas tendências se manifestam conjuntamente em hiperestruturas e multitextos.

Na subseção 2.6.1, a seguir, tratamos da organização composicional da reportagem midiática, em consonância com Adam e Lugin (2002, 2006) e Lugin (2000, 2001), principalmente.

2.6.1 A Organização Composicional da Reportagem Midiática

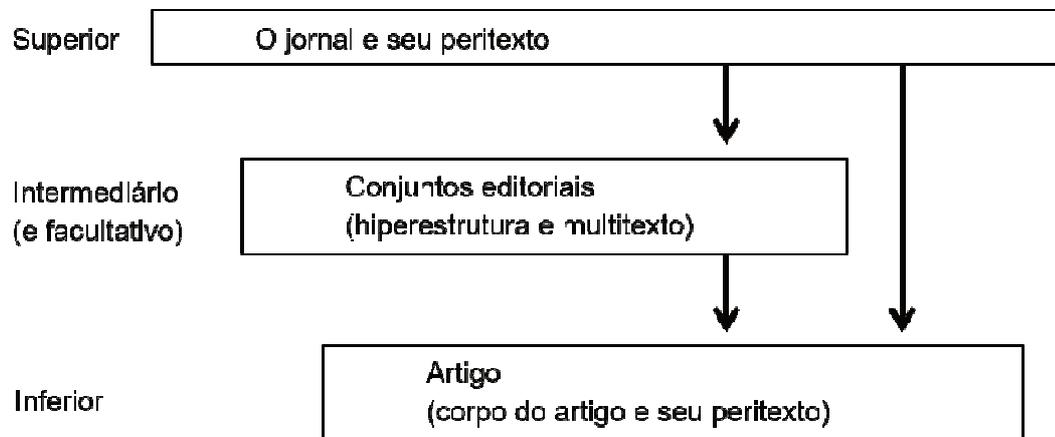
Com o intuito de definir e descrever a organização composicional do gênero reportagem, apoiamo-nos, principalmente, nos estudos de Adam e Lugin (2002, 2006) e de Lugin (2000, 2001), os quais se inserem no conjunto das pesquisas em análise do discurso jornalístico. Os estudos em torno da especificidade do texto jornalístico e de gêneros da imprensa escrita levam esses linguistas a considerar diferentes modalidades de reagrupamento dos artigos em conjuntos editoriais.⁹ Além disso, investigações de outros estudiosos do discurso jornalístico que buscaram apoio em Adam e Lugin (2002, 2006), bem como em Lugin (2000; 2001), são considerados por nós para ampliar a reflexão feita nesta subseção.

Apresentamos, inicialmente, as contribuições de Adam e Lugin (2002, 2006) e de Lugin (2000, 2001) sobre o conjunto editorial, ou seja, o nível intermediário de organização da informação entre o jornal e o artigo. O conjunto editorial abrange a hiperestrutura e o multitexto, este último também denominado, por tais linguistas, dossiê. É importante salientarmos que esses conceitos respondem a uma preocupação maior, que é a de organizar a informação de várias maneiras, o que possibilita que tenhamos fácil acesso a ela. Nesse sentido, nosso estudo focaliza o dossiê e sua relevância como elemento de estruturação de textos, especialmente de midiatização da ciência. Consideramos poder, com esses conhecimentos, reunir alguns instrumentos que potencializem a análise do nosso *corpus* de estudo.

Para Adam e Lugin (2002, 2006) e Lugin (2000, 2001), entre o jornal e seu peritexto, elemento superior da estruturação da informação, e o artigo (isto é, o corpo do artigo e seu peritexto), elemento inferior da estruturação, intervém um nível intermediário e opcional, o conjunto editorial (a hiperestrutura e o multitexto). Desse modo, o jornal, para os linguistas, combina três tipos de estruturação da informação, o que podemos visualizar na figura 7, a seguir.

⁹ Um conjunto editorial é uma produção editorial ou redacional: hiperestrutura ou multitexto.

Figura 7 - Níveis de elementos de estruturação da informação no jornal

Níveis de estruturação:

Fonte: Adam e Lugin (2002, tradução nossa), Lugin (2000, 2001, tradução nossa).

A definição de conjunto editorial, de acordo com Lugin (2000), requer o estabelecimento prévio da noção de paratexto linguístico. O texto jornalístico, isto é, o artigo em sentido amplo deve ser apreendido como um todo complexo, determinado por uma topografia (design editorial), uma tipografia (formatação), um paratexto e, enfim, um texto (corpo do artigo). A partir dessa observação, o paratexto jornalístico pode ser definido como o conjunto de elementos ligados ao artigo, capaz de guiar, influenciar e mesmo estimular a leitura. Como o texto jornalístico não é uma unidade homogênea e compacta, o peritexto deve ser considerado como uma unidade autônoma, mas não independente de seu objeto: “O peritexto jornalístico combina as unidades editoriais e não editoriais que precedem, envolvem ou se integram ao corpo do artigo. Esses elementos podem ser subdivididos em duas categorias: o peritexto do jornal e o peritexto do artigo”. (LUGRIN, 2000, p. 1, tradução nossa).¹⁰

O peritexto do jornal reúne os elementos mais ou menos invariáveis do peritexto: nome do jornal, indicação de rubricas e de gênero etc. O peritexto do artigo, por sua vez, inclui os elementos variáveis, isto é, aqueles mais ou menos ditados pelo assunto do artigo. Esses elementos plurissemióticos variáveis pertencentes ao artigo circundam o texto. São eles: antetítulo; palavras-chave; título; subtítulo; sumário do artigo; chapéu; lide; intertítulo; janela; notas da redação; referências; assinatura; fonte; imagem; legenda; indicação acessória; endereço, horário etc. (LUGRIN, 2000).

¹⁰ “Le p ritexte journalistique regroupe les unit s r dactionnelles et non r dactionnelles qui pr c dent, entourent ou s’int grent au corps de l’article. Ces  l ments peuvent  tre subdivis s em deux cat gories: le p ritexte du journal et le p ritexte de l’article”.

O próprio artigo, ou texto jornalístico, como declara Lugin (2000, p. 2), “[...] pode ser definido como a soma do corpo do artigo e de seu peritexto [...]”¹¹, ou seja:

Artigo = corpo do artigo + peritexto do artigo

No jornalismo impresso, a heterogeneidade entre, de um lado, o corpo do artigo, e, de outro, a titulação, a fotografia, a infografia etc. é evidente, segundo Lugin (2000). As instâncias de produção responsáveis por esses elementos distintos diferem de acordo com a natureza do objeto. Interrogar-se sobre essas diferentes instâncias de produção conduz a examinar os diferentes níveis de estruturação da informação, já mostrados na figura 7.

Ao distinguir corpo do texto e peritexto, é possível admitir a existência de um conjunto editorial a partir do momento em que houver a presença de um elemento auxiliar para o corpo do artigo e para seu peritexto, um elemento que esteja ligado temática e graficamente a esses últimos (LUGRIN, 2000):

Conjunto editorial = corpo de artigo+peritexto+elementos auxiliares

Em relação aos conjuntos editoriais, Grosse e Seibold (1996, p. 53-55 apud ADAM; LUGRIN, 2002, p. 4, tradução nossa) complementam essas considerações, afirmando que eles

[...] definem-se por sua coerência temática: vários artigos (ou contribuições) são reunidos em torno de um mesmo tema. Os conjuntos evidenciam, ao mesmo tempo, os fenômenos da recorrência e da progressão: a recorrência de tópico, de pessoas ou grupos, ou de vários componentes do acontecimento e temáticos, e progressão ‘informativa’: cada artigo mostra aos leitores outro aspecto do assunto geral.¹²

Abordamos, a seguir, no nível do conjunto editorial, a hiperestrutura, em consonância com estudos de Adam e Lugin (2000) e de Lugin (2000, 2001).

2.6.1.1 A Hiperestrutura

A hiperestrutura é uma forma de escrita jornalística que tende a se generalizar e que designa um nível intermediário de estruturação dos textos jornalísticos, situado entre o jornal

¹¹ “[...] peut lui-même être défini comme la somme du corps de l’article et de son péri-texte [...]”.

¹² “[...] se définissent par leur cohérence thématique: plusieurs articles (ou contributions) sont réunis autour d’un même sujet. Les ensembles présentent donc à la fois les phénomènes de la récurrence et de la progression: récurrence du sujet, des personnes ou des groupes, des diverses composantes événementielles ou thématiques, et progression ‘informativa’: chaque article enseigne aux lecteurs un autre aspect du sujet général”.

e o artigo. Conforme Lugin (2001), Grasse e Seibold foram os primeiros a utilizarem o conceito de hiperestrutura. Adam e Lugin (2006) retomam o conceito (GROSSE; SEIBOLD, 1996, p. 54 apud ADAM; LUGRIN, 2006) e o inscrevem no conjunto de suas reflexões teóricas sobre o conceito de texto, suas fronteiras peritextuais e as relações de cotextualidade¹³ entre textos e iconotextos reunidos em um mesmo design gráfico.

Ao escolherem tal denominação, Grosse e Seibold (1996) associaram essa nova tendência observada em fins do séc. XX ao desenvolvimento das mídias eletrônicas: “Usamos esse termo em analogia com o formato usado na Internet (HTML, abreviação de Hypertext Markup Language), o qual permite navegar com ligações (*links*) de uma página para outra ou de um serviço editorial para outro”. (GROSSE; SEIBOLD, 1996, p. 54 apud LUGRIN, 2001, p. 1, tradução nossa).¹⁴

A hiperestrutura, no jornal, contribui para enfrentar essa nova situação, estruturando os textos como uma página *html*, isto é, de modo que o leitor possa ler como se estivesse consultando uma página da Internet. No entanto, assumir essa nova tendência de estruturação da informação, para Lugin (2001), significa também estar atento à necessidade premente de vender informação.

Grosse e Seibold (1996, p. 53-54 apud LUGRIN, 2001) assumem que sua análise de jornais, já na seção sobre o campo transitório entre variedades, conselhos e publicidade, centra-se, dentre outros fatores, sobre as ligações entre múltiplos textos. A integração desse recurso denuncia outro indicativo da evolução da imprensa diária nos últimos anos: os jornais, assim como as revistas, estão utilizando cada vez mais hiperestruturas. A imprensa, hoje, demonstra uma forte inclinação em segmentar um texto em muitos textos menores, que apresentam, todavia, ligações bastante estreitas.

Na mesma linha de pensamento, Mouriquand (1997, p. 109 apud ADAM; LUGRIN, 2006) aponta o fato de que os jornais têm a tendência a fragmentar sempre mais seus artigos em múltiplos pequenos módulos e a propor uma construção da informação que relaciona estreitamente unidades semióticas não apenas verbais, mas também icônicas e verbo-icônicas.

Os especialistas das mídias mencionados por nós nesta subseção, dentre outros, indicam, portanto, duas grandes tendências na evolução da imprensa escrita (LUGRIN, 2000; 2001): a segmentação dos artigos em módulos mais curtos – para facilitar a seleção

¹³ Adam e Lugin (2006) optam por usar o termo *cotextualidade* no caso das fortes ligações de copresença material no interior de uma hiperestrutura. Trata-se de abordar as mesmas questões do ambiente material próprio ao(s) texto(s) da imprensa escrita.

¹⁴ “Nous utilisons ce terme en analogie au format utilisé sur Internet (HTML, abréviation pour hypertexte markup language) qui permet de naviguer avec des liens (*links*) d'une page à l'autre ou d'un service éditorial à l'autre”.

e possibilitar uma leitura não linear do jornal, em zigue-zague, aleatória –, e um desenvolvimento do visual – seja no nível do layout da página, seja no nível da infografia:

Os artigos ou tópicos compostos podem se estender por várias colunas, ou sobre uma página inteira ou várias páginas. Há aí o suficiente para desencorajar o leitor. [...] Para que ele entre, é preciso abrir portas para ele. Como o leitor é múltiplo e variado, as aberturas também devem ser múltiplas e diversas [...]. Para o editor como para o leitor, um artigo composto compreende, assim, elementos ou órgãos com funções adicionais. [...]. (DE BROUCKER, 1995, p. 75 apud LUGRIN, 2001, p. 2, tradução nossa).¹⁵

Tanto a segmentação quanto o desenvolvimento do aspecto visual manifestam-se conjuntamente na hiperestrutura. Ela pode ser tanto definida por um reagrupamento de artigos, fotografias e infografias quanto evidenciada graficamente, com frequência, por um quadro emoldurando o conjunto de seus constituintes. (ADAM; LUGRIN, 2002).

Adam e Lugin (2002) também propõem uma primeira definição completa e operatória de hiperestrutura, que é: a hiperestrutura é um elemento de estruturação da informação, intermediário e opcional, situado entre o jornal e o artigo (cf. figura 11 adiante). Ela origina-se de um processo de segmentação ou de reunião e é formada de um reagrupamento de artigos e de imagens gráfica e tematicamente ligados, limitados pelo design gráfico visível e legível da dupla página. Esse reagrupamento, que deve ser a origem de um desdobramento¹⁶ simbólico, e não apenas indicial, é obtido por um processo de cenarização da informação. Portanto, os conjuntos editoriais, conforme Adam e Lugin (2002), tornam-se polimórficos, editoriais e icônicos, e podem mesclar-se de modo mais ou menos híbrido: artigo principal, box/moldura, infografias, cartuns/caricaturas, sequências de fotografias.

O protótipo de hiperestrutura, para Adam e Lugin (2002), consiste em um artigo e um box, ou em um artigo e um infográfico. A presença de uma fotografia legendada pode completar o conjunto. Os componentes podem ser assinados por um único jornalista,

¹⁵ “Les papiers ou sujets composés peuvent s’étendre sur plusieurs colonnes, voire sur une page entière ou plusieurs pages. Il y a là de quoi décourager le lecteur. [...] Pour qu’il entre, il faut lui ouvrir des portes. Comme le lecteur est multiple et divers, les ouvertures doivent aussi être multiples et diverses [...]. Pour le rédacteur comme pour le lecteur, un papier composé est donc constitué d’éléments ou organes à fonctions complémentaires”.

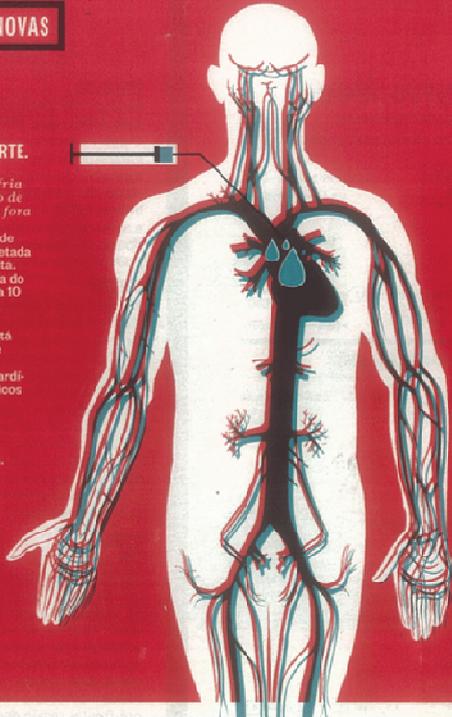
¹⁶ Adam e Lugin (2002, p. 4) tratam de unidades constituintes de uma hiperestrutura quando há duplicação de uma unidade de base do artigo. É aí que ocorre a distinção entre a ordem do indicial (preferencialmente a fotografia) e a ordem do simbólico (preferencialmente os elementos editoriais e a infografia), distinção que constitui o elemento fundamental da hiperestrutura. Eles entendem por hiperestrutura qualquer texto que implique um desdobramento simbólico, isto é, constituído de elementos tendo cada um, sob um ângulo diferente, o mesmo tema. Em trabalho posterior (ADAM; LUGRIN, 2007), eles acrescentam um segundo tipo de hiperestrutura, aquele de um reagrupamento de artigos complementares proveniente, geralmente, de fontes diferentes e que oferece mais possibilidades ao leitor sobre o mesmo assunto.

confirmando a segmentação editorial, ou por vários, sinalizando sua reunificação. Os componentes auxiliares são normalmente distribuídos em torno de uma seção principal e separados dela por uma titulação, por fios e/ou um fundo colorido.

Abaixo, visualizamos uma hiperestrutura que ocupa a extensão de parte de uma página.

Figura 8 - Exemplo de hiperestrutura simples

SUPER NOVAS



RUMO À MORTE. E DE VOLTA.
Técnica resfria o organismo de dentro para fora

- ▶ Uma solução de potássio é injetada na artéria aorta. A temperatura do corpo cai para 10 graus celsius.
- ▶ O paciente está tecnicamente morto, sem batimentos cardíacos. Os médicos o operam.
- ▶ A solução é retirada por uma máquina. O corpo esquenta e o coração volta a bater.

Entre a vida e a morte

Hospital americano vai matar pessoa durante 45 minutos – para tentar salvar a vida dela. **TEXTO** Sara Magalona

IMAGINE QUE VOCÊ SOFREU um ferimento muito grave. Ao chegar ao hospital, já perdeu quase metade do sangue. Tem menos de 10% de chance de sobreviver. E aí os médicos decidem tomar uma decisão drástica: congelar você de dentro para fora. É isso o que começará a ser feito no Hospital Presbiteriano de Pittsburgh, que desenvolveu uma técnica revolucionária para tentar salvar a vida de feridos graves. Os médicos irão conectar um tubo à artéria aorta do paciente, pela qual irão injetar uma solução no lugar do sangue (veja no infográfico acima). Rapidamente, a temperatura corporal irá despencar, chegando a 10 graus. O coração vai parar. Mas, como o corpo estará muito frio, suas células aguentarão mais tempo sem oxigênio. Em condições normais, uma pessoa tem morte cerebral após 5 minutos sem oxigênio. Resfriada, aguenta até 45 minutos – tempo suficiente para os médicos fazerem uma cirurgia de emergência para reparar os ferimentos. “Em seguida, o paciente será reaquecido e, esperamos, se recuperará”, explica o cirurgião Samuel Tisherman, que irá aplicar a técnica. Por enquanto, ela só foi testada em porcos, e teve 75% de sucesso. O procedimento deverá ser usado em um ser humano nos próximos meses (o governo dos EUA já autorizou a prática).

CIÊNCIA MALUCA

TEXTO Carol Castro

ABR. 11 / CIENCIA MALUCA

Cobras sempre voltam para casa

Biólogos implantaram um transmissor em seis pitons birmaneses [1], para monitorar a localização delas. Aí, as cobras foram soltas a uma distância de até 36 quilômetros do local onde tinham sido capturadas. De três a 11 meses depois, todas conseguiram voltar ao lugar de origem. Acredita-se que essas cobras tenham um senso de direção baseado em cheiros e campos magnéticos.

Praticar bullying reduz o estresse

Cerca de 1.500 pessoas foram entrevistadas [2] duas vezes: quando estavam na escola (aos 9 anos de idade) e na faculdade (20 anos). Os cientistas perguntaram a elas se haviam praticado bullying com colegas recentemente. Quem tinha feito isso apresentava menores níveis de cortisol, um hormônio ligado ao estresse, no sangue.

Comida cara é mais gostosa

Pesquisadores [3] analisaram a satisfação de 139 pessoas em dois buffets de comida à vontade. O cardápio era o mesmo, mas os preços eram diferentes: US\$ 4 ou US\$ 8. Quem pagava mais saía até 11% mais satisfeito com a comida. A explicação é que associamos preço a qualidade.



1. Livetto. Fonte: Homing of invasive Burmese pythons in South Florida: evidence for mass and compass senses in snakes. Shannon E. Pittman e outros. Davidson College. 2. Childhood bullying involvement predicts low-grade systemic inflammation into adulthood. William Copeland e outros. Universidade Northwestern. 3. Don't Like the Food? Try Paying More. Ozge Sigirci e outros. Universidade Cornell.

Fonte: Magalona (2014, p. 16).

Agrupando artigo principal (título, subtítulo, autoria do texto e texto) com infográfico mostrando o percurso da solução de potássio ao ser inserida da aorta, cujo texto resume as

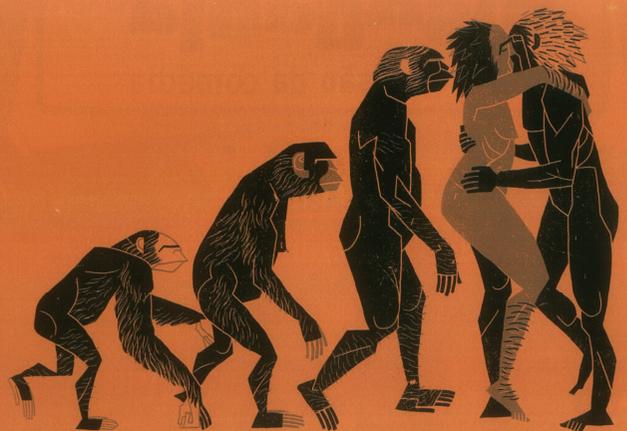
etapas do *congelamento de dentro para fora*, detalhadas no texto principal, a hiperestrutura trata de um único tema, com seus constituintes ocupando o limite de parte de página simples, como visualizamos na figura 8.

Em estudo de 2006, Adam e Lugin ampliam a definição inicial de hiperestrutura, tratando-a como uma estrutura cotextual que agrupa, dentro de um design gráfico que não excede a página dupla, um conjunto de textos-artigos acompanhados a maior parte do tempo por iconotextos¹⁷, fotografias e/ou infográficos. Para eles, os cotextos, que incidem sobre o mesmo acontecimento midiático, são, geralmente, unificados por um título geral (muitas vezes acompanhado por um subtítulo bastante grande, para ser considerado como um chapéu), um artigo dominante ou hiperartigo e por uma moldura delimitando o perímetro da hiperestrutura. Observemos a figura 9 que segue.

¹⁷ Por iconotexto, Adam e Lugin (2006) entendem tanto as fotografias, geralmente acompanhadas de uma legenda e de uma assinatura indicando sua procedência/autoria como as infografias, que combinam palavras e ilustrações.

Figura 9 - Exemplo de hiperestrutura de dupla página

{ ESSENCIAL }



A sobrevivência do mais sáfado.

O que significa ser humano?

Há séculos, enxergamos nossa espécie como o ápice da evolução. Mas a verdade está surgindo: somos vira-latas.

— TEXTO Salvador Nogueira

Por muito tempo, a história do homem na Terra foi contada de maneira linear. Começou com um ancestral macaco, tataravô tanto do homem quanto do chimpanzé, que vivia nas árvores africanas 10 milhões de anos atrás. Há 4 milhões de anos, nosso trisavô australopiteco pôs-se a caminhar sobre duas pernas e desceu das árvores. Um milhão e meio de anos depois, nosso bisavô *Homo habilis* passou a lascar pedras e usar como ferramenta - seu cérebro tinha o dobro do tamanho do dos australopitecos, e metade do nosso. Aí veio o *Homo erectus*, nosso avô, há 2 milhões de anos, mais alto, inteligente e desenvolvido, senhor do fogo. E, há 1 milhão de anos, surgiu o *Homo heidelbergensis*, com cérebro quase do tamanho do meu e do seu, que acabaria dando origem a dois primos - o corpulento neandertal e nós, o *Homo sapiens*. Os dois primos brigaram entre si por recursos, os neandertais perderam, desapareceram há cerca de 20 mil anos, e sobraram nós. O ápice da evolução. O auge da vida inteligente no planeta Terra.

Claro, não é fácil reconstruir uma história como essa usando meros caquinhos fósseis (às vezes, eles se resumem a um ossinho de um dedo mindinho). Os antropólogos nunca chegaram a um consenso completo acerca dessa narrativa. Mas nada do que eles especularam podia nos preparar para as revelações que seriam feitas quando os geneticistas se intrometessem no assunto. Isso aconteceu para valer na última década e mostrou que essa linearidade precisa da árvore genealógica humana tem uma dificuldade danada de parar em pé.

O primeiro mito a cair foi o de que derrotamos os neandertais no tapa, levando-os à extinção. Isso era consenso até que geneticistas do Instituto Max Planck, na Alemanha, liderados pelo sueco Svante Pääbo, começaram a sequenciar o genoma dos neandertais, em 2006. Em 2010 veio a bomba: uma comparação do genoma neandertal com o do *sapiens* mostra que todos os humanos vivendo hoje, salvo aqueles nascidos na África, têm ancestrais neandertais.

Portanto, somos um pouquinho neandertais. Quão pouquinho? Dois estudos publicados recentemente sugerem que nosso percentual genético neandertal é de 1% a 3%. Parece pouco, mas se torna mais significativo quando você vai ver o quanto de todo o genoma neandertal sobrevive hoje na população humana: coisa de 20%. Ou seja, um quinto da receita para fabricar um neandertal está espalhada por aí, nas diversas populações humanas.

A mesma coisa se aplica aos misteriosos denisovanos, uma outra espécie de humanos que habitava o leste asiático, sobre a qual se sabe pouquíssimo, porque os antropólogos só encontraram fragmentos de seus ossos. Estudos genéticos mostram que há ancestrais deles entre as populações da Oceania. É bem possível que nenhum desses nossos primos não-*sapiens* tenha se extinguido de fato. Na verdade, o fenômeno que provavelmente aconteceu foi uma diluição de sua herança genética, diante de um número bem maior de *sapiens*.

Não dá para evitar um arripio ainda maior na espinha quando lembramos que outros hominídeos conviveram com os *sapiens* modernos. Os *erectus* sumiram mais ou menos na mesma época que eles surgiram. Teriam também se misturado? E o que dizer dos *Homo floresiensis*, apelidados de hobbits por seu tamanho diminuído? Fósseis encontrados na Indonésia sugerem que esses mini-humanos, com crânios bem menores que o nosso, mas ainda assim claramente inteligentes, pois usavam lanças de pedra lascada, estiveram por aí até meros 12 mil anos atrás. Haveria traços de seu DNA na composição genética dos *sapiens* da Oceania? Essas são algumas das cenas do próximo capítulo, na incrível história da evolução humana.

Duas lições, contudo, já podemos tirar: a primeira diz respeito aos senões de nossa singularidade, na Terra e em outras partes do Universo. Ao que parece, o surgimento da inteligência humana não foi meramente um feliz acidente de percurso, mas representou uma vantagem evolutiva tão grande que aconteceu mais de uma vez, em diferentes pontos da Terra. Isso quer dizer que algo parecido pode perfeitamente acontecer em outros planetas, ou mesmo se repetir na história evolutiva da Terra em algum outro momento. (Há quem diga que já se repetiu, e o resultado são os golfinhos, que, apesar de não terem a estrutura física adequada para o desenvolvimento de tecnologias, são extremamente inteligentes.)

A segunda lição diz respeito à nossa própria natureza. Não importa quantas bobagens racistas ou camões por aí, faz parte do espírito humano se espalhar por todos os locais habitáveis e se misturar às populações presentes nessas novas fronteiras. Somos todos, por definição, miscigenados. Somos todos vira-latas - não existe raça pura. E nos tornamos mais fortes como espécie por causa disso. ■

OS ANTROPÓLOGOS ACHAVAM QUE O **HOMO SAPIENS** ERA O PONTO CULMINANTE DE UMA HISTÓRIA LINEAR. ESTAVAM ERRADOS.

Ilustração André Dutel

34 SUPER / ABRIL 2014

SUPER / ABRIL 2014 35

Fonte: Nogueira (2004, p. 34-35).

Essa hiperestrutura, na seção Essencial (título entre colchetes), inicia com uma ilustração semelhante àquela já conhecida, que procura mostrar a evolução da espécie, conforme sugere Darwin. Todavia, o que vemos é *a sobrevivência do mais safado*, como refere a legenda. O título é uma interrogação, acompanhado de subtítulo. A ilustração é assinada por André Ducci; o artigo principal, por Salvador Nogueira. Trata-se de texto em colunas, sem subdivisões marcadas por intertítulos. No alto da segunda página, à direita, um box. Em termos de configuração composicional, constitui uma hiperestrutura simples.

Excedendo a página dupla, entramos no dossiê, que descrevemos no item 2.6.1.2, mais fragmentado e potencialmente muito mais complexo, conforme Adam e Lugin (2006). A figura 10 exemplifica o que os linguistas denominam multitexto ou dossiê.

Figura 10 - Exemplo de multitexto ou dossiê



INFERNO SUBMERSO

O U-513 era chefiado pelo almirante Friedrich Guggenberger, um herói entre os nazistas. Em 1941, ele foi condecorado pelo próprio Adolf Hitler por ter afundado um porta-aviões britânico. Guggenberger era de uma eficiência implacável – até o final da Segunda Guerra, ele afundou 17 navios. Mas a vida dentro de seu submarino não era das mais agradáveis. “Pegava-se um motor e construía-se um submarino em volta”, diz Telmo Fortes, autor de um livro sobre o U-513. Isso significa que não sobrava espaço para quase nada – nem para que cada um dos tripulantes tivesse o próprio colchão. “Eles adotavam o chamado ‘beliche quente’”. Quando terminava seu turno, o marujo que saía do serviço se recolhia a uma cama que vagava.” Havia apenas dois banheiros, um dos quais foi transformado em despensa – e os presuntos, salames e peças de carne de porco salgada ficavam pendurados ao longo do corredor central, dificultando ainda mais a circulação.

O U-513 era bem primitivo para os padrões atuais. Usava tecnologias herdadas da Primeira Guerra Mundial e tinha de ser frequentemente abastecido por outros submarinos, conhecidos como “vacas leiteiras”, que levavam combustível (diesel), armas e mantimentos. Começou a navegar em agosto de 1942, mas Guggenberger só assumiu seu comando em maio de 1943. Não duraria muito. No dia 19 de julho, um hidroavião americano viu o submarino na costa de Santa Catarina – e lançou duas bombas sobre ele. A segunda pegou em cheio. Apenas sete tripulantes sobreviveram, entre eles o próprio Guggenberger. “Os militares [americanos] poderiam tê-los deixado em alto-mar, mas preferiram salvar os sobreviventes”, diz Schurmann. Guggenberger foi levado até uma penitenciária no Arizona, onde

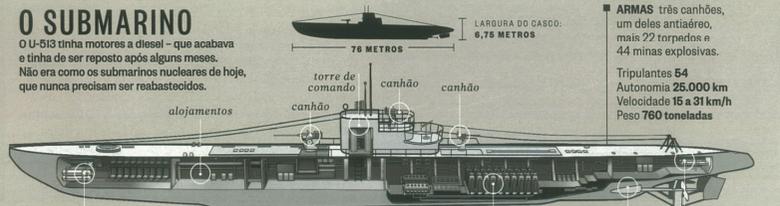
ficou até 1944. Em 23 de dezembro daquele ano, ele e outros 24 prisioneiros de guerra fugiram. Ele chegou a ser recapturado perto da fronteira com o México, mas acabou liberado pelos Aliados em 1946. Voltou à Alemanha, onde chefiou um quartel-general da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte, aliança militar coordenada pelos EUA na Europa) até se aposentar em 1972.

PERMISSÃO NEGADA

Vilfredo Schurmann soube do afundamento do submarino em 2002, enquanto fazia uma regata da ilha de Vitória até a ilha de Trindade – a aproximadamente 1.500 quilômetros de distância da costa brasileira em direção à África. “Em uma das noites, conversando com um fotógrafo e amigo meu, ele me mostrou um livro.” Era *A Última Viagem do Lobo Cinzento*, o livro escrito por Telmo Fortes. A partir daí, foram 11 anos de pesquisa, entrevistando especialistas e pessoas envolvidas na história. “Fizemos um levantamento de dados, checamos e recheamos informações, definimos uma área de busca, juntamos uma equipe de arqueólogos, oceanógrafos, biólogos e engenheiros”, diz Schurmann. Foram 18 expedições de barco. A equipe usava um sonar, que funcionava como um radar submerso. Não era fácil enfrentar o mar agitado e ao mesmo tempo içar e submergir o sonar, que ficava co-

O SUBMARINO

O U-513 tinha motores a diesel – que acabava e tinha de ser repostos após alguns meses. Não era como os submarinos nucleares de hoje, que nunca precisam ser reabastecidos.



A BUSCA

Projeto usou mesmo veleiro no qual a família Schurmann cruzou o planeta em 1997.

2 anos

FOI A DURAÇÃO da busca pelo submarino.

18

FOI A QUANTIDADE de expedições para procurá-lo.

20 km²

FOI A ÁREA RASTREADA. É o equivalente a 13 Parques do Ibirapuera.

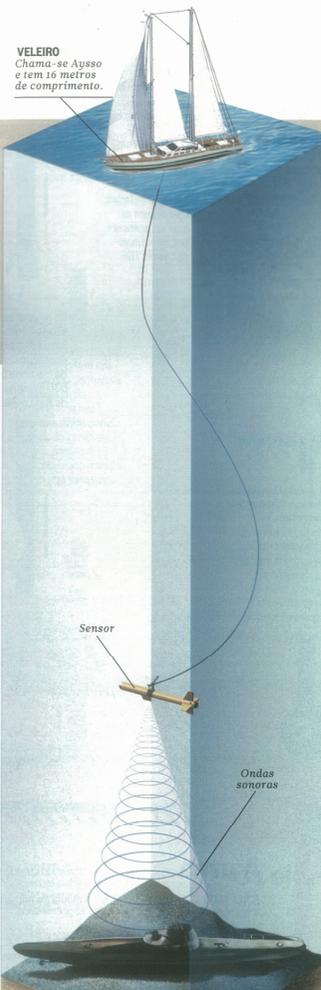
135 metros

É A PROFUNDIDADE na qual o submarino foi encontrado.



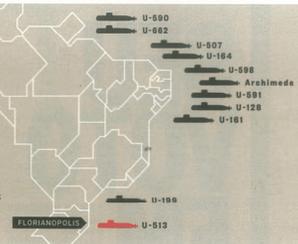
SENSOR

Funciona como um sonar (radar submarino), emitindo ondas sonoras para localizar objetos submersos – que refletem essas ondas. É conectado ao veleiro por um cabo de 130 metros.



OS INVASORES

Durante a Segunda Guerra, dez submarinos alemães – a um italiano – foram afundados pelos EUA na costa brasileira. O U-513 foi um deles.



nectado por um cabo de 130 metros [veja no infográfico]. “Muitos da equipe desistiram”, conta ele. Até que, depois de dois anos varrendo o fundo do mar, finalmente o submarino foi encontrado. “Foi uma emoção indescritível”, diz Schurmann. Segundo ele, o submarino tem um grande furo no casco e está com o bico de proa quebrado, mas de resto está intacto. Ou seja, dentro dele com certeza há tesouros históricos de enorme valor – e, muito provavelmente, os esqueletos de 47 soldados nazistas.

Por isso, a Marinha negou o acesso ao local. Não permitiu que mergulhadores desçam até o U-513. “Nós solicitamos a exploração, como já foi feita em vários países”, diz o velejador. Procurada pela SUPER, a Marinha explicou que o lugar é considerado um “túmulo de guerra” (local onde há restos mortais de combatentes), e por isso não é permitido mexer nele. “Eu entendo que deveria ser permitida a exploração [por mergulhadores], para poder identificar alguns objetos do U-513. O mergulho seria feito com total segurança. Estávamos com tudo preparado”, lamenta Schurmann. A Marinha só autorizou a ida de um robô até o submarino, o que já foi feito. As imagens gravadas por ele farão parte do documentário sobre o U-513, que será lançado no ano que vem.

No final de setembro, Schurmann partiu com a família para uma nova expedição de veleiro. Eles irão passar por cinco continentes (veja o itinerário em expedicaoorientale.com.br), e só deverão voltar ao Brasil em dezembro de 2016. Ele diz que não tem intenção de procurar outros submarinos afundados na costa brasileira. Mas acha que um deles pode ser encontrado: o U-199, afundado ao largo da cidade do Rio de Janeiro. “Os outros foram afundados em profundidades bem maiores, no Nordeste.” A costa brasileira ainda guardará segredos da Segunda Guerra por muito tempo. Alguns, para sempre. **S**

PARA SABER MAIS

Fonte: Schwanke (2014, p. 44-47).

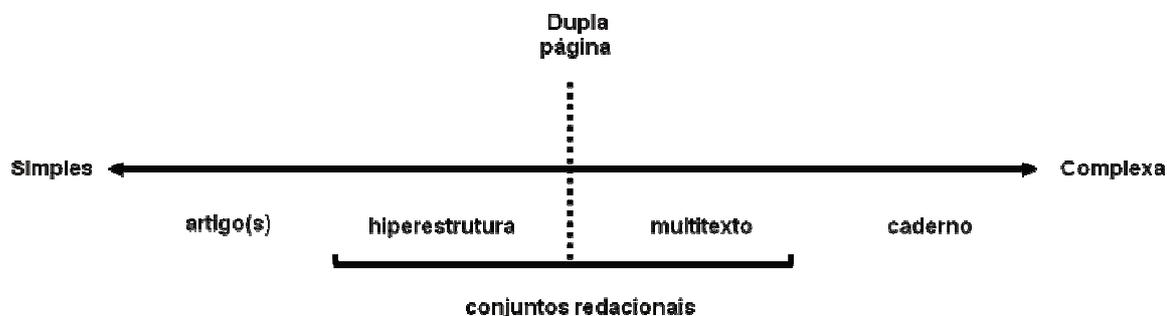
No exemplo da figura 10, que ocupa a extensão de 4 (quatro) páginas na seção História, podemos observar um artigo principal dividido em dois intertítulos, agrupando (1) ilustração do submarino nazista encontrado por exploradores brasileiros ocupando a extensão da dupla página; (2) mapa com legenda indicando nacionalidades, tipos e quantidade de submarinos afundados na costa brasileira durante a Segunda Guerra. Um mapa infográfico ou infomapa, conforme Souza (2012, p. 53), “[...] contribui para a construção do sentido otimizado que o infográfico permite”; (3) corte longitudinal mostrando o interior de um submarino. O corte abre um espaço que possibilita ver um interior em sua totalidade (SOUZA, 2012); (4) ilustração que mostra em profundidade e com detalhes o projeto de busca do submarino nazista. Os créditos atribuídos aos responsáveis por reportagem, ilustração, design e edição integram esse conjunto editorial, que é, portanto, mais complexo que as hiperestruturas ilustradas nas figuras 8 e 9.

No item a seguir, tratamos com mais detalhes esta forma de conjunto editorial: o multitexto ou dossiê.

2.6.1.2 O Multitexto ou Dossiê

O conjunto editorial é um elemento de organização da informação que deve ser definido de modo gradual. Sua fronteira, em relação ao artigo, é imprecisa. Apenas o critério material de limite de composição e de visibilidade-legibilidade, a página dupla, traça uma fronteira entre hiperestrutura e multitexto, como podemos visualizar na figura 11 a seguir, elaborada por Lugin (2000, p. 3):

Figura 11 - Escala graduada dos conjuntos editoriais



Fonte: Lugin (2000, p. 3, tradução nossa).

Adam e Lugin (2006) afirmam também que o texto jornalístico deve ser considerado em uma escala de complexidade que vai do artigo simples ao dossiê de muitas páginas, passando pelo artigo composto (artigo e fotografia com legenda referencial lacônica) e pela

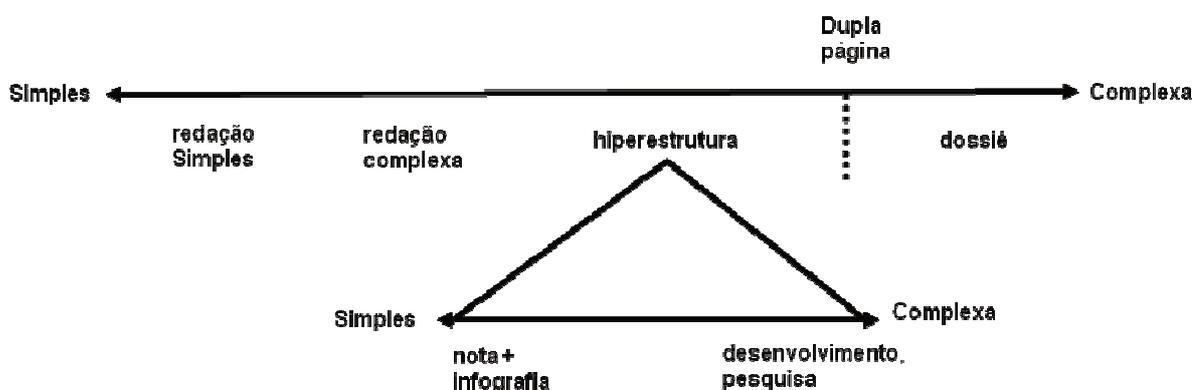
hiperestrutura elementar (meia página) ou complexa (uma ou duas páginas, relacionando muitos artigos e uma ou muitas infografias e/ou fotografias com legenda mais ou menos desenvolvida).

Os linguistas Adam e Lugin (2002) já distinguem, em estudos anteriores, a hiperestrutura de sua forma desenvolvida, o dossiê, pelo critério de materialidade – que é a dupla página, conforme reiteramos e mostramos na figura 11. O dossiê põe em evidência, como a hiperestrutura, as inter-relações entre os diferentes elementos de um conjunto editorial. Todavia, sendo excedida a superfície material da dupla página, a circulação do sentido adquire uma nova dimensão. Portanto, o interesse na distinção entre ambos reside na possibilidade de, no nível do design gráfico da página e da página dupla, que são as medidas da hiperestrutura, ocorrer uma circulação de sentido com autonomia própria, como mostramos nas figuras 8 e 9.

De Broucke (apud ADAM; LUGRIN, 2002, p. 4-5), por sua vez, diferencia edição simples de edição composta. A respeito da edição composta, insiste que, nos periódicos, uma nota, de edição simples, pode vir acompanhada por uma fotografia ou por um infográfico (ou mesmo fotografia acompanhada de legenda); gêneros como a entrevista, geralmente ilustrada por uma fotografia, são artigos dentro de uma edição relativamente complexa; da mesma forma, alguns dossiês de grande complexidade podem abranger várias páginas, como são as reportagens que compõem nosso *corpus* de estudo – Anexos A, B e C–, cada uma ocupando a extensão de 10 páginas e combinando artigo principal com outros gêneros.

Assim, a hiperestrutura, conforme Adam e Lugin (2002, p. 5), vem preencher uma lacuna terminológica entre dossiê e edição complexa, como podemos observar na figura 12:

Figura 12 - Diferenciação entre estrutura simples e estrutura complexa



Fonte: Adam e Lugin (2002, p. 5, tradução nossa).

Como visualizamos na figura 12, a hiperestrutura (ADAM; LUGRIN, 2002, p. 5) é uma entidade flexível e suscetível de variações; suas fronteiras, em relação à edição complexa, são vagas. De fato, para esses linguistas, é apenas o critério discriminatório da página dupla que diferencia hiperestrutura e dossiê. Assim, eles propõem uma definição de dossiê: o dossiê é um elemento de estruturação da informação, intermediário e opcional, situado entre o jornal e o artigo. Ele consiste em um reagrupamento de artigos e imagens semanticamente relacionadas, mas excedendo a página dupla. Esse reagrupamento é o resultado de um processo de *empilhamento* da informação, desenvolvido na medida da importância atribuída a um acontecimento ou a um assunto.

O dossiê, para Adam e Lugin (2002), possibilita exemplificar o conceito de hiperestrutura dentro de um elemento que a ultrapassa. Por outro lado, componentes muito diversos (artigos, barras laterais, fotografias, caricaturas, gráficos) estão envolvidos na composição do dossiê, se considerarmos a complexidade dos modos de estruturação.

Os conjuntos editoriais são, portanto, o resultado seja de uma redistribuição dos artigos em frações distintas, assinadas por um jornalista (o que confirma a segmentação do editorial), seja de uma reunião de elementos dentro de categorias genéricas diferentes, mas complementares, assinados por muitos jornalistas. Os artigos relacionados, muitas vezes emoldurados e acompanhados de um fundo colorido, trazem precisão e esclarecimentos sobre um ponto específico no artigo principal. (LUGRIN, 2001).

A vantagem destes dois novos modos de organização textual – a hiperestrutura e o dossiê – consiste no fato de que o sentido circula não apenas no interior de um artigo, mas no nível da página, da dupla página ou de muitas páginas. Isso porque o dossiê, às vezes, pode alcançar as dimensões de um caderno ou de um suplemento.

Em nossa pesquisa, mobilizamos tais conceitos para analisar o dossiê como um tópico central desta tese. Na continuidade desta subseção, relacionamos alguns gêneros que podem compor uma organização composicional como o dossiê, por exemplo.

2.6.2 Os Gêneros que Podem Compor uma Organização Composicional

Para a análise do nosso *corpus* de estudo, acreditamos ser pertinente a exposição de alguns gêneros que podem compor hiperestruturas e multitextos, na sequência desta subseção. Os estudos mostram que dois gêneros têm, em grande parte, seu desenvolvimento na hiperestrutura – o box e o infográfico. Quanto ao primeiro, de Broucker (1995, p. 87 apud ADAM; LUGRIN, 2000, p. 6, tradução nossa) explica que

O box é uma peça curta, intitulada, rodeada por uma moldura (ou composta sobre uma justificação diferente daquela do texto), muitas vezes organizada sobre um fundo de tela ou de cor, colocada na página de uma forma que a deixa aparecer tanto como um item separado do corpo do artigo e, obviamente, com ele relacionado.¹

Há três razões que podem justificar o uso de um box. Ele pode ser empregado para realçar informações particularmente interessantes (por exemplo, uma história picante); para retirar do artigo os principais elementos que dificultariam a sua leitura (por exemplo, um enquadramento histórico); finalmente, para reforçar a distinção entre diferentes categorias genéricas. De qualquer modo, a função principal dos boxes, como o restante dos elementos da hiperestrutura, é reduzir a extensão do artigo principal e, portanto, facilitar uma leitura rápida e/ou fragmentada.

As inovações tecnológicas, como a editoração eletrônica, possibilitaram também o desenvolvimento de um novo tipo de imagens, os infográficos²: “Na lógica da evolução que acabamos de descrever, a infografia, outrora completamente acessória, hoje quase que se tornou dominante”. (MOURIQUAND, 2015, p. 31, tradução nossa).³ A infografia inclui todas as formas de imagens de informação, geralmente produzidas com o auxílio de ferramentas de computador: mapas, imagens virtuais, diagramas, gráficos etc. Ela exclui, no entanto, os cartuns, as charges e as caricaturas.

Quanto à infografia, Mouriquand (2015, p. 115, p. 24, tradução nossa) enfatiza “[...] a capacidade dos jornais de segmentarem seus textos em vários módulos menores”⁴, bem como a importância “[...] de propor agora ao leitor navegar nas páginas”⁵. O desenvolvimento da infografia compartilha essa mesma exigência:

O sucesso da visualização da informação deu origem a uma nova disciplina, a ‘infografia’. Ela mistura desenhos a algumas palavras-chave, ou melhor, a algumas frases. Ela sabe, melhor do que de desenvolvimentos longos, condensar conceitos ou desenvolvimentos difíceis de entender, em esquemas⁶. (MOURIQUAND, 2015, p. 15-16, tradução nossa).

¹ “Un encadré est un texte court, titré, entouré d’un cadre (ou composé sur une justification différente de celle du texte), souvent disposé sur un fond de tramé ou de couleur, mis en page d’une manière qui le fasse apparaître à la fois comme distinct du corps d’un article et évidemment lié à lui”.

² Tese de doutoramento sobre o infográfico e a divulgação científica midiática foi escrita por Souza (2012).

³ “Dans la droite logique de l’évolution qui vient d’être décrite, l’infographie, jadis totalement accessoire, est presque devenue dominante”.

⁴ “[...] l’habileté des journaux à éclater leurs textes en de multiples petits modules”.

⁵ “[...] désormais de proposer au lecteur de circuler dans les pages”.

⁶ “Le succès de la visualisation de l’information a donné naissance à une nouvelle discipline, ‘l’infographie’. Elle mélange des dessins à quelques mots clés, au mieux à quelques phrases. Elle sait, mieux que de longs développements, condenser des concepts ou des évolutions difficiles à comprendre dans des schémas”.

Outros gêneros componentes da hiperestrutura são o cartum, a charge e a caricatura, os quais não podem encontrar-se sozinhos, com um título, uma legenda e uma assinatura. Sua autonomia topográfica e seu peritexto constituem-nos, então, um gênero em si mesmo. No entanto, no jornal, podem complementar um artigo conferindo-lhe um ponto de vista particular e parcial, muitas vezes de forma humorística. Nesse caso, constituem, juntamente com o artigo, uma hiperestrutura, uma vez que têm a duplicação simbólica.

Da mesma maneira, alguns gêneros, tais como resultados desportivos, tabelas ou mapas meteorológicos podem ser integrados aos componentes da hiperestrutura, por exemplo, quando eles são amplamente comentados em um artigo adjacente a eles.

Tanto para o jornal (seu peritexto, principalmente) como para a Internet, segundo Lugin (2001), a mídia produziu e aperfeiçoou dois sistemas que respondem a uma inflação da informação por duas funções complementares: navegar e informar. E a hiperestrutura estaria no cruzamento dessas duas preocupações. A validade da tipologia de gêneros é reforçada por sua distribuição dentro da hiperestrutura.

Nessa seção, examinamos, principalmente, as configurações composicionais que resultam em hiperestrutura e dossiê e expusemos alguns gêneros que podem constituir-las. Na subseção que segue, enfatizamos as principais funções desses dois tipos de conjunto editorial, como apresentados por Adam e Lugin (2002, 2006) e Lugin (2000, 2001).

2.6.3 As Funções dos Conjuntos Editoriais Hiperestrutura e Dossiê

A imprensa e, de modo geral, o conjunto de mídias têm como função a organização da interdiscursividade, que se manifesta tanto no nível do discurso, pelas palavras citadas ou relatadas, quanto no nível da materialidade, pelos conjuntos editoriais, por exemplo (LUGRIN, 2000).

No discurso midiático, é reconhecida a importância crescente assumida pela formatação da informação. O peritexto serve para encorajar, conduzir e facilitar a leitura. Assim se explicam os esforços empreendidos no domínio do design dos artigos e de uma escrita jornalística mais atrativa e eficaz. Mouriquad (1997 apud LUGRIN, 2001) assinala a importância da redução da extensão da unidade artigo. Segundo ele, a extensão desencoraja sistematicamente a leitura. Disso resulta a necessidade de os jornalistas segmentarem seus textos em múltiplos pequenos módulos. A hiperestrutura participa desse esforço de visibilidade-legibilidade da informação, segundo Lugin (2001).

De acordo com Lugin (2001), o desenvolvimento dos gêneros híbridos (texto-imagem) e o aparecimento cada vez mais frequente de conjuntos editoriais parecem responder aos desejos dessa nova estratégia de leitura, mais rápida e mais seletiva. O leitor pode ter acesso a uma informação diferente (crescimento de gêneros de informação-serviço, principalmente) e mais seletiva (segmentação de artigos em unidades menores ligadas por referências, como os hipertextos). Paralelamente, assistimos ao desenvolvimento importante da imagem.

Grosse e Seibold (1996, p. 41 apud LUGRIN, 2001) enfatizam a recente tendência de substituir passagens textuais por imagens. Os conjuntos complementares texto-imagem proliferam. Nesse contexto, enumeram três vantagens da hiperestrutura:

- a) facilitar a leitura de um texto evitando estruturas complexas (digressões, explicações, planos de fundo);
- b) introduzir uma serialidade, publicando uma contribuição em diferentes edições;
- c) evitar a coexistência de diferentes intenções em um único artigo.

Florea e Catarig (2011) e Lugin (2000, 2001) assumem duas dessas vantagens: facilitar a leitura e evitar a coexistência de diferentes intenções no mesmo artigo. De fato, a introdução de uma serialidade não corresponde à definição de Lugin (2000) de hiperestrutura, uma vez que ela é fisicamente limitada à página dupla. Em última análise, as funções da hiperestrutura podem ser resumidas, conforme segue:

- a) redução da extensão dos artigos;
- b) aumento do número de entradas possíveis em um assunto, leitura seletiva e não linear;
- c) fortalecimento dos gêneros jornalísticos, especialmente pela segmentação em unidades cada vez mais autônomas;
- d) produção de ligações privilegiadas entre os vários componentes;
- e) circulação do significado dentro da hiperestrutura;
- f) espetacularização da informação (desenvolvimento do visual e design da página), que é também uma das características dominantes da hiperestrutura.

A imagem é fundamental, porque oferece ao leitor uma janela importante para o artigo: “Na primeira etapa da leitura, é simultaneamente sobre o título e a fotografia que se dirige o

olho”. (MOURIQUAND, 2015, p. 110, tradução nossa).⁷ Mas a infografia e as fotografias em série (em particular, história-foto) apresentam uma grande capacidade de atrair o leitor. Seja em um gráfico representando a duração, ou em uma infografia ilustrando as várias fases de um evento (casos frequentes de notícias, por exemplo), essas imagens permitem visualizar a informação. Por isso, em parte, reside aí sua força de impacto e seu desenvolvimento. Em geral, topografia, tipografia e ilustrações são combinadas no design gráfico da página, para possibilitar a espetacularização da informação. (ADAM; LUGRIN, 2002).

A escrita jornalística, de acordo com Mouriquand (2015), tem reconhecido, com algumas exceções⁸, um único plano de texto, aquele que valoriza a informação central. É o plano da pirâmide invertida, na mídia impressa. Todavia, a crescente importância dos assuntos da página sobre o conteúdo do jornal pode impor aos redatores formas de relatos com múltiplas entradas. Elas podem facilitar a leitura, na medida em que o leitor pode optar por onde entrar e sair do texto livremente. É da natureza desses tipos de plano, segundo Mouriquand (2015), que os autores mascarem a importância relativa de cada um dos acontecimentos. Para ele, trata-se mais de dar *bicadas* na leitura, não de compreender uma lógica.

A evolução dos gêneros da imprensa, bem como a dos novos formatos das páginas e do tratamento dado aos acontecimentos abrem novas perspectivas tanto de análises quanto de práticas de leitura das mídias. No âmbito da leitura, apontam para um objetivo que pretende ultrapassar a exposição passiva aos meios de comunicação, uma vez que não se trata somente de informar-se, mas também de compreender melhor como esses meios abordam os acontecimentos e de desenvolver um olhar crítico sobre seu papel na compreensão do sentido social dos acontecimentos. (MOIRAND, 2006).

Encaminhando-nos para o final deste capítulo, elaboramos o quadro 5, em que retomamos brevemente os teóricos que orientam nosso estudo sobre o fenômeno da RE, bem como sua contribuição com esta pesquisa, que busca responder à seguinte pergunta: *como as estratégias de (não) assunção de responsabilidade enunciativa, mobilizadas pelo locutor, atuam no quadro pré-citação do artigo principal de reportagens que divulgam ciência, com configuração composicional dossiê, objetivando construir os sentidos pretendidos?*

⁷ “Au premier stade de la lecture, c’est, simultanément au titre et à la photographie que va l’œil”.

⁸ Há exceções conhecidas: quando o autor deve expor uma cronologia de fatos sucessivos, não pode escapar de voltar o mais distante possível no tempo para, depois, seguir o desenrolar dos acontecimentos. Eventualmente, ele pode subverter, apresentando uma cronologia inversa. As apresentações sob forma de tópicos correspondem, quando são empregadas, aos dispositivos da distribuição na página, por exemplo, para a escolha de achados possíveis mais do que a uma vontade de estruturar um relato. (MOURIQUAND, 2015).

Quadro 5 - Aporte teórico para o estudo da materialização de RE no nosso *corpus* de estudo

(continua)

Seção	Tópico de análise	Teórico	Contribuição a esta pesquisa
2.1	Categorias (i) os diferentes tipos de representação da fala e (ii) as indicações de quadros mediadores	Adam (2011, 2012)	Responsabilidade Enunciativa (RE); Ponto de Vista (PdV); categorias de análise
2.2	Categoria (ii) as indicações de quadros mediadores	Guentchéva (1990, 1994, 1996, 2011)	Mediativo (MED)
2.3	Categoria (i) os diferentes tipos de representação da fala	Rabatel (2003, 2004, 2005, 2009, 2010, 2013, 2015, 2016); Rabatel e Chauvin-Vileno (2006)	Sincretismo locutor/enunciador: Locutor primeiro/Enunciador primeiro (L1/E1), locutor segundo/enunciador segundo (I2/e2); Ponto de Vista (PDV); <i>Prise en charge énonciative</i> ; <i>quasi-PEC</i> , responsabilidade limitada, imputação; posturas enunciativas: coenunciação, sobre-enunciação, subenunciação; apagamento enunciativo.
2.4	Subcategoria (a) tipo de voz convocada e designação	Calsamiglia e Cassany (2001)	Representação das vozes sociais; quadros para representação de voz não científica e da ciência
		Calsamiglia e López Ferrero (2003)	Papel e função das vozes sociais; quadro preparatório de citação ou quadro pré-citação
		van Leeuwen (1996)	Diferentes modos de representação das vozes sociais no discurso
		Petit (2000)	Distinção especialista / cientista
	Subcategoria (b) tipo de discurso relatado	Maingueneau (2002)	Tipos de discurso relatado
		Calsamiglia e López Ferrero (2003)	Novas formas de discurso relatado na mídia
	Subcategoria (c) tipo de verbo introdutor de discurso relatado	Thompson e Yiyun (1991)	Potencial denotativo e avaliativo dos verbos introdutores de discurso relatado
Alrahabi e Desclés (2009); Desclés (2009, 2016); Desclés e Guentchéva (1997)		Escala do grau da força do engajamento na verdade do enunciado; operações enunciativas	

(conclusão)

	Subcategoria (d) tipo de postura e apagamento enunciativo	Marnette (2004); Rabatel (2004)	Posturas: sobre-enunciação, subenunciação na mídia; apagamento enunciativo
2.5	Discurso de mediatização da ciência	Charaudeau (2006, 2008a, 2009, 2016)	Contrato de comunicação do discurso de mediatização da ciência, características (dados externos e dados internos), visadas, liberdades e restrições, margem de manobra
2.6	Organização composicional da reportagem que comunica ciência	Adam (2011)	Plano de texto: convencional / fixo ou ocasional
		Adam e Lugrin (2002, 2006); Lugrin (2000, 2001)	Conjunto editorial; configuração composicional: hiperestrutura, multitema ou dossiê

Fonte: Elaborado pela autora.

No capítulo 3, a seguir, apresentamos os aspectos metodológicos que orientam esta pesquisa: o paradigma metodológico adotado, o detalhamento do *corpus* escolhido, bem como os procedimentos de sua coleta e delimitação, as categorias de análise e seu desdobramento em subcategorias.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: O *CORPUS* DE ESTUDO

Neste capítulo, apresentamos a metodologia adotada por nós para uma análise empírica na proposta da ATD, a fim de efetivar a afirmação de Adam (2010, p. 23) de que “[...] uma teoria co(n)textual de produção de sentido deve fundar-se na análise de textos concretos”. Esse é o procedimento que Adam se propôs a desenvolver e designar como ATD, e é a partir dessa premissa que formulamos nossa pergunta de pesquisa: *como as estratégias de (não) assunção de responsabilidade enunciativa, mobilizadas pelo locutor, atuam no quadro pré-citação do artigo principal de reportagens que divulgam ciência, com configuração composicional dossiê, objetivando construir os sentidos pretendidos?*

Além dessa questão norteadora, elaboramos também a seguinte hipótese: *as estratégias de materialização da responsabilidade enunciativa mobilizadas no quadro pré-citação do artigo principal de reportagens com organização composicional dossiê, dirigidas a um público leigo, principalmente nas categorias (i) os diferentes tipos de representação da fala e (ii) as indicações de quadros mediadores, revelam assunção de responsabilidade do conteúdo proposicional dos enunciados pelo L1/E1, que se constrói como sobre-enunciador.*

Assim, nesta seção que trata da metodologia da pesquisa, apresentamos o nosso *corpus* de estudo, explicitando a sua forma de seleção e procedendo à sua descrição.

3.1 O *CORPUS* DE ESTUDO: CRITÉRIOS, SELEÇÃO E DESCRIÇÃO

No que respeita à seleção e à descrição de um *corpus*¹, Charaudeau (2011) discorre sobre um conjunto de problemas que a constituição de um *corpus*, em Análise do Discurso, pode implicar. São eles:

- a) o problema da coleta, que “[...] depende da escolha da materialidade linguística

¹ Segundo o Dicionário de Análise do Discurso (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 137-38), nas ciências humanas e sociais particularmente, “[...] *corpus* designa o conjunto de dados que servem de base para a descrição e análise de um fenômeno [...] A questão da constituição de um *corpus* é determinante para a pesquisa, pois trata-se de, a partir de um conjunto fechado e parcial, analisar um fenômeno mais vasto que essa amostra”. Em Análise do Discurso, “trata-se de descrever fenômenos discursivos que se desdobram em superfícies textuais importantes”. Os linguistas também trazem a definição de Sinclair (1996, p. 4 apud HABERT et al., 1997, p. 11), para quem um *corpus* “é uma coleção de dados linguageiros que foram selecionados e organizados segundo critérios linguísticos explícitos para servir de amostra da linguagem”. Há quem ainda tome o *corpus* como um conjunto de textos organizado, segundo critérios específicos, passíveis de serem processados pela máquina. (SARDINHA, 2004). Neste trabalho, alinhamo-nos ao que formulam Charaudeau e Maingueneau (2004) no Dicionário de Análise do Discurso.

- (produções linguísticas orais, produções linguísticas escritas) e da escolha do suporte que veicula tais produções em relação com uma situação de comunicação [...]. Todos eles têm incidências sobre a maneira de coletar dados [...]” (CHARAUDEAU, 2011, p. 1);
- b) o problema da importância do material coletado e de sua representatividade. O *corpus* pode ser considerado exaustivo e fechado, ou parcial e aberto; pode ser considerado como um objeto em si ou uma simples ferramenta;
 - c) o problema das categorias objeto da análise no interior do material linguístico.
 - d) o problema da ferramenta para o tratamento dos dados.

Cientes dos problemas apontados pelo linguista, intentamos selecionar os textos que compõem nosso *corpus* de estudo, atentos aos desafios próprios a uma investigação em Análise do Discurso. Do mesmo modo, na descrição que segue, procuramos explicar a constituição desse *corpus*, tendo como pano de fundo esse conjunto de problemas.

Como já referido e fundamentado, nosso gênero textual de análise configura-se como dossiê. Desse modo, para a escolha dos textos representativos do gênero, passamos a analisar um material já coletado pelo grupo de pesquisa do *Projeto de Investigação do Discurso de Popularização da Ciência*, ligado ao grupo de pesquisa *Comunicação da Ciência: Estudos Linguístico-Discursivos* (CCELD), coordenado pela Prof^a. Dra. Maria Eduarda Giering, do PPGLA-UNISINOS. São reportagens que foram matéria de capa da revista *Superinteressante* na versão impressa, selecionadas em razão de seu fim discursivo predominante (CHARAUDEAU, 2006): *fazer saber* ou *fazer compreender*, isto é, informar ou explicar um tema da ciência a um público jovem, segundo uma lógica ligada à verdade. Além disso, o contrato de comunicação de midiatização da ciência situa-se na tensão entre essas finalidades e a de *fazer sentir*, ou visada da captação, que tende a produzir um objeto de consumo em conformidade com uma lógica comercial: captar para sobreviver à concorrência. (CHARAUDEAU, 2006).

Assim, o nosso *corpus* de estudo constituía-se, inicialmente, das 13 reportagens publicadas no ano de 2014, período em que ingressamos neste curso de Pós-Graduação e definimos o objeto de estudo. A Revista *Superinteressante* foi escolhida por se tratar de uma publicação da Editora Abril produzida mensalmente desde 1987 e ser “[...] a maior revista para jovens adultos do Brasil, conhecida por seu texto inteligente, design inovador e infográficos premiados”². É a revista “[...] essencial para entender este mundo complicado em

² Informações disponíveis em: *Superinteressante* (2015).

que vivemos, ajudando a separar a verdade do mito, o importante do irrelevante, o novo do velho – tudo de forma surpreendente, provocativa e ousada”³. Segundo a editora, a

SUPERINTERESSANTE é essencial para cabeças que têm fome de conhecimento, inovação e novidades. É feita para quem quer entender o mundo além do óbvio. Com uma linguagem clara e direta, enxerga tendências, faz análises detalhadas, inova nas abordagens e enfrenta polêmicas para que o leitor debata, reflita e forme uma opinião sobre o assunto. (SUPERINTERESSANTE, 2017).

Com uma tiragem⁴ de 240 mil exemplares de circulação, atinge mais de três milhões de leitores⁵ em todo o Brasil. A idade⁶ média do leitor da revista é 31 anos; dos leitores, 60% são homens e 40% são mulheres⁷. Em relação à classe social⁸, distribuem-se da seguinte forma: A 20%, B e C 80%.

Quanto à autoria, os produtores são falantes nativos, jornalistas e colaboradores da Revista, como fotógrafos, ilustradores, designers. Verificamos, também, neste nosso *corpus* de estudo, pluralidade de autoria, considerando a construção composicional em que se inscreve a reportagem: o multitexto, ou dossiê.

No quadro 6, a seguir, relacionamos as reportagens que integravam o nosso *corpus* de estudo na etapa inicial deste trabalho, as quais aparecem numeradas de R01 até R13, com indicação do título (seguido(a) do(a) autor(a) do artigo principal da reportagem e do tema abordado); do número da edição; e do mês de publicação.

Quadro 6 - Relação das reportagens matéria de capa publicadas em 2014

(continua)

N. Reportagem	Título	Edição	Mês
R01	<i>Guia prático da criatividade</i> Reportagem: Carol Castro Tema: comportamento	328	jan.
R02	<i>O Brasil antes de Cabral</i> Reportagem: Emiliano Urbim Tema: história	329	fev.
R03	<i>Os EUA derrubaram o presidente do Brasil</i> Reportagem: Jennifer Ann Thomas Tema: história	330	mar.

³ Informações disponíveis em: Superinteressante (2015).

⁴ Dado consolidado em março de 2017. (SUPERINTERESSANTE, 2017).

⁵ Dado consolidado em 2016. (SUPERINTERESSANTE, 2017).

⁶ Dado consolidado em 2016. (SUPERINTERESSANTE, 2017).

⁷ Dado consolidado em 2016. (SUPERINTERESSANTE, 2017).

⁸ Dado consolidado em 2016. (SUPERINTERESSANTE, 2017).

(conclusão)

R04	<i>Medo: como vencer os seus</i> Reportagem: Eduardo Szklarz Tema: saúde	331	abr.
R05a	<i>Ressurreição</i> Reportagem: José Francisco Botelho Tema: ciência	332	maio
R05b	<i>A vaca imortal</i> Reportagem: José Francisco Botelho Tema: ciência	332	Maio
R06	<i>Os aliados ocultos de Hitler</i> Reportagem: Cláudia de Castro Lima Tema: história	333	Maio
R07	<i>Milagre ou Truque?</i> Reportagem: Leandro Beguocci e Denis Russo Burgierman Tema: tecnologia	334	jun.
R08	<i>A verdade sobre o glúten</i> Reportagem: Robson Pandolfi Tema: saúde	335	jul.
R09	<i>Verdades inconvenientes sobre astrologia</i> Reportagem: Karin Hueck Tema: ciência	336	ago.
R10	<i>Um foco para chamar de seu</i> Reportagem: Alexandre de Santi Tema: comportamento	337	set.
R 11	<i>Maconha: remédio proibido</i> Reportagem: Camila Almeida Tema: saúde	338	out.
R12	<i>Humanos</i> Reportagem: Reinaldo José Lopes Tema: comportamento	339	nov.
R13	<i>Verdadeiros donos do mundo</i> Reportagem: Andreas Muller Tema: comportamento	340	dez.

Fonte: Elaborado pela autora.

Observamos, pela distribuição das reportagens no quadro 6, que, no mês de maio, foram publicadas duas edições, ambas com textos distintos. Ainda no mês de maio, na edição n. 332, há duas reportagens com enfoques diferentes sobre a mesma temática, escritas pelo mesmo autor, porém com alguns colaboradores diferentes. Todas apresentam uma hiperestrutura que vai além da dupla página, com apenas um artigo principal e peritexto sobre o mesmo tema.

Desse conjunto de edições, após o exame minucioso do artigo principal de uma⁹ das reportagens, optamos por restringir a amostra final a três delas, respeitando o critério da temática. As reportagens escolhidas correspondem aos meses de abril, julho e outubro, por abordarem um tema¹⁰ comum: a saúde, bem como por serem de produtores-jornalistas diferentes, como aponta o quadro 7. Um mesmo tema ou área pode caracterizar alguns usos em detrimento de outros; o mesmo vale para a autoria, que pode caracterizar determinado estilo. Assim, acreditamos que a diversidade de autoria, nesse caso, possa constituir importante elemento de análise e, com isso, enriquecer este estudo do gênero, fato que justifica a escolha do nosso *corpus* de estudo.

As reportagens que agora passam a constituir o nosso *corpus* de estudo são novamente numeradas, de R1 a R3. Também restringimos a análise ao artigo principal¹¹ de cada uma delas, desconsiderando, assim, os gêneros que compõem seu peritexto, como box, infográfico, mapa, linha de tempo etc. Portanto, integram o *corpus* desta investigação as reportagens relacionadas que seguem.

Quadro 7 - Reportagens que constituem o nosso *corpus* de estudo

N. Reportagem	Título	Edição	Mês
R1	<i>Medo: como vencer os seus</i> Reportagem: Eduardo Szklarz Tema: saúde	331	abr.
R2	<i>A verdade sobre o glúten</i> Reportagem: Robson Pandolfi Tema: saúde	335	jul.
R3	<i>Maconha: remédio proibido</i> Reportagem: Camila Almeida Tema: saúde	338	out.

Fonte: Elaborado pela autora.

Frente a um *corpus*¹² pequeno, segundo Charaudeau (2011), coloca-se o problema do seu valor enquanto amostra. Em análise do discurso, a construção de um *corpus* depende de

⁹ Para a etapa de Qualificação, realizamos uma análise preliminar da reportagem *Maconha: remédio proibido*.

¹⁰ As temáticas abordadas no ano de 2014 são variadas, conforme mostra o quadro 6. Optamos por escolher três que tratam do tema da saúde, seja mental ou física (quadro 7).

¹¹ Neste trabalho, optamos por examinar apenas o artigo principal de cada reportagem, pois sua responsabilidade é atribuída a um jornalista, distinto dos profissionais responsáveis pelos gêneros que compõem o peritexto, como fotógrafo, ilustrador e designer, e dos responsáveis por edição e produção.

¹² Charaudeau (2011, p. 4) diferencia *corpus* de textos de *corpus* de discurso. O autor não apresenta ponto de vista distinto do de Adam, a não ser por considerar que “[...] a relação de complementaridade entre análise de texto e análise de discurso não é simétrica. Não são as duas faces de uma mesma moeda [...]”. O discurso, para Charaudeau, é “um percurso de significância que se acha inscrito num texto, e que depende de suas condições de produção e dos locutores que o produzem e o interpretam”.

um posicionamento teórico ligado a um objetivo de análise, o que ele denomina *problemática*¹³. Em uma problemática dita cognitiva (CHARAUDEAU, 2011), o objeto de estudo é considerado como um conjunto de mecanismos discursivos. Cabe ao pesquisador “[...] captar sua existência e seu modo de combinação no interior de uma produção discursiva qualquer [...] ou de descrever como é que se dá seu funcionamento, e particularmente seu modo de produção”. (CHARAUDEAU, 2011, p. 6).

Sob o ângulo de uma problemática cognitiva¹⁴, o *corpus* não necessita ser estabelecido em função de uma situação de comunicação particular. Desse mesmo ponto de vista, ele pode ser considerado aleatório, e somente limitado pelos contextos linguísticos nos quais aparecem esses mecanismos, em conformidade com Charaudeau (2011). Aproximamo-nos à posição do linguista para justificar o recorte que fazemos, objetivando alcançar os fins pretendidos nesta investigação.

Charaudeau (2011, p. 10) compartilha o “[...] ponto de vista daqueles pesquisadores que dizem que o *corpus* não é a ferramenta da pesquisa, mas o objeto da pesquisa, [...] objeto que foi construído num *corpus* em função de pressupostos teóricos e metodológicos”. Coloca, então, “[...] a questão do modo de tratamento do *corpus* em correlação com a questão da pertinência de uma análise quantitativa comparada à análise qualitativa”. Trata-se, portanto, de assumir uma abordagem que articula análise quantitativa e análise qualitativa. Desse modo, para o linguista (CHARAUDEAU, 2011, p. 13), “[...] o estudo quantitativo faz sentido em si, mas um sentido provisório que deve ser confirmado, corrigido ou mesmo contradito e, em todo caso, estendido e aprofundado pela análise qualitativa”.

Ainda de acordo com a descrição metodológica aqui adotada, em especial sobre a abordagem do problema de pesquisa, destacamos que, segundo Creswell, “[...] as abordagens qualitativa¹⁵ e quantitativa não devem ser encaradas como extremos opostos ou dicotomias, pois, em vez disso, representam fins diferentes em um contínuo”. (NEWMAN; BENZ, 1998 apud CRESWELL, 2011, p. 25). Um estudo tende a ser mais qualitativo do que quantitativo, ou o contrário.

¹³ Charaudeau (2011, p. 6) emprega o vocábulo *problemática* como substantivo: “[...] um conjunto de proposições hipotéticas (ou de postulados) que, no interior de um campo de estudo, determinam ao mesmo tempo um objeto, um ponto de vista de análise e um questionamento por oposição a outros questionamentos possíveis”.

¹⁴ Para Charaudeau (2011, p. 6), “[...] pertencem a essa problemática trabalhos na linha das teorias da pressuposição e do sentido das palavras do discurso, dos *topoi* e da orientação argumentativa e da pragmática. Igualmente, os trabalhos em gramática do texto que tratem dos problemas de coerência e coesão textuais”.

¹⁵ Dentre as estratégias de investigação que não têm sido adequadamente tratadas em livros qualitativos, de acordo com Creswell (2011), está a análise do discurso. Como um exemplo de pesquisador que a contempla, cita Cheek (2004), que escreveu *At the margins? Discourse analysis and qualitative research*.

Esta pesquisa caracteriza-se também por ser, metodologicamente, quanto aos seus procedimentos técnicos, de levantamento bibliográfico (GIL, 2010), desenvolvida com base em material já publicado.

A leitura das diversas fontes, (impressas e da Internet), em etapa posterior, é exploratória e explicativa (GIL, 2010), pois objetiva relacionar as contribuições dos diferentes autores para responder a nossa pergunta de pesquisa. Nessa modalidade de leitura, “[...] procura-se conferir significado mais amplo aos resultados obtidos com a leitura analítica”. (GIL, 2010, p. 60). Na leitura analítica, o pesquisador atém-se aos dados; na leitura interpretativa, vai além deles, extrapola-os, relacionando-os a outros conhecimentos.

Por fim, destacamos a natureza aplicada que esta pesquisa apresenta (GIL, 2010), uma vez que propõe o estudo de um fenômeno recorrente na sociedade, com vistas à, também, em conformidade com a Linguística Aplicada, explicação da escolha de estratégias decorrentes do uso da linguagem.

Na próxima seção, explicitamos não apenas como os dados do nosso *corpus* de estudo são coletados, mas também quais etapas pretendemos cumprir para sua análise.

3.2 A COLETA DOS DADOS E AS ETAPAS DE ANÁLISE

Com base nos apontamentos teóricos de base metodológica para a constituição do nosso *corpus* de estudo, do ponto de vista da coleta e do tratamento, os dados coletados são analisados e interpretados à luz dos teóricos escolhidos para fundamentar esta investigação, os quais estão relacionados no capítulo 2. A partir de sua leitura, definimos, em conformidade com Adam (2011), as principais categorias de análise – (i) os diferentes tipos de representação da fala e (ii) as indicações dos quadros mediadores –, manifestas no quadro pré-citação, como marcas reveladoras de (não) assunção de responsabilidade enunciativa do produtor do texto. Essas duas categorias são desdobradas por nós, na análise dos textos do nosso *corpus* de estudo, nas seguintes subcategorias:

- a) tipo de voz convocada e designação;
- b) tipo de discurso relatado;
- c) tipo de verbo introdutor de discurso relatado;
- d) tipo de postura e apagamento enunciativo.

Assim, para dar conta da análise dessas categorias e subcategorias, a metodologia de análise é predominantemente qualitativa, como descrito na seção anterior (3.1), a qual se vale do levantamento quantitativo de alguns dados. Para tanto, a fim de levar a cabo essa tarefa quanti-qualitativa, são as seguintes as etapas de investigação:

- a) leitura do artigo principal das reportagens (i) *Medo: como vencer os seus* (abr. 2014); (ii) *A verdade sobre o glúten* (jul. 2014); (iii) *Maconha: remédio proibido* (out. 2014) (Apêndices A, B e C, respectivamente) e identificação do quadro pré-citação no artigo principal de cada uma delas;
- b) identificação da voz evocada e sua classificação como representação não científica ou da ciência, seguida de exemplificação das ocorrências;
- c) apresentação, em quadro específico tanto para voz não científica como para voz da ciência, do tipo de representação social encontrada na análise, relacionada à voz evocada e sua respectiva designação. O levantamento quantitativo da proporção de vozes não científicas e da ciência associadas às diferentes maneira de designação é mostrado em quadro próprio para cada uma das reportagens, com o objetivo de sustentar a análise qualitativa posterior;
- d) identificação, exemplificação e análise dos diferentes tipos de discurso relatado (direto, indireto e mediado); os dados coletados vão integrar o quadro já elaborado, para melhor visualização dos resultados por subcategoria e por reportagem;
- e) identificação do verbo introdutor inserido nesse quadro preparatório da citação, observando seu potencial denotativo e avaliativo; distribuição dos verbos em uma escala, conforme a indicação do grau de engajamento do L1/E1 na verdade do conteúdo proposicional; o verbo introdutor identificado passa a integrar o quadro já elaborado, o qual reúne o resultado de análise em cada uma das etapas anteriores;
- f) identificação, exemplificação e análise da postura assumida pelo L1/E1 em cada artigo principal das reportagens que compõem nosso *corpus* de estudo; o levantamento dos dados é mostrado em quadro específico, para posterior análise qualitativa;
- g) interpretação parcial dos resultados ao término da análise do artigo principal de cada reportagem; e

- h) comparação dos artigos principais das três reportagens e interpretação final dos dados obtidos.

Para facilitar a visualização dessa tarefa, apresentamos o quadro 8 a seguir.

Quadro 8 - Etapas de investigação do nosso *corpus* de estudo

Etapa	Descrição
1	leitura do artigo principal das reportagens (i) <i>Medo: como vencer os seus</i> ; (ii) <i>A verdade sobre o glúten</i> ; (iii) <i>Maconha: remédio proibido</i> e identificação do quadro pré-citação apenas no artigo principal de cada uma delas – categorias (i) os diferentes tipos de representação da fala e (ii) as indicações de quadros mediadores
2	identificação da voz evocada e sua classificação como representação não científica ou da ciência, seguida de exemplificação das ocorrências – subcategoria (a) tipo de voz convocada e designação
3	apresentação do tipo de representação social evocada e respectiva designação em quadro específico – subcategoria (a) tipo de voz convocada e designação
4	identificação, exemplificação e análise dos diferentes tipos de discurso relatado (direto, indireto e mediado); os dados coletados integram o quadro já elaborado para a subcategoria (a) – subcategoria (b) tipo de discurso relatado
5	identificação do verbo introdutor, conforme potencial denotativo ou avaliativo; distribuição em uma escala, conforme a indicação do grau de engajamento do L1/E1 na verdade do conteúdo dos enunciados; os dados coletados integram o quadro com resultados das subcategorias (a) e (b) – subcategoria (c) tipo de verbo introdutor do discurso relatado
6	identificação, exemplificação e análise da postura assumida pelo L1/E1; o levantamento dos dados é mostrado em quadro específico – subcategoria (d) tipo de postura e apagamento enunciativo
7	interpretação parcial dos resultados ao término da análise do artigo principal de cada reportagem
8	comparação dos artigos principais das três reportagens e interpretação final dos dados obtidos

Fonte: Elaborado pela autora.

Destacamos a importância da delimitação metodológica dos procedimentos de análise divididos em categorias e subcategorias e desdobrados em 8 (oito) etapas analíticas, uma vez que cada uma das etapas mencionadas possibilita a coleta de dados e a análise preliminar das tendências que podemos identificar no nosso *corpus* de estudo, levando em consideração

sempre a pergunta de pesquisa formulada no capítulo de Introdução e reapresentada no início deste capítulo.

Em relação especialmente às vozes convocadas (etapas 2 e 3 do trabalho), utilizamos a sugestão de quadros¹⁶ elaborados por Calsamiglia e Cassany (2001) para o levantamento quantitativo de ocorrências. Apresentamos quadros distintos para voz de locutor da ciência e de locutor não cientista, adequando-os às evidências encontradas e objetivando posterior cotejamento, por edição da Revista. Ao final do trabalho, todos os dados levantados quantitativamente são reunidos em novo quadro, para visualização do total de ocorrências e tendências nesta amostra.

Feito o levantamento das vozes privilegiadas e, posteriormente, de sua designação, procedemos à identificação dos segmentos de discurso relatado (direto, indireto e mediatizado), bem como de suas marcas, buscando identificar na análise se o locutor assume ou não a responsabilidade pelos enunciados que profere.

A identificação dos verbos introdutores e sua organização, conforme o valor que assumem e o grau de engajamento, resulta em um levantamento quantitativo, com vistas à descoberta das tendências de seu uso em reportagens que comunicam ciência com construção composicional dossiê.

É nosso intento, após o estudo de diferentes tipos de discurso relatado e emprego de verbos introdutores, por meio do desenvolvimento das 8 (oito) etapas de análise já mencionadas, verificar a possibilidade de vislumbrar o grau de responsabilidade enunciativa assumida pelo L1/E1, ou seja, como modula o discurso e dá a ele a orientação argumentativa que deseja.

Retomando Charaudeau (2011), salientamos que, a partir de sua prática de sujeito analisante de *corpora* midiáticos, o linguista conclui que é preciso discernir o que é da ordem da coleta de dados, da seleção das recorrências e da detecção das condições de comunicação. O estágio de coleta do material de análise constitui uma etapa anterior à análise. O levantamento das recorrências implica que a pesquisa seja orientada. Os dados são confrontados a variáveis externas que estão em relação de pertinência com um objetivo de análise, e as recorrências são levantadas e classificadas numa certa ordem em função dessas variáveis. Nessa etapa, trata-se de uma análise com predominância quantitativa, que fornece informações relevantes para outras análises posteriores. Uma análise quantitativa, que não pode ser recusada, não pode trazer os resultados que uma análise qualitativa pode oferecer. “Será necessário inclusive se abster [...] de reificar as análises quantitativas, pois isso levaria à

¹⁶ Nesta etapa da pesquisa, utilizamos os quadros elaborados por Calsamiglia e Cassany (2001). Ao final de nossa investigação, podemos adaptar esse modelo em razão das ocorrências identificadas em nosso *corpus* de estudo.

neutralização das qualitativas, o que reduziria consideravelmente o poder explicativo da análise do discurso”. (CHARAUDEAU, 2011, p. 12).

Como já mencionamos e justificamos com Charaudeau (2011), estamos manejando uma amostra pequena para desenhar conclusões definitivas em uma análise qualitativa com interpretação dos dados encontrados, fato perfeitamente aceito pelos principais teóricos de metodologia de pesquisa (CRESWELL, 2011; GIL, 2010) ao descrever as características e as funcionalidades de uma pesquisa de base qualitativa, cujos poucos dados são capazes de elucidar fatos importantíssimos, neste caso sobre o uso da língua.

No capítulo 4, a seguir, procedemos à descrição e à análise dos dados obtidos mediante o exame do quadro pré-citação do artigo principal das três reportagens que constituem nosso *corpus* de estudo.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para este trabalho, tomamos como objeto de estudo as reportagens que foram matéria de capa das edições dos meses de abril, julho e outubro de 2014, da revista *Superinteressante*, como mencionamos no capítulo 3. O critério adotado para a escolha dessas reportagens foi o tema comum a todas – a saúde, física ou mental –, e delas analisamos apenas o quadro pré-citação do artigo principal, excluindo outros gêneros que formam seu peritexto. Assim, antes da análise dos dados, que visam a alcançar os objetivos estabelecidos para esta tese, descrevemos sucintamente cada uma das três reportagens do nosso *corpus* de estudo.

Reportagem 1:

A reportagem publicada no mês de abril intitula-se *Medo: como vencer os seus*. Ela relata que estudos comprovam que sentimos mais medo hoje do que sentiam nossos pais e convida o leitor a saber como chegamos a esse ponto e o que é possível fazer para nos libertarmos. O artigo principal é escrito por Eduardo Szklarz, jornalista, mestre em relações internacionais e tradutor. Brasileiro, reside em Buenos Aires desde 2003. Já escreveu textos para a Folha de S. Paulo, Exame, G1, Superinteressante, Aventuras na História, Estado de Minas, Correio Braziliense, Diário de S. Paulo, como ele próprio informa em sua rede *Linkedin*.

Reportagem 2:

No mês de julho, a reportagem publicada como matéria de capa é *A verdade sobre o glúten*, que trata da discussão em torno do consumo de glúten, considerado, por muitos, o novo vilão da alimentação. O artigo principal é escrito por Robson Pandolfi, jornalista e mestrando em Computação Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), na linha de Inteligência Artificial. É professor dos cursos de Jornalismo e de Relações Internacionais e sócio da República – Agência de Conteúdo, onde escreve para publicações como Superinteressante, Aventuras na História, Galileu, HSM Management e Zero Hora, conforme o próprio jornalista declara em seu currículo Lattes.

Reportagem 3:

Maconha: remédio proibido é o título da reportagem publicada no mês de outubro de 2014, a qual expõe a polêmica em torno da legalização da maconha como terapia alternativa ao tratamento de doenças, temática que ainda divide opiniões. A produtora do artigo principal,

Camila Almeida, é jornalista com experiência em reportagem, infografia e edição de conteúdo para revistas, como ela própria declara na rede *Linkedin*.

A partir dessa apresentação dos textos que compõem nosso *corpus* de estudo e com a análise do artigo principal de cada reportagem, procuramos dar conta das duas categorias de análise aqui selecionadas, em conformidade com Adam (2011) – (i) os diferentes tipos de representação da fala e (ii) as indicações de quadros mediadores –, manifestas no quadro preparatório da citação, como mencionamos em 2.4, e desdobradas por nós nas seguintes subcategorias:

- a) tipo de voz convocada e designação;
- b) tipo de discurso relatado;
- c) tipo de verbo introdutor de discurso relatado;
- d) tipo de postura e apagamento enunciativo.

Examinamos o artigo principal completo de cada reportagem na ordem em que as incidências forem surgindo, iniciando pela subcategoria (a). Os exemplos selecionados para dar visibilidade a cada ocorrência, por subcategoria, são identificados pela reportagem (R1, R2 e R3) e pelo número do excerto (por exemplo: E01 para o primeiro fragmento, iniciando por R1-E01, por R2-E01, por R3-E01). Finalizamos a análise das subcategorias (a), (b), (c) e (d) comentando o papel do L1/E1 na divulgação de um tema da ciência, para responder à seguinte pergunta: *como as estratégias de (não) assunção de responsabilidade enunciativa, mobilizadas pelo locutor, atuam no quadro pré-citação do artigo principal de reportagens que divulgam ciência, com configuração composicional dossiê, objetivando construir os sentidos pretendidos?*

Assim, a análise centra-se na dimensão da representação do discurso alheio, mediante a operação de citação da voz convocada pelo L1/E1 para validar ou reforçar seu próprio discurso. Observamos a relação entre o tipo de voz privilegiada – não científica ou da ciência –, sua respectiva designação e frequência no discurso, ou seja, pretendemos determinar quem são os agentes sociais aos quais é atribuída responsabilidade pelo conteúdo, que testemunhos interessam considerar e a quais locutores é outorgada a autoridade científica pelo tema. Da mesma forma, a escolha do tipo de discurso relatado e, dentre as estratégias, do verbo introdutor constituem elementos de análise, como já referimos anteriormente. O grau de engajamento do L1/E1 manifesto pelo verbo introdutor e o gerenciamento das posturas finalizam a análise de cada uma das reportagens de nosso *corpus* de estudo.

Na subseção 4.1 a seguir, iniciamos a investigação do nosso *corpus* de estudo pela R1–*Medo: como vencer os seus* e pela subcategoria (a) voz privilegiada e designação, no quadro preparatório para a inserção do discurso relatado.

4.1 A REPORTAGEM *MEDO: COMO VENCER OS SEUS*

Iniciamos a apresentação dos resultados da análise que empreendemos pela R1–*Medo: como vencer os seus*, na seguinte ordem de subcategorias: (a) tipo de voz convocada e designação; (b) tipo de discurso relatado; (c) tipo de verbo introdutor de discurso relatado; e (d) tipo de postura e apagamento enunciativo.

4.1.1 Tipo de Voz Convocada e Designação: subcategoria (a)

A subcategoria (a) é examinada no artigo principal da R1, considerando os seguintes momentos de análise: (1) identificação das ocorrências de representação social de voz não científica e respectiva designação; exposição do levantamento quantitativo em um quadro, para facilitar a visualização dessas ocorrências; exemplificação, com excertos do *corpus*, das ocorrências identificadas; apresentação de um quadro com o detalhamento das ocorrências; (2) identificação das incidências de representação de voz da ciência e respectiva designação; apresentação do levantamento quantitativo em um quadro; exemplificação, com excertos do nosso *corpus* de estudo, das ocorrências identificadas; apresentação de um quadro com o detalhamento das ocorrências; (c) algumas constatações parciais em torno da subcategoria (a).

Iniciamos a análise pela representação de voz não científica no artigo principal da R1. Para mostrar o resultado do levantamento dos dados coletados, procedemos a alterações no quadro proposto por Calsamiglia e Cassany (2001), mostrado na seção 2.4.1 (quadro 3, p. 57), tendo em vista o nosso *corpus* de estudo. Segue o quadro 9, que passa a integrar a análise a partir da subcategoria: (a) tipo de voz convocada e designação.

Quadro 9 - Representação de voz não científica¹

Coletivo social			Indivíduo representativo			Texto
Indeter.	Determinada		Indeter.	Determinada		
	Gov.	Comun.		Cid.	Gov.	

Fonte: Elaborado pela autora com base em Calsamiglia e Cassany (2001).

¹ Abreviaturas empregadas no quadro 9: Indeter.: indeterminada; Gov.: governo; Comun.: comunicação social; Cid.: cidadania.

4.1.1.1 Representação de Voz Não Científica

No artigo principal da R1, contabilizamos 1 (uma) indicação de representação de voz não científica, em uma única categoria: texto. O resultado desse levantamento quantitativo pode ser visualizado no quadro que segue.

Quadro 10 - Representação de voz não científica na R1

Coletivo social			Indivíduo representativo			Texto	
Indeter.	Determinada		Indeter.	Determinada			
	Gov.	Comun.		Cid.	Gov.		Comun.
0	0	0	0	0	0	0	1

Fonte: Elaborado pela autora com base em Calsamiglia e Cassany (2001).

Essa representação pode ser mais bem observada na exposição a seguir.

- **texto**
 - um estudo feito pela agência de publicidade JWT

Feito esse levantamento, também mostramos um excerto de quadro pré-citação que exemplifica, com a respectiva voz eleita, sua identidade e designação, a estratégia adotada pelo L1/E1 para a consecução de seu propósito no artigo principal desta reportagem.

4.1.1.1.1 Representação de Texto

Em *Medo: como vencer os seus*, o L1/E1 faz uso da estratégia de empregar uma referência metonímica – texto – para aludir à fonte da informação: uma agência de publicidade de prestígio no mercado internacional e nacional. A informação trazida assenta-se em resultado de pesquisa realizada com uma amostra de participantes de dois países – Estados Unidos e Inglaterra –, para produzir um efeito de veracidade e obter a adesão do leitor.

Exemplo (1)

[R1-E01] Um estudo² feito pela agência de publicidade JWT com 1.270 americanos e ingleses constatou que 40% dos usuários do Facebook têm medo de não serem incluídos nas conversas online dos amigos. (linhas 108-110, grifo nosso).

² Em nossa análise do *corpus*, a partir de [R1-E01], as representações identificadas e suas respectivas designações são marcadas em negrito nos excertos em que aparecem. O mesmo procedimento ocorre em R2 e R3.

No excerto [R1-E01], o L1/E1 opta pela estratégia de convocar uma fonte impersonalizada, ou seja, um texto (um estudo), conforme estudos de van Leeuwen (1996). Nessa fonte, está a origem do saber, sendo de sua responsabilidade o PdV expresso no enunciado. Sua menção em DRI revela a tomada de posição sobre o sentido do ato de *constatar* e o comprometimento com os dados expostos.

Para finalizar esse levantamento e exemplificação da subcategoria (a) em representação de voz não científica, elaboramos o quadro 11.

Quadro 11 - A subcategoria (a) em representação de voz não científica na R1

Representação	Voz	Designação
Texto	*um estudo feito pela agência de publicidade JWT	resultado do trabalho, empresa responsável, sigla

Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir, mostramos o levantamento da representação de voz da ciência, legitimada por sua área de conhecimento e de atuação profissional ou em pesquisa acadêmica. O quadro para visualização dos dados identificados é o mesmo elaborado por Calsamiglia e Cassany (2001) e já apresentado na subseção 2.4.1 (quadro 2, p. 57).

4.1.1.2 Representação de Voz da Ciência

Após a análise do artigo principal da R1 para a identificação do conjunto de vozes representativas da ciência, organizamos o quadro 12 para melhor observação do resultado dessa tarefa.

Quadro 12 - Representação de voz da ciência na R1

Voz coletiva		Voz individual		Texto
Indeterminada	Determinada	Indeterminada	Determinada	
0	0	0	8	2

Fonte: Elaborado pela autora com base em Calsamiglia e Cassany (2001).

As representações identificadas e mostradas no quadro 12 estão associadas a duas categorias de representação: voz individual, determinada (oito representações) e texto (duas representações). Vejamos o detalhamento das ocorrências.

a) individual

a.1) determinada:

- Martin Lindstron, publicitário dinamarquês
- Aaron T. Beck, psiquiatra, pai da TCC, no livro *The Anxiety and Worry Workbook (O Manual da Ansiedade e da Preocupação*, inédito no Brasil)
- Daniel Kahneman, psicólogo israelense, ganhador do Prêmio Nobel de Economia e autor de *Rápido e Devagar*
- Gerd Gigerenzer, psicólogo, do Instituto Max Planck, na Alemanha
- Katherina Hauner, neurologista da Universidade Northwestern
- Leonard Vereza, psiquiatra italiano, especialista em hipnose
- Luiz Fernando Saraiva, do Conselho Regional de Psicologia (CRP) de São Paulo
- Raül Andero, neurocientista da Emory University, nos EUA

b) texto

- estudos
- dados do Instituto Nacional de Saúde Mental dos EUA

Os excertos arrolados na sequência exemplificam a participação dessas representações, identificadas no artigo principal da R1.

4.1.1.2.1 Representação Individual, Determinada

A presença de representação individual e determinada (CALSAMIGLIA; CASSANY, 2001), como estratégia adotada pelo L1/E1, aponta para sua preocupação com a credibilidade das fontes, a fim de garantir a legitimidade do conhecimento de que elas são a origem. A função dos recursos empregados para designar cada uma delas é justificar a sua escolha como autoridade para autenticar esse conhecimento. Registramos aqui um excerto, a título de exemplo, em que o I2/e2 e sua respectiva designação são destacados.

Exemplo (2)

*[R1-E02] A exposição gradual da pessoa ao objeto ameaçador também ajuda a superá-lo. A neurologista **Katherina Hauner, da Universidade Northwestern**, utilizou essa técnica – que se chama dessensibilização – para tratar fobia de aranhas. [...] A terapia mudou a rede de neurônios ligados ao medo, e*

reorganizou a resposta do cérebro ao objeto ou à situação temida, concluiu Katherina. (linhas 147-154, grifo nosso).

No excerto, observamos que o l2/e2 é apresentado, inicialmente, em DI pelo L1/E1, que toma a palavra e assume a responsabilidade pelo dizer. A forma de designar, incluindo especialidade, prenome, sobrenome e instituição a que se vincula a cientista atribui prestígio ao saber do qual ela é fonte.

No cotexto posterior, em DRD, a cientista assume o PdV, agora designada apenas pelo prenome. Segundo explicita van Leeuwen (1996), a nomeação dessa voz representativa da ciência – a única voz feminina convocada – inicialmente é semiformal (especialidade e nome completo); no decorrer do discurso, passa a ser evocada por pronome pessoal, por seu fazer (cientista) e, por fim, pelo prenome, que demonstra informalidade e familiaridade de tratamento. (VAN LEEUWEN, 1996). Podemos associar essa estratégia com a preocupação do L1/E1 em captar e manter a atenção do seu leitor no tema em foco.

Nessa forma de representação do l2/e2, individual e determinada, como podemos observar ao longo do discurso da R1, predomina a representação de mais de uma nacionalidade e área do conhecimento. São evocados como fonte de saber tanto especialistas quanto cientistas – todos do sexo masculino, à exceção de Katherina Hauner –, e sua designação ocorre de maneira nominativa e individualizada: nome completo, especialidade, vínculo a uma instituição de pesquisa, especificação detalhada, principalmente por aposição e por oração relativa. São eles os responsáveis diretos pelo conhecimento que apresentam ao texto principal da reportagem, em número aproximado de participação: 3 (três) cientistas e 5 (cinco) especialistas. Com relação a sua origem, todos são estrangeiros, exceto o psicólogo Luís Fernando Saraiva, do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.

Dentre os especialistas, o L1/E1 elege a voz de uma representação de classe, o Conselho Regional de Psicologia (CRP), que congrega os profissionais que se ocupam com questões comportamentais que afetam os indivíduos. Essa categoria profissional se insere no discurso por intermédio de seu porta-voz, o psicólogo Luís Fernando Saraiva. O excerto [R1-E03] evidencia a inserção dessa voz em DRD, mediante aspas e verbo introdutor.

Exemplo (3)

*[R1-E03] É por isso que existem tantos programas policiais e notícias sobre violência. “Vivemos num mundo onde somos convocados a sentir medo. Na mídia, é como se estivéssemos em perigo constante, podendo ser assaltados em cada esquina”, diz **Luís Fernando Saraiva, do Conselho Regional de Psicologia (CRP) de São Paulo.** (linhas 89-92, grifo nosso).*

Essa representação de voz da ciência, individual e determinada, é designada no discurso por sua especialidade – psicólogo – e por seu vínculo com a entidade de que faz parte. A autoridade de que é investido o legitima a tomar a palavra em vários momentos do discurso e valida o saber que traz ao artigo principal da reportagem. Ele assume o espaço de locução no quadro dessa situação de comunicação, conforme Charaudeau (2006).

4.1.1.2.2 Representação de Texto

As palavras podem adquirir maior autonomia e objetividade ao apresentarem-se sem um locutor físico, na forma de texto, conforme van Leeuwen (1996 apud CALSAMIGLIA; LÓPEZ FERRERO, 2003). No excerto que segue, há impersonalização da fonte, e o PdV é atribuído ao resultado do trabalho do pesquisador mediante o emprego do conector *segundo*. A opção pelo DRM, como postula Guentchéva (1994, 1996) em seus trabalhos, contribui para indicar que o L1/E1 não é o responsável direto pelo conteúdo proposicional. Ele utiliza essa estratégia para evidenciar que sustenta seu discurso no discurso de outrem. No entender de Rabatel (2009), não há tomada de posição por parte do L1/E1, e sim imputação de responsabilidade ao l2/e2.

Vejamos o excerto que segue.

Exemplo (4)

[R1-E04] Segundo dados do Instituto Nacional de Saúde Mental dos EUA, 20,8% das pessoas têm transtorno de ansiedade, ou seja, passam o tempo inteiro com medo de alguma coisa (pois a ansiedade nada mais é do que medo antecipado, de algo que pode ou não ocorrer). (linhas 14-17, grifo nosso).

A garantia de credibilidade e o mérito do conhecimento são conferidos, como podemos observar em [R1-E04], a resultados de pesquisa mediante o emprego de DRM. O conector *segundo* marca, sem o uso de aspas nem de verbo introdutor, que há imputação de responsabilidade (RABATEL, 2009) a esses *dados*, respaldados por uma instituição de pesquisa de prestígio no âmbito da ciência.

Para finalizar o levantamento e a exemplificação de representações de voz da ciência, organizamos um quadro que resume a análise, expondo os dados coletados no quadro pré-citação do artigo principal da R1 para a subcategoria (a) tipo de voz convocada e designação.

Quadro 13 - A subcategoria (a) em representação de voz da ciência na R1

(continua)

Representação	Voz	Designação
Individual Determinada	*Raül Andero, neurocientista da Emory University, nos EUA *o neurocientista Raül Andero, da Universidade Emory *Andero *o pesquisador	prenome, sobrenome, especialidade, instituição de vínculo, país especialidade, prenome, sobrenome e instituição sobrenome atuação acadêmica
	*Daniel Kahneman, psicólogo israelense, ganhador do Prêmio Nobel de Economia e autor de <i>Rápido e Devagar</i>	prenome, sobrenome, especialidade nacionalidade, premiação, publicação
	*Gerd Gigerenzer psicólogo, do Instituto Max Planck, na Alemanha, que analisou números fornecidos pelo Ministério dos Transportes dos EUA	prenome, sobrenome, especialidade, vínculo institucional, país, detalhe em oração adjetiva
	*Luiz Fernando (de Oliveira) Saraiva, do Conselho Regional de Psicologia (CRP) de São Paulo *psicólogo Saraiva *o psicólogo Luiz Fernando Saraiva *Saraiva *ele	prenome, sobrenome, vínculo institucional, estado brasileiro especialidade, sobrenome especialidade, nome completo sobrenome pronomes pessoais
	*Martin Lindstrom, publicitário dinamarquês *Lindstrom	prenome, sobrenome, profissão, nacionalidade sobrenome
	*Aaron T. Beck, psiquiatra, pai da TCC, no livro <i>The Anxiety and Worry Workbook (O Manual da Ansiedade e da Preocupação, inédito no Brasil)</i>	prenome, sobrenome, especialidade, publicação e tradução para o português
	*Katherina Hauner, neurologista, da Universidade Northwestern *Katherina *ela *a cientista *Hauner	prenome, sobrenome, especialidade e instituição de vínculo prenome pronomes pessoais atuação acadêmica sobrenome
	*Leonard Vereá, psiquiatra italiano, especialista em hipnose *Vereá *ele	prenome, sobrenome, especialidade, nacionalidade, atuação profissional sobrenome pronomes pessoais

(conclusão)

Texto	*estudos	resultado do trabalho do pesquisador
	*dados do Instituto Nacional de Saúde Mental dos EUA	resultado do trabalho, nome completo da instituição, país de origem

Fonte: Elaborado pela autora.

Concluída a análise da subcategoria (a) tipo de voz convocada e designação, no quadro pré-citação do artigo principal desta reportagem, podemos tecer algumas considerações sobre ela no discurso do L1/E1.

No artigo principal da R1, identificamos, como voz não científica, 1 (uma) representação de texto, impersonalizada, ou seja, um estudo realizado por uma agência de marketing. Da representação de voz do domínio da ciência, que pode enunciar-se como especialista ou como cientista, constatamos 8 (oito) ocorrências: 3 (três) como cientista; 5 (cinco) como especialista; e 2 (duas) como representação impersonalizada, isto é, como texto. Desse modo, contabilizamos 10 (dez) opções de representação de voz da esfera da ciência, sendo apenas uma delas brasileira. Portanto, predominam vozes da ciência em detrimento de outras representações sociais, bem como vozes de outras nacionalidades e masculinas.

A representação nacional é do representante do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, que toma a palavra em nome da entidade. Podemos também levantar a hipótese de pouca pesquisa nessa área, no país, porque prevalecem vozes de especialistas, enunciando-se em razão de sua especialidade ou profissão, e não de uma pesquisa em andamento ou concluída.

Observamos também que a designação dessas vozes inclui nome completo, especialidade e instituição a que se vinculam, bem como nacionalidade. Há casos de especialistas cuja designação inclui uma publicação de sucesso e/ou prêmio conquistado. Trata-se de uma estratégia do L1/E1 para mostrar o mérito de suas fontes e legitimar o conhecimento de que elas são a origem.

Podemos acrescentar, ainda, em conformidade com van Leeuwen (1996), que essas representações individuais da ciência são tratadas pelo L1/E1 numa gradação, que vai da semiformalidade à formalidade, com nomeação por sobrenome, para grande parte deles, incluindo os cientistas (*Andero, Hauner*), como podemos constatar no quadro 13.

Como são observações parciais, passamos à próxima subcategoria, que, certamente, traz novas contribuições para a apreciação final do nosso *corpus* de estudo.

4.1.2 Tipo de Discurso Relatado: subcategoria (b)

No estudo desta subcategoria, verificamos como se materializa o fenômeno da RE ou PdV, em relação aos diferentes tipos de representação da fala³, de acordo com Adam (2011) e com a contribuição dos trabalhos de Guentchéva (1994, 1996) e de Rabatel (2009). No artigo principal da R1, observamos o quadro preparatório da citação (CALSAMIGLIA; LÓPEZ FERRERO, 2003) e nele identificamos também o tipo de discurso estrategicamente selecionado pelo L1/E1. As ocorrências são arroladas na sequência em que aparecem no discurso, seguidas de um excerto que comprova tal incidência. Ao final, um quadro auxilia na visualização do levantamento feito, tanto por representação de voz não científica quanto por representação de voz da ciência.

Na R1, como estratégia para inserir o leitor no contexto do tema, o L1/E1 opta por apontar, mediante DI, alguns motivos que nos levam a sentir medo. Em seguida, expõe dados provenientes do Instituto Nacional de Saúde Mental dos EUA, em DRM, com o conector *segundo*, para validar seu posicionamento no contexto anterior. O exemplo [R1-E05] mostra essa estratégia adotada pelo L1/E1.

Exemplo (5)

[R1-E05] Nunca houve tantos motivos para sentir medo. E isso está nos afetando. Segundo dados do Instituto Nacional de Saúde Mental dos EUA, 20,8% das pessoas têm transtorno de ansiedade, ou seja, passam o tempo inteiro com medo de alguma coisa (pois a ansiedade nada mais é do que medo antecipado, de algo que pode ou não ocorrer). (linhas14-17, grifo nosso).

Observamos que, em [R1-E05], a origem do conhecimento de que o medo se tornou o maior problema psicológico do nosso tempo e faz parte do dia a dia de todos é atribuída, pelo L1/E1, a dados resultantes de uma investigação conduzida pelo Instituto Nacional de Saúde Mental dos EUA. Essa voz objetivada, impersonalizada – dados –, por manter relação metonímica com o Instituto, tem suficiente autoridade para que o conhecimento que apresenta no quadro pré-citação do artigo principal da reportagem seja crível.

Para Guentchéva (1994), o emprego do conector *segundo* revela que o L1/E1 apoia seu discurso em outro discurso, ou seja, que não se responsabiliza diretamente pelo saber. Para Rabatel (2009), trata-se de uma *quasi-prise en charge*, expressão que usa para referir-se aos conteúdos proposicionais que o L1/E1 atribui a um enunciador segundo, portanto de RE limitada.

³ Nos excertos trazidos a esta subseção, são grifadas em negrito as marcas correspondentes aos diferentes tipos de discurso relatado. Procedimento semelhante é adotado na análise da R2 e da R3.

Na sequência do artigo principal, a partir do intertítulo *Um cérebro, duas mentes*, a fim de explicar o porquê da explosão do medo na cabeça das pessoas e por que ele acontece, a voz evocada é a do pesquisador Raül Andero. É uma representação individual da ciência designada por nome completo, especialidade e vínculo a uma universidade americana. Para explicar, ela apresenta um exemplo simples, compreensível a um leitor leigo, sobre a ação da amígdala. Vejamos o excerto [R1-E06].

Exemplo (6)

[R1-E06] “Você está caminhando por um bosque, vê uma cobra, se assusta e imediatamente pula para trás, sem sequer pensar a respeito. A amígdala é a responsável por essa resposta”, explica Raül Andero, neurocientista da Emory University, nos EUA. (linhas 35-38, grifo nosso).

Em DRD, mediante o emprego de aspas e de um verbo introdutor próprio do domínio da ciência: *explicar*, o pesquisador situa-se na origem do saber. O uso desse sinal tipográfico isenta o L1/E1 da responsabilidade pelo saber atribuído a Raül Andero, que assume o PdV. Para Rabatel (2009), o cientista passa a ser a instância que se responsabiliza pelo conteúdo proposicional.

Dando continuidade ao seu discurso, o L1/E1 menciona, em DI, psicólogos como coletividade, para, posteriormente, inserir uma representação individual, determinada, em DRD. O psicólogo evocado é o israelense Daniel Kahneman, designado também pelo prêmio conquistado – o Nobel de Economia –, além de ser autor de obra que discute a relação entre os sistemas 1 e 2, cada um deles um conjunto de processos mentais envolvendo várias regiões do cérebro. Esse especialista está na origem do conhecimento, que é marcado no artigo principal por aspas e acompanhado de um verbo introdutor:

Exemplo (7)

[R1-E07] “Mas o Sistema 1 é o autor secreto de muitas escolhas e julgamentos que você faz”, explica o psicólogo israelense Daniel Kahneman, ganhador do Prêmio Nobel de Economia e autor de Rápido e Devagar, livro que discute a relação entre os dois sistemas. (linhas 54-56, grifo nosso).

Trazer tal especialista – o psicólogo israelense Daniel Kahneman – como contraponto à voz do cientista já citado – Raül Andero – revela a preocupação do L1/E1 em reunir multiplicidade de vozes em torno da discussão de um tema que, cada vez mais, afeta um número maior de pessoas, bem como para legitimar seu próprio discurso. Em DRD, o

psicólogo israelense contribui com uma informação relevante, decorrente de pesquisa de sua área de conhecimento, assumindo o PdV e sustentando cientificamente o discurso do L1/E1.

Outro psicólogo evocado em DRD é Gerd Gigerenzer, do Instituto Max Planck, na Alemanha, como mostra o exemplo a seguir:

Exemplo (8)

[R1-E08] “Temos pavor de morrer de repente, junto com outras pessoas”, diz o psicólogo Gerd Gigerenzer, do Instituto Max Planck, na Alemanha, que analisou números fornecidos pelo Ministério dos Transportes dos EUA. “Aí tomamos a decisão errada, e pulamos da frigideira para o fogo.” (linhas 70-73, grifo nosso).

O pesquisador está na origem de um saber relacionado ao discurso do L1/E1, no contexto anterior, quando este exemplifica, com o episódio dos atentados de 11 de Setembro, o medo que leva as pessoas a tomarem decisões erradas, motivadas por medo irracional. A estratégia para a inserção dessa voz é a citação integrada. Conforme Calsamiglia e López Ferrero (2003), esse tipo de citação possibilita a combinação de DRD e DI, estratégia frequentemente empregada por jornalistas.

Mais adiante no discurso, após o intertítulo *O marketing do medo*, a opção do L1/E1 é evocar vozes tanto de especialistas quanto de pesquisadores de várias áreas do conhecimento. Ele insere, no artigo principal, o depoimento do psicólogo Luís Fernando Saraiva, do Conselho Regional de Psicologia, que assume o PdV, isentando o L1/E1 da responsabilidade por esse conhecimento:

Exemplo (9)

[R1-E09] É por isso que existem tantos programas policiais e notícias sobre violência. “Vivemos num mundo onde somos convocados a sentir medo. Na mídia, é como se estivéssemos em perigo constante, podendo ser assaltados em cada esquina”, diz Luís Fernando Saraiva, do Conselho Regional de Psicologia (CRP) de São Paulo. (linhas 89-92, grifo nosso).

O psicólogo mencionado enuncia-se como especialista, em DRD, mediante o recurso de aspas e de verbo introdutor, procurando justificar por que há, hoje, tantos programas policiais e notícias sobre violência. Sendo a fonte do saber, assume também a responsabilidade por esse conteúdo, o que garante a legitimidade da informação.

No fio do discurso, o contraponto à voz de Luís Fernando Saraiva é feito por Martin Lindstrom, publicitário dinamarquês, uma representação de especialista. O publicitário, designado pelo nome completo, nacionalidade, profissão e pelo fato de ter escrito cinco obras

sobre as táticas de manipulação usadas pelas empresas, argumenta sobre o papel do marketing, que leva os anunciantes a manipularem nossos temores. Em DRD, numa forma de citação integrada, o publicitário engaja-se e assume o PdV de um conteúdo de outra área de conhecimento, a publicidade:

Exemplo (10)

[R1-E10] “A moda joga com o medo de não pertencer ao grupo”, diz o publicitário dinamarquês Martin Lindstrom, autor de cinco livros sobre as táticas de manipulação usadas pelas empresas. “Aposto que você teria vergonha de sair com a roupa do seu pai, pois se sentiria desconectado da sua tribo”, afirma. “O desodorante traz outro medo, de que você não vai conseguir namorada com seu cheiro. A mesma lógica vale para xampus, branqueadores de dente e academias de ginástica. Afinal, malhamos para estar saudáveis, ou por medo de ficar flácidos?”, questiona Lindstrom. (linhas 96-102, grifo nosso).

Trata-se de uma representação social de área de conhecimento relevante para ampliar a discussão sobre o tema do medo – a publicidade. Nessa mesma linha de raciocínio, um estudo da agência de publicidade JWT – representação impersonalizada, na forma de texto – é convocado para legitimar, com dados de pesquisa, o que vem sendo desenvolvido pelo L1/E1 sobre o medo que temos de não ser aceitos socialmente:

Exemplo (11)

[R1-E11] Um estudo feito pela agência de publicidade JWT com 1.270 americanos e ingleses constatou que 40% dos usuários do Facebook têm medo de não serem incluídos nas conversas online dos amigos. (linhas 108-110, grifo nosso).

Em DRI, um conhecimento proveniente de estudo é recontextualizado pelo L1/E1 no excerto [R1-E11], delegando o PdV a essa representação de texto, que é a origem do saber.

Em seguida, no discurso do L1/E1, cabe ao psicólogo Luís Fernando Saraiva, brevemente, declarar por que sentimos essa ansiedade. A voz desse especialista, em DRD, mediante o emprego de aspas e com verbo introdutor, marca a relevância de dar voz à ciência, para legitimar o conhecimento trazido ao discurso:

Exemplo (12)

[R1-E12] “O mundo exige cada vez mais de nós. Não conseguimos nos desconectar, e aí sentimos mais ansiedade”, diz o psicólogo Saraiva. (linhas 110-111, grifo nosso).

Novamente, no discurso do artigo principal, o publicitário Martin Lindstrom é o escolhido como fonte de saber, em DRD, com aspas e verbo introdutor. Ele se enuncia, assumindo o PdV sob nova ótica, e, assim, ampliando o conteúdo do que está em discussão. A voz da publicidade ganha, desse modo, espaço relevante no discurso do L1/E1:

Exemplo (13)

[R1-E13] “Se eu disser que há uma doença mortal se espalhando na sala onde você está, você sairá dela mesmo sem saber se é verdade. E vai avisar as outras pessoas”, diz Lindstrom. “Milhares de anos atrás, também espalhávamos a notícia de uma planta venenosa, porque isso aumentava a chance de sobrevivência do grupo.” (linhas 114-118, grifo nosso).

Ao tratar do tópico *Como vencer o medo*, o L1/E1 evoca novamente o pesquisador Raúl Andero, valorizando o seu saber e atribuindo-lhe o PdV. Também em DRD, com o sinal tipográfico de aspas, a voz do pesquisador corrobora o que fora enunciado pelo L1/E1 sobre por que podemos demonstrar grande ansiedade no dia a dia:

Exemplo (14)

[R1-E14] “Por isso, a pessoa apresenta grande ansiedade no dia a dia”, explica o neurocientista Raúl Andero, da Universidade Emory. (linhas 133-135, grifo nosso).

Ao declarar que uma das soluções para vencer o medo é a terapia, o L1/E1 vale-se do conhecimento do psiquiatra Aaron T. Beck, o pai da TCC – Teoria Cognitivo-Comportamental –, que publicou a obra *O Manual da Ansiedade e da Preocupação*. Vejamos o exemplo [R1-E15] a seguir:

Exemplo (15)

*[R1-E15] “A forma como pensamos influencia a maneira como sentimos. Portanto, mudar o modo como pensamos pode mudar como nos sentimos”, resume o psiquiatra Aaron T. Beck, pai da TCC, no livro *The Anxiety and Worry Workbook* (“O Manual da Ansiedade e da Preocupação”, inédito no Brasil). (linhas 119-143, grifo nosso).*

Mediante o recurso das aspas, com verbo introdutor, o L1/E1 insere no texto da reportagem um fragmento que consta do livro de Beck, e não a fala direta do especialista. O emprego do verbo *resumir*, atribuído ao especialista, revela que é ele quem está na origem do

saber e é quem assume o PdV. Podemos aqui levantar a hipótese de que a informação não tenha sido obtida diretamente com o psiquiatra, mas provenha da leitura de sua obra.

Por sua vez, a neurologista e cientista Katherina Hauner, designada também por seu vínculo a uma instituição de ensino superior, utiliza a técnica da dessensibilização e tem seu trabalho descrito no texto:

Exemplo (16)

[R1-E16] “A terapia mudou a rede de neurônios ligados ao medo, e reorganizou a resposta do cérebro ao objeto ou à situação temida”, concluiu Katherina. (linhas 153-154, grifo nosso).

Em DRD, a pesquisadora assume a responsabilidade pelo conhecimento de que é fonte. Sua técnica somada à terapia constituem exemplos trazidos ao discurso pelo L1/E1 e legitimados por seus apoiadores no campo da ciência.

Além da técnica desenvolvida por Katherina Hauner, outra técnica mencionada no discurso do L1/E1 é a hipnose, e o psiquiatra italiano Leonard Vereá está na origem de um saber em que é especialista:

Exemplo (17)

[R1-E17] “Vivemos tão condicionados no dia a dia que usamos nossa mente de forma muito limitada. Em geral, não comemos quando temos fome, e sim quando está na hora de comer”, diz o psiquiatra italiano Leonard Vereá, especialista em hipnose. “A hipnose auxilia a pessoa a estimular a própria mente, para sair da acomodação e ultrapassar obstáculos.” (linhas 167-171, grifo nosso).

O saber dessa representação individual e determinada, um especialista em uma área do conhecimento, também é inserido no artigo principal em DRM, com o conector *segundo*:

Exemplo (18)

[R1-E18] Segundo Vereá, o medo é a dificuldade de lidar com uma coisa desconhecida. Isso pode gerar tensão suficiente para ultrapassar os limites da pessoa e fazer com que ela entre numa espécie de curto-circuito mental. (linhas 172-174, grifo nosso).

Como observamos, o PdV foi imputado à voz do especialista Vereá; trata-se, portanto, de responsabilidade limitada (RABATEL, 2009), pois essa voz (do especialista) poderia, caso o desejasse, argumentar não ser de sua responsabilidade o conhecimento imputado a ela de forma mediatizada.

Além dessas formas de tratamento para o medo – a terapia, a dessensibilização, a hipnose –, o L1/E1 lembra a psicanálise. E o psicólogo Luís Fernando Saraiva, do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, mais uma vez é a origem do conhecimento. Em DRD, manifesta-se sobre o que é um bom atendimento, validando, assim, as palavras do L1/E1, que se enuncia em DI no contexto anterior:

Exemplo (19)

[R1-E19] O sucesso não depende da linha terapêutica em si, até porque tudo depende da relação entre o terapeuta e o paciente. Mas existe uma condição básica para que uma terapia dê certo. “O bom atendimento é aquele que não se limita a combater os sintomas. É o que procura entender a causa do problema no cotidiano de cada pessoa”, diz o psicólogo Luís Fernando Saraiva. (linhas 180-184, grifo nosso).

Com o intertítulo *O fim dos medos*, o L1/E1 finaliza sua abordagem do tema *Medo*, e o pesquisador Andero, em DRD, por duas vezes é a origem do saber veiculado. Depois, no parágrafo seguinte, o fechamento do discurso da R1 é feito por Saraiva, em DRD e em DRM, que assume o PdV de que o medo faz parte de nossa vida e de quando é preciso intervir. Podemos visualizar essa opção do L1/E1 no excerto [R1-E20]:

Exemplo (20)

[R1-E20] “Faz parte da vida sentir medo e ficar ansioso. O que temos que avaliar é o limite, ou seja, quando essas sensações se tornam insuportáveis. Aí sim merecem intervenção”, diz Saraiva. Para ele, a sociedade nunca teve tão pouca tolerância a emoções negativas. Terminou o namoro? Tem que estar bem no dia seguinte. A mãe morreu? Precisa levantar o astral. “Frente a qualquer sensação ruim, as pessoas já procuram tratamento, como se não pudessem sentir o que sentem”, diz. (linhas 211-216, grifo nosso).

A partir da fala de Saraiva, o L1/E1 conclui, em DI, assumindo o PdV ao declarar que, talvez, a chave do problema do medo, bem como sua solução estejam justamente em perder o medo de ter medo.

Feita a retomada do artigo principal da R1 e examinado o tipo de discurso relatado e sua inserção no discurso do L1/E1, apresentamos dois quadros – o primeiro, de representação de voz não científica; o segundo, de representação de voz da ciência. Esses quadros reúnem a subcategoria (a) tipo de voz convocada e designação e a subcategoria (b) tipo de discurso relatado.

Quadro 14 - As subcategorias (a) e (b) em representação de voz não científica na R1

Representação	Voz	Designação	Discurso relatado
Texto	*um estudo feito pela agência de publicidade JWT	resultado do trabalho, empresa, sigla	DRI

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 15 - As subcategorias (a) e (b) em representação de voz da ciência na R1

(continua)

Representação	Voz	Designação	Discurso relatado
Individual Determinada	*Raül Andero, neurocientista da Emory University, nos EUA	prenome, sobrenome, especialidade, Instituição de vínculo, país	DRD
	*o neurocientista Raül Andero, da Universidade Emory	especialidade, prenome, sobrenome e instituição de vínculo	DRD
	*Andero	sobrenome	DRD
	*o pesquisador	atuação acadêmica	DRD
	*Daniel Kahneman, psicólogo israelense, ganhador do Prêmio Nobel de Economia e autor de <i>Rápido e Devagar</i>	prenome, sobrenome, especialidade nacionalidade, premiação, publicação	DRD
	*Gerd Gigerenzer psicólogo, do Instituto Max Planck, na Alemanha, que analisou números fornecidos pelo Ministério dos Transportes dos EUA	prenome, sobrenome, especialidade, vínculo institucional, país	DRD
	*Luiz Fernando (de Oliveira) Saraiva, do Conselho Regional de Psicologia (CRP) de São Paulo	prenome, sobrenome, vínculo institucional, estado	DRD
	*psicólogo Saraiva	especialidade, sobrenome	DRD
	*o psicólogo Luiz Fernando Saraiva	especialidade, nome completo	DRD
	*Saraiva	sobrenome	DRD
*ele	pronome pessoal	DRM	
-	-	-	DRD
*Martin Lindstrom, publicitário dinamarquês	prenome, sobrenome, profissão, nacionalidade	DRD	
-	-	-	DRD
*Lindstrom	sobrenome	DRD	

(conclusão)

	*Aaron T. Beck, psiquiatra, pai da TCC, no livro <i>The Anxiety and Worry Workbook (O Manual da Ansiedade e da Preocupação</i> , inédito no Brasil)	prenome, sobrenome, especialidade, publicação e tradução para o português	DRD
	*Katherina Hauner, neurologista, da Universidade Northwestern *Katherina *ela *a cientista *Hauner	prenome, sobrenome, especialidade e instituição de vínculo prenome pronome pessoal atuação acadêmica sobrenome	DI ⁴ DRD DI DI DI
	*Leonard Vereá, psiquiatra italiano, especialista em hipnose *Vereá *ele -	prenome, sobrenome, especialidade, nacionalidade, atuação sobrenome pronome pessoal -	DRD DRM DRD DRD
Texto	*estudos	resultado do trabalho do pesquisador	DRI
	*dados do Instituto Nacional de Saúde Mental dos EUA	nome completo da instituição e país de origem	DRM

Fonte: Elaborado pela autora.

No artigo principal da R1, observamos o predomínio do DRD, em que o L1/E1, mediante o emprego de um verbo introdutor e sinal tipográfico de aspas, dá voz aos locutores que elege, isentando-se de responsabilidade pelo dito. Especialistas e cientistas assumem o PdV do conhecimento científico de que são a origem, bem como comentam informações inseridas no discurso do L1/E1, exemplificando-as e parafraseando-as.

Para a inserção de vozes da ciência, como de Raúl Andero, Luiz Fernando Saraiva e Martin Lindstrom, o L1/E1 opta pelo recurso à citação integrada, como ocorre em textos midiáticos. (CALSAMIGLIA; LÓPEZ FERRERO, 2003). Combinam-se DRD com sinal de aspas e verbo introdutor, DRD sem verbo introdutor, DRM e DI, sob a condução do L1/E1, que assume a organização do discurso.

Em relação ao emprego de DRM, 3 (três) ocorrências são identificadas: 2 (duas) delas estão associadas a uma voz individual e 1 (uma) a texto, todas do âmbito da ciência. De

⁴ Na análise do nosso *corpus* de estudo, optamos por incluir no levantamento de dados da categoria (b) tipo de discurso relatado o discurso indireto (DI) sempre que L1/E1 menciona e/ou designa determinada voz nessa forma de representação da fala, a fim de mostrarmos o conjunto de informações sobre ela.

acordo com a análise, podemos dizer que a imputação de RE a outrem, conforme Rabatel (2009), é uma forma de convocação da fala do I2/e2.

Outra forma de representação da fala que ocorre no discurso, além de representações de indivíduos determinados, é quando a voz eleita é texto, isto é, uma voz objetivada, impersonalizada, segundo Calsamiglia e Cassany (2001). Verificamos também o uso do DRI, que não pode, de acordo com Guentchéva (1994), ser confundido com o DRM, em momentos em que o L1/E1 refere textos, como dados, estudos, pesquisas. Nesse caso, o L1/E1 assume o PdV e recontextualiza a informação de que essa representação é a origem.

Para finalizar esta subseção, observamos que as opções estratégicas adotadas pelo L1/E1 no artigo principal da R1 podem levar-nos a afirmar que ele constrói seu discurso e o orienta a leitura na direção de seus propósitos, ou seja, para a concretização de seu projeto de fala, conforme Charaudeau (2016).

4.1.3 Tipo de Verbo Introdutor de Discurso Relatado: subcategoria (c)

No artigo principal da R1, procedemos, nesta subseção, ao levantamento de verbos introdutores de discurso relatado. Para dar visibilidade ao resultado desta tarefa, elaboramos, inicialmente, quadros que mostram a frequência desses verbos no artigo principal da R1–*Medo: como vencer os seus*, distribuídos por representação de voz não científica e de voz da ciência, segundo o tipo de discurso relatado, com suas marcas características. Iniciamos com a representação de voz não científica, de que localizamos apenas uma incidência, em DRI.

Quadro 16 - Verbo introdutor de DRI em representação de voz não científica na R1

Voz	Verbo introdutor
um estudo	constatar (l. 109)

Fonte: Elaborado pela autora.

Em se tratando de representação de voz não científica, identificamos no discurso da R1 apenas o emprego do verbo *constatar* com a conjunção *que*, associado a uma voz impersonalizada, texto, ou seja, a um *estudo*.

O resultado da análise da representação de voz da ciência é mostrado por nós, considerando voz, forma prototípica que assume o DRD, em conformidade com Alrahabi e Desclés (2009), e explicitação do verbo introdutor. Segue o quadro que mostra o resultado encontrado.

Quadro 17 - Verbo introdutor de DRD em representação de voz da ciência na R1

Voz	Forma prototípica	Verbo introdutor
Raül Andero	“...”, introdutor-X. “...”, introdutor-X. “...”, introdutor-X. “...”, introdutor-X.	explicar (l. 37) explicar (l. 134) dizer (l. 200) acreditar (l. 205)
Daniel Kahneman	“...”, introdutor-X.	explicar (l. 54)
Gerd Gigerenzer	“...”, introdutor-X. “...”.	dizer (l. 71)
Aaron Beck	“...”, introdutor-X.	resumir (l. 141)
Luiz Fernando Saraiva	“...”, introdutor-X. “...”, introdutor-X. “...”, introdutor-X. “...”, introdutor-X. “...”, introdutor.	dizer (l. 91) dizer (l. 111) dizer (l. 183) dizer (l. 213) dizer (l. 216)
Martin Lindstrom	“...”, introdutor-X. “...”, introdutor. “...”, introdutor-X. “...”, introdutor-X. “...”.	dizer (l. 96), afirmar (l. 99), questionar (l. 102) dizer (l. 116)
Katherina Hauner	“...”, introdutor-X.	concluir (l. 154)
Leonard Verea	“...”, introdutor-X. “...”. “...”, introdutor-X. “...”.	dizer (l. 169) dizer (l. 176)

Fonte: Elaborado pela autora.

Visualizando o quadro 17, contabilizamos 10 (dez) ocorrências do verbo *dizer*, 3 (três) do verbo *explicar*; e apenas 1 (uma) dos demais verbos – *afirmar*, *questionar*, *acreditar*, *resumir* e *concluir*. Observamos também que a forma prototípica predominante é “...”, *introdutor-X*. Na análise qualitativa dos dados, ao final desta subseção, vamos retomar esse resultado, enfocando a predominância do verbo *dizer*.

Vejamos agora o levantamento das ocorrências de verbos introdutores em DRI e de marcas que evidenciam DRM.

Quadro 18 - Verbo introdutor de DRI em representação de voz da ciência na R1

Voz	Verbo introdutor
Estudos	comprovar (l. 1)

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 19 - Marcas que evidenciam DRM em representação de voz da ciência na R1

Voz	Verbo introdutor	Conector
Luiz Fernando Saraiva	-	para (l. 213)
Leonard Vereia	-	segundo (l. 172)
Dados	-	segundo (l. 15)

Fonte: Elaborado pela autora.

A observação desses resultados nos permite apontar a predominância do DRM em relação ao DRI com verbo introdutor. Com DRM, a opção estratégica do L1/E1 está em apoiar seu discurso em outro, atribuindo a essa voz a responsabilidade pelo dizer. Para a representação de texto, o L1/E1 escolhe o DRI com o verbo introdutor *comprovar*, ressaltando a importância e a verdade do dizer por ele recontextualizado.

Para dar continuidade ao estudo desta subcategoria e aprofundar a questão do verbo introdutor, valemo-nos do estudo de Thompson e Yiyun (1991), já apresentado na seção 2.4. Iniciamos o exame desse conjunto de verbos introdutores por seu *potencial denotativo*. Com relação a esse potencial, para os linguistas, são duas as classificações de verbos relativas a um *ato do L1/E1*. Um ato do L1/E1 transfere, mediante um verbo introdutor, a responsabilidade pela informação citada para a voz citada (l2/e2).

Nessa categoria *de ato do L1/E1*, Thompson e Yiyun (1991) classificam os verbos nos quais o L1/E1 posiciona o l2/e2 sob certa perspectiva:

- a) por *comparação* ou por *contraste*. Não identificamos o emprego de verbos introdutores, seja em representação de voz não científica, seja em representação de voz da ciência, os quais pudessem ser inseridos nessa classificação;
- b) por *teorização*. Essa classificação abrange verbos que “indicam o uso feito pelo escritor, no desenvolvimento de seu próprio argumento, do trabalho do autor⁵”. (THOMPSON; YIYUN, 1991, p. 370). O nome da classificação já revela que tais verbos expressam certa atitude teórica, reflexiva, como *explicar*, empregado na representação de voz da ciência. Dessa classificação de verbos, não há exemplo de verbo introdutor empregado em representação de voz não científica.

Oliveira (2005), em sua tese de doutorado, de que também nos apropriamos nesta investigação, levanta um conjunto de verbos que expressam certa *atitude*, certo

⁵ “[...] indicate the use made by the writer of the author’s work in a certain perspective in her own developing argument”. (THOMPSON; YIYUN, 1991, p. 370).

comportamento do *l2/e2*, atribuído a ele pelo *L1/E1*. Essa atribuição *denotativa de atitude* pode manifestar a própria interpretação que o *L1/E1* faz das palavras da voz cuja informação privilegia. Na análise identificamos o verbo *questionar* como marca de atitude do *L1/E1* (OLIVEIRA, 2005) em representação de voz da ciência; nenhum exemplo em representação de voz não científica.

Thompson e Yiyun (1991), no que se refere a *atos do l2/e2*, ainda no potencial denotativo, indicam três classificações expressas por verbos introdutores: textual, mental e de pesquisa.

- a) na classificação *textual*, situam-se os verbos relacionados a processos que, necessariamente, envolvem uma expressão verbal. Exemplos de verbos dessa classificação são os verbos *afirmar*, *concluir*, *dizer*, *resumir* na representação de voz da ciência;
- b) na classificação *mental* estão os verbos relacionados a processos psicológicos, de reflexão ou de percepção, segundo Thompson e Yiyun (1991). Um verbo que ilustra a presença dessa classificação em representação de voz da ciência é o verbo *acreditar*;
- c) na classificação de *pesquisa* aparecem os verbos introdutores que se vinculam, como o seu nome expressa, a uma pesquisa, a uma investigação. O verbo *comprovar*, em representação de voz da ciência, situa-se nessa categoria; o verbo *constatar*, em representação de voz não científica, também: ambos os verbos associam-se a uma voz impersonalizada, a um texto, que é a origem de um conhecimento exposto como verdadeiro.

Para tratar do potencial avaliativo dos verbos introdutores, Thompson e Yiyun (1991) esclarecem que são verbos que indicam a apreciação que o *L1/E1* faz das vozes que convoca em seu discurso, o que pode contribuir para a orientação argumentativa desejada por ele. Como esclarecem os linguistas, todos os verbos apresentam tanto potencial denotativo quanto potencial avaliativo, por isso eles serão retomados, em nossa análise, segundo a classificação em que se inserem.

Verbos que indicam um processo de avaliação de *posicionamento do l2/e2* (THOMPSON; YIYUN, 1991) evidenciam que o *l2/e2* pode ser representado de três maneiras:

- a) como *positivo*, isto é, demonstrando conhecimento sobre o assunto e segurança em dar informação. Um exemplo, destacado do nosso *corpus* de estudo e já mostrado quando abordamos seu potencial denotativo, é o verbo *explicar* em representação de voz da ciência;
- b) como *negativo*, na mesma categoria, o ato do l2/e2 pode ser representado pelo verbo *questionar* em representação de voz da ciência;
- c) como *neutro*, não foi identificado em representação de voz não científica nem de voz da ciência.

Outro grupo de verbos que representam *posicionamento do L1/E1* sobre a veracidade da informação citada são os que abarcam posicionamento fatural, contrafatural e não fatural.

- a) é *fatural*, quando o L1/E1 apresenta a informação como um fato e se compromete com a veracidade desse fato: o *afirmar* em representação de voz da ciência exemplifica a classificação.
- b) se a informação dada for incorreta ou imprecisa, o posicionamento do L1/E1 é *contrafatural*, de que não identificamos exemplo.
- c) é *não fatural*, quando o L1/E1 é representado como não estando seguro da informação. Podemos mencionar como forma de posicionamento não fatural o verbo *acreditar*, já mencionado, na representação de voz da ciência.

Para abordar a atitude do l2/e2 sobre a informação citada e sobre sua veracidade, o L1/E1 também pode valer-se, estrategicamente, de verbos introdutórios que indiquem a *interpretação que faz do discurso do l2/e2*. Dessa categoria, apontamos os verbos *concluir e resumir*, pois o L1/E1 apresenta sua compreensão de como a informação se insere no texto do l2/e2.

A classificação de potencial avaliativo de *interpretação do L1/E1 sobre o status da citação*, e, por consequência, do próprio l2/e2 pode ser encontrada em verbos como *comprovar* em representação de voz da ciência; *constatar*, em representação de voz não científica.

Por fim, Thompson e Yiyun (1991) propõem ainda como classificação de potencial avaliativo, a partir da sua investigação, aquela em que a há *não interpretação do L1/E1*, nos termos propostos por eles. Optamos por tratar como classificação em que a interpretação não é manifesta e incluímos nela o verbo *dizer*, de representação de voz da ciência e de maior incidência na R1, justificada por se tratar de uma reportagem que comunica tema da ciência e

que obtém informação mediante fontes diversas. Quanto à opção do L1/E1 por atribuir esse verbo a vozes da ciência, nós a abordamos novamente no capítulo 5 - Conclusão.

Nos quadros 20 e 21, para finalizar, mostramos a ocorrência dos verbos introdutores na R1, distribuídos por representação de voz não científica e de voz da ciência.

Quadro 20 - Potencial do verbo introdutor em representação de voz não científica na R1

Potencial Denotativo		Potencial Avaliativo		
Atos do L1/E1	Atos do l2/e2	Posicionamento do l2/e2	Posicionamento do L1/E1	Interpretação do L1/E1
1. Comparação ou contraste - 2. Teorização - 3. Atitude -	1. Textual - 2. Mental - 3. Pesquisa <i>constatar</i>	1. Positivo - 2. Negativo - 3. Neutro -	1. Fatural - 2. Contrafatural - 3. Não fatural -	1. Do discurso do l2/e2 - 2. Do comportamento do l2/e2 - 3. Do <i>status</i> da citação <i>constatar</i> 4. Não interpretação -

Fonte: Elaborado pela autora com base em Thompson e Yiyun (1991) e em Oliveira (2005).

Quadro 21 - Potencial do verbo introdutor em representação de voz da ciência na R1

Potencial Denotativo		Potencial Avaliativo		
Atos do L1/E1	Atos do l2/e2	Posicionamento do l2/e2	Posicionamento do L1/E1	Interpretação do L1/E1
1. Comparação ou contraste - 2. Teorização <i>explicar</i> 3. Atitude <i>questionar</i>	1. Textual <i>afirmar</i> <i>concluir</i> <i>dizer</i> <i>resumir</i> 2. Mental <i>acreditar</i> 3. Pesquisa <i>comprovar</i>	1. Positivo <i>explicar</i> 2. Negativo <i>questionar</i> 4. Neutro -	1. Fatural <i>afirmar</i> 2. Contrafatural - 3. Não fatural <i>acreditar</i>	1. Do discurso do l2/e2 <i>concluir</i> <i>resumir</i> 2. Do comportamento do l2/e2 - 3. Do <i>status</i> da citação <i>comprovar</i> 5. Não interpretação <i>dizer</i>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Thompson e Yiyun (1991) e em Oliveira (2005).

Para concluir a análise das subcategorias (a), (b) e (c) na *R1-Medo: como vencer os seus*, expomos, a seguir, um quadro para representação de voz não científica e outro para representação de voz da ciência, os quais reúnem o resultado do levantamento quantitativo dos dados obtidos até a análise desta subcategoria.

Quadro 22 -As subcategorias (a), (b) e (c) em representação de voz não científica na R1

Representação	Voz	Designação	Discurso relatado	Verbo introdutor
Texto	*um estudo feito pela agência de publicidade JWT	resultado do trabalho, empresa, sigla	DRI	constatar

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro 23 possibilita a visualização dos dados obtidos na análise de representação de voz da ciência na R1.

Quadro 23 -As subcategorias (a), (b) e (c) em representação de voz da ciência na R1

(continua)

Representação	Voz	Designação	Discurso relatado	Verbo introdutor
Individual Determinada	*Raül Andero, neurocientista da Emory University, nos EUA	prenome, sobrenome, especialidade, instituição de vínculo, país	DRD	explicar
	*o neurocientista Raül Andero, da Universidade Emory	especialidade, prenome, sobrenome e instituição de vínculo	DRD	explicar
	*Andero	sobrenome	DRD	dizer
	*o pesquisador	atuação acadêmica	DRD	acreditar
	*Daniel Kahneman, psicólogo israelense, ganhador do Prêmio Nobel de Economia e autor de <i>Rápido e Devagar</i>	prenome, sobrenome, especialidade nacionalidade, premiação, publicação	DRD	explicar
	*Gerd Gigerenzer psicólogo, do Instituto Max Planck, na Alemanha, que analisou números fornecidos pelo Ministério dos Transportes dos EUA	prenome, sobrenome, especialidade, vínculo institucional, país	DRD	dizer
	Luiz Fernando (de Oliveira) Saraiva, do Conselho Regional de Psicologia (CRP) de São Paulo	prenome, sobrenome, vínculo institucional, estado brasileiro	DRD	dizer
	*o psicólogo Saraiva *o psicólogo Luiz Fernando Saraiva *Saraiva *ele -	especialidade, sobrenome especialidade, prenome, sobrenome sobrenome pronomes pessoais -	DRD DRD DRD DRM DRD	dizer dizer dizer dizer
*Martin Lindstrom, publicitário dinamarquês - *Lindstrom	prenome, sobrenome, profissão, nacionalidade - sobrenome	DRD DRD DRD DRD	dizer afirmar questionar dizer	

(conclusão)

	*Aaron T. Beck, psiquiatra, pai da TCC, no livro <i>The Anxiety and Worry Workbook (O Manual da Ansiedade e da Preocupação, inédito no Brasil)</i>	prenome, sobrenome, especialidade, publicação e tradução para o português	DRD	resumir
	*Katherina Hauner, neurologista, da Universidade Northwestern *Katherina *ela *a cientista *Hauner	prenome, sobrenome, especialidade e instituição de vínculo prenome pronome pessoal atuação acadêmica sobrenome	DI DRD DI DI DI	concluir
	*Leonard Vereá, psiquiatra italiano, especialista em hipnose *Vereá *ele -	prenome, sobrenome, especialidade, nacionalidade, atuação profissional sobrenome pronome pessoal -	DRD DRM DRD DRD	dizer dizer
Texto	*estudos	resultado do trabalho do pesquisador	DRI	comprovar
	*dados do Instituto Nacional de Saúde Mental dos EUA	resultado de pesquisa, nome completo da instituição e país	DRM	

Fonte: Elaborado pela autora

Ao examinarmos o quadro 23, constatamos que, de potencial denotativo, ou seja, de verbos classificados conforme a atividade que denotam, o verbo *dizer* ocorre 10 (dez vezes) associado a uma voz de especialista ou de cientista. Ele é empregado por 5 (cinco) das 10 (dez) vozes da ciência evocadas no discurso do artigo principal da R1. Por exemplo, ao evocar a representação do Conselho Regional de Psicologia, o psicólogo Luís Fernando Saraiva, o L1/E1 atribui-lhe, em suas inserções em cotextos diferentes, 5 (cinco) vezes o verbo *dizer* em DRD. O verbo *dizer*, em declaração afirmativa, aponta para a assunção do PdV sem que o I2/e2 se engaje completamente na verdade do que enuncia. (ALRAHABI; DESCLÉS, 2009).

No artigo principal desta reportagem, também constatamos o emprego do verbo *dizer* em DRD para Gerd Gigerenzer (uma vez em uma única manifestação) e para Leonard Verea (duas vezes em quatro manifestações). Nesses casos, como mostra o esquema, igualmente não ocorre um engajamento completo do I2/e2, marcado pelo verbo *dizer*, que configura uma enunciação simples, negociável, mesmo que esteja indicando uma orientação positiva. (DESCLÉS, 2009).

O grau de engajamento expresso pelo verbo *dizer*, em uma escala, como a que propõem Alrahabi e Desclés (2009), é menor do que o grau manifesto pelo verbo *afirmar*, empregado no artigo principal desta reportagem, em citação integrada (combinado com os verbos *dizer* e *questionar*), por exemplo, na voz do publicitário Martin Lindstrom. No cotexto em que ocorre o verbo *dizer*, o publicitário (I2/e2) limita-se a assumir a relação predicativa sem se engajar completamente na verdade daquilo que ele enuncia. A relação predicativa é, então, negociável. (DESCLÉS; GUENTCHÉVA, 1997).

No cotexto em que se encontra o verbo *afirmar*, um ato assertivo, o I2/e2 (a voz do especialista Martin Lindstrom) assume completamente sua responsabilidade em relação ao conteúdo da predicação. (ALRAHABI; DESCLÉS, 2009). O julgamento expresso por tal asserção é dado como assunção da verdade da relação predicativa, enfatizada igualmente pela forma verbal *aposto*: “*Aposto* que você teria vergonha de sair com a roupa do seu pai, pois se sentiria desconectado da sua tribo’, *afirma*” (linhas 98-99, grifo nosso). Portanto, o grau de engajamento é máximo, de acordo com a escala proposta por Alrahabi e Desclés (2009).

Com o verbo *comprovar*, o L1/E1 delega a uma voz impersonalizada – *estudos* – a responsabilidade pelo dizer. Em DRI, sem dois pontos nem sinal de aspas, essa voz assume a verdade dos conhecimentos expostos no discurso do L1/E1, pois expõe, nesse cotexto, um dado resultante de pesquisa. Podemos classificar o verbo *comprovar* como ato assertivo, com maior grau de engajamento, situado no ponto máximo na escala da força de engajamento, segundo Alrahabi e Desclés (2009).

O verbo *acreditar*, situado no eixo do crer, revela baixo grau de engajamento na verdade do conteúdo proposicional. No excerto “‘Como o medo é um fenômeno complexo, não dá para previni-lo atuando num só receptor do cérebro. Por isso, haverá dois ou três fármacos na mesma pílula’, *acredita* o pesquisador” , o cientista Raül Andero (I2/e2) expressa um julgamento avaliativo ligado à incerteza da realização daquilo que enuncia, o que evidencia que não total engajamento na verdade do enunciado proferido (DESCLÉS, 2009).

Como já referimos ao longo deste estudo, a enunciação mediatizada (GUENTCHÉVA, 1994, 1996, 2011) diz respeito ao modo de comunicação que implica um desengajamento parcial do L1/E1 frente ao conteúdo predicativo assumido, sem indicar se ele é verdadeiro ou falso. Essa forma de enunciação aparece 3 (três) vezes no artigo principal da R1: 2 (duas) em voz de especialista (o psicólogo Luiz Fernando Saraiva e o psiquiatra Leonad Vereá) e 1 (uma) em voz impersonalizada (dados). A manifestação é concretizada no emprego de conectores de conformidade (*para* e *segundo*). Para Desclés (2009), o L1/E1 indica que, no enunciado, seu modo de acesso ao conhecimento do fato se efetua de modo mediado, portanto assume somente a plausibilidade do conteúdo. Desse modo, na escala de grau do engajamento, situa-se com menor grau do que em *prise en charge* em enunciação simples, com o verbo *dizer*.

Outras operações de (não) assunção de responsabilidade identificadas são as seguintes: (1) o L1/E1 descreve a organização do discurso do I2/e2, mediante o verbo *resumir*; (2) o L1/E1 descreve a estratégia dialógica entre o I2/e2 e o leitor leigo, mediante o verbo *questionar*; (3) o I2/e2 assume o conteúdo predicativo e o propõe ao leitor leigo sob uma modalidade expressa pelo verbo *explicar*. O verbo *explicar*, empregado 3 (três) vezes – duas pelo cientista Raül Andero e uma pelo especialista Daniel Kahneman, com potencial denotativo de teorização –, evidencia como o L1/E1 assume o trabalho do I2/e2 no desenvolvimento do seu próprio argumento. Com esse verbo, segundo Alrahabi e Desclés (2009), estabelece-se uma relação entre o L1/E1 e o I2/e2 a propósito do conteúdo predicativo e com o fim discursivo de fazer compreender um tópico da ciência.

Finalizando esta subseção, observamos a opção estratégica adotada pelo L1/E1 de abrir espaço para a manifestação de várias vozes e de modular o grau de engajamento ou de desengajamento em relação ao conteúdo proposicional, colocando-as, na escala da força de engajamento, na direção de uma *prise en charge* sem engajamento completo na verdade dos enunciados. Esse procedimento aponta o L1/E1 como sobre-enunciador, pois assume a condução do discurso e mostra-se como o responsável primeiro pelo conteúdo do que é dito.

Resumindo, o grau de engajamento manifestado pelo L1/E1 e/ou pelo I2/e2 – do maior grau (a) para o menor grau (e) – com a verdade do conteúdo proposicional e observado nos verbos introdutores de discurso relatado, conforme sugerem Alrahabi e Desclés (2009), Desclés (2009, 2016) e Desclés e Guentchéva (1997), é explicitado no quadro pré-citação do artigo principal desta reportagem, conforme segue:

- a) *prise en charge da verdade*: com *asserção*, em que o L1/E1 e o I2/e2 marcam seu engajamento completo na verdade daquilo que enuncia: afirmar e comprovar;
- b) *prise en charge* com *modalidades de julgamento* (apreciativas e intersubjetivas):
 - *intersubjetivas*, a propósito do conteúdo predicativo: explicar; em relação à verdade do conteúdo predicativo: questionar;
 - modalidade com a qual L1/E1 descreve a organização do discurso de I2/e2: concluir, resumir.
- c) *simples prise en charge, negociável*: com o verbo dizer, predominante no discurso da R1, sem engajamento completo na verdade do enunciado;
- d) *prise en charge da plausibilidade*, em enunciação mediatizada: desengajamento parcial do L1/E1 face ao conteúdo predicativo assumido: conector de conformidade;
- e) *prise en charge da possibilidade e da probabilidade*, com julgamento modal epistêmico de incerteza: verbo acreditar.

Concluída esta etapa de observação de verbos introdutores empregados em voz da ciência, passamos à análise da última subcategoria referente à R1: (d) tipo de postura e apagamento enunciativo.

4.1.4 Tipo de Postura e Apagamento Enunciativo: subcategoria (d)

No artigo principal da R1, procuramos identificar momentos em que o L1/E1 se constrói como sobre-enunciador, em conformidade com Rabatel (2004, 2010, 2013) e Marnette (2004), ao abordar o tema *medo*, bem como algumas possíveis razões para a assunção dessa postura enunciativa.

Nossa análise do artigo principal da R1–*Medo: como vencer os seus* propõe-se a revelar a mobilização, por parte do L1/E1, de determinados mecanismos para a inserção das

diferentes fontes que convoca, para, assim, orientar argumentativamente a leitura e assumir o PdV, como demonstram os exemplos que relacionamos a seguir.

No artigo principal, observamos que o L1/E1 opta pelo emprego predominante da primeira pessoa do plural. Já no início, encontramos o diálogo que o L1/E1 estabelece com seu interlocutor por meio dessa pessoa verbal e como formula, com verbo no imperativo e pronome oblíquo em terceira pessoa, o convite para que saiba por que chegamos ao ponto de sentir mais medo do que nossos pais e o que fazer para libertar-se. O excerto [R1-E21] comprova essa afirmação:

Exemplo (21)

*[R1-E21] **Sentimos**¹ dez vezes mais medo do que **nossos** pais. O mundo está mergulhado nele. **Saiba** como **chegamos** a esse ponto – e o que fazer para **se** libertar. (linhas 1-2, grifo nosso).*

Outro recurso empregado pelo L1/E1 com relevante incidência no artigo principal é o de emitir comentários, expor exemplos, dar explicações a partir de seu próprio discurso. No excerto que segue, em linguagem coloquial e remetendo a uma situação corriqueira – andar tranquilamente pela rua, pensando nas férias que estão por vir, com a atenção voltada ora para o seu planejamento, ora para possíveis perigos do entorno –, o L1/E1 populariza um saber que é da esfera da ciência e tema de seu discurso:

Exemplo (22)

*[R1-E22] Quando você anda pela rua pensando nas férias, o seu cérebro avançado está decidindo para onde quer viajar. Mas o cérebro instintivo, sem que você perceba, também está a todo o vapor, de olho nas ameaças imediatas (**um buraco no chão, por exemplo**). (linhas 43-45, grifo nosso).*

No artigo principal, a opção estratégica assumida pelo L1/E1, conforme aponta o excerto [R1-E22], é o emprego de sinais de pontuação, como os parênteses. Nesse excerto, um exemplo de situação cotidiana é inserido no seu discurso, para facilitar a compreensão por parte do leitor leigo.

Além disso, constatamos a assunção do PdV, o que coloca o L1/E1 como sobre-enunciador ao popularizar um saber que relata em DI. Portanto, cumpre sua tarefa de explicar

¹ Nos excertos mostrados na análise desta subcategoria (d), as marcas que evidenciam a postura de L1/E1 como sobre-enunciador são grifadas em negrito. O mesmo procedimento ocorre na análise da R2 e da R3.

um fato da ciência, influenciado pelas especificidades desse contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2016). Vejamos a seguir [R1-E23].

Exemplo (23)

*[R1-E23] Nossa massa cinzenta foi crescendo e ganhando camadas, cada uma mais complexa que a anterior, até chegar ao neocórtex – sua parte mais externa, **enrolada como uma linguça**, responsável por funções mentais como pensamento e linguagem. Tudo o que você tem de racional está ali. (linhas 29-32, grifo nosso).*

Em [R1-E23], o L1/E1 utiliza uma metáfora popularmente conhecida, que é a da linguça em rolo, para tornar mais acessível ao leitor leigo o conhecimento científico que insere no seu discurso. Essa é uma estratégia importante na produção de texto que comunica ciência para leitores jovens, segundo Vieira (2006).

Do mesmo modo, no artigo principal desta reportagem, encontramos outras manifestações do L1/E1 como sobre-enunciador, em conformidade com Marnette (2004). Vejamos, a seguir, situações em que essa estratégia se concretiza, de acordo com a linguista.

a) *O L1/E1 emite comentários sobre o discurso do l2/e2.* Esse recurso é marcado no artigo principal por expressões, como *ou seja*, empregada para retomar e explicitar o PdV do especialista, exposto em DRD. Vejamos [R1-E24]:

Exemplo (24)

*[R1-E24] “Se eu disser que há uma doença mortal se espalhando na sala onde você está, você sairá dela mesmo sem saber se é verdade. E vai avisar as outras pessoas”, diz Lindstrom. “Milhares de anos atrás, também espalhávamos a notícia de uma planta venenosa, porque isso aumentava a chance de sobrevivência do grupo.” **Ou seja: conforme cada pessoa absorve mais medo, ela também se torna propagadora, espalha esse medo para os outros. É uma reação instintiva.** (linhas 114-119, grifo nosso).*

b) *O L1/E1 apaga a origem do l2/e2.* Em discurso indireto, o L1/E1 apaga a origem do l2/e2 no artigo principal da reportagem, assumindo assim o PdV do conteúdo proposicional. Vejamos um exemplo:

Exemplo (25)

*[R1-E25] A pessoa que tem medo de usina nuclear, mas adora ir à praia se expor à radiação solar, algo muito mais arriscado (só o **Brasil registra 120 mil casos***

de câncer de pele por ano). E você tem mais medo de diabetes, aids, ou acidentes de trânsito? No Brasil, a aids (71%) e os acidentes (58%) lideram com folga. E a diabetes nem é citada em pesquisas sobre temores. Mas, pensando racionalmente, é dela que você deveria ter mais medo: em 2010, essa doença matou 54 mil brasileiros, o mesmo que os acidentes de trânsito (42 mil) e a aids (12 mil) somados. Ocorre que os acidentes aparecem todo dia na TV e nos jornais. E o que você acha que terá mais destaque na imprensa, uma celebridade morrer de diabetes ou de aids? (linhas 76-84, grifo nosso).

O conteúdo proposicional em negrito em [R1-E25] não é creditado, no artigo principal da R1, a uma fonte de saber. O L1/E1 não menciona no discurso quem está na origem desse saber, o qual contribui para conferir legitimidade ao tema que desenvolve; desse modo, é o L1/E1 quem assume o PdV.

c) O L1/E1 apaga o querer dizer do l2/e2. O recurso pode ser identificado quando o L1/E1 opta pelo discurso mediatizado sem verbo introdutor. Há recontextualização do dizer do l2/e2, e o conector *segundo* marca uma atitude de distanciamento e de não engajamento diante do conhecimento (GUENTCHÉVA, 1994, 1996). Esse conhecimento é inserido no discurso de forma mediada, ou como uma *quasi-prise en charge*, no entender de Rabatel (2009):

Exemplo (26)

[R1-E26] Segundo Vereá, o medo é a dificuldade de lidar com uma coisa desconhecida. (linhas 172, grifo nosso).

O saber do qual o especialista Vereá é a origem não é inserido no discurso do L1/E1 em DRD, com aspas e verbo introdutor. Se assim acontecesse, o l2/e2 assumiria integralmente o PdV. Outra forma de o L1/E1 apagar o querer dizer de o l2/e2 é o emprego do DRI com verbo introdutor mais a conjunção *que* (MARNETTE, 2004). Vejamos o exemplo [R1-E27]:

Exemplo (27)

[R1-E27] Um estudo feito pela agência de publicidade JWT com 1.270 americanos e ingleses constatou que 40% dos usuários do Facebook têm medo de não serem incluídos nas conversas online dos amigos. (linhas 108-110, grifo nosso).

Nesse excerto, o saber do l2/e2 é recontextualizado, e o PdV é assumido pelo L1/E1 em DRI.

Listamos ainda outros exemplos que demonstram, no discurso do L1/E1, o apagamento do l2/e2, que passa a assumir a posição de subenunciador, como sugere Marnette (2004). Assim, o L1/E1 coloca-se na condição de sobre-enunciador no discurso do artigo principal da R1.

d) *O L1/E1 relata o discurso do l2/e2, quando não tem acesso direto à fonte.* No artigo principal da reportagem, há uma ocorrência de DRM indicando que a informação provém de resultados de pesquisa de uma representação coletiva da ciência e de âmbito governamental. Vejamos o excerto a seguir:

Exemplo (28)

[R1-E28] Segundo dados do Instituto Nacional de Saúde Mental dos EUA, 20,8% das pessoas têm transtorno de ansiedade, ou seja, passam o tempo inteiro com medo de alguma coisa (pois a ansiedade nada mais é do que medo antecipado, de algo que pode ou não ocorrer). (linhas 14-17, grifo nosso).

O emprego do conector *segundo* demonstra que o L1/E1 não é a fonte primeira, porque os dados chegaram a seu conhecimento de modo indireto. O emprego do DRM instaura no discurso um processo de ruptura com a origem da enunciação primeira (GUENTCHÉVA, 1994).

e) *O L1/E1 impersonaliza o l2/e2.* Essa estratégia sugere não ter o L1/E1 acesso direto a determinada fonte, por isso a impersonalização. Ao optar por fonte impersonalizada, como um texto, uma pesquisa, um estudo resultante do trabalho do pesquisador, o L1/E1 apaga o indivíduo do seu discurso, segundo van Leewenn (1996). Vejamos o exemplo [R1-E29]:

Exemplo (29)

[R1-E29] Estudos comprovam: sentimos dez vezes mais medo do que nossos pais. O mundo está mergulhado nele. Saiba como chegamos a esse ponto – e o que fazer para se libertar. (linha de apoio, grifo nosso).

Em [R1-E29], a fonte *estudos* é empregada em relação metonímica com o pesquisador ou com a instituição. A opção do L1/E1 é a inserção de um trabalho realizado, ou seja, de resultados obtidos mediante uma pesquisa conduzida. Além disso, não conhecemos a origem do saber nesse cotexto, pois *estudos* não estão associados a uma fonte personalizada. Posteriormente, no artigo principal da reportagem, a nomeação dessa(s) fonte(s) da ciência é dada a conhecer.

f) *O l2/e2 pode não ser tão importante como indivíduo, mas sim como representante de uma categoria.* O L1/E1, nesse caso, vale-se de uma representação coletiva, por se tratar do relato de um experimento que é atribuído a um número maior de pesquisadores:

Exemplo (30)

*[R1-E30] Fazendo pesquisas em ratos, **cientistas** descobriram que injeções de substâncias como cortisol reduzem a chance de sofrer os transtornos. (linhas 194-195, grifo nosso).*

Nesse cotexto, a identificação dos indivíduos pesquisadores pode não ser relevante para os propósitos do L1/E1. A legitimidade da informação é, assim, conferida pela representação coletiva da qual esses indivíduos são parte – *cientistas*.

Após essa análise, também observamos como o L1/E1, ao inserir o l2/e2 no seu discurso, assume a posição de sobre-enunciador. Tal estratégia revela-se nos conhecimentos que são atribuídos ao l2/e2 e sua relevância do discurso. O L1/E1 continua engajando-se no PdV principal no discurso, porque, mesmo quando convoca a voz de um especialista ou de um pesquisador, é ele quem confirma, quem exemplifica o PdV do l2/e2 em seu discurso. Vejamos o exemplo [R1-E33]:

Exemplo (31)

*[R1-E31] Só que mais para dentro, no miolo do cérebro, existe outra coisa: o chamado sistema límbico. É uma parte mais primitiva, que coordena reações instintivas. Seu pedaço mais importante é a amígdala, que detona as sensações de medo. **“Você está caminhando por um bosque, vê uma cobra, se assusta e imediatamente pula para trás, sem sequer pensar a respeito. A amígdala é a responsável por essa resposta”**, explica Raül Andero, neurocientista da Emory University, nos EUA. (linhas 32-38, grifo nosso).*

Em DRD, no excerto [R1-E31], o pesquisador Raül Andero, com verbo introdutor *explicar*, trata o papel da amígdala já apontado pelo L1/E1 em DI. Em [R1-E32], a seguir, mais um exemplo dessa estratégia, em que uma voz de especialista não traz conhecimento científico ao discurso, ou seja, em linguagem coloquial, o l2/e2 comenta o que já fora enunciado pelo L1/E1 no cotexto anterior:

Exemplo (32)

[R1-E32] Mas, em situações de perigo real, como um assalto, isso não acontece. A amígdala passa por cima de todo o resto e impõe um temor incontrolável. Quando alguém desenvolve medo crônico, fobias ou transtorno de estresse pós-

traumático, situações cada vez mais comuns no mundo moderno, a amígdala fica disparando o tempo inteiro. “Por isso, a pessoa apresenta grande ansiedade no dia a dia”, explica o neurocientista Raül Andero, da Universidade Emory. (linhas 130-135, grifo nosso).

No excerto [R1-E32], em DRD, o L1/E1 elege a voz de um pesquisador para expor uma das consequências da ação da amígdala no organismo em uma situação de medo. Trata-se de um enunciado que finaliza o relato do L1/E1, feito em DI.

Concluída a análise, podemos agora visualizar, no quadro que segue, as maneiras como o L1/E1 se constrói como sobre-enunciador no discurso da R1–*Medo: como vencer os seus*.

Quadro 24 - Evidências da postura do L1/E1 como sobre-enunciador na R1

O L1/E1 relata o discurso do outro, quando não tem acesso direto à fonte
O l2/e2 é impersonalizado
O l2/e2 pode não ser tão importante como indivíduo, mas sim como representante de uma opinião geral ou de uma categoria
OL1/E1 emite comentários, dá explicações sobre o discurso do l2/e2
O L1/E1 apaga a origem do l 2/e2
O L1/E1 apaga o querer dizer do l2/e2
O L1/E1 assume o discurso em primeira pessoa do plural
O L1/E1 emite comentários, explicações sobre seu próprio discurso
O L1/E1 populariza

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise dos dados referentes ao estudo desta subcategoria (d) tipo de postura e apagamento enunciativo nos permite concluir que, em texto que comunica ciência para leitores não especializados, o L1/E1 constrói-se, em seu discurso, prioritariamente como sobre-enunciador, porque é ele quem toma decisões, elege as fontes, distribui os conteúdos e os PdV e conduz o leitor no fio do discurso, tendo em vista seu próprio projeto de fala.

Encaminhando-nos para a finalização da análise do artigo principal da reportagem *Medo: como vencer os seus*, concluímos que sua compreensão, como um todo, requer que retomemos o conceito de contrato de mediatização da ciência, como formulado por Charaudeau (2016). O discurso de mediatização de ciência constitui-se, como expusemos na seção 2.5, de um discurso construído em função da finalidade de seu contrato de comunicação: a partilha de uma dupla visada – a da informação, neste caso de um tema da saúde; e da captação, por preocupar-se em suscitar a curiosidade do seu público leitor, que acreditamos ser heterogêneo, por um tema que preocupa hoje um número cada vez maior

peessoas, isto é, os problemas de saúde decorrentes do medo. Tanto a captação quanto a credibilidade que o L1/E1 busca conquistar dependem do modo como conduz o conjunto de estratégias que elege para a construção desse discurso.

Portanto, o L1/E1 maneja seu discurso levando em consideração as restrições desse contrato: como jornalista divulgador, ciente de sua capacidade de reformular a linguagem científica de modo que esteja ao alcance de seu público, convoca vozes de especialistas e de cientistas para legitimarem o saber divulgado; emprega estratégias para explicar e fazer compreender, mediante seleção lexical e construção frasal adequadas ao gênero e ao leitor; seleciona fatos e dados que possam causar impacto, provocando reação no leitor; preocupa-se com a apresentação, neste caso com uma organização composicional dossiê (desenvolvido na seção 2.6). Todos esses procedimentos, como constatamos, desempenham o relevante papel de argumento de autoridade e conferem um caráter de seriedade ao discurso do L1/E1.

Concluída a análise do artigo principal da R1–*Medo: como vencer os seus*, passamos ao exame das mesmas subcategorias (a), (b), (c) e (d) na R2–*A verdade sobre o glúten*.

4.2 A REPORTAGEM A VERDADE SOBRE O GLÚTEN

O estudo do artigo principal da R2 segue as mesmas etapas definidas para o exame da R1–*Medo: como vencer os seus*. Iniciamos pela subcategoria (a) tipo de voz convocada e designação, seguida por (b) tipo de representação da fala e (c) por tipo de verbo introdutor de discurso relatado, finalizando com a subcategoria (d) tipo de postura e apagamento enunciativo, conforme as etapas estabelecemos para a análise dos textos do nosso *corpus* de estudo.

4.2.1 Tipo de Voz Convocada e Designação: subcategoria (a)

Para o exame desta subcategoria no artigo principal da R2, procedemos ao levantamento das representações de voz não científica e de voz da ciência, bem como à exemplificação dessas representações. Um quadro com informações relativas a cada tipo de representação finaliza esse levantamento, que é seguido de breves considerações. Esta etapa inicia pelo levantamento de dados de representações de voz não científica.

4.2.2.1 Representação de Voz Não Científica

No artigo principal da R2—*A verdade sobre o glúten*, o nosso estudo aponta para 5 (cinco) ocorrências de representação de voz não científica. Elas exemplificam as categorias coletivo social (indeterminado), indivíduo representativo (de cidadania) e texto, conforme aponta o quadro 25.

Quadro 25 - Representação de voz não científica na R2

Coletivo social			Indivíduo representativo			Texto
Indeter.	Determinada		Indeter.	Determinada		
3	Gov.	Comun.	0	Cid.	Gov.	Comun.
	0	0		0	1	0

Fonte: Elaborado pela autora com base em Calsamiglia e Cassany (2001).

As representações identificadas no artigo principal são explicitadas agora:

a) coletivo social

a.1) voz indeterminada:

- em oração sem sujeito
- com verbo flexionado na terceira pessoa do singular mais o pronome se (2 ocorrências)

b) indivíduo representativo

b.1) voz determinada:

- de cidadão:
 - Moisés

c) texto

- Bíblia/ Deuteronômio

A etapa seguinte da análise corresponde à exemplificação dessas ocorrências, como já procedemos em relação à R1.

4.2.2.1.1 Representação de Coletivo Social, Indeterminada

Após a análise do artigo principal desta segunda reportagem, identificamos, em relação à representação de voz não científica, a presença de vozes indeterminadas, anônimas, representantes de um coletivo social, marcadas por emprego do pronome *se* e por oração sem sujeito. São 3 (três) as proposições em que o recurso da impessoalização se manifesta. Registramos como exemplo um excerto:

Exemplo (33)

[R2-E01] Acredita-se que até 6% da população tenha intolerância ao glúten. Para essas pessoas, ingerir alimentos que contenham a mundial proteína é sinônimo de mal-estar e problemas digestivos. (linhas 111-117, grifo nosso).

A impessoalização, para Charaudeau (1992, p. 314), caracteriza-se pelo fato de que “[...] descreve uma ação, qualificação ou modalização, como se nenhum sujeito ou agente assumisse a responsabilidade por essa ação ou modalização”. Dos textos do nosso *corpus* de estudo, esta é a reportagem em cujo artigo principal essa representação ocorre mais vezes.

4.2.3.1.2 Representação de Indivíduo, Determinada, de Cidadania

Na nossa análise, constatamos uma breve menção a Moisés, personagem bíblica, quando o L1/E1 lembra uma passagem em que ele é personagem central. Mediante o recurso a uma ilha textual (MAINGUENEAU, 2002), a fala dessa voz é inserida no artigo principal da reportagem:

Exemplo (34)

*[R2-E02] No Deuteronômio, **Moisés** descreve a “Terra Prometida” como um lugar mágico, farto em trigo, cevada e vinhas. (linhas 34-36, grifo nosso).*

No excerto, o L1/E1 isola entre aspas a expressão *Terra Prometida*, a qual, ao mesmo tempo, ele emprega e cita. Conforme Maingueneau (2002), trata-se de uma forma híbrida: o DRI contém palavras atribuídas a um enunciador segundo (12/e2). A ilha textual é um procedimento frequente na imprensa. (MAINGUENEAU, 2002).

4.2.3.1.3 Representação de Texto

Em [R2-E03], a seguir, mostramos a referência à Bíblia, também presente no artigo principal da reportagem por meio de ilha textual (MAINGUENEAU, 2002). Ao voltar no tempo, o L1/E1 objetiva mostrar que não é recente o consumo de trigo, e o texto bíblico constitui um argumento de prestígio para estabelecer um contraponto às demais vozes que convoca, todas relativas ao âmbito da ciência. Segue o excerto em que é possível visualizar essa forma de representação, objetivada:

Exemplo (35)

*[R2-E03] Até antes dele, na verdade: há evidências de que a humanidade já comia trigo no ano 7500 a.C. Até a **Bíblia** fala no “pão nosso de cada dia”. (linhas 33-34, grifo nosso).*

No excerto [R2-E03], estabelece-se uma relação metonímica entre voz e texto bíblico. Com o emprego do verbo introdutor *fala*, a Bíblia constitui-se como voz de prestígio para ser fonte de um dizer no cotexto em que aparece.

Concluído o levantamento da representação de voz não científica em R2 e sua exemplificação, passamos a identificar as ocorrências de voz da ciência com suas respectivas designações.

4.2.2.2 Representação de Voz da Ciência

Do artigo principal da reportagem *A verdade sobre o glúten*, os dados relativos à representação de voz da ciência são mostrados no quadro 26, totalizando 17 representações.

Quadro 26 - Representação de voz da ciência na R2

Voz coletiva		Voz individual		Texto
Indeterminada	Determinada	Indeterminada	Determinada	
2	2	0	8	5

Fonte: Elaborado pela autora com base em Calsamiglia e Cassany (2001).

A observação do quadro 26 revela maior incidência de voz individual, determinada, concorrendo com a representação textos que são relevantes para a sociedade. Não são

identificadas representações de voz individual, indeterminada. O detalhamento desse resultado pode ser conferido a seguir.

a) voz coletiva

a.1) Indeterminada

- alguns médicos
- os médicos suecos

a.2) determinada:

- o Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento (IDRC)
- os pesquisadores da área

b) voz individual

b.1. determinada:

- Arataeus, médico grego
- David Perlmutter, neurologista americano, autor do livro *A Dieta da Mente*
- Eduardo Caeirão, pesquisador que trabalha com melhoramento genético na Embrapa Trigo
- Fabíola Lacerda, nutricionista, professora de nutrição clínica, líder do estudo [desenvolvido na UFMG]
- Flávio Steinwurz, gastroenterologista do Hospital Albert Einstein
- Jacqueline Alvarez-Leite, chefe da equipe de Terapia Nutricional na Obesidade Extrema da UFMG
- Nádia Isaac da Silva, nutricionista, autora de uma pesquisa sobre a relação entre hábito alimentar e o autismo
- William Davis, cardiologista americano cujo livro *Barriga de Trigo* ficou 50 semanas entre os mais vendidos nos EUA

c) texto

- um estudo do Centro para Controle e Prevenção de Doenças (CDC)
- uma pesquisa recente
- um estudo da Clínica Mayo, nos EUA
- algumas pesquisas
- um estudo da Universidade de Florença

A exemplificação do emprego desses recursos é a próxima etapa da análise.

4.2.2.2.1 Representação Coletiva, Indeterminada

No artigo principal da R2—*A verdade sobre o glúten*, encontramos 2 (duas) indicações de representação de coletividade, com designação generalizada e indeterminada. O excerto seguinte é um exemplo dessa representação:

Exemplo (36)

*[R2-E04] Mas, para **alguns médicos**, esse processo de desenvolvimento do trigo pode ter ido longe demais, e estar causando efeitos ruins. (linhas 61-62, grifo nosso).*

O emprego de marcas como o pronome indefinido *alguns* e a denominação *médicos* evidencia a indeterminação de uma representação coletiva de especialistas da área da saúde. Todavia, na continuidade de seu discurso, o L1/E1 convoca a voz de apenas um desses especialistas para legitimar o que enunciou em DRM com o conector *para*: o cardiologista americano William Davis, inserido em DRD.

4.2.2.2.2 Representação Coletiva, Determinada

Na R2, a representação coletiva e determinada manifesta-se na convocação do Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento (IDRC). O IDRC financia pesquisas nos países em desenvolvimento para promover o crescimento, reduzir a pobreza e gerar mudanças positivas em larga escala, e sua inserção no discurso do L1/E1 é mostrada em [R2-E05]:

Exemplo (36)

*[R2-E05] Segundo o **Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento (IDRC)**, com sede no Canadá, metade de todas as calorias consumidas no planeta vem de apenas três alimentos: arroz, milho e trigo. (linhas 10-12, grifo nosso).*

O exemplo [R2-E05] explicita a opção estratégica do L1/E1 por representação coletiva e determinada. Essa voz é apresentada por nome completo, seguido da sigla correspondente entre parênteses; como informação complementar, há o acréscimo do local onde está sua sede.

Com essa designação, como explicitam Calsamiglia e Cassany (2001), o L1/E1 garante o prestígio da fonte e a legitimidade da informação que veicula.

4.2.2.2.3 *Representação Individual, Determinada*

No artigo principal de R2, igualmente chama-nos a atenção o total de pesquisadores eleitos para contribuir com seu saber: são 8 (oito), de nacionalidades e de áreas distintas do conhecimento. Cabe-nos ressaltar que, dentre eles, 5 (cinco) são cientistas e brasileiros: 3 (três) do sexo feminino e 2 (dois) do sexo masculino.

Quanto ao grau de formalidade (VAN LEEUWEN, 1996) com que as vozes são apresentadas pelo L1/E1, observamos que são introduzidas no discurso com um grau de semiformalidade (nome completo e vínculo a uma instituição de pesquisa); todavia, quando são retomadas em novo contexto, como é o caso da pesquisadora Fabíola Lacerda, a designação pode ser informal: especialidade e prenome (*a nutricionista Fabíola*); outro exemplo é o pesquisador Flavio Steinwurz, retomado por sua especialidade e nome completo (*o gastroenterologista Flavio Steinwurz*), ou seja, uma designação semiformal; por sua vez, o cardiologista William Davis é tratado com grau de formalidade, pelo sobrenome (*Davis*).

Relacionamos, a seguir, uma representação a título de exemplo, pois todas as demais são apresentadas ao final da análise desta subcategoria, em um quadro que mostra o resultado alcançado.

Exemplo (37)

*[R2-E06] “Não é a cura do autismo pela dieta. O que acontece é uma melhora do quadro clínico e, depois, a estabilidade desse quadro”, afirma a **nutricionista Nádia Isaac da Silva, autora de uma pesquisa sobre a relação entre hábito alimentar e o autismo.** O ganho, ressalta, é gradual e pode levar meses até que a situação apresente alguma melhora. (linhas 162-166, grifo nosso).*

Para finalizar o levantamento de representações de voz da ciência e sua designação, expomos a representação texto relevante para a ciência.

4.2.2.2.4 *Representação de Texto*

No artigo principal, podemos constatar a incidência significativa dessa representação. Trata-se de uma estratégia adotada pelo L1/E1 para assegurar a garantia de credibilidade e de

legitimidade conferida por resultados de pesquisa, por estudos, totalizando 5 (cinco) fontes distintas, que se situam na origem de conhecimentos trazidos ao discurso do L1/E1. Para van Leeuwen (1996 apud CALSAMIGLIA; LÓPEZ FERRERO, 2003), o L1/E1 apoia seu discurso em outro, uma voz objetivada, um texto, e mediante o conector *segundo*, assinala que não é o responsável direto pelo enunciado.

Exemplo (38)

[R2-E07] *Segundo **um estudo** da Universidade de Florença, a menor exposição a micróbios nos primeiros anos de vida pode ser a causa do aumento de alergias alimentares. (linhas 186-188, grifo nosso).*

Finalizando o levantamento de tipos de vozes convocadas e sua designação, apresentamos dois quadros que reúnem os dados encontrados, um para cada tipo de representação de voz – não científica e da ciência. Posteriormente, passamos a algumas considerações.

Quadro 27 - A subcategoria (a) em representação de voz não científica na R2

Representação	Voz	Designação
Coletiva Indeterminada	*Acredita-se	pronome se junto a um verbo
	*Acreditava-se que	pronome se junto a um verbo
	* Há quem acredite	pronome quem/oração sem sujeito
Indivíduo • de cidadão	*Moisés	nome próprio
Texto	*Bíblia	título do livro

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 28 -A subcategoria (a) em representação de voz da ciência na R2

(continua)

Representação	Voz	Designação
Coletiva indeterminada	*alguns médicos	pronome indefinido, especialidade
	* os médicos suecos	artigo definido, especialidade, nacionalidade
Coletiva determinada	*o Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento (IDRC)	nome completo, sigla
	* os pesquisadores da área	atuação na ciência
Individual Determinada	*David Perlmutter, neurologista americano, autor do livro <i>A Dieta da Mente</i>	prenome, sobrenome, especialidade, país, publicação

(conclusão)

	*Eduardo Caerão, pesquisador que trabalha com melhoramento genético na Embrapa Trigo	prenome, sobrenome, atividade de pesquisa, instituição
	*William Davis, cardiologista americano cujo livro <i>Barriga de Trigo</i> ficou 50 semanas entre os mais vendidos nos EUA *Davis	prenome, sobrenome, especialidade, nacionalidade, publicação, informação adicional sobre a obra em oração adjetiva sobrenome
	*Fabiola Lacerda, professora de nutrição clínica, líder do estudo *a nutricionista Fabiola	prenome, sobrenome, profissão, área de atuação, cargo de pesquisa especialidade, prenome
	*Jacqueline Alvarez-Leite, chefe da equipe de Terapia Nutricional na Obesidade Extrema da UFMG	prenome, sobrenome, cargo de pesquisa, pesquisa, instituição
	*Flávio Steinwurz, gastroenterologista do Hospital Albert Einstein *o gastroenterologista Flavio Steinwurz	prenome, sobrenome, especialidade e instituição especialidade, prenome, sobrenome
	*Arataeus, médico grego	nome, especialidade, nacionalidade
	*Nádia Isaac da Silva, nutricionista, autora de uma pesquisa sobre a relação entre hábito alimentar e o autismo	prenome, sobrenome, especialidade, pesquisa de sua autoria
Texto	*um estudo do Centro para Controle e Prevenção de Doenças (CDC)	resultado de trabalho, instituição, sigla
	*uma pesquisa recente	resultado de trabalho
	*um estudo da Clínica Mayo	resultado de trabalho, instituição
	*algumas pesquisas	resultados de trabalho
	*um estudo da Universidade de Florença	resultado do trabalho, instituição

Fonte: Elaborado pela autora.

A visualização dos dois quadros – de representação de voz não científica e de voz da ciência – permite-nos adiantar, em relação ao gênero reportagem que comunica ciência para um público leigo, a predominância de voz da ciência individual e determinada em detrimento de outras formas de representação, como apontadas por Calsamiglia e Cassany (2001). No artigo principal da R2, predominam vozes nacionais – cinco – em relação ao número de estrangeiros; dentre os cientistas, salientam-se as vozes femininas. Outra constatação é a de que há, na R2, um número maior de representação de coletivo social indeterminado para voz não científica, bem como de texto para voz do âmbito da ciência do que encontramos na análise da R1 e da R3.

Quanto à representação de voz não científica, de representação individual de cidadão e de texto, as vozes por que o L1/E1 opta contribuem para situar no tempo a origem do glúten.

Em continuidade à análise do nosso *corpus* de estudo, a próxima etapa é a do exame da subcategoria (b) tipo de discurso relatado.

4.2.2 Tipo de Discurso Relatado: Subcategoria (b)

Nesta subcategoria, procuramos identificar ocorrências de discurso relatado, apontando a forma que assumem no discurso do L1/E1. Mostramos, inicialmente, um quadro que retoma a subcategoria (a) tipo de voz convocada e designação, para nela incluímos o tipo de discurso relatado tanto para voz não científica quanto para voz da ciência.

Quadro 29 - As subcategorias (a) e (b) em representação de voz não científica na R2

Representação	Voz	Designação	Discurso relatado
Coletiva Indeterminada	*Acredita-se	pronome se com verbo	DRI
	*Acreditava-se que	pronome se com verbo	DRI
	* Há quem acredite	oração sem sujeito/ pronome quem	DRI
Indivíduo • de cidadão	*Moisés	nome próprio	ilha textual
Texto	*Bíblia	título do livro	ilha textual

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 30 - As subcategorias (a) e (b) em representação de voz da ciência

(continua)

Representação	Voz	Designação	Discurso relatado
Coletiva indeterminada	*alguns médicos	pronome indefinido, especialidade	DRM
	*os médicos suecos	artigo definido, especialidade, país	DRI
Coletiva determinada	*Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento (IDRC)	nome completo, sigla	DRM
Individual Determinada	*David Perlmutter, neurologista americano, autor do livro <i>A Dieta da Mente</i>	prenome, sobrenome, especialidade, país, obra publicada	DRM
	*Eduardo Caeirão, pesquisador que trabalha com melhoramento genético na Embrapa Trigo	prenome, sobrenome, atividade de pesquisa, instituição	DRD
	*William Davis, cardiologista americano cujo livro <i>Barriga de Trigo</i> ficou 50 semanas entre os mais vendidos nos EUA	prenome, sobrenome, especialidade, nacionalidade, obra, informação adicional sobre a obra em oração adjetiva	DRD
	*Davis	sobrenome	DRD
	-	-	DRD
	*Fabíola Lacerda, professora de nutrição clínica, líder do estudo	prenome, sobrenome, profissão, área de atuação, cargo de pesquisa	DRD
-	-	DRD	
*a nutricionista Fabíola	especialidade, prenome	DRD	
-	-	DRD	

(conclusão)

	*Jacqueline Alvarez-Leite, chefe da equipe de Terapia Nutricional na Obesidade Extrema da UFMG	prenome, sobrenome, cargo de pesquisa, pesquisa, instituição	DRD
	-	-	DRD
	*Flávio Steinwurz, gastroenterologista do Hospital Albert Einstein	prenome, sobrenome, especialidade e instituição	DRD
	*o gastroenterologista Flavio Steinwurz	especialidade, prenome, sobrenome	DRM
	-	-	DRD
	*Arataeus, médico grego	nome, especialidade, nacionalidade	DRI
	*Nádia Isaac da Silva, nutricionista, autora de uma pesquisa sobre a relação entre hábito alimentar e o autismo	prenome, sobrenome, especialidade, pesquisa de sua autoria	DRD
	-	-	DRI
Texto	*um estudo do Centro para Controle e Prevenção de Doenças (CDC)	resultado do trabalho, instituição, sigla	DRM
	*uma pesquisa recente	resultado do trabalho	DRI
	*um estudo da Clínica Mayo	resultado do trabalho, instituição	DRM
	*algumas pesquisas	resultados do trabalho	DRI
	*um estudo da Universidade de Florença	resultado do trabalho, instituição	DRM

Fonte: Elaborado pela autora.

Passamos, agora, a comentar o artigo principal da R2—*A verdade sobre o glúten*, atendo-nos ao tipo de discurso relatado para observar a orientação argumentativa que é encaminhada a partir da voz representada. Identificamos, no artigo principal da R2, a abordagem do assunto – os impactos do glúten na nossa saúde – sob duas perspectivas: a primeira diz respeito a um posicionamento em favor do melhoramento genético e incrédulo em relação a malefícios tão drásticos; a segunda refere-se a uma crítica ao melhoramento do trigo e ao conseqüente consumo de glúten.

Para dar conta do seu projeto de fala, o L1/E1 inicia o discurso em DRM, trazendo a informação em cuja origem estão duas instituições, uma nacional e outra internacional. Mediante o conector *segundo*, o L1/E1 procura isentar-se da responsabilidade pelo dizer e a imputa a essas duas instituições (RABATEL, 2009). Do Centro para Controle e Prevenção de Doenças (CDC), provêm dados que evidenciam o crescimento de alergias alimentares no mundo, com a seguinte pergunta, formulada pelo L1/E1 em DI:

Exemplo (39)

[R2-E08] Mas como explicar a explosão de casos nos últimos anos? Nosso DNA não mudou muito nesse período. Mas a comida que comemos, sim. (linhas 8-10, grifo nosso).

Do Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento (IDRC), com sede no Canadá, provêm a informação de que metade de todas as calorias consumidas no planeta advém de apenas três alimentos: arroz, milho e trigo. O trigo, dentre eles, é o mais cultivado e está em muitas comidas que consideramos gostosas. O resultado é que nunca consumimos tanto trigo como hoje, por isso ele se tornou o novo vilão da alimentação, em razão de uma proteína que traz dentro de si: o glúten. No exemplo [R2-E09], o L1/E1 questiona esse novo hábito e a necessidade de tanto consumo, conduzindo o leitor na direção de seus propósitos:

Exemplo (40)

[R2-E09] Isso é uma moda? Afinal, devemos ou não comer glúten? A resposta não é tão simples quanto a pergunta. Primeiro, precisamos entender o que ele é. (linhas 23-24, grifo nosso).

A partir daí, o L1/E1 assume o PdV e orienta o discurso, de modo a dar visibilidade ao modo como pretende abordar o assunto. Com o fim discursivo de informar os impactos da ingestão de glúten na saúde humana, o L1/E1 organiza o artigo principal em quatro intertítulos: *A última ceia de Otzi*, *O trigo no cérebro*, *As vítimas do glúten*, *E se eu quiser*

tentar? No primeiro intertítulo, o L1/E1 retoma, em DI, a história de Otzi, encontrado mais de 5 mil anos depois, em cujo intestino foram identificados restos de trigo, consumidos na forma de pão ázimo. O trigo teria sido essencial para o avanço da civilização, conforme enuncia o L1/E1. Mas o L1/E1 questiona-se acerca do porquê de ele ter virado o grande malfeitor da vida moderna. E, também em DI, responde:

Exemplo (41)

[R2-E10] Supostamente, por dois motivos: porque a planta mudou, não é mais a mesma, e porque estamos comendo trigo demais. (linhas 37-38, grifo nosso).

O primeiro motivo, descrito pelo L1/E1, refere-se ao fato de o trigo ter sofrido diversas modificações ao longo do tempo. Nesse mesmo contexto, também há a informação de que, na segunda metade do século 20, impulsionaram-se muitos cruzamentos para que se gerassem tipos de trigo mais resistentes. Além disso, há cruzamentos genéticos que ocorrem há milênios, em alguns casos sem a ação do homem, mas por causas naturais.

Em DRM, o neurologista americano David Perlmutter assume o PdV a ele imputado pelo L1/E1 (RABATEL, 2009) em favor desse motivo e de que os causadores dessas modificações talvez tenham sido os próprios agricultores. Podemos ler em [R2-E11] a posição do pesquisador Eduardo Caeirão:

Exemplo (42)

[R2-E11] E isso foi uma coisa boa, tanto que uma das características mais valorizadas no trigo é a chamada “força de glúten”, que ajuda muito na produção de pães. “É ela que deixa o pão fofo, alto e bonito. Se não tiver uma força de glúten mínima, o pão não cresce”, explica o pesquisador Eduardo Caeirão, que trabalha com melhoramento genético na Embrapa Trigo. (linhas 53-56, grifo nosso).

A partir do conteúdo proposicional em que o L1/E1 se engaja em relação ao PdV, constatamos a inserção da explicação do cientista Eduardo Caeirão, pesquisador da Embrapa Trigo, já marcada com uso de aspas e com verbo introdutor *explicar*. A explicação aparece em DRD, pois é a recontextualização desse discurso alheio e porque, supostamente, expõe de modo fidedigno o que fora dito no discurso-fonte, marcado aqui pelo sinal tipográfico de aspas. Disso, concluímos que o L1/E1 se exime da responsabilidade pelo que é dito, atribuindo-a a outra fonte enunciativa – o l2/e2.

A análise de [R2-E12] evidencia, por parte do L1/E1, uma contraposição aos elogios que o trigo modificado vinha recebendo até então. Inicialmente, em DRM, com o emprego do conector *para*, marca do mediativo (GUENTCHÉVA, 1994), fica evidente que a informação disponibilizada fora obtida de maneira mediada. Em seguida, o L1/E1 insere o posicionamento de um desses *alguns médicos*: o cardiologista americano William Davis. Trata-se de uma crítica ao melhoramento do trigo e ao consequente consumo de glúten:

Exemplo (43)

[R2-E12] Mas, para alguns médicos, esse processo de desenvolvimento do trigo pode ter ido longe demais, e estar causando efeitos ruins. “O trigo foi esticado, costurado e cortado e recosturado, para transformar-se em algo totalmente singular, quase irreconhecível quando comparado com o original, e mesmo assim atendendo pelo mesmo nome: trigo”, diz o cardiologista americano William Davis, cujo livro Barriga de Trigo ficou 50 semanas entre os mais vendidos nos EUA. (linhas 61-66, grifo nosso).

Com uma forma de apresentação identificando e designando a voz do especialista, o L1/E1 se distancia do fato relatado – de que o trigo fora modificado a ponto de ficar quase irreconhecível –, que se constitui como argumento em direção à tese defendida pelo cardiologista. Assim, em DRD, o L1/E1 faz referência direta ao que William Davis afirmara outrora, conforme indicam as aspas e o verbo introdutor. O L1/E1 exime-se da responsabilidade (ADAM, 2011), conferindo-a ao cardiologista, que assume o PdV de que o trigo sofreu várias modificações e faz uma crítica quanto a isso.

Em [R2-E13], que mostramos a partir de agora, um parágrafo imediatamente subsequente em que, logo depois de convocar o cardiologista William Davis, o L1/E1 ainda se refere à teoria defendida por esse especialista:

Exemplo (44)

[R2-E13] Essa teoria, de que o melhoramento genético do trigo possa ter criado um monstro, é apenas uma teoria – e bastante questionada pelos pesquisadores da área. Isso porque os cruzamentos genéticos ocorrem há milênios e, em alguns casos, acontecem de forma natural, sem a ação do homem. de que esse processo tenha modificado a forma como o trigo é digerido. “Não há um só sistema no organismo que não seja afetado pelo trigo”, ataca Davis. “Da fadiga à artrite, do desconforto gastrointestinal ao ganho de peso, todos [esses males] têm como origem o alimento, de aparência inocente, que cada um de nós come todas as manhãs”, acredita. Por essa tese, o trigo pode estar nos fazendo mal – e ser o grande responsável pela epidemia de obesidade no mundo [...]. (linhas 67-76, grifo nosso).

O L1/E1 afirma que a teoria dos médicos é “bastante questionada pelos pesquisadores da área” (linha 68), eximindo-se da responsabilidade, pois são outros cientistas que discordam de Davis. Na sequência, o L1/E1 aciona mais um DRD, do qual explicitamente não toma parte. Após dizer que os cruzamentos genéticos são um fenômeno natural (e, talvez por isso, não sejam um problema), o L1/E1 elege Davis para inserir uma contraposição à atenuação de sua teoria, questionada por *pesquisadores da área*.

A partir do intertítulo *O trigo no cérebro*, o L1/E1 aborda o segundo motivo do impacto do consumo de trigo na saúde humana, aquele de que estamos comendo trigo demais. O L1/E1 revela, em DI, que uma pesquisa recente sugere haver relação entre glúten e ganho de peso. A partir disso, uma experiência com animais conduzida por pesquisadores da UFMG é relatada. A voz da pesquisadora líder do estudo é convocada em DRD para explicar essa experiência em [R2-E014]:

Exemplo (45)

[R2-E14] “Nosso estudo demonstrou que o glúten possivelmente diminui a utilização das reservas de gordura no organismo. Ele também pode levar ao excesso de glicose no sangue”, explica a professora de nutrição clínica Fabíola Lacerda, líder do estudo. “Dessa forma, a ingestão de glúten poderia ser um dos fatores que dificultam o tratamento do excesso de peso”. (linhas 97-101, grifo nosso).

O L1/E1 delega à pesquisadora Fabíola Lacerda a responsabilidade pelo dizer: insere suas palavras em DRD mediante o sinal tipográfico de aspas e o verbo introdutor *explica* para o resultado do estudo: “a ingestão de glúten poderia ser um dos fatores que dificultam o tratamento de excesso de peso” (linha 100-101). Trata-se de uma informação da qual o L1/E1 se distancia ao optar por inserir o l2/e2 em citação integrada, recurso comum no domínio midiático, conforme Calsamiglia e López Ferrero (2003)

A relação do glúten com o ganho de peso e de gordura corporal tem outra consequência negativa para o organismo, que é o aumento dos processos inflamatórios, informação trazida pelo L1/E1 em DI. É ele quem assume o PdV; todavia, para validar esse conhecimento, convoca a voz da pesquisadora Jacqueline Alvarez-Leite, como mostra o excerto [R2-E15]:

Exemplo (46)

[R2-E15] **“Esse processo pode levar à maior propensão para infarto e diabetes do tipo 2 em pessoas obesas”, afirma Jacqueline Alvarez-Leite, chefe da equipe de Terapia Nutricional na Obesidade Extrema da UFMG. “Assim, retirar o glúten da dieta poderia amenizar a inflamação causada pela obesidade.”** (linhas 107-110, grifo nosso).

O L1/E1 conclui, após trazer o PdV de duas vozes da ciência – mostradas em [R2-E14] e [R2-E15] –, afirmando, em DI, que ainda são necessários mais estudos, inclusive em seres humanos, para que essa descoberta possa ser comprovada. Mas ela é intrigante, nas palavras do L1/E1, e isso significa que, “daqui a alguns anos, o glúten possa se tornar algo tão malvisto quanto o açúcar ou a gordura. Algumas pessoas já precisam evitá-lo a todo custo. Ou sofrer as consequências” (linhas 112-114).

A partir do intertítulo *As vítimas do glúten*, em DRM, uma instituição médica é convocada – A Clínica Mayo, dos EUA, para a qual 75% dos celíacos sequer sabem que têm essa doença. Para explicar o fenômeno, o L1/E1 elege em DRD a voz do gastroenterologista Flávio Steinwurz, que assume o PdV, como mostra [R2-E16]:

Exemplo (47)

[R2-E16] **“O consumo do glúten faz com que as células de defesa ataquem o próprio organismo. Isso destrói as glândulas, causando uma atrofia do intestino”, explica o gastroenterologista Flávio Steinwurz, do Hospital Albert Einstein. A doença celíaca é de origem hereditária, ou seja, é transmitida de geração em geração.** (linhas 124-127, grifo nosso).

Em [R2-E16], a conclusão é do L1/E1, que, em DRD, assume o conteúdo proposicional de que a doença, por ser hereditária, é transmitida através das gerações. Na sequência do discurso, lemos o relato de que a doença celíaca data de 100 a.C. Hoje, seus sintomas, suas consequências e todos os estudos que decorreram das revelações de pesquisas recentes são introduzidos em DI.

Em relação à descoberta de que retirar glúten da dieta de esquizofrênicos e autistas pode melhorar a coordenação motora, a comunicação e o uso da linguagem, o L1/E1 expõe o argumento de autoridade da nutricionista Nádia Isaac da Silva para legitimar a informação que trouxe ao seu discurso. Em DRD, com o verbo introdutor *afirmar*, a nutricionista está na origem do saber e assume o PdV, responsabilizando-se integralmente pela verdade do conteúdo do seu enunciado:

Exemplo (48)

[R2-E17] “Não é a cura do autismo pela dieta. O que acontece é uma melhora do quadro clínico e, depois, a estabilidade desse quadro”, afirma a nutricionista Nádia Isaac da Silva, autora de uma pesquisa sobre a relação entre hábito alimentar e o autismo. O ganho, ressalta, é gradual e pode levar meses até que a situação apresente alguma melhora. (linhas 162-166, grifo nosso).

Em *E se eu quiser tentar*, último intertítulo do artigo principal da R2, o gastroenterologista Flávio Steinwurz, em DRM e em DRD, é eleito para afirmar que não há prejuízos em excluir o glúten da dieta.

Exemplo (49)

[R2-E18] Não há grandes prejuízos em excluir o glúten da dieta, segundo o gastroenterologista Flávio Steinwurz. “É possível até que esse hábito melhore a qualidade da alimentação, uma vez que o indivíduo pode substituí-lo por opções saudáveis, como frutas e legumes”, afirma. (linhas 168-170, grifo nosso).

O depoimento do pesquisador Flávio Steinwurz é seguido, nesse contexto, pelo saber em cuja origem está, em citação integrada, a nutricionista Fabíola Lacerda, voz de especialista e pesquisadora. Ela retoma o tópico abordado pelo gastroenterologista, acrescentando a importância de uma dieta balanceada:

Exemplo (50)

[R2-E19] “Grande parte dos casos de obesidade se deve a uma alimentação desequilibrada e à falta de atividade física”, diz a nutricionista Fabíola. “Antes de pensar em qualquer restrição mais drástica, várias mudanças mais básicas devem ser realizadas. A retirada do glúten pode vir a ser um tratamento auxiliar”, completa. (linhas 172-175, grifo nosso).

Encaminhando-se para a finalização da abordagem do tema, o L1/E1 traz ao leitor a chamada *hipótese da higiene*, segundo a qual o que pode estar deixando-nos doentes é o excesso de higiene, possível responsável pela explosão de alergias alimentares hoje. Para poder validar esse conhecimento, o L1/E1 expõe o resultado de estudo da Universidade de Florença, em DRM, que aponta para o fato de que a menor exposição a micróbios pode ser a causa do aumento de alergias alimentares.

Em DRI, estudos recentes de médicos suecos recomendam que bebês ingiram pequenas quantidades de alimentos com glúten, como podemos ler em [R2-E20]:

Exemplo (51)

[R2-E20] Hoje, os médicos suecos mudaram de opinião, e recomendam que bebês ingiram pequenas quantidades de alimentos com glúten já durante o período de amamentação (a partir dos 5 meses de idade). (linhas 194-196, grifo nosso).

O L1/E1, como condutor do fio do discurso, conclui sua exposição com a orientação argumentativa de que ainda são necessários muitos estudos e pesquisas acerca da ação do glúten sobre a nossa saúde. Ele assume o conteúdo proposicional, responsabilizando-se por esse PdV, como podemos verificar em [R2-E21]:

Exemplo (52)

[R2-E21] Ainda há muito a ser descoberto sobre a ação do glúten no corpo humano. Mas tudo indica que ele não é totalmente inocente – nem o terrível vilão que se imagina. Acreditar que uma única substância possa estar na raiz de todos os problemas alimentares modernos pode ser uma aposta perigosa. Até porque você não se alimenta de um único tipo de comida. Além de pouco saudável, seria bem enjoativo. (linhas 197-201, grifo nosso).

Para finalizar esta subseção, podemos dizer que, trazendo PdV complementares ou distintos, de vozes de especialistas ou de cientistas, o L1/E1 sintetiza e deixa a discussão em aberto para novas investigações da ciência. Passamos, na próxima subseção, à análise da próxima subcategoria: (c) tipo de verbo introdutor de discurso relatado.

4.2.3 Tipo de Verbo Introdutor de Discurso Relatado: subcategoria (c)

Concluída a análise da subcategoria (b) tipo de discurso relatado, procedemos, nesta subseção, ao levantamento das ocorrências de verbo introdutor no quadro da citação do discurso relatado, em consonância com Thompson e Yiyun (1991). Posteriormente, olhamos para esses verbos sob o critério do engajamento do L1/E1 na verdade do conteúdo proposicional dos enunciados, como sugerem Alrahabi e Desclés (2009), Desclés (2009, 2016) e Desclés e Guentchéva (1997).

Iniciamos a abordagem da subcategoria com a exposição de quadros que permitem visualização das evidências que buscamos identificar no artigo principal da R2, tanto em voz não científica quanto em voz da ciência:

Quadro 31 - Verbo introdutor de DRI em representação de voz não científica na R2

Voz	Verbo introdutor
se	acreditar (l. 116)
se	acreditar (l. 146)
quem	acreditar (l. 176)

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 32 - Verbo introdutor de ilha textual em representação de voz não científica na R2

Voz	Verbo introdutor
Moisés	descrever (l. 35)
Bíblia	falar (l. 34)

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 33 - Verbo introdutor de DRD em representação de voz da ciência na R2

Voz	Forma prototípica	Verbo introdutor
Eduardo Caerão	“...”, introdutor-X.	explicar (l. 55)
William Davis	“...”, introdutor-X. “...”, introdutor. “...”, introdutor.	dizer (l. 64) atacar (l. 72), acreditar (l. 74)
Fabíola Lacerda	“...”, introdutor-X. “...”. “...”, introdutor-X. “...”, introdutor.	explicar (l. 99) dizer (l. 173), completar (l. 175)
Jacqueline Alvarez-Leite	“...”, introdutor-X. “...”.	afirmar (l. 108)
Flávio Steinwurz	“...”, introdutor-X. “...”, introdutor.	explicar (l. 126) afirmar (l. 170)
Nádia Isaac da Silva	“...”, introdutor-X.	afirmar (l. 163)

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 34 - Verbo introdutor de DRI em representação de voz da ciência na R2

Voz	Verbo introdutor
uma pesquisa	sugerir (l. 88)
algumas pesquisas	sugerir (l. 138)
os médicos suecos	recomendar (l. 195)
os pesquisadores da área	questionar (l. 68)
Arateus	chamar (l. 130)
Nádia Isaac da Silva	ressaltar (l. 165)

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 35 - Marcas que evidenciam DRM em representação de voz da ciência na R2

Voz	Verbo introdutor	Conector
um estudo do Centro para Controle e Prevenção de Drogas (CDC)	-	segundo (l. 4)
o Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento (IDRC)	-	segundo (l. 10)
David Perlmutter	-	para (l. 39)
um estudo da Clínica Mayo	-	segundo (l. 119)
Flávio Steinwurz	-	segundo (l. 168)
um estudo da Universidade de Florença	-	segundo (l. 186)

Fonte: Elaborado pela autora.

Visualizados os resultados do levantamento dos verbos introdutores associados aos respectivos tipos de discurso relatado e apoiando-nos em Thompson e Yiyun (1991), iniciamos o exame desse conjunto de verbos por seu potencial *denotativo*, como procedemos ao analisar a R1. Com relação a esse potencial, duas são as classificações de verbos, para os dois linguistas, relativas a um *ato do L1/E1*. Um ato do L1/E1 transfere, mediante um verbo introdutor, a responsabilidade pela informação citada para a voz citada; na classificação de ato do L1/E1, os linguistas inserem os verbos nos quais o L1/E1 posiciona o l2/e2 sob certa perspectiva, como:

- a) por *comparação* ou por *contraste*: essa classificação agrupa verbos que evidenciam um caráter denotativo de concordância ou de oposição, dos quais não identificamos exemplos em ambas as representações: de voz não científica e de voz da ciência;
- b) por *teorização*: essa classificação inclui os verbos que marcam certa atitude teórica, reflexiva, assim como *explicar*, que constitui um exemplo em representação de voz da ciência no artigo principal da R2.

Como fizemos ao analisar a R1, valemo-nos de Oliveira (2005), que propõe uma nova classificação para os verbos que expressam certa atitude, certo comportamento do l2/e2, atribuído a ele pelo L1/E1. Essa atribuição denotativa de atitude pode manifestar a própria interpretação que o L1/E1 faz das palavras da voz cuja informação privilegia. São exemplos de atos de atitude do L1/E1 sobre o posicionamento manifesto pelo l2/e2 em representação de voz da ciência os verbos *atacar*, *questionar*, *ressaltar*.

Thompson e Yiyun (1991), no que se refere a atos do l2/e2, ainda no potencial denotativo, indicam três classificações expressas por verbos introdutores: textual, mental e de pesquisa.

- a) na classificação *textual*, situam-se os verbos relacionados a processos que, necessariamente, envolvem uma expressão verbal. Exemplos de verbo dessa classificação podem ser conferidos na representação de voz não científica: *falar*; já em representação de voz da ciência, os exemplos são *afirmar*, *chamar*, *dizer*;
- b) na classificação *mental*, com potencial denotativo representando atos do l2/e2, estão verbos relacionados a processos psicológicos, de reflexão ou de percepção, segundo Thompson e Yiyun (1991). Verbos que ilustram a presença dessa classificação são *acreditar*, *completar*, *recomendar*, *sugerir*, em representação de voz da ciência; em representação de voz não científica, *acreditar*;
- c) na terceira classificação situam-se verbos que expressam processos de *pesquisa*. Nessa classificação, os verbos introdutores vinculam-se a uma pesquisa, a uma investigação. Não identificamos exemplo para esse potencial na R2.

Para tratar do potencial *avaliativo* dos verbos introdutores, Thompson e Yiyun (1991) esclarecem que são verbos que indicam a apreciação que o L1/E1 faz das vozes que convoca em seu discurso, o que pode contribuir para a orientação argumentativa desejada por ele. Serão retomados, em nossa análise, os mesmos verbos, segundo a classificação em que se inserirem.

Há verbos que indicam um processo de avaliação de *posicionamento do l2/e2* e (THOMPSON; YIYUN, 1991) evidenciam que o l2/e2 pode ser representado como:

- a) *positivo*, ou seja, demonstrando conhecimento sobre o assunto e segurança em dar informação. São exemplos no discurso da R2 e já mostrados quando abordamos seu potencial denotativo, os verbos introdutores *explicar* e *ressaltar* em representação de voz da ciência;
- b) *neutro*, que é um tipo de posicionamento evidenciado de tal forma que o l2/e2 não demonstra excessiva segurança sobre a veracidade da informação nem dúvida a seu respeito. Desse posicionamento, não identificamos exemplo na R2;

- c) *negativo*, e dessa categoria é registrada a presença do verbo *questionar* no artigo principal da R2, em representação de voz da ciência.

Outro grupo de verbos que representam *posicionamento do L1/E1* sobre a veracidade da informação citada são os que abarcam posicionamento fatural, contrafatural e não fatural.

- a) é *fatural*, quando o L1/E1 apresenta a informação como um fato e se compromete com a veracidade desse fato. Um exemplo é *afirmar* em representação de voz da ciência;
- b) é *contrafatural*, se a informação dada for incorreta ou imprecisa, e desse tipo não identificamos verbos introdutores;
- c) é *não fatural*, quando o L1/E1 é representado como não estando seguro da informação. Podemos mencionar como formas de posicionamento do L1/E1 não fatural o verbo *acreditar*, em ambas as representações e o verbo *sugerir* em representação da ciência.

Para abordar a atitude do l2/e2 sobre a informação citada e sobre sua veracidade, o L1/E1 também pode valer-se, estrategicamente, de verbos introdutores que indiquem a *interpretação que faz do discurso do l2/e2*. Thompson e Yiyun (1991), nesse sentido, apontam para verbos como *completar*, que revelam a interpretação do L1/E1 sobre a elaboração do discurso de l2/e2 em representação de voz da ciência.

No que diz respeito a verbos introdutores relacionados à *interpretação do L1/E1 sobre o comportamento do l2/e2*, em representação de voz da ciência situa-se *atacar*. Quanto à interpretação do L1/E1 sobre o *status* da citação, o verbo *recomendar* aparece em representação de voz da ciência.

Por fim, Thompson e Yiyun (1991) propõem como categoria, a partir da sua investigação, a de potencial avaliativo em que há *não interpretação do L1/E1*, nos termos propostos por eles. Optamos por tratar como categoria em que a interpretação não é manifesta e incluímos aqui os verbos *dizer e chamar*, em representação de voz da ciência, e, em representação de voz não científica, os verbos *descrever e falar*.

Nos quadros a seguir, mostramos a ocorrência dos verbos introdutores na R2, distribuídos por representação de voz não científica e de voz da ciência, associados ao seu respectivo potencial.

Quadro 36 - Potencial do verbo introdutor em representação de voz não científica na R2

Potencial Denotativo		Potencial Avaliativo		
Atos do L1/E1	Atos do l2/e2	Posicionamento do l2/e2	Posicionamento do L1/E1	Interpretação do L1/E1
1.Comparação ou contraste -	1.Textual <i>falar</i>	1.Positivo -	1.Fatual -	1.Do discurso do l2/e2 -
2.Teorização -	2.Mental <i>acreditar</i>	2.Negativo -	2.Contrafatural -	2.Do comportamento do l2/e2 -
3.Atitude -	3.Pesquisa <i>Descrever</i>	3.Neutro -	3.Não fatual <i>acreditar</i>	3.Do <i>status</i> da citação -
				4.Não interpretação <i>descrever</i> <i>falar</i>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Thompson e Yiyun (1991) e em Oliveira (2005).

Os resultados mostrados no quadro 36 revelam a pouca diversidade de verbos introdutores. Com potencial denotativo, nós os situamos em atos do l2/e2 textual (*falar*), mental (*acreditar*) e de pesquisa (*descrever*). Os mesmos verbos atuam, quanto ao seu potencial avaliativo, como verbo de posicionamento do L1/E1 não fatual (*acreditar*) e de interpretação de L1/E1 de não interpretação (*descrever, falar*).

Quadro 37 - Potencial do verbo introdutor em representação de voz da ciência na R2

Potencial Denotativo		Potencial Avaliativo		
Atos do L1/E1	Atos do l2/e2	Posicionamento do l2/e2	Posicionamento do L1/E1	Interpretação do L1/E1
1.Comparação ou contraste -	1.Textual <i>afirmar</i> <i>chamar</i> <i>dizer</i>	1.Positivo <i>explicar</i> <i>ressaltar</i>	1.Fatual <i>afirmar</i>	1.Do discurso do l2/e2 <i>completar</i>
2.Teorização <i>explicar</i>	2.Mental <i>acreditar</i>	2.Negativo <i>questionar</i>	2.Contrafatural -	2.Do comportamento do l2/e2 <i>atacar</i>
3. Atitude <i>atacar</i> <i>questionar</i> <i>ressaltar</i>	<i>completar</i> <i>recomendar</i> <i>sugerir</i>	3.Neutro -	3.Não fatual <i>acreditar</i> <i>sugerir</i>	3.Do <i>status</i> da citação <i>recomendar</i>
	3.Pesquisa -			4.Não interpretação <i>chamar</i> <i>dizer</i>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Thompson e Yiyun (1991) e em Oliveira (2005).

Observamos, no quadro 37, o total de verbos empregados por representação de voz da ciência na R2. No potencial denotativo, podemos categorizá-los da seguinte forma: quanto a atos do L1/E1, o verbo *explicar* pode ter um potencial denotativo de teorização; *atacar*, *ressaltar*, *questionar*, *criticar* manifestam potencial de atitude. *Dizer*, *chamar*, *afirmar* evidenciam potencial denotativo textual de atos do l2/e2; *acreditar*, *completar*, *recomendar* e *sugerir* mostram ato mental do l2/e2.

Ao olharmos para o potencial avaliativo dos mesmos verbos, com potencial positivo do l2/e2, encontramos *explicar*, *recomendar* e *ressaltar*; *questionar* com potencial negativo. Evidenciando potencial avaliativo do posicionamento do L1/E1, constam o verbo *afirmar* como fatural e os verbos *acreditar* e *sugerir* com potencial não fatural. Com potencial avaliativo de interpretação de L1/E1, *completar* aponta para o discurso do l2/e2; *criticar*, para o comportamento do L1/E1. *Dizer* e *chamar* são verbos de não interpretação, ou seja, de não manifestação de interpretação. Como verificamos com essa análise, a R2 mostra-se com maior diversidade de verbos empregados no quadro pré-citação em representação de voz da ciência do que a R1.

Para melhor visualização do levantamento desses dados identificados, apresentamos os quadros 38 e 39, que reúnem os resultados encontrados até este momento, agrupando as subcategorias (a), (b) e (c).

Quadro 38 - As subcategorias (a), (b) e (c) em representação de voz não científica na R2

Representação	Voz	Designação	Discurso relatado	Verbo introdutor
Coletiva Indeterminada	Acredita-se	pronome se	DRI	acreditar
	Acreditava-se	pronome se	DRI	acreditar que
	Há quem	oração sem sujeito/pronome	DRI	acreditar que
Indivíduo • de cidadão	Moisés	nome próprio	ilha textual	descrever
Texto	Bíblia	título do livro	ilha textual	falar

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 39 - As subcategorias (a), (b) e (c) em representação de voz da ciência na R2

(continua)

Representação	Voz	Designação	Discurso relatado	Verbo Introdutor
Coletiva indeterminada	*alguns médicos	pronome indefinido, especialidade	DRM	
	* os médicos suecos	artigo definido, especialidade, país	DRI	recomendar
Coletiva determinada	*o Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento (IDRC)	nome completo, sigla	DRM	
	*os pesquisadores da área	Atuação na ciência		questionar
Individual Determinada	*David Perlmutter, neurologista americano, autor do livro <i>A Dieta da Mente</i>	prenome, sobrenome, especialidade, país, obra publicada	DRM	
	*Eduardo Caeirão, pesquisador que trabalha com melhoramento genético na Embrapa Trigo	prenome, sobrenome, atividade de pesquisa, instituição	DRD	explicar
	*William Davis, cardiologista americano cujo livro <i>Barriga de Trigo</i> ficou 50 semanas entre os mais vendidos nos EUA	prenome, sobrenome, especialidade, nacionalidade, publicação, informação adicional sobre a obra em oração adjetiva	DRD	dizer
	*Davis	sobrenome	DRD	atacar
	-	-	DRD	acreditar
*Fabíola Lacerda, professora de nutrição clínica, líder do estudo		prenome, sobrenome, profissão, área de atuação, cargo de pesquisa	DRD	explicar
	-	-	DRD	dizer
	*a nutricionista Fabíola	especialidade, prenome	DRD	completar
-	-	-	DRD	

(conclusão)

	*Jacqueline Alvarez-Leite, chefe da equipe de Terapia Nutricional na Obesidade Extrema da UFMG -	prenome, sobrenome, cargo de pesquisa, pesquisa, instituição -	DRD DRD	afirmar
	*Flávio Steinwurz, gastroenterologista do Hospital Albert Einstein *o gastroenterologista Flavio Steinwurz -	prenome, sobrenome, especialidade e instituição especialidade, prenome, sobrenome -	DRD DRM DRD	explicar afirmar
	*Arataeus, médico grego	nome, especialidade, nacionalidade	DRI	chamar
	*Nádia Isaac da Silva, nutricionista, autora de uma pesquisa sobre a relação entre hábito alimentar e o autismo -	prenome, sobrenome, especialidade, pesquisa de sua autoria -	DRD DRI	afirmar ressaltar
Texto	*um estudo do Centro para Controle e Prevenção de Doenças (CDC)	resultado do trabalho, instituição, sigla	DRM	
	*uma pesquisa recente	resultado do trabalho	DRI	sugerir
	*um estudo da Clínica Mayo	resultado do trabalho, instituição, país	DRM	
	*algumas pesquisas	resultados do trabalho	DRI	sugerir
	* um estudo da Universidade de Florença	resultado do trabalho, instituição	DRM	

Fonte: Elaboração da autora.

Conforme visualizamos no quadro 39, o L1/E1 opta pelo emprego do DRM para inserir em seu discurso 5 (cinco) representações da ciência: O Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento (IDRC), o gastroenterologista Flávio Steinwurz, um estudo do Centro para Controle e Prevenção de Doenças (CDC) e um estudo da Clínica Mayo.

O mediativo, de acordo com Guentchéva (1994, p. 8), é uma categoria que permite ao enunciador “[...] significar os diferentes graus de distância que ele toma com respeito às situações descritas, já que ele as distinguiu de maneira mediada¹”. Em outras palavras, há marcas que permitem ao enunciador assinalar que ele não é a fonte primeira da informação, porque os fatos foram relatados, no caso das reportagens do nosso *corpus* estudo, por um terceiro. Por exemplo, no excerto “*Para* o neurologista americano David Perlmutter, autor do livro *A Dieta da Mente*, o problema está nas modificações feitas por agricultores” (linha 39-40, grifo nosso), a marca do mediativo é o conector *para*, que expressa que a origem do saber é o especialista (I2/e2). No mediativo, como observamos no excerto, ocorre uma ruptura da situação mediatizada (SitM) com a situação de enunciação de origem (Sit0), pois ambas se mostram independentes. (GUENTCHÉVA, 1994).

Para Desclés (2009), uma enunciação mediatizada é a assunção daquilo que é dito por um enunciador, mas sem engajar este último na sua verdade, somente sobre a enunciação de sua plausibilidade a partir de marcas observadas ou aceitas como verdade. Pela enunciação mediatizada, o enunciador atenua explicitamente seu engajamento pessoal, desengajando-se do que poderia ter sido tomado como uma asserção ou confundido com uma simples enunciação positiva orientada em direção à verdade. Alrahabi e Desclés (2009) situam, desse modo, os enunciados mediatizados mais à esquerda da escala que propõem para aferir o engajamento, ou seja, com menor grau de assunção de responsabilidade.

Em uma das inserções de Flávio Steinwurz, L1/E1 o evoca em DRM: “Não há grandes prejuízos em excluir o glúten da dieta, *segundo* o gastroenterologista Flávio Steinwurz” (linha 168-169, grifo nosso). Com o emprego do conector *segundo*, ocorre uma *quasi-prise en charge*, como nos exemplos mencionados, ou seja, a responsabilidade pelo dizer é imputada ao gastroenterologista. (RABATEL, 2009). Em seguida, essa mesma voz se enuncia em DRD: “É possível até que esse hábito melhore a qualidade da alimentação, uma vez que o indivíduo pode substituí-lo por opções saudáveis, como frutas e legumes”, *afirma*” (linhas 169-170, grifo nosso). O verbo *afirmar* indica um ato assertivo do I2/e2, em que a verdade do conteúdo

¹ “[...] de signifier les différents degrés de distance qu’il prend à l’égard des situations décrites puisqu’ils les a perçues de façon médiante.”

é plenamente assumida por ele. Observamos que, em citação integrada, o L1/E1 modula o grau de comprometimento da voz que elege, do menor até o maior grau de responsabilização.

O verbo *recomendar* atribuído a uma voz coletiva e indeterminada, bem como o verbo *sugerir*, para pesquisa, em DRI, constituem opção estratégica do L1/E1. O conhecimento dessas vozes é recontextualizado, e o PdV é delegado a elas, que são a fonte do saber. Todavia, o grau de engajamento do l2/e2 com o conteúdo proposicional é menor na escala da força do engajamento. (ALRAHABI; DESCLÉS, 2009).

Como *prise en charge* de modalidade epistêmica, o verbo *acreditar*, situado no eixo do crer, na voz do Cardiologista William Davis, é exemplo típico: “Da fadiga à artrite, do desconforto gastrointestinal ao ganho de peso, todos [esses males] têm como origem o alimento, de aparência inocente, que cada um de nós come todas as manhãs’, *acredita*” (linhas 72-74 , grifo nosso). No seu discurso, o L1/E1 situa a contribuição do especialista em grau menos próximo ao grau máximo de engajamento com a verdade. Ao expressar um julgamento avaliativo ligado à incerteza da realização daquilo que enuncia, o l2/e2 sugere que não se engaja completamente na verdade do próprio enunciado. (DESCLÉS, 2009).

O verbo *explicar*, empregado 3 (três) vezes em representação da ciência, reforça o caráter de popularização dado ao discurso, com grau de responsabilização maior do que em enunciados mediatizados, porém não em grau máximo. Em citação integrada, para exemplificar, a voz da nutricionista Fabíola Lacerda *explica* em DRD; em seguida, ainda em DRD, continua expondo o saber de que é a origem: “A única diferença era a presença ou ausência de glúten. ‘Nosso estudo demonstrou que o glúten possivelmente diminui a utilização das reservas de gordura no organismo. Ele também pode levar ao excesso de glicose no sangue’, *explica* a professora de nutrição clínica Fabíola Lacerda, líder do estudo. ‘Dessa forma, a ingestão de glúten poderia ser um dos fatores que dificultam o tratamento do excesso de peso’” (linhas 100-101, grifo nosso).

O verbo *dizer*, em enunciação simples, sem um total comprometimento com a verdade ou a falsidade do enunciado (ALRAHABI; DESCLÉS, 2009), é empregado 2 (duas) vezes pelo L1/E1, reforçando sua estratégia de que as vozes que evoca, em reportagem que comunica ciência a um público leigo, não assumem completamente o PdV. Exemplificamos a opção por esse verbo na voz da nutricionista Fabíola Lacerda: “Grande parte dos casos de obesidade se deve a uma alimentação desequilibrada e à falta de atividade física’, *diz* a nutricionista Fabíola. ‘Antes de pensar em qualquer restrição mais drástica, várias mudanças mais básicas devem ser realizadas. A retirada do glúten pode vir a ser um tratamento auxiliar’, *completa*”. Em citação integrada, uma característica do texto midiático, o l2/e2 se enuncia em

declaração afirmativa simples, sem se engajar completamente na verdade ou na falsidade do PdV; depois, no mesmo contexto, completa a informação de que é a origem, o que é marcado pelo verbo *completar*.

A distribuição dos verbos introdutores de discurso relatado na R2, na escala de força de engajamento, do maior grau (a) para o menor grau (f), como proposta por Alrahabi e Desclés (2009), pode ser observada a seguir:

- a) *prise en charge da verdade*, com *asserção*, em que o L1/E1 explicita seu engajamento total na verdade daquilo que enuncia: o verbo afirmar, com três ocorrências na voz de cientistas, e o verbo comprovar;
- b) *prise en charge* com *modalidade de julgamento* (apreciativa ou intersubjetiva):
 - *intersubjetiva*, a propósito do conteúdo predicativo: explicar e completar; em relação à verdade do conteúdo predicativo: questionar; em relação a uma apreciação manifestada pelo l2/e2: atacar, ressaltar;
- c) *simples prise en charge, negociável*: com o verbo dizer em duas ocorrências no discurso do L1/E1, indicando não haver engajamento completo naquilo que enuncia;
- d) *prise en charge* com *modalidade do dizer* (enunciação relatada). O L1/E1 reproduz indiretamente (com eventuais variações e interpretações pessoais) o dizer do l2/e2, acrescentando, às vezes, um julgamento pessoal: em DRI, com verbos recomendar e sugerir, além de chamar (=denominar);
- e) *prise en charge* da *plausibilidade* em enunciação mediatizada: desengajamento parcial do enunciador face ao conteúdo predicativo assumido, mediante conector de conformidade. São 7 (sete) ocorrências – 3 (três) para voz coletiva, 1 (uma) para cientista e 3 (três) para texto representativo da ciência;
- f) *prise en charge* da *possibilidade* e da *probabilidade*, com julgamento modal epistêmico de incerteza: verbo acreditar, em 1 (uma) ocorrência.

Terminada esta etapa da análise da R2, passamos à análise da subcategoria (d) tipo de postura e apagamento enunciativo.

4.2.4 Tipo de Postura e Apagamento Enunciativo: subcategoria (d)

Como observamos no estudo do artigo principal da R1–*Medo: Como vencer os seus*, o L1/E1 pode colocar-se, prioritariamente, em posição de sobre-enunciador, ao abordar o assunto dentro de um quadro mais ou menos argumentativo, como indica Marnette (2004). No artigo principal da R2, procuramos verificar se o L1/E1 também assume a postura de sobre-enunciador e de que maneira essa opção se concretiza no seu discurso.

O artigo principal dessa segunda reportagem é escrito em terceira pessoa do singular, o que indica uma suposta objetividade e isenção por parte do L1/E1. O emprego da primeira pessoa do plural ocorre em um momento em que L1/E1 formula perguntas e, posteriormente, orienta a leitura do discurso. Vejamos o exemplo (53):

Exemplo (53)

*[R2-E21] Isso é uma moda? Afinal, **devemos** ou não comer glúten? A resposta não é tão simples quanto a pergunta. **Primeiro, precisamos** entender o que ele é. (linhas 23-24, grifo nosso).*

Em [R2-E21], mediante o pronome plural, integram-se, ao mesmo tempo, o L1/E1 e o seu interlocutor, e reforça-se a posição de sobre-enunciador do L1/E1 como condutor do discurso. O L1/E1 assume, com a inclusão do leitor, o ponto de vista da informação que veicula e orienta a leitura na direção que pretende.

Além da estratégia já referida, observamos que o L1/E1 também assume o PdV como sobre-enunciador ao popularizar o tema da ciência que aborda em seu discurso. Ele toma para si o papel de divulgador, conforme explicita Charaudeau (2016). Na R2, encontramos evidência de discurso indireto em que o L1/E1 populariza, tendo em vista seu público leitor.

Exemplo (54)

*[R2-E22] A doença celíaca é uma síndrome autoimune, **ou seja, em que as células do sistema imunológico atacam o próprio organismo - um processo desencadeado pela ingestão de glúten.** (linhas 121-123, grifo nosso).*

No excerto exposto, o L1/E1 demonstra preocupação em tornar mais acessível ao leitor leigo a expressão *síndrome autoimune*, o que é marcado pela expressão *ou seja*. Ele informa e também explica, que são finalidades de texto que comunica ciência para leitores jovens.

Na R2, um recurso estratégico com relevante incidência no artigo principal é o fato de o L1/E1 emitir comentários, expor exemplos, dar explicações a partir de seu próprio discurso. A análise aponta a presença de sinais de pontuação, como travessão e parênteses, mediante os quais o L1/ E1 comenta, exemplifica, explica seu próprio discurso. A opção por essas marcas revela, no contexto em que aparecem, a assunção, por parte do L1/E1, da postura de sobre-enunciador. Vejamos os exemplos (55) e (56):

Exemplo (55)

[R2-E23] “Não há um só sistema no organismo que não seja afetado pelo trigo”, ataca Davis. “Da fadiga à artrite, do desconforto gastrointestinal ao ganho de peso, todos [esses males] têm como origem o alimento, de aparência inocente, que cada um de nós come todas as manhãs”, acredita. Por essa tese, o trigo pode estar nos fazendo mal – e ser o grande responsável pela epidemia de obesidade no mundo (que não é apenas uma questão estética, pois está ligada a uma série de doenças graves, como problemas cardíacos). (linhas 71-77, grifo nosso).

Exemplo (56)

[R2-E24] Os sintomas mais típicos da doença celíaca (que, é bom lembrar, só pode ser diagnosticada por um médico) incluem diarreia, desconforto abdominal, vômitos, irritabilidade, falta de apetite e anemia. (linhas 134-136, grifo nosso).

No artigo principal da R2, o L1/E1 ainda assume a postura de sobre-enunciador nas seguintes situações, que são apontadas por Marnette (2004):

a) O L1/E1 emite comentários sobre o discurso do l2/e2. Essa é uma estratégia adotada pelo L1/E1, por exemplo no excerto que segue:

Exemplo (57)

[R2-E25] “O consumo do glúten faz com que as células de defesa ataquem o próprio organismo. Isso destrói as glândulas, causando uma atrofia do intestino”, explica o gastroenterologista Flávio Steinwurz, do Hospital Albert Einstein. A doença celíaca é de origem hereditária, ou seja, é transmitida de geração em geração. (linhas 124-127, grifo nosso).

Ao comentar e popularizar o conhecimento de que Flávio Steinwurz é a origem, L1/E1 assume, no discurso, a postura de sobre-enunciador.

b) O L1 apaga a origem do l2. No artigo principal, essa estratégia pode ser identificada no recurso a oração sem sujeito e a verbo flexionado na terceira pessoa do singular acompanhado do pronome *se*. Vejamos [R2-E26]:

Exemplo (58)

[R2-E26] Inicialmente, acreditava-se que os danos cerebrais poderiam ser causados pela deficiência de vitaminas, em decorrência de uma má absorção de nutrientes. (linhas 156-158, grifo nosso).

Verificamos, em [R2-E26], a incidência de DRI em que o l2 é apagado como fonte no discurso do L1/E1. A impessoalidade marca um período de tempo em que a ciência ainda não tinha o conhecimento que descobertas de testes posteriores apontaram. O L1/E1 se coloca como condutor do fio do discurso, ou seja, como sobre-enunciador.

Há, no discurso da R2, outra estratégia utilizada para apagar a origem do l2: o L1/E1 menciona dados provenientes de estudos, sem mencionar sua fonte no artigo principal. [R2-E27] ilustra isso:

Exemplo (59)

[R2-E27] Só nos EUA, 28,5% das pessoas dizem que querem reduzir ou eliminar essa substância da dieta, e o mercado de comida sem glúten já movimentava mais de US\$ 10 bilhões por ano. Desde 2012, foram 1.500 novos produtos lançados nos EUA. (linhas 20-22, grifo nosso).

c) O L1 apaga o querer dizer do l2. No excerto [R2-E28] a seguir, o L1/E1 recorre ao sinal tipográfico de aspas para incluir, a certa distância, uma expressão que é atribuída a uma voz não identificada no segmento. O L1/E1 avança com uma ilha textual, ou ilha enunciativa, mediante o sinal de aspas, uma expressão que faz parte dessa fonte, ressaltando a veracidade da informação. Em uma ilha textual, no entender de Maingueneau (2002), o L1/E1 emprega e cita.

Exemplo (60)

[R2-E28] E isso foi uma coisa boa, tanto que uma das características mais valorizadas no trigo é a chamada “força de glúten”, que ajuda muito na produção de pães. “É ela que deixa o pão fofo, alto e bonito. Se não tiver uma força de glúten mínima, o pão não cresce”, explica o pesquisador Eduardo Caeirão, que trabalha com melhoramento genético na Embrapa Trigo. (linhas 53-56, grifo nosso).

Em DI, essa ilha textual contém palavras que posteriormente são retomadas por um enunciador citado, recurso que pode ser constatado no emprego do pronome pessoal *ela*, que recupera, em DRD, o que fora antecipado pelo L1/E1. Portanto, no excerto, o L1/E1 apropria-se da expressão *força do glúten*, e o ponto de vista passa a ser assumido por ele, como sobre-enunciador.

Em seu discurso, o L1/E1 também pode optar por apagar o querer dizer do l2/e2, como no excerto em que recontextualiza a fala da nutricionista Nádia Isaac da Silva e emprega um verbo introdutor – *ressaltar* – sem o sinal de aspas, indicativo de DRD.

Exemplo (61)

[R2-E29] “*Não é a cura do autismo pela dieta. O que acontece é uma melhor do quadro clínico e, depois, a estabilidade desse quadro*”, afirma a nutricionista Nádia Isaac da Silva, autora de uma pesquisa sobre a relação entre hábito alimentar e o autismo, **O ganho, ressalta, é gradual e pode levar meses até que a situação apresente melhora.** (linhas 162-166, grifo nosso).

Na continuação da análise da R2, igualmente identificamos outras ocorrências que revelam como o L1/E1 assume a postura de sobre-enunciador, colocando o l2/e2 em postura de subenunciador (MARNETTE, 2004). São elas:

d) *O L1/E1 relata o discurso do l2/2, quando não tem acesso direto à fonte.* No artigo principal da segunda reportagem, o recurso pode ser observado em [R2-E30] a seguir:

Exemplo (62)

[R2-E30] **Para** o neurologista americano David Perlmutter, autor do livro *A Dieta da Mente*, **o problema está nas modificações feitas por agricultores.** (linhas 43-44, grifo nosso).

No excerto acima, o L1/E1 opta pelo emprego de DRM, marcado pelo conector *para*. Esse recurso linguístico assinala o fato de que a origem do saber é atribuída ao neurologista americano, todavia de forma mediatizada. Essa é a única referência ao profissional e inclui a menção a seu livro *A Dieta da Mente*, que também vem citado ao término do artigo principal da reportagem como indicação para leitura.

No texto jornalístico, o L1/E1 pode optar por referir fontes mediante o recurso da impersonalização – por abstração ou por objetivação (VAN LEEUWEN, 1996) –, o que vamos tratar em (b), a seguir.

e) *O l2/e2 é impersonalizado*. No artigo principal da R2, a estratégia manifesta-se na forma de objetivação, em que a fonte é introduzida mediante referência ao trabalho do indivíduo, ou ao resultado desse trabalho. A objetivação é uma forma de impersonalização, que se constitui em recurso para alcançar os propósitos do L1/E1. Vejamos [R2-E31];

Exemplo (63)

[R2-E31] Algumas pesquisas, no entanto, sugerem que as consequências podem ir muito além do intestino. (linhas 148-149, grifo nosso).

Nesse excerto, o L1/E1 reporta-se a pesquisas como fontes-texto, o que pode revelar também que não teve acesso ao depoimento dos próprios pesquisadores. Esse procedimento implica, no texto da reportagem, o apagamento enunciativo do l2/e2, que é impersonalizado. Textos como *pesquisas* atribuem autoridade impessoal à declaração mencionada.

f) *O l2/e2 pode não ser tão importante como indivíduo, mas sim como representante de uma categoria*. No artigo principal da reportagem, também identificamos passagens em que o L1/E1 assume a postura de sobre-enunciador convocando uma voz coletiva, indeterminada, como fonte da informação. Essa opção pode ser exemplificada em [R2-E32]:

Exemplo (64)

[R2-E32] Hoje, os médicos suecos mudaram de opinião e recomendam que bebês ingiram pequenas quantidades de alimentos com glúten já durante o período de amamentação (a partir dos 5 meses de idade). (linhas 205-207, grifo nosso).

Em [R2-E32], a informação não provém de um pesquisador ou profissional da área da saúde, mas de um sujeito coletivo, a categoria profissional. Apaga-se o indivíduo em detrimento da coletividade que o representa, e o L1/E1 assume a postura de sobre-enunciador, de acordo com Marnette (2004).

Com relação às fontes que evoca, podemos verificar que o L1/E1 assume posições distintas frente a elas e às informações que trazem ao artigo principal. Como exemplo, temos a fala do pesquisador da Embrapa, que apenas explicita o que o L1/E1 já mencionara sobre a força do glúten.

Para finalizar esta subseção, como resultado da análise aqui empreendida, elaboramos o quadro 40, que reúne as principais maneiras como o L1/E1 assume a postura de sobre-enunciador no discurso da R2.

Quadro 40 - Evidências da postura do L1/E1 como sobre-enunciador na R2

O L1/E1 relata o discurso do outro, quando não tem acesso direto à fonte
O l2/e2 é impersonalizado
O l2/e2 pode não ser tão importante como indivíduo, mas sim como representante de uma opinião geral ou de uma categoria
O L1/E1 emite comentários, dá explicações sobre o discurso do l2/e2
O L1/E1 apaga a origem do l2/e2
O L1/E1 apaga o querer dizer do l2/e2
O L1/E1 assume o discurso em terceira pessoa
O L1/E1 emite comentários, explicações sobre seu próprio discurso
O L1/E1 populariza

Fonte: Elaborado pela autora.

Especialistas e cientistas trazem contribuições e são a origem de informações de sua área de conhecimento, as quais são popularizadas, com vistas a atingir um leitor leigo. O L1/E1 assume o papel de organizar a distribuição dos pontos de vista e fazer a síntese, dando a palavra final e posicionando-se, assim, como sobre-enunciador.

A análise do artigo principal dessa segunda reportagem aponta para o L1/E1 como responsável pelo gerenciamento dos mecanismos de inserção das diferentes fontes convocadas, desse modo orientando argumentativamente o texto e expressando seu ponto de vista.

Cabe-nos ainda, antes de finalizar o estudo do artigo principal da R2, refletir sobre o contrato de comunicação, nesse caso do discurso de midiaticização da ciência. (CHARAUDEAU, 2008a). Para atender à dupla visada – informação e captação –, um tema da área da saúde, o glúten, é abordado por um locutor-jornalista, que precisa, além de captar o interesse de seu público leitor, suposto como não especializado, mantê-lo interessado. cremos que isso ocorre, principalmente, mediante a opção por uma organização composicional diferenciada, que excede o limite da dupla página, o multitexto ou dossiê, como optamos por denominar.

Além disso, considerando as restrições desse contrato, o L1/E1 precisa mobilizar estratégias diversas, desde a reformulação de uma linguagem científica de origem, de modo a colocá-la ao alcance de seu público, até a convocação de vozes, principalmente de especialistas e/ou cientistas, para legitimar o saber divulgado. O emprego de recursos para

explicar e fazer compreender esse tema ocorre mediante uma seleção lexical e uma construção frasal apropriadas, tendo em vista as exigências do gênero. Todos esses procedimentos, além dos elencados ao longo da análise, contribuem para reforçar o caráter de seriedade do discurso do L1/E1, bem como a forma como se constitui enquanto responsável pela orientação dada ao discurso.

Encaminhando-nos para o final da investigação do nosso *corpus* de estudo, apresentamos o resultado da análise da terceira e última reportagem, intitulada *Maconha: remédio proibido*, na sequência.

4.3 A REPORTAGEM *MACONHA: REMÉDIO PROIBIDO*

Nesta subseção, examinamos o artigo principal da R3–*Maconha: remédio proibido*, com foco nas categorias de análise aplicadas ao artigo principal das demais reportagens do nosso *corpus* de estudo: R1–*Medo: como vencer os seus* e R2–*A verdade sobre o glúten*. Os procedimentos de investigação são os mesmos, tendo em vista os objetivos propostos para este estudo. Iniciamos pela subcategoria (a) tipo de voz convocada e designação.

4.3.1 Tipo de Voz Convocada e Designação: subcategoria (a)

Para a abordagem desta subcategoria, valemo-nos dos estudos de Calsamiglia e Cassany (2001) e de Calsamiglia e López Ferrero (2003), inspirados no trabalho de van Leeuwen (1996), conforme já mencionamos nas análises anteriores. Fazemos um levantamento quantitativo de ocorrências, no quadro pré-citação, com posterior exemplificação. Ao final, apresentamos quadros com os resultados encontrados, que serão retomados nas interpretações que compõem a conclusão, capítulo 5 deste trabalho.

4.3.3.1 Representação de Voz Não Científica

No artigo principal da R3, chegamos a 6 (seis) indicações de representações de voz não científica, relativas a duas grandes categorias dentre as propostas por Calsamiglia e Cassany (2001): coletivo social e indivíduo representativo de alguma coletividade. Esta é a reportagem em que é convocado um número expressivo de vozes não científicas no nosso *corpus* de estudo. O quadro 41 registra o resultado da análise.

Quadro 41 - Representação de voz não científica na R3

Coletivo social			Indivíduo representativo			Texto
Indeter.	Determinado		Indeter.	Determinada		
1	Gov.	Comun.	0	Cid.	Gov.	Comun.
	1	1		1	0	2

Fonte: Elaborado pela autora com base em Calsamiglia e Cassany (2001).

A explicitação do resultado desse levantamento de dados segue abaixo.

a) coletivo social

a.1) voz indeterminada:

- se (verbo na terceira pessoa: falava mais pronome pessoal *se*)

a.2) voz determinada:

- de governo:
 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
- de comunicação social:
 - SUPER

b) indivíduo representativo

b.1) voz determinada:

- de cidadão:
 - Norberto Fischer: pai da menina Anny
 - Katiele Bortoli: mãe da menina Anny
- de governo:
 - Dirceu Barbano, presidente da Anvisa
- de comunicação social:
 - Tarso Araújo, jornalista da SUPER

A seguir, são arroladas essas representações sociais convocadas pelo L1/E1 no quadro pré-citação. (CALSAMIGLIA; CASSANY, 2001; CALSAMIGLIA; LÓPEZ FERRERO, 2003). São representações de voz não científica, isto é, que se enunciam sem trazer conhecimento científico ao artigo principal da reportagem.

4.3.3.1.1 Representação de Coletivo Social, Indeterminada

No artigo principal da R3–*Maconha: remédio proibido*, identificamos uma incidência de voz representativa de um coletivo social, indeterminada: após o intertítulo *Há milênios no mundo* (linha 192). Ela é mostrada a seguir:

Exemplo (65)

[R3-E01] *Dá a impressão de que o assunto é novo, já que tão pouco se falava sobre as terapias com maconha. (linhas 185-186, grifo nosso).*

No discurso do L1/E1 no artigo principal, constatamos apenas esse emprego de voz impessoal, o que nos possibilita concluir que não se trata de uma característica marcante do gênero reportagem que comunica ciência no *corpus* que estudamos. Podemos levantar a hipótese de que, ao tratar de um tema da ciência, é preciso que o L1/E1 traga ao seu discurso vozes nomeadas e designadas, que possam legitimar o conhecimento a ser comunicado.

4.3.3.1.2 Representação de Coletivo Social, Determinada, de Governo

Com relação à R3, a representação de coletivo social no âmbito do governo ocorre mediante a opção do L1/E1 por uma voz determinada: a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), autarquia que controla o uso de substâncias no país, com autoridade suficiente para se manifestar sobre o tema e legitimar o conteúdo do seu dizer. O exemplo [R3-E02] comprova a ocorrência:

Exemplo (66)

[R3-E02] *A **Anvisa** afirma que o tempo médio para a análise tem sido de uma semana. (linhas 91, grifo nosso).*

Trata-se, nesse contexto, da voz de uma autarquia que tem como área de atuação todos os setores relacionados a produtos e serviços que possam afetar a saúde da população brasileira. Essa representação de um coletivo social, conhecido, é introduzida no discurso, quando o L1/E1 busca uma voz de prestígio para se manifestar, frente à pressão popular, sobre a ilegalidade do uso da maconha como medicamento. Designada por nome completo, inicialmente, no decorrer do discurso é retomada pela sigla, mais conhecida da população, ou

pelo primeiro termo do seu nome (*agência*), ou seja, depois de introduzida no discurso, volta a ser mencionada de maneira informal.

4.3.3.1.3 Representação de Coletivo Social, Determinada, de Comunicação Social

Do artigo principal desta terceira reportagem, trazemos um excerto que mostra outra voz evocada, determinada, de um coletivo social: a revista *Superinteressante*. O L1/E1 traz ao texto essa fonte como l2/e2 em razão de sua relevante atuação no debate em torno do tema e da produção de material de divulgação. Vejamos o excerto a seguir:

Exemplo (67)

*[R3-E03] Em outubro, nos cinemas, a **SUPER** conta num filme a história de pessoas que lutam contra a ilegalidade para receberem tratamento (linhas 5-6, linha de apoio, grifo nosso).*

Ao mencionar o l2/e2 por sua designação mais conhecida pelo leitor (na forma reduzida), o L1/E1 produz um efeito de familiaridade/intimidade com o veículo e com a equipe que o representa. Constatamos, também, que esse veículo de comunicação recebe um espaço significativo no discurso do L1/E1, com o relato das várias ações que promove em prol do debate pela liberação da maconha como medicamento.

4.3.3.1.4 Representação de Indivíduo, Determinada, de Cidadania

Ao inserir no seu discurso o discurso de representação de cidadãos não especialistas da ciência, o L1/E1 apresenta-os mediante prenome e sobrenome (Norberto Fischer e Katiele Bortoli), nas linhas iniciais da reportagem, quando procede à contextualização do tema que vai abordar. No decorrer do discurso, quando expõe os seus depoimentos, trata-os apenas por parte do nome: com a designação de sobrenome, o pai [R3-E04]; com o prenome, a mãe [R3-E05].

Exemplo (68)

*[R3-E04] "Foi a primeira medicação que tiramos quando o CBD começou a funcionar. Ela tomou a vida toda", conta **Fischer**. (linhas 46-48, grifo nosso).*

Exemplo (69)

[R3-E05] *"Se comparada com outras crianças, ela ainda parece muito debilitada, mas, quando comparada com ela mesma, a transformação é incrível", comemora **Katiele**. (linhas 51-57, grifo nosso).*

A forma de personalização de ambos os cidadãos é mínima, já que não são oferecidos ao leitor detalhes sobre sua identidade social ou profissional, somente o fato de serem os pais de uma menina (citada apenas pelo prenome: Anny) que necessita de tratamento para as frequentes convulsões de que é acometida.

Igualmente, observamos uma única intervenção do pai; da mãe, que é quem fala ao jornalista da SUPER, registramos 2 (duas) menções em DRD e 1 (uma) em DRI. Ela é quem relata ao jornalista o drama vivido pela família, tornando, assim, o caso público, bem como sua opção por declarar-se traficante perante a lei.

Chama-nos a atenção, em relação a essa representação de cidadãos, que o pai é nomeado com formalidade (pelo sobrenome), como aponta van Leeuwen (1996), e a mãe, com informalidade. Designá-la somente pelo prenome (o que não a distingue de outras mulheres de mesmo *prenome*) pode posicioná-la como um l2/e2 de menor prestígio no conjunto das vozes eleitas pelo L1/E1 ao organizar seu discurso. Do mesmo modo, acreditamos que essa forma de nomeação seja um indicativo dos usos da língua que marcam as relações de gênero: maior formalidade/distinção para homens; menor para mulheres.

4.3.3.1.5 Representação de Indivíduo, Determinada, de Governo

Na R3–*Maconha: remédio proibido*, o L1/E1 traz ao seu discurso o depoimento de uma representação individual de governo. A fonte inserida manifesta-se como porta-voz da Anvisa: é designada por nome próprio completo e cargo, o que, para van Leeuwen (1996), significa ser apresentado com semiformalidade. Sobre ela, não são oferecidas informações adicionais, pois Dirceu Barbano toma a palavra legitimado pela instituição de que faz parte, bem como pela posição que ocupa na sua hierarquia. Vejamos o excerto [R3-E06]:

Exemplo (70)

[R3-E06] *A pressão popular foi tanta que **o presidente da Anvisa, Dirceu Barbano**, chegou a anunciar que o composto sairia da ilegalidade, o que acabou não sendo cumprido. (linhas 37-38, grifo nosso).*

Ao ser inserida no discurso como aposto para o cargo de presidente da Anvisa, Dirceu Barbano apaga-se como indivíduo, já que sua designação exclui referências como cidadão ou como vinculado a uma especialidade ou investigação científica. A legitimidade do saber é atribuída ao cargo ocupado e à instituição em detrimento da pessoa de Dirceu Barbano.

4.3.3.1.6 *Representação de Indivíduo, Determinada, de Comunicação Social*

No artigo principal da reportagem, conforme podemos constatar em [R3-E07], a representação da mídia ocorre por voz individualizada e determinada, na pessoa do jornalista que entrevistara Katiele Bortoli, mãe da menina que recebe o tratamento alternativo. O representante da informação é designado, inicialmente, mediante nome próprio completo e especificação da função que desempenha na empresa; depois, na continuidade do discurso, pela profissão ou prenome. De uma denominação semiformal, passa a ser nomeado com informalidade, pelo prenome (VAN LEEUWEN, 1996), em cotexto posterior:

Exemplo (71)

[R3-E07] Foi ao jornalista Tarso Araújo que Katiele contou pela primeira vez, numa entrevista para o especial A Revolução da Maconha, da SUPER, quando o editor estava em busca de um paciente de epilepsia que se tratasse com maconha no País. (linhas 54-56, grifo nosso).

Na sequência desse excerto, a descrição do envolvimento do jornalista Tarso na causa da família, após a entrevista para um especial da SUPER, atribui-lhe destaque no âmbito do discurso do artigo principal da reportagem. Autor do especial *A Revolução da Maconha* e codiretor do documentário *Illegal*, em que mostra famílias que lutam para ter a liberação do uso da erva como medicamento, o jornalista soma-se aos que discutem e defendem a importância da liberação da planta para uso medicinal.

Finalizando esta etapa, apresentamos o quadro 42, que retoma todas as representações de voz não científica, bem como sua designação no artigo principal da R3.

Quadro 42 - A subcategoria (a) em representação de voz não científica na R3

Representação	Voz	Designação
Coletiva Indeterminada	*se	pronome pessoal oblíquo
Coletiva determinada de governo	*Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), órgão que controla o uso de substâncias no Brasil *a Anvisa; *a agência	prenome, sobrenome, aposto indicando sua função e país sigla primeiro nome
de comunicação social	*SUPER	nome reduzido de Superinteressante
Indivíduo de cidadão	*Norberto Fischer *Fischer	prenome, sobrenome sobrenome
	*Katiele Bortoli *Katiele	prenome, sobrenome prenome
de governo	* presidente da Anvisa, Dirceu Barbano,	cargo ocupado na autarquia, prenome, sobrenome
de comunicação social	*Tarso Araújo, jornalista *o jornalista *Tarso	prenome, sobrenome, profissão, profissão sobrenome

Fonte: Elaborado pela autora.

Mostramos, a partir dessa forma de representação social, como o L1/E1 maneja a representação de voz da ciência no quadro pré-citação do artigo principal desta terceira reportagem do nosso *corpus* de estudo. Ao resultado do levantamento quantitativo das diferentes vozes vinculadas à ciência, bem como da exemplificação das ocorrências, segue um quadro que facilita a visualização do conjunto da análise dessa representação.

4.3.3.2 Representação de Voz da Ciência

Como procedemos ao analisar as primeiras duas reportagens que constituem o nosso *corpus* de estudo, apresentamos o levantamento das representações de voz da ciência na R3–*Maconha: remédio proibido*. O quadro 43 registra os resultados, que apontam para a maior incidência de vozes individuais e determinadas.

Quadro 43 - Representação de voz da ciência na R3

Voz coletiva		Voz individual		Texto
Indeterminada	Determinada	Indeterminada	Determinada	
1	2	0	7	2

Fonte: Elaborado pela autora com base em Calsamiglia e Cassany (2001).

No artigo principal da R3, a representação de voz da ciência, tomando o modelo de Calsamiglia e Cassany (2001), situa-se nas categorias voz coletiva, voz individual e texto, como detalhamos a seguir:

a) voz coletiva

a.1) indeterminada:

- muitos médicos

a.2) determinada:

- Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP)
- os pesquisadores

b) voz individual

b.1) determinada:

- Renato Filev, biólogo da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que estuda o uso de maconha para ajudar a controlar a dependência de álcool
- Lucas Maia, pesquisador que faz estudos com canabinoides na mesma universidade (Unifesp)
- José Crippa, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP)
- Elisaldo Carlini, psiquiatra e um dos mais importantes pesquisadores da maconha no Brasil
- Luiz Fernando Tófoli, psiquiatra e pesquisador da Universidade de Campinas (Unicamp)
- Amanda Reiman, psicóloga norte-americana, gestora de políticas sobre drogas e especialista em redução de danos, da Califórnia
- Raquel Peyraube, médica, assessora do governo do Uruguai, que há duas décadas trabalha pela legalização da planta

c) texto

- um manifesto (liderado pela ABP)
- um manifesto (liderado pelo pesquisador Luiz Fernando Tófoli)

Procedemos, a seguir, à exemplificação dos resultados dessa análise empreendida.

4.3.3.2.1 Representação Coletiva, Indeterminada

No artigo principal da R3, identificamos 1 (uma) indicação de representação de coletividade, com designação generalizada e indeterminada, como demonstra o exemplo seguinte:

Exemplo (72)

*[R3-E08] Há consenso com relação aos benefícios à saúde de canabinoides isolados, mas **muitos médicos** não acreditam que maconha possa ser uma opção de tratamento. (linha 129-130, grifo nosso).*

O L1/E1 elege a voz coletiva *muitos médicos* sem explicitar uma categoria de especialistas ou um especialista em particular, para contrapor (com o conector *mas*) a crença de que a maconha possa ser uma opção de tratamento ao que enunciara no mesmo contexto – o consenso sobre os benefícios. O conector *mas* reorienta argumentativamente a leitura para um novo intertítulo, a partir do qual são elencados argumentos contra o uso medicinal da maconha e as suas contraindicações.

4.3.3.2.2 Representação Coletiva, Determinada

Como constatamos na análise das outras duas reportagens do nosso *corpus* de estudo, as vozes privilegiadas nem sempre representam um indivíduo ou texto. A responsabilidade pelo dito não é conferida a um pesquisador, cientista ou estudo, mas pode sê-lo a uma voz coletiva vinculada à ciência, como um grupo conhecido – a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), conforme visualizamos em [R3-E09] a seguir:

Exemplo (73)

*[R3-E09] Um exemplo de instituição médica que é contra o uso medicinal da maconha é a **Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP)**, rejeitando qualquer tipo de vinculação da erva ao tratamento de pacientes. (linhas 132-134, grifo nosso).*

4.3.3.2.3 Representação Individual, Determinada

Essa representação é identificada, no artigo principal da R3–*Maconha: remédio proibido*, como atesta o levantamento quantitativo que realizamos. Apontamos, no

levantamento feito, uma fonte coletiva e determinada por um artigo definido: os pesquisadores. Essa voz é apresentada sem referência a um grupo concreto de cientistas no contexto em que aparece. Todavia, em contexto posterior, alguns deles vêm relacionados no discurso. Vejamos [R3-E10], a seguir, a título de exemplo:

Exemplo (74)

[R3-E10] "Do meio do ano para cá, a Anvisa clareou os trâmites, ficou mais fácil importar", conta o biólogo Renato Filev, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que estuda o uso de maconha para ajudar a controlar a dependência de álcool. (linhas 100-103, grifo nosso).

Essa representação é designada por sua especialidade, nome completo e instituição de pesquisa a que se vincula, bem como pelo estudo que realiza. Tal designação confere legitimidade ao dizer do pesquisador eleito pelo L1/E1 para manifestar-se sobre o tema abordado no artigo principal da R3.

Da mesma forma como ocorre na apresentação do biólogo Renato Filev, outros 4 (quatro) cientistas – do sexo masculino e brasileiros – são evocados como fonte, todos designados por nome completo, área de conhecimento, vínculo institucional e pesquisa em que se encontram envolvidos. Na sua representação, observamos alternância na maneira de serem nomeados: da semiformalidade (nome completo) à informalidade (prenome) até à formalidade (sobrenome), conforme estudo de van Leeuwen (1996).

Também apresentamos aqui a opção do L1/E1 por eleger a voz de uma representação de governo, que, no discurso, fala em nome da ciência, não em nome do órgão que representa:

Exemplo (75)

[R3-E11] Mas a psicóloga norte-americana Amanda Reiman, gestora de políticas sobre drogas da Califórnia e especialista em redução de danos, garante que há alternativas. (linhas 175-176, grifo nosso).

No excerto [R3-E11], o PdV é delegado a uma autoridade individual e determinada – feminina –, com autoridade para fazer uso da palavra. Essa voz vem qualificada por sua profissão, nacionalidade, nome completo, especialidade e cargo que ocupa em uma instituição pública no estado da Califórnia, nos Estados Unidos. É uma autoridade internacional, que atua como gestora em um país onde a maconha para uso medicinal já é legalizada. Na continuidade do segmento, ela vem retomada por pronome pessoal, uma vez que as informações necessárias ao leitor já foram

apresentadas nesse contexto. Posteriormente, é evocada por sua especialidade e prenome (*a psicóloga Amanda*), grau maior de informalidade. Podemos novamente pensar, como observamos na representação de Katiele Bortoli, que o tratamento de informalidade dispensado a essa especialista da área da ciência revela um uso da língua que ainda marca as relações de gênero: menor grau de formalidade dispensado ao sexo feminino, mesmo em se tratando de uma autoridade em sua área de atuação.

4.3.3.2.4 Representação de Texto

Lembramos Calsamiglia e Cassany (2001) nessa forma de representação, para os quais as palavras adquirem maior autonomia e objetividade ao se apresentarem sem um locutor físico, ou seja, na forma de texto. Para os linguistas, segundo já mencionamos nas análises anteriores desse tipo de representação, a garantia de credibilidade e a legitimidade podem ser validadas por resultados de pesquisa, por documentos científicos. Podemos observar essa opção estratégica em [R3-E12], em que um manifesto, liderado por um pesquisador, defende o uso medicinal da maconha:

Exemplo (76)

[R3-E12] "A proibição é perversa, por prejudicar o acesso aos benefícios médicos desta planta cujos registros de uso curativo remontam há cerca de 5 mil anos", aponta o texto. (linhas 150-152, grifo nosso).

O manifesto citado é assinado por cem médicos das mais diversas especialidades, espalhados por todo o país, conforme relata o L1/E1, que não assume o saber veiculado, ao convocar essa fonte impersonalizada, objetivada. A objetivação é uma forma de impersonalização, que constitui um estratégia para alcançar os propósitos do L1/E1 no discurso da R3.

Para concluir o estudo desta subcategoria (a), expomos, a seguir, um quadro que reúne o que relatamos neste item da subcategoria: todas as vozes eleitas pelo L1/E1, bem como as suas respectivas designações no discurso de representação de voz da ciência.

Quadro 44 - A subcategoria (a) em representação de voz da ciência na R3

Representação	Voz	Designação
Coletiva indeterminada	*muitos médicos	especialista
Coletiva determinada	*os pesquisadores	atuação na ciência
	*Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) *a ABP	nome da instituição, sigla sigla
Individual determinada	*Renato Filev, biólogo da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que estuda o uso de maconha para ajudar a controlar a dependência de álcool *o biólogo Renato Filev *Filev	prenome e sobrenome, especialidade, instituição de vínculo, estudo a que se dedica especialidade, prenome, sobrenome sobrenome
	*Lucas Maia, pesquisador que faz estudos com canabinoides na mesma universidade (Unifesp)	prenome, sobrenome, atividade ligada à ciência, vínculo institucional
	*José Crippa, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP) *Crippa, médico com doutorado em saúde mental.	prenome, sobrenome, instituição a que se vincula. sobrenome, especialidade, titulação acadêmica
	*Elisaldo Carlini, psiquiatra, um dos mais importantes pesquisadores da maconha no Brasil * o professor Carlini *o psiquiatra Elisaldo Carlini	prenome, sobrenome, especialidade, reconhecimento público, atividade ligada à ciência atividade profissional, sobrenome especialidade, prenome, sobrenome
	*Luiz Fernando Tófoli, psiquiatra e pesquisador da Universidade de Campinas (Unicamp) *o psiquiatra	nome completo, especialidade, vínculo institucional especialidade
	*Amanda Reiman, psicóloga norte-americana, gestora de políticas sobre drogas e especialista em redução de danos, da Califórnia *ela *a psicóloga Amanda	prenome e sobrenome, profissão, nacionalidade, cargo, especialidade em estado americano pronomes pessoais profissão, prenome
	*Raquel Peyraube, médica, assessora do governo do Uruguai, que há duas décadas trabalha pela legalização da planta *ela *Peyraube *a médica	prenome, sobrenome, especialidade, cargo no governo, tempo de atuação pronomes pessoais sobrenome especialidade
	Texto	*manifesto
*o texto		produto de trabalho
*manifesto		produto do trabalho (liderado por pesquisador)
	*o texto	produto de trabalho

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do levantamento tanto das frequências como das formas de designação das vozes na R3–*Maconha: remédio proibido*, constatamos a evocação de 19 diferentes vozes, iniciando pela inserção da fala de familiares de uma menina que necessita de um tratamento para convulsões proveniente de um óleo à base de canabidiol (CBD), componente extraído da maconha. A luta dos pais para conseguir o medicamento, bem como seus depoimentos objetivam conquistar empatia por parte do leitor. Esses depoimentos constituem representações de cidadãos; na sequência, o L1/E1 convoca não apenas a voz de instituição pública e governamental, mas também a da ciência para informar com a autoridade de que é investida.

A evocação de vozes de representantes de órgãos ligados a governo, como o presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, também garante o efeito de verdade e confere legitimidade às informações expostas. Sua voz é alternada com a posição assumida pela agência que regula o uso de substâncias no país, a fim de expor toda a burocracia que envolve a liberação para uso medicinal da maconha. Essa estratégia contribui para a confiabilidade do saber do qual está na origem.

Igualmente, são elencados pesquisadores, todos do sexo masculino, brasileiros, profissionais designados pelo nome próprio, pela área de conhecimento, pela posição que ocupam, pelos estudos que desenvolvem, o que justifica e confere autoridade às palavras que proferem. Com menor incidência, estão os textos produzidos com o objetivo de chamar a atenção da classe médica e da opinião pública para o tema: o da ABP contra a legalização; o de Luiz Fernando Tófoli a favor da legalização.

Outra voz relevante evocada é a da psicóloga norte-americana Amanda Reiman, gestora de políticas sobre drogas e especialista em redução de danos no estado da Califórnia, onde a maconha já é legalizada há duas décadas. Para se somar a essa posição, o produtor traz a voz da médica Raquel Peyraube, que participou do processo de legalização da maconha no seu país, o Uruguai, e que defende a regularização da planta. São duas vozes femininas, de representação de governo não brasileiro, para assumirem o PdV do conteúdo de que são a origem. Raquel Peyraube é nomeada com grau maior de formalidade (da semiformalidade – nome completo – à formalidade – sobrenome) do que Amanda Reiman.

Na reportagem, em linhas gerais, o resultado aponta para a incidência maior de enunciadores representantes individuais da ciência, falando em nome da instituição a que se vinculam. A razão para essa estratégia pode estar no fato de o tema em discussão vincular-se à área da medicina, da saúde pública. Todavia, também constatamos que é garantido pelo L1/E1 amplo espaço para exposição do posicionamento dos representantes de órgãos

governamentais. E a conclusão para todas as manifestações das diferentes vozes é dada pelo L1/E1, ao afirmar: “Quando o assunto é saúde, o único critério deve ser a ciência” (linhas 238-239).

Portanto, ao comunicar um tema da ciência para público leigo, o L1/E1 precisa mobilizar diferentes vozes – não científicas e da ciência –, com diferentes saberes e posicionamentos para concretizar seu projeto de fala e enfatizando, ao final, a ciência como o único critério a ser levado em conta na tomada de decisões, em se tratando de saúde.

4.3.2 Tipo de Discurso Relatado: subcategoria (b)

No artigo principal da R3, observamos, ainda na linha de apoio, que o L1/E1 se enuncia em DRI e convoca a voz de uma representação de comunicação social, a SUPER, isto é, a equipe da Revista *Superinteressante*. O excerto [R3-E13] exemplifica a opção do L1/E1 pelo emprego do DRI com verbo introdutor, ao colocar essa voz na origem do saber.

Exemplo (77)

[R3-E13] Em outubro, nos cinemas, a SUPER conta num filme a história de pessoas que lutam contra a ilegalidade para receberem tratamento. (linhas 5-6, linha de apoio, grifo nosso).

No excerto [R3-E14], o PdV não é assumido pelo L1/E1, mas por uma voz coletiva, determinada e conhecida, a equipe da revista *Superinteressante*. O locutor delega a essa voz a responsabilidade pelo conteúdo do que é dito. O PdV é, assim, assumido por esse l2/e2, conforme Adam (2011).

No artigo principal, entre as linhas 6 até 36, o L1/E1 contextualiza o assunto a ser abordado na reportagem e inicia a partir daquilo que já fora explicitado na linha de apoio: contar a história de pessoas que lutam contra a ilegalidade para receberem tratamento. Para isso, relata a situação de uma menina brasileira, Anny, de 5 anos que, graças ao uso do CBD, um óleo à base de canabidiol, componente extraído da maconha, viu suas convulsões cessarem. Os pais compraram a substância de um laboratório dos Estados Unidos, que a enviou ilegalmente ao Brasil. Como a remessa seguinte ficara retida na Receita Federal, pelo fato de o CBD estar na lista de substâncias proibidas pela Anvisa, a mãe, que vira a filha voltar a convulsionar, não teve medo de tornar o caso público, e assumiu, perante a lei, ser traficante.

O caso de Anny e o uso medicinal da maconha ganharam espaço na mídia em 2014; as pessoas se engajaram na causa, e o assunto se revelou como uma possibilidade para milhares de brasileiros, que sequer imaginavam que o uso da maconha poderia ser útil como uma terapia alternativa aos tratamentos.

Após essa contextualização, a opção estratégica do L1/E1 é trazer a voz da autoridade que controla o uso de substâncias no Brasil, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), agência que pode tomar a palavra para tratar de questões legais envolvendo o uso da planta, na voz de seu presidente:

Exemplo (78)

[R3-E14] A pressão popular foi tanta que o presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, chegou a anunciar que o composto sairia da ilegalidade, o que acabou não sendo cumprido. (linhas 37-38, grifo nosso).

Em DRI, o L1/E1 insere no discurso a fala do presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, voz individualizada, responsável direto pela informação, pelo fato de ocupar o cargo de maior prestígio na autarquia que representa (a presidência). Com esse recurso, o L1/E1 abstém-se de assumir o PdV, delegando-o a uma fonte oficial, uma autoridade no âmbito governamental que tem legitimidade para tomar a palavra. Todavia, nesse mesmo contexto, o L1/E1 revela que aquilo que fora anunciado não se concretiza, desautorizando o l2/e2 como fonte crível, que pode tomar a palavra e fazer valer seu espaço de locução. (CHARAUDEAU, 2006).

A partir desse ponto, no discurso, assumem a palavra cidadãos individualizados e determinados, como vozes privilegiadas, uma opção estratégica do L1/E1. As vozes pertencem aos pais da menina, Norberto Fischer e Katiele Bortoli, apresentados ao leitor nas linhas 11 e 12. Em DRD, com o emprego de aspas, essa representação da cidadania é inserida no discurso de L1/E1, como podemos visualizar em [R3-E15]:

Exemplo (79)

[R3-E15] "Foi a primeira medicação que tiramos quando o CBD começou a funcionar. Ela tomou a vida toda", conta Fischer. (linhas 46-48, grifo nosso).

No discurso, o L1/E1 dá voz a esses cidadãos, que tomam a palavra para conferir ao dito um tom de verdade e conquistar a simpatia do leitor a sua causa. O recurso tipográfico das aspas, em DRD, isenta o L1/E1 da responsabilidade pelo conteúdo da informação e abre

espaço para a manifestação de vozes com quem o leitor possa aliar-se: as vozes dos pais da menina Anny.

Observamos, também, uma diferença na forma de designar cada um dos genitores. O pai é tratado pelo sobrenome (Fischer), e a mãe, pelo prenome (Katiele), sem o acréscimo de informações sobre escolaridade, ocupação ou posição social de ambos. Do pai, é mencionada apenas uma intervenção, em DRD, na entrevista concedida ao jornalista da SUPER; cabe à mãe relatar com mais detalhes o drama familiar, ora em DRD, ora em DRI. Desse modo, assume o PdV.

Na sequência do artigo principal da reportagem, a representação da imprensa, na forma de voz individualizada (o jornalista Tarso Araújo) assume a responsabilidade pela informação em [R3-E16]. Após a entrevista concedida pela família, o jornalista retoma o PdV (Adam, 2011) em DRD, expressando seu sentimento em relação à causa dessa e de tantas outras famílias:

Exemplo (80)

[R3-E16] "Eu fiquei sensibilizado com a história da Katiele. Era um absurdo que ela não pudesse medicar a filha. Isso me mobilizou, não só profissionalmente, mas pessoalmente", conta o jornalista. (linhas 55-60, grifo nosso).

O PdV é assumido pelo L1/E1 a partir de [R3-E16], em DRI, relatando que a colaboração de Tarso Araújo não se limitara a uma reportagem. Ao escolher enunciar-se em DI, o L1/E1 retoma a condução do discurso, relatando um conjunto de ações empreendidas pelo jornalista em apoio à causa das muitas famílias que lutam para medicar legalmente os filhos. Assim, das linhas 59 a 66, são arroladas várias ações promovidas por Tarso em apoio à família de Anny, bem como em prol da legalização do uso da maconha para fins medicinais, um assunto, “ao mesmo tempo, tabu e mobilizador” (linha 63).

A partir do intertítulo *Ilegalidade Viciosa*, o locutor retoma novamente a Anvisa como representação coletiva e determinada, em DRI. O emprego do DRI revela que este l2/e2 – a Anvisa – é validador do conteúdo proposicional, sem que saibamos o que pensa o L1/E1 (RABATEL, 2009), que relata o enunciado. Essa voz está na origem de uma posição contrária à liberação da maconha para uso medicinal. O excerto [R3-E17] a seguir explicita isso:

Exemplo (81)

*[R3-E17] A Anvisa **afirma que o tempo médio para a análise tem sido de uma semana.** Em maio, a reunião que definiria a reclassificação do CBD, passando da lista de proibidos para controlados, e facilitaria a vida dos pacientes uma vez que os médicos poderiam receitá-lo, foi adiada. (linhas 91-94, grifo nosso).*

No excerto mencionado, a responsabilidade pela não liberação recai sobre a Agência, que assume esse PdV. Na continuidade do excerto [R3-E18], a seguir, jogando com o uso de DRI e de DRD mediante o emprego de dois pontos e aspas, o L1/E1 detalha o posicionamento da Anvisa, por meio da divulgação de uma nota, que oficializa, assim, o fato de não incluir o assunto em sua pauta de discussão naquele momento:

Exemplo (82)

*[R3-E18] A agência **informou que o assunto continua sem previsão de retorno para pauta neste momento.** Por meio de nota, **complementou: "Estamos falando de um produto sem análise de segurança e eficácia no País, já que até hoje nenhum laboratório solicitou o seu registro no Brasil. Por essa razão, uma condição fundamental para a importação por pessoa física é que exista um laudo de um profissional médico. Nesse caso é o médico que assume a responsabilidade pelo uso do produto e pelo estabelecimento das dosagens".** (linhas 91-99, grifo nosso).*

Em [R3-E19], a seguir, ao eleger como representação da ciência pesquisadores que, posteriormente, serão arrolados, trata-os inicialmente como coletividade, apresentando-os em DRM. O recurso ao mediativo indica, por parte do L1/E1, certo distanciamento em relação ao conteúdo proposicional (GUENTCHÉVA, 1994), contudo esse distanciamento logo é modificado pela inserção, em DRD, do conjunto de pesquisadores chamados a contribuir com esta matéria:

Exemplo (83)

*[R3-E19] **Para os pesquisadores, a situação também é difícil, mas está melhorando.** (linha 100, grifo nosso).*

Nesse excerto, o L1/E1, em DRM e por meio de uma marca linguística (o conector *para*), explicita que credita a responsabilidade pelo que é dito a outrem. Delega o PdV a uma voz que não é a sua, mas de uma coletividade, revelando, assim, que não é a fonte primeira do saber. Na posição de Rabatel (2009), trata-se de uma *prise en charge* limitada. Como também

observamos, o DRM distingue-se do DI assumido pelo locutor, conforme Guentchéva (1996), e não pode com ele ser confundido.

Os cientistas que constituem a fonte da informação e que possibilitam ao texto avançar são relacionados na sequência do discurso do L1/E1. Ora em DRI, ora em DRD, o posicionamento de cada um dos cientistas eleitos, autorizados por seu vínculo a uma instituição de pesquisa, contribui para o fazer compreender e o fazer crer, conforme Charaudeau (2006).

Convocados como vozes de prestígio na pesquisa científica brasileira, os pesquisadores relatam as dificuldades que encontram para a importação de medicamento, ironizam a burocracia a que devem submeter-se, expõem a necessidade de precisarem contar com o apoio de outros pesquisadores, criticam a falta de qualidade de muitos dos materiais que recebem, lamentam a falta de interesse de outros médicos pesquisadores da área da saúde e de pesquisas sobre drogas, especialmente no estudo de seus possíveis benefícios. Além dessas manifestações, um documento foi escrito em favor da legalização da droga e assinado por médicos das mais diversas especialidades espalhados por todo o país. Apresentamos [R3-E20] para exemplificar a participação dessas vozes no discurso do L1/E1:

Exemplo (84)

[R3-E20] O biólogo Renato Filev lamenta, ainda, a falta de interesse de outros médicos e pesquisadores da área de saúde nas pesquisas sobre drogas, especialmente no estudo de seus possíveis benefícios. "Seria fundamental que médicos estivessem empenhados em pesquisar e fazer estudos clínicos com maconha, estudando novas possibilidades de tratamento. Mas são raros", lamenta Filev. (linhas 125-129, grifo nosso).

A voz de cientistas, como a de Renato Filev, é trazida ao texto principal como fonte de prestígio, e a fala é visualizada pelo recurso ao sinal de aspas, ora com a presença de verbo introdutor, ora sem essa opção estratégica, como ocorre em citação integrada. (CALSAMIGLIA; LÓPEZ FERRERO, 2003).

Na mesma reportagem, além dos pesquisadores mencionados no discurso, uma instituição médica de prestígio é evocada para assumir uma voz de representação da ciência – a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) –, com o objetivo de orientar argumentativamente a leitura, a partir desse momento, na direção de quem se coloca contrariamente à legalização do uso da maconha como medicamento:

Exemplo (85)

*[R3-E21] Um exemplo de instituição médica que é contra o uso medicinal da maconha é a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), **rejeitando qualquer tipo de vinculação da erva ao tratamento de pacientes.** (linhas 132-134, grifo nosso).*

Em [R3-E22], abaixo, a opção estratégica do L1/E1 é inserir no discurso essa representação de uma coletividade médica, com legitimidade para assumir o PdV, que, no entanto, abre mão de se manifestar publicamente sobre o teor do manifesto que divulgara, tomando posição contrária à liberação da erva para uso medicinal:

Exemplo (86)

*[R3-E22] Mesmo procurada inúmeras vezes pela equipe da SUPER para entrevista, a ABP **não se manifestou sobre o assunto para a reportagem.** (linhas 148-149, grifo nosso).*

A voz coletiva da ABP se exime de assumir a responsabilidade pelo dizer, mesmo tendo sido chamada a enunciar-se. O excerto [R3-E23], a seguir, com a alternância de marcas de DRD e de DRI, constitui um exemplo em que uma voz objetivada assume o PdV, com argumentos em favor da não legalização da maconha para fins medicinais. Esse recurso expõe o papel relevante atribuído a essa voz impersonalizada (o manifesto publicado pela Anvisa), que concretiza a posição de uma coletividade, por isso sua importância na validação de um PdV:

Exemplo (87)

*[R3-E23] Publicaram um manifesto contra a legalização, e lá consta: "**Usar o falso pretexto de que a maconha faz bem é ingênuo e perverso. O que pode eventualmente vir a ser útil são substâncias extraídas da maconha, sem características alucinógenas, como ocorre com o canabidiol, vendido em formulações a óleo e spray. A maconha fumada não possui nenhuma evidência científica com relação a sua eficácia terapêutica**". O texto também afirma que a droga, quando fumada, piora todos os quadros psiquiátricos, como depressão, ansiedade e bipolaridade, e multiplica a incidência de desenvolvimento de esquizofrenia. (linhas 141-148, grifo nosso).*

Em contrapartida, uma voz individualizada, representação da ciência, publica outro manifesto, que é assinado por cem médicos das mais diversas especialidades espalhados pelo Brasil, assumindo posição contrária à ABP – voz que se enuncia em DRD em [R3-E24]. Em [R3-E25], como voz objetivada na representação de texto, o manifesto recebe o apoio de

outros profissionais e deixa explícita, em DRD, a discordância em relação à posição assumida pela ABP:

Exemplo (88)

[R3-E24] O psiquiatra Luiz Fernando Tófoli, pesquisador da Universidade de Campinas (Unicamp), escreveu um manifesto a favor da legalização da droga, assinado por cem médicos das mais diversas especialidades espalhados por todo o País. [...]. Em entrevista, o psiquiatra comentou que considera o posicionamento da ABP irresponsável. "Não há evidências científicas que comprovem que a maconha agrave todos esses quadros psiquiátricos. Inclusive, pesquisas apontam para propriedades antidepressivas e antipsicóticas", explica. (linhas 154-157/159-162, grifo nosso).

Exemplo (89)

[R3-E25] "A proibição é perversa, por prejudicar o acesso aos benefícios médicos desta planta cujos registros de uso curativo remontam há cerca de 5 mil anos", aponta o texto. (linhas 150-152, grifo nosso).

Em [R3-E24], o L1/E1, ao introduzir a voz da ciência – individual e determinada –, mantém ainda um distanciamento no que concerne à responsabilidade enunciativa pelo que é dito. Em DRI e em DRD, alternadamente, o psiquiatra Luiz Fernando Tófoli orienta a leitura na direção oposta àquela pretendida pelo manifesto da ABP, instituição de que é membro. Essa posição é ratificada pela voz de outro psiquiatra, o professor Elisaldo Carlini, na continuidade do discurso, em [R3-E26] a seguir. São argumentos de prestígio que dão legitimidade às palavras dos profissionais:

Exemplo (90)

[R3-E26] O professor Carlini, inclusive, salienta que dependência é possível desenvolver por qualquer substância, se a pessoa estiver psicologicamente vulnerável. "Há trabalhos descritos na literatura sobre a dependência de cenoura - algumas pessoas tiveram até crise de abstinência. Em relação à maconha, há casos registrados de dependência, mas eles não são frequentes, se considerarmos a imensa população mundial de usuários", esclarece. (linhas 172-177, grifo nosso).

A voz desse último pesquisador, alternando-se entre DRI e DRD, revela que o L1/E1 deseja eximir-se da responsabilidade pelo conteúdo do que é dito, possibilitando à voz da ciência assumir o PdV.

Em continuidade à análise, identificamos que uma voz de representação de instituição pública é convocada para assumir o PdV, reorientando a leitura, agora na direção de alternativas para evitar a dependência da droga. A autoridade é conferida a uma voz institucional e internacional, de um estado norte-americano onde a maconha já é utilizada para tratamentos, igualmente alternando-se em DRI e DRD:

Exemplo (91)

[R3-E27] Mas a psicóloga norte-americana Amanda Reiman, gestora de políticas sobre drogas da Califórnia e especialista em redução de danos, garante que há alternativas. "Se o paciente não gosta desses efeitos, é possível tentar medicações com níveis maiores de CBD e menores de THC. Além disso, se a dor é localizada, como nas articulações, são recomendados loções ou cremes, que não possuem qualquer efeito psicoativo", esclarece. Ela ainda critica: há resistência à maconha, mas, nas farmácias, há medicamentos legalizados que causam as mesmas reações mentais, alguns até alucinógenos, como os opiáceos, prescritos para a dor; as benzodiazepinas, usadas como relaxantes musculares; e os antidepressivos e ansiolíticos mais frequentemente receitados. (linhas 175-183, grifo nosso).

No mesmo excerto – [R3-E27] –, o L1/E1 evidencia que a voz escolhida constitui-se como enunciador que assume integralmente a responsabilidade pelo que enuncia. (ALRAHABI; DÉSCLEÉS, 2009). O verbo *garantir* reforça a verdade do argumento, uma vez que a psicóloga está autorizada a tomar a palavra para informar sobre o tema focado na matéria. A responsabilidade enunciativa recai diretamente sobre a pesquisadora, que a assume, e não sobre o L1/E1.

No mesmo excerto, observamos que o L1/E1 introduz as palavras da gestora norte-americana em DRI, utilizando o sinal de dois pontos, sem aspas, para identificar essa fala. Podemos considerar esse recurso, no conjunto da citação, como citação integrada, no entender de Calsamiglia e López Ferrero (2003): ela assume a forma de citação indireta, mas com conteúdo assinalado como sendo citado direta ou literalmente, mediante a marcação tipográfica dos dois pontos.

Na análise do artigo principal da terceira reportagem, encontramos um excerto em que o L1/E1 se vale de um PdV anônimo, conforme Adam (2011): quando volta no tempo para lembrar que, há muito, terapias com maconha são conhecidas:

Exemplo (92)

*[R3-E28] Dá a impressão de que o assunto é novo, já que tão pouco se **falava sobre as terapias com maconha**. (linhas 185-186, grifo nosso).*

Visualizamos, em [R3-E28], um PdV anônimo com verbo na terceira pessoa do singular mais o pronome pessoal *se* (*se falava*). O L1/E1 propõe um ponto de vista sem assumir seu conteúdo, ou seja, esse PdV anônimo materializa a não assunção de responsabilidade enunciativa, no entender de Rabatel (2009).

No excerto [R3-E29] a seguir, o L1/E1 expõe uma informação de maneira mediatizada (DRM). Ele evidencia, por meio de estratégia explícita (o conector *como*), que credita a responsabilidade pelo que é dito a outrem. (GUENTCHÉVA, 1994, 1996). Delega o PdV a uma voz que não é a sua, mostrando, assim, não ser a fonte primeira do saber:

Exemplo (93)

[R3-E29] Antes disso, os médicos prescreviam maconha em suas receitas, como conta o psiquiatra Elisaldo Carlini. "Na época em que meu avô era médico, no começo do século 20, ele a receitava para os pacientes com insônia e até com asma, por ser broncodilatadora", lembra. "É um dos mais valiosos medicamentos que a medicina descobriu, capaz até de aliviar dores causadas por distúrbios no próprio sistema nervoso". (linhas 190-195, grifo nosso).

O conector *como* assume a função de mediar as palavras de uma voz especial, da ciência. Essa voz mediatizada enuncia-se como autoridade constituída, para fazer o discurso avançar em termos de informação e para ratificar a importância do debate em pauta. No cotexto seguinte, em DRD, o saber do cientista é explicitado em DRD, em citação integrada. (CALSAMIGLIA; LÓPEZ FERRERO, 2003).

No excerto [R3-E30], a voz da especialista Amanda Reiman é retomada, assumindo o PdV em DRD com o verbo introdutor *contar*. Sua fala também é marcada pelo sinal tipográfico de aspas:

Exemplo (94)

[R3-E30] "Temos muitos produtos diferentes porque os pacientes têm necessidades diferentes. Os que precisam de alívio imediato da dor preferem inalar o medicamento. Outros precisam de um alívio mais duradouro, então preferem tomar o remédio por via oral", conta a psicóloga Amanda. (linhas 208-211, grifo nosso).

No excerto [R3-E31], a seguir, o olhar do L1/E1 segue uma voz individual que não se manifesta em seu nome, mas em nome da instituição que representa. Nele, o L1/E1 exime-se de assumir a responsabilidade pelos conteúdos, imputando-a a essa voz individual (RABATEL, 2009), por meio de um recurso linguístico do mediativo (o conector *de acordo com*), como bem explicita Guentchéva (1994, 1996). É uma enunciação em DRM sem a presença de verbo introdutor explícito:

Exemplo (95)

[R3-E31] A médica Raquel Peyraube trabalha há dez anos pela legalização e hoje é assessora do governo uruguaio. De acordo com ela, há diversos especialistas participando da regulamentação da lei. (linhas 226-228, grifo nosso).

Seguindo os pressupostos de Calsamiglia e López Ferrero (2003), podemos afirmar que o L1/E1 faz uso de uma citação inserida: a palavra da voz convocada é trazida para o discurso principal por meio de um marcador, que assume a função de atribuir palavras a essa voz – não literalmente, já que não há sinais gráficos de citação –, sem qualquer verbo introdutor.

Por meio do DRM, a voz individual e determinada, de governo (Raquel Peyraube) é a fonte da informação – l2/e2. É a voz da autoridade, mediatizada, que assume a responsabilidade pelo conteúdo expresso no excerto. Como também se posiciona Desclés (2009, p. 44), as enunciações mediativas “[...] expressam certo desengajamento por parte do enunciador. O enunciador, como o locutor, assume um conteúdo proposicional sem engajar-se na verdade que enuncia”.

Para finalizar o texto e cotejar mais informações de órgãos e instituições de governo, como representação individual, que não se enuncia em seu próprio nome, a voz privilegiada no excerto [R3-E32] é de representante de um país em que a maconha é legalizada – o Uruguai, na fronteira com o Brasil.

Na continuidade do excerto, ocorre a presença do DRD, marcado apenas tipograficamente pelo uso das aspas. O efeito de sentido criado é de autenticidade em relação ao dito. O L1/E1 incorpora ao seu discurso o discurso do l2/e2, procurando enfatizar que as palavras citadas foram efetivamente enunciadas pela médica Rachel Peyraube:

Exemplo (96)

[R3-E32] [...] "Os usuários vão contar com opções de alta qualidade e com preço acessível, ou plantar por conta própria, se preferirem. Nos remédios, vão constar a dosagem exata de cada componente." Por mais que parte da

população seja contra a legislação tão liberal, o posicionamento do governo é muito claro. "O Uruguai é um Estado laico. Não podemos deixar que se decida moralmente ou religiosamente o que é melhor ou pior para nós", completa a médica. (linhas 233-238, grifo nosso).

Para finalizar a análise desta subcategoria, apresentamos dois quadros que possibilitam a visualização do conjunto de tipos de discurso relatado, tanto de vozes não científicas quanto de vozes da ciência no artigo principal da R3.

A representação de uma instituição pública de fora do país, somada a todas as demais representações coletivas ou individuais e aos textos responsáveis pelos saberes manifestos ao longo do discurso, atende à intenção do L1/E1 de orientar argumentativamente seu propósito na direção de alçar a ciência ao lugar que deve ocupar, que é o de responder por questões relativas à saúde: sempre que o assunto em debate for saúde, o único critério a ser considerado deve ser a ciência.

Apresentamos, a seguir, quadros que reúnem os dados levantados referentes às duas subcategorias: (a) tipo de voz convocada e designação e (b) tipo de discurso relatado. Iniciamos com o quadro 45, que explicita o resultado alcançado em representação de voz não científica.

Quadro 45 - As subcategorias (a) e (b) em representação de voz não científica na R3

(continua)

Representação	Voz	Designação	Discurso Relatado
Coletiva Indeterminada	*se	pronome pessoal oblíquo	DRI
Coletiva determinada de governo	*Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), órgão que controla o uso de substâncias no Brasil *a Anvisa *a Anvisa *a agência	prenome e sobrenome, sigla, aposto indicando sua função e país sigla sigla primeiro nome	DI DRI DRI DRI
de comunicação social	*SUPER	nome reduzido de Superinteressante	DRI
Indivíduo de cidadão	*Norberto Fischer *Fischer	prenome e sobrenome sobrenome	DI DRD
	*Katiele Bortoli *Katiele *Katiele	prenome e sobrenome prenome prenome	DI DRD DRI
	de governo	*Dirceu Barbano, presidente da Anvisa	prenome e sobrenome, cargo ocupado na autarquia

(conclusão)

de comunicação social	*Tarso Araújo, jornalista da SUPER	prenome e sobrenome, profissão e vínculo	DI
	*o jornalista	profissão	DI
	*Tarso	sobrenome	DRD

Fonte: Elaborado pela autora.

O próximo quadro reúne o levantamento dos dados referentes às subcategorias (a) tipo de voz convocada e designação e (b) tipo de discurso relatado em representação de voz da ciência.

Quadro 46 - As subcategorias (a) e (b) em representação de voz da ciência na R3

(continua)

Representação	Voz	Designação	Discurso relatado
Coletiva indeterminada	*muitos médicos	especialista	DRI
Coletiva determinada	*os pesquisadores	atuação na ciência	DRM
	*Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP)	nome e sigla	DRI
	*a ABP	sigla	DRI
Individual determinada	*Renato Filev, biólogo da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que estuda o uso de maconha para ajudar a controlar a dependência de álcool	prenome, sobrenome, especialidade, instituição e estudo que realiza	DRD
	*Filev	sobrenome	DRD
	*o biólogo Renato Filev	especialidade, prenome, sobrenome	DRI
	*Filev	sobrenome	DRD
	*Lucas Maia, pesquisador que faz estudos com canabinoides na mesma universidade (Unifesp)	prenome, sobrenome, atividade ligada à ciência e vínculo institucional	DRD
	*José Crippa, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP)	prenome, sobrenome, instituição a que se vincula.	
	*Crippa, médico com doutorado em saúde mental.	sobrenome, especialidade, titulação acadêmica	DRD
*Elisaldo Carlini, psiquiatra, um dos mais importantes pesquisadores da maconha no Brasil	prenome, sobrenome, especialidade, reconhecimento público, atividade ligada à ciência	DRI	
*o professor Carlini	atividade profissional, sobrenome	DRI	
-	-	-	DRD
*o psiquiatra Elisaldo Carlini	especialidade, prenome, sobrenome	DRM	
-	-	-	DRD

(conclusão)

	*Luiz Fernando Tófoli, psiquiatra e pesquisador da Universidade de Campinas (Unicamp) *psiquiatra -	nome completo, especialidade, vínculo institucional especialidade -	DI DRI DRD
	*Amanda Reiman, psicóloga norte-americana, gestora de políticas sobre drogas e especialista em redução de danos, da Califórnia *ela *a psicóloga Amanda *Amanda	prenome, sobrenome, especialidade, nacionalidade, cargo, especialidade em estado americano pronomes pessoais especialidade, prenome prenome	DRI DRD DRI DRD DRD
	*Raquel Peyraube, médica, assessora do governo do Uruguai, que há duas décadas trabalha pela legalização da planta *ela - *Peyraube - *a médica	prenome, sobrenome, especialidade, cargo no governo, tempo de atuação pronomes pessoais - sobrenome - especialidade	DRI DRM DRD DRD DRD DRD
Texto	*manifesto contra a legalização *o texto	produto do trabalho (liderado pela ABP) produto do trabalho	DRD DRI
	*manifesto *o texto	produto do trabalho (liderado por pesquisador) produto do trabalho	DI DRD

Fonte: Elaborado pela autora.

A diversidade de vozes evocadas, no artigo principal da R3, com diferentes tipos de designação e posição, demonstrando que o PdV pelo conteúdo da informação é delegado a outrem e que o L1/E1 não é a fonte primeira da informação, pode levar-nos a pensar que este esteja isento de RE. Ou essa opção estratégica seria um recurso para configurar a orientação argumentativa (ADAM, 2011) que pretende imprimir à sua matéria? É a resposta a esse questionamento que estamos buscando.

4.3.3 Tipo de Verbo Introdutor de Discurso Relatado: subcategoria (c)

Iniciamos o estudo desta subcategoria (c) pelo levantamento de verbos introdutores de discurso relatado na R3–*Maconha: remédio proibido*. Paralelamente, fazemos a distinção entre os tipos de representação de voz não científica e de voz da ciência. A par dessa distinção, investigamos em que tipo de discurso ocorrem, para, posteriormente, procedermos a

uma análise qualitativa, sob dois aspectos, conforme Thompson e Yiyun (1991): seu potencial denotativo e seu potencial avaliativo, tanto daqueles verbos associados a vozes não científicas quanto daqueles associados a vozes da ciência. Posteriormente, procuramos interpretar essa opção estratégica do L1/E1, levando em conta o estudo de Alrahabi e Desclés (2009), bem como de Desclés (2009, 2016) e de Desclés e Guentchéva (1997) para aferir o grau de engajamento do L1/E1.

No quadro 47, podemos conferir a distribuição dos verbos introdutores no DRD associados à forma prototípica e ao respectivo verbo, em representação de voz não científica.

Quadro 47 - Verbo introdutor em DRD em voz não científica na R3

Voz	Forma prototípica	Verbo introdutor
Norberto Fischer	“...” Introdutor X.	contar (l. 46)
Katiele Bortoli	“... Introdutor X. “...” Introdutor.	comemorar (l. 51) completar (l. 52)
a agência (Anvisa)	Introdutor: “...”.	complementar (l. 95)
Tarso Araújo	“...”, Introdutor X. “...”, Introdutor X.	contar (l. 58) lembrar (l. 68)

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro 48 mostra a relação de verbos introdutores empregados no DRI em representação de voz não científica.

Quadro 48 - Verbo introdutor em DRI em voz não científica na R3

Voz	Verbo introdutor
SUPER	contar (l. 4)
Katiele	contar (l. 46) contar (l. 54)
o presidente da Anvisa	anunciar (l. 37)
a Anvisa	alegar (l. 75)
a Anvisa	afirma (l. 91)
a agência	informar (l. 94)
se	falar (l. 185)

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à representação de voz não científica, constatamos a presença do verbo *contar* em 3 (três) delas, sendo 2 (duas) em DRD. Os demais verbos arrolados ocorrem uma única vez nessa forma de representação.

Quanto à posição, predomina a colocação do verbo introdutor no final da citação – 4 (quatro) empregos. Há incidência de citação integrada, comum em texto midiático, conforme Calsamiglia e López Ferrero (2003).

Nos quadros 49 e 50 que seguem, mostramos o levantamento dos verbos introdutores, distribuídos por tipo de discurso relatado em representação de voz da ciência na R3.

Quadro 49 - Verbo introdutor em DRD em voz da ciência na R3

Voz	Forma prototípica	Verbo introdutor
Renato Filev	“...”, Introdutor X. “...”, Introdutor. “...” Introdutor X. “...”, Introdutor X.	contar (l. 101) ironizar (l. 109) criticar (l. 117) lamentar (l. 129)
Luiz Fernando Tóffoli	“...” Introdutor.	explicar (l. 155)
Elisaldo Carlini	“...” Introdutor. “...” Introdutor. “...”.	esclarecer (l. 169) lembrar (l. 193)
Amanda Reiman	“...” Introdutor X. “...” Introdutor X	contar (l. 210) alertar (l. 224)
Raquel Peyraube	“...” Introdutor X “...” Introdutor X “...” “...” Introdutor X	explicar (l. 229) apontar (l. 232) - completar (l. 238)
o texto (manifesto liderado por pesquisador) manifesto	“...” Introdutor X. Introdutor: “...”.	apontar (l. 152) constar (l. 134)

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 50 - Verbo introdutor em DRI em voz da ciência na R3

Voz	Verbo introdutor
Associação Brasileira de Psicologia a ABP	rejeitar (l. 133) manifestar-se (l. 141)
Renato Filev	lamentar (l. 125)
Luiz Fernando Tóffoli	comentar (l. 152)
Elisaldo Carlini	salientar (l. 191)
Amanda Reiman	garantir (l. 176) criticar (l. 179)
o texto (liderado pela ABP)	afirmar (l. 138)
muitos médicos	acreditar (l. 130)

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 51 - Marcas que evidenciam DRM em voz da ciência na R3

Voz	Verbo introdutor	conector
Elisaldo Carlini	contar	como (l. 191)
os pesquisadores	-	para (l. 100)
Raquel Peyraube	-	de acordo com (l. 227)

Fonte: Elaborado pela autora.

O levantamento que efetuamos dos verbos introdutores relacionados à representação de voz da ciência mostra que o verbo *contar* se repete em 3 (três) delas, sendo uma em DRM e as outras em DRD. Duas ocorrências são dos verbos *lamentar* e *criticar*, uma em DRD e uma em DRI. Os demais verbos apresentam apenas uma ocorrência nessa forma de representação. Em relação à posição do verbo introdutor, há prevalência de emprego em final de citação (nove empregos); visualizamos também a presença de citação integrada e de verbo introdutor na posição inicial,

Com base em Thompson e Yiyun (1991), retomamos o exame desse conjunto de verbos em representação de voz tanto não científica quanto da ciência por seu potencial denotativo, da mesma forma como procedemos com a R1 e a R2. Com relação a esse potencial, para os linguistas, são duas as classificações de verbos associadas a um ato do L1/E1. Um ato do L1/E1 transfere, mediante um verbo introdutor, a responsabilidade pela informação citada para a voz citada; na classificação de ato do L1/E1, os verbos nos quais o L1/E1 posiciona o l2/e2 sob certa perspectiva, que podem ser distribuídos, segundo os linguistas, da seguinte maneira:

- a) por *comparação* ou por *contraste*. Nessa classificação, não identificamos verbo que evidencie um caráter denotativo de não concordância, de oposição, na voz de uma representação da ciência;
- b) por *teorização*, classificação que abarca os verbos que indicam certa atitude teórica, reflexiva. Os verbos *esclarecer*, *explicar* e *salientar* são exemplos com esse potencial em voz da ciência.

Conforme já mencionamos nas análises anteriores, Oliveira (2005), a quem também nos alinhamos neste trabalho, propõe uma nova classificação para os verbos que expressam certa *atitude*, certo comportamento de l2/e2, atribuído a ele pelo L1/E1. Essa atribuição denotativa de atitude pode manifestar a própria interpretação que L1/E1 faz das palavras da voz cuja informação privilegia. Esse grupo de verbos é o que apresenta maior incidência na

R3. Constituem exemplos, em representação não científica, de atos de *atitude* de L1/E1 sobre o posicionamento manifestado por I2/e2: *alegar* e *comemorar*.

Em representação de voz da ciência, também encontramos verbos com potencial denotativo de uma *atitude* de L1/E1 sobre o posicionamento manifestado por I2/e2 acerca do tema do artigo principal em debate: *alegar* e *comemorar* em representação de voz não científica; *alertar*, *criticar*, *ironizar*, *lamentar*, *manifestar-se*, *rejeitar* em representação de voz da ciência.

Observamos que a incidência do tipo de verbo expressando *atitude* do L1/E1 sobre o posicionamento manifestado pelo I2/e2 é relevante no discurso da R3. O L1/E1, ao optar pela estratégia de empregar em uma citação um verbo que revele o posicionamento da voz evocada, faz mais do que representar a atitude linguística tomada por essa voz. Ele manifesta sua própria interpretação da atitude comportamental assumida pelo I2/e2. É isso que os exemplos identificados na R3 revelam em representação tanto de voz não científica quanto de voz da ciência frente ao tema: o uso medicinal da maconha.

Thompson e Yiyun (1991), no que se refere a *atos do I2/e2*, ainda no potencial denotativo, indicam três classificações expressas por verbos introdutores: textual, mental e de pesquisa:

- a) na classificação *textual*, situam-se os verbos relacionados a processos que, necessariamente, envolvem uma expressão verbal. Exemplos de verbos dessa categoria podem ser conferidos a seguir, na representação de voz não científica: *afirmar*, *anunciar*, *complementar*, *contar*, *falar*, *informar*. Nas representações de voz da ciência, os exemplos são *afirmar*, *apontar*, *comentar*, *contar*, *constar*, *garantir*. O verbo *contar* é usado sete vezes no discurso da R3, sendo quatro delas em representação de vozes não científicas;
- b) na classificação *mental*, situam-se verbos relacionados a processos psicológicos, de reflexão ou de percepção, segundo Thompson e Yiyun (1991). Verbos que ilustram a presença dessa categoria são *acreditar*, *completar* e *lembrar* em representação da ciência. Os verbos *completar* e *lembrar*, em representação de voz não científica;
- c) na classificação de *pesquisa*, os verbos introdutores vinculam-se a uma pesquisa, a uma investigação. Não são encontrados no discurso da R3 verbos dessa classificação, apesar de o artigo principal abordar um tema sobre o qual há pesquisa, em âmbito tanto nacional quanto internacional.

Para tratar do *potencial avaliativo* dos verbos introdutores, Thompson e Yiyun (1991) esclarecem que são verbos que indicam a apreciação que o L1/E1 faz das vozes que convoca

em seu discurso, o que pode contribuir para a orientação argumentativa desejada por ele. Como referem os autores, todos os verbos possuem tanto potencial denotativo quanto potencial avaliativo, por isso serão retomados, em nossa análise, segundo a classificação em que se inserirem.

Os verbos que indicam um processo de avaliação de posicionamento do I2/e2 (THOMPSON; YIYUN, 1991) evidenciam que o I2/e2 pode ser representado, como:

- a) *positivo*, isto é, demonstrando conhecimento sobre o assunto e segurança em dar informação. São exemplos, destacados no discurso da R3 e já mostrados quando abordamos seu potencial denotativo, os verbos *explicar* e *salientar* em voz da ciência;
- b) *neutro*, que é um tipo de posicionamento representado de tal forma que o I2/e2 não demonstra excessiva segurança sobre a veracidade da informação nem dúvida a seu respeito: o verbo *lembrar*, em ambas as representações, exemplifica este posicionamento na R3;
- c) *negativo*, classificação da qual não foram registradas ocorrências no artigo principal da R3.

Outro grupo de verbos que representam posicionamento do L1/E1 sobre a veracidade da informação citada são os que abarcam posicionamento fatural, contrafatural e não fatural.

- a) é *fatural*, quando o L1/E1 apresenta a informação como um fato e se compromete com a veracidade desse fato: *afirmar*, *esclarecer*, *garantir* e *informar* são exemplos na R3 em voz da ciência; em voz não científica, os verbos *afirmar* e *informar*;
- b) é *contrafatural*, se a informação dada for incorreta ou imprecisa. Não identificamos exemplos desse posicionamento na R3;
- c) é *não fatural*, quando o L1/E1 é representado como não estando seguro da informação. Podemos mencionar, como forma de posicionamento do L1/E1 não fatural, o verbo *acreditar* em representação de voz da ciência.

Para abordar a atitude do I2/e2 sobre a informação citada e sobre sua veracidade, o L1/E1 também pode valer-se, estrategicamente, de verbos introdutórios que indiquem a *interpretação que faz do discurso do I2/e2*. Thompson e Yiyun (1991), nesse sentido, apontam para verbos como *complementar* e *completar*, que revelam a interpretação do L1/E1 sobre a elaboração do discurso do I2/e2, em representação de voz não científica. Em voz da ciência, o verbo *comentar*.

O L1/E1 pode, igualmente, escolher fazer uso de verbos que remetam a *comportamento do l2/e2*, não a seu discurso. No discurso da R3, identificamos como exemplos os verbos *alertar* e *comemorar* em voz não científica: *alertar*, *criticar*, *ironizar*, *lamentar*, *manifestar-se*, *rejeitar* em voz da ciência. Esses verbos foram apresentados quando abordamos o potencial denotativo dos verbos introdutores. Como sugere Oliveira (2005), nós os incluímos em uma nova classificação: verbos com potencial denotativo de *atitude de l2/e2*.

Em relação à interpretação de L1/E1 do *status da citação*, identificamos o verbo *anunciar* em representação de voz não científica

Por fim, Thompson e Yiyun (1991) propõem como classificação, a partir da sua investigação, a de potencial avaliativo em que há *não interpretação do L1/E1*, nos termos propostos por eles. Optamos por conceber como classificação em que a interpretação não é manifesta e incluímos aqui o verbo *contar* (em ambas as formas de representação), de maior incidência, que pode ser justificada por se tratar de reportagem que comunica tema da ciência, a qual obtém informação mediante o relato de fontes. Ocorre também o verbo *falar* em voz não científica. Na voz da ciência, os verbos *apontar* e *constar*.

Nos quadros 52 e 53, a seguir, encaminhando-nos para finalizar esta subseção, mostramos a ocorrência dos verbos introdutores na R3, distribuídos por representações de voz não científica e da ciência.

Quadro 52 - Potencial do verbo introdutor em voz não científica na R3

Potencial Denotativo		Potencial Avaliativo		
Atos do L1/E1	Atos do l2/e2	Posicionamento do l2/e2	Posicionamento do L1/E1	Interpretação do L1/E1
1.Comparação ou contraste -	1.Textual <i>afirmar</i> <i>anunciar</i> <i>contar</i>	1.Positivo -	1.Fatual <i>afirmar</i> <i>informar</i>	1.Do discurso do l2/e2 <i>completar</i>
2.Teorização -	<i>falar</i> <i>informar</i>	2.Negativo -	2.Contrafactual -	2.Do comportamento do l2/e2 <i>alegar</i> <i>comemorar</i>
3.Atitude <i>alegar</i> <i>comemorar</i>	2.Mental <i>completar</i> <i>lembrar</i>	3.Neutro <i>lembrar</i>	3.Não fatual -	3.Do <i>status</i> da citação <i>anunciar</i>
	3.Pesquisa -			4.Não interpretação <i>contar</i> <i>falar</i>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Thompson e Yiyun (1991) e em Oliveira (2005).

Os resultados apresentados no quadro 52 revelam a predominância de verbos introdutores com potencial denotativo de atos do I2/e2 com caráter textual (sete verbos), seguido de potencial denotativo de atos do L1/E1 de atitude e de teorização. Não encontramos exemplos de atos do L1/E1 indicando comparação ou contraste, nem de teorização, nem de atos do I2/e2 relacionados a uma pesquisa.

Em relação ao potencial avaliativo dos verbos introdutores, predominam verbos de não interpretação do comportamento do L1/E1, seguidos de interpretação do L1/E1 do discurso do I2/e2 e do comportamento do I2/e2. Não há incidência de verbos de potencial avaliativo do posicionamento do I2/e2 como negativo, nem como neutro; do posicionamento do L1/E1 como contrafactual, nem como não fatural; de interpretação do L1/E1 do *status* da citação.

Quadro 53 - Potencial do verbo introdutor em voz da ciência na R3

Potencial Denotativo		Potencial Avaliativo		
Atos do L1/E1	Atos do I2/e2	Posicionamento do I2/e2	Posicionamento do L1/E1	Interpretação do L1/E1
1.Comparação ou contraste -	1.Textual <i>afirmar</i> <i>apontar</i> <i>comentar</i>	1.Positivo <i>explicar</i> <i>salientar</i>	1.Fatural <i>afirmar</i> <i>esclarecer</i> <i>garantir</i> <i>informar</i>	1.Do discurso do I2/e2 <i>comentar</i>
2.Teorização <i>esclarecer</i> <i>explicar</i> <i>salientar</i>	<i>contar</i> <i>constar</i> <i>garantir</i>	2.Negativo -	2.Contrafactual -	2.Do comportamento do I2/e2 <i>alertar</i> <i>criticar</i> <i>ironizar</i>
3. Atitude <i>alertar</i> <i>criticar</i> <i>ironizar</i> <i>lamentar</i> <i>manifestar-se</i> <i>rejeitar</i>	2.Mental <i>acreditar</i> <i>completar</i> <i>lembrar</i>	3.Neutro <i>lembrar</i>	3.Não fatural <i>acreditar</i>	<i>lamentar</i> <i>manifestar-se</i>
	3.Pesquisa -			3.Do <i>status</i> da citação -
				4.Não interpretação <i>apontar</i> <i>contar</i> <i>constar</i>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Thompson e Yiyun (1991) e em Oliveira (2005)

Observamos, no quadro 53, certo equilíbrio no emprego de verbos introdutores de citação na R3. Com o mesmo número, observamos verbos com potencial denotativo de atos do L1/E1 indicando teorização e atitude, bem como de atos do I2/e2 de categorias textual e mental. Não encontramos exemplos de atos do L1/E1 indicando comparação ou contraste nem de atos do I2/e2 relacionados a uma pesquisa.

Em relação ao potencial avaliativo dos verbos introdutores, predominam verbos de interpretação do L1/E1 do comportamento do I2/e2. Não há incidência de verbos de potencial

avaliativo do posicionamento do l2/e2 como negativo ou neutro, nem do posicionamento do L1/E1 como contrafactual, nem como de interpretação do L1/E1 do *status da citação*.

Os quadros que seguem possibilitam melhor visualização dos dados coletados nesta reportagem até o momento, em relação à análise das subcategorias (a), (b) e (c).

Quadro 54 - As subcategoria (a), (b) e (c) em representação de voz não científica na R3

Representação	Voz	Designação	Discurso relatado	Verbo introdutor
Coletiva Indeterminada	*se	pronome pessoal oblíquo	DRI	falar
Coletiva determinada de governo	*Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), órgão que controla o uso de substâncias no Brasil *a Anvisa * a Anvisa *a agência -	prenome , sobrenome, aposto indicando função, país sigla sigla primeiro nome -	DI DRI DRI DRI DRI	alegar afirmar informar complementar
de comunicação social	*SUPER	nome reduzido de Superinteressante	DRI	contar
Indivíduo de cidadão	*Norberto Fischer *Fischer	prenome, sobrenome sobrenome	DI DRD	contar
	*Katiele Bortoli *Katiele -	prenome, sobrenome prenome -	DI DRD	comemorar completar
	*Katiele	prenome	DRI	contar
de governo	*Dirceu Barbano, presidente da Anvisa	prenome, sobrenome, cargo ocupado na autarquia	DRI	anunciar
de comunicação social	*Tarso Araújo, jornalista da SUPER	prenome e sobrenome, profissão, vínculo profissional	DI	
	*o jornalista	profissão	DRD	contar
	*Tarso	sobrenome	DRD	lembrar

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 55 - As subcategorias (a), (b) e (c) em representação de voz da ciência na R3

(continua)

Representação	Voz	Designação	Discurso relatado	Verbo introdutor
Coletiva indeterminada	*muitos médicos	categoria de especialista	DRI	acreditar
Coletiva determinada	*Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP)	nome da instituição, sigla	DRI	rejeitar
	*a ABP	sigla	DRI	manifestar-se
	*os pesquisadores	atuação acadêmica	DRM	
Individual determinada	*Renato Filev, biólogo da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que estuda o uso de maconha para ajudar a controlar a dependência de álcool	prenome, sobrenome, especialidade, instituição de vínculo, estudo que realiza	DRD	contar
	*Filev	sobrenome	DRD	criticar
	*o biólogo Renato Filev	especialidade, prenome, sobrenome	DRI	lamentar
	*Filev	sobrenome	DRD	lamentar
	*Lucas Maia, pesquisador que faz estudos com canabinoides na mesma universidade (Unifesp)	prenome, sobrenome, atividade ligada à ciência, vínculo institucional	DI	
	-	-	DRD	ironizar
Individual determinada	*José Crippa, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP)	prenome, sobrenome, instituição a que se vincula.	DI	
	*Crippa, médico com doutorado em saúde mental.	sobrenome, especialidade, titulação acadêmica	DRD	contar

(continuação)

	<p>*Elisaldo Carlini, psiquiatra, um dos mais importantes pesquisadores da maconha no Brasil</p> <p>* o professor Carlini</p> <p>-</p> <p>*o psiquiatra Elisaldo Carlini</p> <p>-</p>	<p>prenome, sobrenome, especialidade, reconhecimento público, atividade ligada à ciência</p> <p>profissão, sobrenome</p> <p>-</p> <p>especialidade, prenome, sobrenome</p> <p>-</p>	<p>DRI</p> <p>DRI</p> <p>DRD</p> <p>DRM</p> <p>DRD</p>	<p>considerar</p> <p>salientar</p> <p>esclarecer</p> <p>contar</p> <p>lembrar</p>
	<p>*Luiz Fernando Tófoli, psiquiatra e pesquisador da Universidade de Campinas (Unicamp)</p> <p>*o psiquiatra</p> <p>-</p>	<p>nome completo, especialidade, vínculo institucional</p> <p>especialidade</p> <p>-</p>	<p>DI</p> <p>DRI</p> <p>DRD</p>	<p>comentar</p> <p>explicar</p>
	<p>*Amanda Reiman, psicóloga norte-americana, gestora de políticas sobre drogas e especialista em redução de danos, da Califórnia</p> <p>-</p> <p>*ela</p> <p>*a psicóloga Amanda</p> <p>*Amanda</p>	<p>prenome, sobrenome, profissão, nacionalidade, cargo, especialidade em estado americano</p> <p>-</p> <p>pronome pessoal</p> <p>profissão, prenome</p> <p>prenome</p>	<p>DRI</p> <p>DRD</p> <p>DRD</p> <p>DRI</p> <p>DRD</p> <p>DRD</p>	<p>garantir</p> <p>esclarecer</p> <p>criticar</p> <p>contar</p> <p>alertar</p>

(conclusão)

	*Raquel Peyraube, médica, assessora do governo do Uruguai, que há duas décadas trabalha pela legalização da planta *ela - *Peyraube - *a médica	prenome, sobrenome, especialidade, cargo no governo, tempo de atuação em oração adjetiva pronomes pessoais - sobrenome - especialidade	DI DRM DRD DRD DRD DRD	 explicar apontar completar
Texto	*manifesto *o texto	produto do trabalho (liderado pela ABP) produto do trabalho	DRD DRI	constar afirmar
	*manifesto *texto	produto do trabalho (por pesquisador) produto do trabalho	DI DRD	apontar

Fonte: Elaborado pela autora.

Na análise desta subcategoria na R3, os resultados apontam para as seguintes escolhas feitas pelo L1/E1 no discurso da terceira reportagem: os verbos *criticar*, *explicar* e *lamentar* ocorrem duas vezes cada um; o verbo *contar*, três vezes. Diferentemente das reportagens anteriores, há um número maior de verbos que podem ser associados a atos do L1/E1 sobre a atitude de I2/e2, como *alertar*, *criticar*, *lamentar*, *ironizar*, *manifestar-se*, *rejeitar*. Todas as escolhas revelam o modo como o L1/E1 gerencia o PdV, modulando sempre o grau de engajamento do I2/e2.

A visualização do quadro 55 também nos permite buscar em Alrahabi e Desclés (2009) e em Desclés (2009) apoio para examinar o grau de força do engajamento tanto do L1/E1 quanto do I2/e2 no conteúdo proposicional de que são a origem.

Alrahabi e Desclés (2009), a partir de sua pesquisa, distinguiram diferentes tipos de relações entre o I2/e2 e seu colocutor no interior do DRD. Uma delas é a relação entre ambos em conexão com a verdade do conteúdo predicativo – I2/e2 assume o conteúdo predicativo e o propõe a seu colocutor, sob modalidades expressas por marcadores como o verbo *contar*. Esse verbo, que ocorre com maior expressão, é usado também pelo cientista Elizaldo Carlini em citação integrada com o verbo *lembrar*, o que situa os enunciados em que eles aparecem à direita na escala, na direção de maior grau de engajamento, antes apenas da asserção – *prise en charge* da verdade.

Como *prise en charge* de verdade inquestionável, o grau máximo de engajamento na verdade do conteúdo proposicional do enunciado, há 1 (uma) incidência do verbo *afirmar* em voz impersonalizada: o manifesto liderado pela Associação Brasileira de Psicologia, instituição médica contrária à liberação da maconha para uso medicinal; na voz da psicóloga norte-americana, Amanda Reiman, gestora de políticas sobre drogas e especialista em redução de danos em um estado em que a maconha medicinal é legalizada, o verbo *garantir* revela que, como I2/e2, ela se engaja completamente na verdade do conteúdo do seu dizer.

A voz da psicóloga Amanda Reiman é convocada mais vezes no discurso do L1/E1 e seu discurso é modulado pelo L1/E1, de um grau de menor engajamento a um grau de maior engajamento com a verdade do conteúdo proposicional (marcado pelo verbo *garantir*, em DRI). É a essa voz que o L1/E1, em seu discurso, atribui maior prestígio e legitimidade.

Na continuidade do discurso, como I2/e2, a psicóloga ainda retoma o que denominou *alternativas* no cotexto anterior. O verbo introdutor *esclarecer* indica assunção do conteúdo enunciado e engajamento em grau menor, modulado em relação ao cotexto anterior pelo L1/E1. Depois, ao optar pelo verbo introdutor *criticar*, estabelece uma relação apreciativa com um saber recontextualizado pelo L1/E1: “[...] há resistência à maconha, mas, nas

farmácias, há medicamentos legalizados que causam as mesmas reações mentais [...]” (linhas 180-181, grifo nosso).

Essa mesma voz ainda é inserida no discurso com os verbos introdutórios *contar* e *alertar* em DRD, com os quais novamente assume o conteúdo proposicional; no caso de *alertar*, observamos a relação com uma verdade, exercida por ela, como I2/e2, sobre o leitor leigo: “Essas informações não são ensinadas nas escolas de medicina, então os médicos não são expostos a todo conteúdo científico que já foi produzido em torno da maconha” (linhas 221-223, grifo nosso).

O verbo *explicar*, de popularização, aparece na voz do psiquiatra e cientista Luiz Fernando Tóffoli, que escreveu um manifesto a favor da legalização da droga e obteve a assinatura de cem médicos, de várias especialidades e pontos do país, em favor de sua causa; e de Raquel Peyraube, assessora do governo do Uruguai, que trabalha pela legalização da planta. No excerto que segue, o L1/E1 imputa o conteúdo proposicional à médica, uma *quasi-prise en charge* da verdade, marcada pelo conector *de acordo com*; depois essa voz assume o PdV em DRD, com o verbo *explicar* (ALRAHABI; DESCLEÉS, 2009): “*De acordo com ela, há diversos especialistas participando da regulamentação da lei. ‘Nós estamos definindo como será feito desde o cultivo até a exportação’, explica*” (linhas 228-229, grifo nosso).

Como *prise en charge* de modalidade apreciativa, em que o locutor exprime um juízo de valor (positivo ou negativo) acerca do que enuncia, encontramos verbos como *lamentar* (2 vezes), *criticar*, *rejeitar*, *ironizar*. Estão em enunciados com valor de certeza, em que expressam um juízo de valor apreciativo, mais à direita na escala, na direção do maior grau de engajamento. Exemplificamos com a voz do biólogo Renato Filev, que estuda o uso da maconha para ajudar a controlar a dependência de álcool: “O problema é a falta de controle na qualidade do material repassado para as pesquisas. ‘Não tem rigor farmacêutico. Uma vez, pedimos cocaína e eles nos enviaram pasta base’, critica Filev” (linhas 115-117, grifo nosso). Para Alrahabi e Desclés (2009), trata-se da expressão de uma atitude de avaliação subjetiva de I2/e2 relativamente à situação de que fala.

Identificamos três enunciados mediatizados no artigo principal da R3, com imputação do PdV ao L2/e2. Um exemplo é “Antes disso, os médicos prescreviam maconha em suas receitas, *como* conta o psiquiatra Elisaldo Carlini” (linha 190-191, grifo nosso). No excerto, também encontramos o emprego do verbo *contar* atribuído a essa voz, uma opção do L1/E1. Trata-se de uma estratégia que situa o enunciado em um grau de engajamento menor.

Finalizando esta etapa de análise, a distribuição dos verbos na R3, na escala de força de engajamento (ALRAHABI; DESCLÉS, 2009) – do maior grau (a) até o menor grau (f), é apresentada a seguir:

- a) *prise en charge da verdade*, com *asserção*, em que o L1/E1 explicita seu engajamento completo na verdade daquilo que enuncia: o verbo afirmar com 2 (duas) ocorrências; além disso, o verbo garantir;
- b) *prise en charge* com *modalidade de julgamento* (apreciativa ou intersubjetiva):
 - *intersubjetiva*, a propósito do conteúdo predicativo: contar, explicar e lembrar; com relação a uma apreciação manifestada pelo I2/e2: alertar, criticar, ironizar, lamentar e rejeitar. Destacamos que o verbo *contar* predomina nesta reportagem: 5 (cinco) ocorrências;
 - com modalidade pela qual L1/E1 descreve a *organização do discurso* do I2/e2: constar;
- c) *simples prise en charge, negociável*: o verbo dizer, com duas ocorrências no discurso do L1/E1, indicando não haver engajamento completo no conteúdo do enunciado;
- d) *prise en charge* com *modalidade do dizer*. O L1/E1 reproduz indiretamente (com eventuais variações e interpretações pessoais) o dizer do I2/e2, acrescentando, às vezes, um julgamento pessoal: com verbos como apontar, comentar, manifestar-se, salientar;
- e) *prise en charge* da *plausibilidade* em enunciação mediatizada: desengajamento parcial do enunciador face ao conteúdo predicativo assumido, mediante conector de conformidade. São 3 (três) ocorrências;
- f) *prise en charge* da *possibilidade* e da *probabilidade*, com julgamento modal epistêmico de incerteza: verbo *acreditar*, em 1 (uma) ocorrência.

Finalizando, no artigo principal da R3, o L1/E1 gerencia as vozes que convoca e modaliza o seu grau de engajamento no discurso. As marcas de *prise en charge* da plausibilidade, em que se enuncia por meio de enunciados mediatizados, imputando o PdV a outrem (I2/e2); o emprego, em menor quantidade, de verbos marcadores de *prise en charge* com modalidades de dizer; a opção por marcas representativas de modalidades intersubjetivas, quando os cientistas se manifestam sobre a burocracia da Anvisa e falta de apoio de seus pares; a escolha, para duas vozes distintas, da *prise en charge* da verdade inquestionável, atribuindo-lhes o PdV, anunciam a assunção de uma postura de sobre-enunciador por parte do L1/E1. Esse tipo de postura, além do apagamento enunciativo são detalhados na subseção 4.3.4.

4.3.4 Tipo de Postura e Apagamento Enunciativo: subcategoria (d)

Nesta etapa de análise, procuramos observar outras estratégias empregadas por L1/E1, as quais o colocam na posição de sobre-enunciador para orientar argumentativamente a leitura tendo em vista seu propósito comunicativo. Valemo-nos, para esta análise, dos estudos de Marnette (2004), que se apoia nos trabalhos de Rabatel (2004) sobre apagamento enunciativo.

O artigo principal da R3–*Maconha: remédio proibido* é escrito em terceira pessoa do singular, em que o L1/E1 mantém certo distanciamento em relação ao tema de que trata. Evita apelar ao leitor ou incluí-lo no discurso mediante marcas explícitas, como perguntas ou com o emprego da primeira pessoa do plural, por exemplo.

Dentre as estratégias adotadas pelo L1/E1, além da opção por terceira pessoa do singular, podemos identificar ocorrências em que emite comentários, traz exemplos ou explicita seu próprio discurso, conduzindo o discurso na direção desejada por ele. Vejamos o excerto que segue:

Exemplo (97)

[R3-E33] Era amplamente utilizada na Mesopotâmia, na Pérsia, na Índia, na China, para tratar as mais diversas doenças, há mais de 5 mil anos - e até ontem, praticamente. (linhas 187-189, grifo nosso).

O recurso empregado pelo L1/E1, ao voltar-se explicitamente sobre seu próprio discurso, são sinais de pontuação, como o travessão, conforme mostramos em [R3-E33].

O L1/E1 assume seu o papel de, na esfera da comunicação de um tema da ciência para leitores leigos, informar e explicar. Além disso, preocupa-se em captar a atenção do seu público, resolvendo, assim, o dilema de vencer a concorrência, conforme Charaudeau (2006). Podemos apontar um excerto em que populariza o saber que comunica, por meio de aposição, por exemplo, como em [R3-E34] a seguir:

Exemplo (98)

[R3-E34] Ela foi a primeira paciente no Brasil autorizada a importar o medicamento Sativex, que contém 45% de Tetra-hidrocanabinol (THC), substância psicoativa da maconha que é eficaz no alívio da dor. (linhas 84-86, grifo nosso).

A preocupação em aproximar-se de seu leitor também é marcada no emprego de uma expressão coloquial, uma gíria conhecida e empregada, principalmente por alguns consumidores desta planta:

Exemplo (99)

[R3-E35] Apesar de o CBD estar em evidência por não "dar barato", o THC também tem importantes propriedades medicinais, como o alívio de dores, náuseas, aumento do apetite e melhora do paladar, devolução da qualidade do sono, dentre outros benefícios. (linhas 170-172, grifo nosso).

O emprego de aspas, em [R3-E35], marca igualmente que a expressão pode ser empregada em um sentido que não é denotativo, mas associado ao efeito provocado pelo consumo da planta. Por outro lado, o L1/E1 também mantém, no seu discurso, o discurso da ciência, sem recontextualizá-lo, com o propósito de, podemos dizer, dar confiabilidade ao saber que comunica em DI:

Exemplo (100)

*[R3-E36] Outros dois casos terminaram em morte. Um deles é o do menino Gustavo, de 1 ano, que sofria com **a síndrome de Dravet**. (linhas 86-87, grifo nosso).*

A síndrome de Dravet, mencionada nesse cotexto, não vem explicitada no discurso do artigo principal, todavia, no cotexto, é possível que o leitor que tenha familiaridade com a abordagem dada ao tema, reconheça o significado dessa doença.

Além dessas opções estratégicas assumidas pelo L1/E1, as quais evidenciam o modo como organiza e conduz o discurso, podemos dizer que ele se constitui como sobre-enunciador, considerando a contribuição de Marnette (2004) para o discurso da imprensa. Para ela, a postura do L1/E1 enquanto sobre-enunciador se manifesta, de um ponto de vista linguístico e discursivo, de diversas maneiras, as quais listamos a seguir, a partir do que identificamos no discurso da R3.

a) O L1/E1 emite comentário sobre o discurso do l2/e2. No artigo principal da R3, igualmente podemos encontrar exemplos que apontam para o fato de o L1/E1 assumir a postura de sobre-enunciador, quando emite comentário, dá exemplo ou acrescenta informação ao discurso de l2/e2. Vejamos os excertos que seguem:

Exemplo (101)

[R3-E37] *"É responsabilidade do governo proteger a população dos perigos da ilegalidade, como a péssima qualidade da maconha do tráfico e o crime organizado", aponta Peyraube. **A ideia é criar um produto competitivo, com todos os processos sendo controlados pelo Estado.** "Os usuários vão contar com opções de alta qualidade e com preço acessível, ou plantar por conta própria, se preferirem. (linhas 230-234, grifo nosso).*

Exemplo (102)

[R3-E38] *"Do meio do ano para cá, a Anvisa clareou os trâmites, ficou mais fácil importar", conta o biólogo Renato Filev, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que estuda o uso de maconha para ajudar a controlar a dependência de álcool. **O processo de importação era tão complicado e caro que não valia a pena.** (linhas 100-104, grifo nosso).*

b) *O L1/E1 apaga a origem do l2/e2.* Observamos, no discurso da R3, a ausência de referências precisas às fontes. Esse recurso se manifesta no artigo principal da reportagem mediante o emprego da impessoalidade, como evidencia o exemplo que segue:

Exemplo (103)

[R3-E39] *Dá a impressão de que o assunto é novo, já que tão pouco **se falava sobre as terapias com maconha.** (linhas 185-186, grifo nosso).*

Outro recurso empregado pelo L1/E1 no discurso do artigo principal da R3 é a menção a dados resultantes de estudos ou de pesquisas sem atribuir o crédito ao respectivo pesquisador. O PdV é assumido pelo L1/E1. Vejamos [R3-E40] a seguir:

Exemplo (104)

[R3-E40] *No Estado norte-americano da Califórnia, a maconha medicinal é legalizada há 18 anos. **Dos 50 Estados americanos, 23 mais o distrito onde fica a capital Washington possuem legislação para o uso médico da planta.** (linhas 202-204, grifo nosso).*

c) *O L1/E1 apaga o querer dizer do l2/e2.* O recurso se manifesta no artigo principal da R3 mediante o emprego de ilha textual ou com verbo introdutor acompanhado de *que*, em DRI:

Exemplo (105)

[R3-E41] *O professor Carlini, inclusive, **salienta que** dependência é possível desenvolver por qualquer substância, se a pessoa estiver psicologicamente vulnerável. (linhas 165-166, grifo nosso).*

Marnette (2004) traz, além das mencionadas, algumas outras razões que levam o l2/e2 a assumir uma postura de subenunciador no discurso. São elas:

d) *O L1/E1 relata o discurso do l2/e2 quando não tem acesso direto à fonte. Trata-se de uma situação comum a textos da imprensa, que o L1/E1 resolve pela recontextualização da informação:*

Exemplo (106)

[R3-E42] *Um exemplo de instituição médica que é contra o uso medicinal da maconha é a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), **rejeitando qualquer tipo de vinculação da erva ao tratamento de pacientes**. Publicaram um manifesto, e lá consta: “Usar o falso pretexto de que a maconha faz bem é ingênuo e perverso”. (linha 132-135, grifo nosso).*

Mesmo procurada muitas vezes pela equipe da SUPER, a ABP não se manifestou sobre o assunto para a redação da reportagem, por essa razão, o conteúdo do manifesto publicado é fonte do dizer em substituição à voz da Associação, nesse contexto.

e) *O L1/E1 impersonaliza o l2/e2. No artigo principal, há ocorrências em que a origem do saber não é um indivíduo determinado, mas voz objetivada, como manifestos (em favor e contrário a) e nota divulgada na imprensa:*

Exemplo (107)

[R3-E43] *"A proibição é perversa, por prejudicar o acesso aos benefícios médicos desta planta cujos registros de uso curativo remontam há cerca de 5 mil anos", aponta **o texto**. (linhas 150-152, grifo nosso).*

f) *L1/E2 pode não ser tão importante quanto indivíduo, mas como representante de uma categoria. Nesse sentido, no discurso do artigo principal desta reportagem, a categoria mais frequente é a de pesquisadores ou médicos, tendo em vista o tema em foco:*

Exemplo (108)

*[R3-E44] Há consenso com relação aos benefícios à saúde de canabinoides isolados, mas **muitos médicos** não acreditam que maconha possa ser uma opção de tratamento. (linhas 129-130, grifo nosso).*

Em DRI, essa representação coletiva de especialista é eleita como fonte do saber. Em razão do cotexto em que aparece, a convocação coletiva é pertinente aos propósitos do L1/E1, que, posteriormente, traz a voz de um profissional em particular. A opção estratégica por citação integrada, que insere DRD após o L1/E1 se enunciar em DRI, pode indicar o nível de importância atribuído ao l2/e2, por explicitar a verdade dos problemas causados pela burocracia nos trâmites de importação, por revelar os custos e os problemas do controle de qualidade do produto que é repassado para pesquisa e por lamentar a falta de interesse de alguns profissionais e pesquisadores sobre drogas, por exemplo. No artigo principal, o l2/e2 também explica, exemplifica, comenta aquilo que o L1/E1 enuncia em cotexto imediatamente anterior, todavia quem conduz o fio do discurso é o L1/E1, tendo em vista seu projeto de fala.

No quadro 56 a seguir, podemos visualizar as estratégias adotadas pelo L1/E1 para se situar como sobre-enunciador no discurso da R3.

Quadro 56 - Evidências da postura do L1/E1 como sobre-enunciador na R3

O L1/E1 relata o discurso do outro, quando não tem acesso direto à fonte
O l2/e2 é impersonalizado
O l2/e2 pode não ser tão importante como indivíduo, mas sim como representante de uma opinião geral ou de uma categoria
O L1/E1 emite comentários, dá explicações sobre o discurso do l2/e2
O L1/E1 apaga a origem do l2/e2
O L1/E1 apaga o querer dizer do l2/e2
O L1/E1 assume o discurso em terceira pessoa
O L1/E1 emite comentários, explicações sobre seu próprio discurso
O L1/E1 populariza

Fonte: Elaborado pela autora.

Na terceira reportagem, em linhas gerais, o resultado aponta para a incidência maior de enunciadores representantes individuais da ciência, falando em nome da instituição a que se vinculam. A razão para essa estratégia pode estar no fato de o tema em discussão vincular-se à área da saúde. Além disso, constatamos que é dado, pelo produtor do texto, amplo espaço para exposição do posicionamento de representantes de órgãos governamentais, trazidos como vozes de especialistas em uma área do conhecimento científico. Por isso, a conclusão para todas as

manifestações das diferentes vozes é dada pelo L1/E1, quando encerra o artigo principal afirmando: “Quando o assunto é saúde, o único critério deve ser a ciência” (linhas 238-239).

Encaminhando-nos para o término da análise do nosso *corpus* de estudo, voltamos a Charaudeau (2008a), para olhar este texto como um todo, sob a ótica do contrato de comunicação do discurso de mediatização da ciência. Novamente, o locutor é um jornalista e o tema se repete, a saúde. O veículo é o mesmo (a revista *Superinteressante*) e o público leitor é não especializado, supostamente heterogêneo, em níveis diferentes de conhecimento. O gênero, reportagem de divulgação científica, apresenta a configuração composicional dossiê.

Também podemos acrescentar que, para o desenvolvimento de seu discurso, muitas estratégias foram consideradas pelo L1/E1, inclusive as analisadas em cada uma das subcategorias pelas quais optamos. Somada a elas, há a visada da captação, para a qual o L1/E1 usa recursos linguísticos e discursivos para o fazer compreender, procurando provocar uma reação, a de emocionar o leitor e levá-lo a assumir uma atitude frente ao tema abordado.

Por fim, salientamos, nesta análise, a importância de serem levados em conta os dados desse contrato de comunicação específico, seja por parte do seu produtor, no processo de escrita, seja pelo público a que se destina, no momento da leitura. Todos os procedimentos arrolados ao longo da análise, como pudemos comprovar, desempenham o relevante papel de argumento de autoridade, legitimando e conferindo um caráter de seriedade ao discurso do L1/E1, que gerencia suas escolhas em função de seu projeto de fala.

Finalizada a análise do artigo principal de *Maconha: remédio proibido*, terceira reportagem que constitui o nosso *corpus* de estudo, passamos à seção 4.4 Síntese dos resultados, em que fazemos o cotejamento dos dados obtidos na análise da R1, da R2 e da R3.

4.4 AS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS

Nesta seção, apresentamos nossas considerações sobre os resultados encontrados na análise do quadro pré-citação do artigo principal das três reportagens: *Medo: como vencer os seus* (R1), *A verdade sobre o glúten* (R2) e *Maconha: remédio proibido* (R3), com o propósito de reunir todos os dados para alcançar o objetivo específico (e) de *cotejar os resultados encontrados, para identificar a tendência manifesta no gênero*.

Iniciamos, retomando algumas características de nosso *corpus* de estudo que, embora seja constituído de apenas três exemplares de reportagem de divulgação científica dirigida a um público não especializado, pode apontar tendências importantes a respeito do gênero. O

quadro 57 reúne dados concernentes à situação em que ele se insere, os quais, certamente, validarão nossa análise sobre o recurso linguístico da materialização de RE.

Vejamos o quadro 57.

Quadro 57 - O *corpus* de estudo: elementos da situação de comunicação

Características	R1	R2	R3
Produtor (L1)	Jornalista de divulgação	Jornalista de divulgação	Jornalista de divulgação
Leitor	Não especializado, heterogêneo em termos de conhecimento do tema	Não especializado, heterogêneo em termos de conhecimento do tema	Não especializado, heterogêneo em termos de conhecimento do tema
Tema	Saúde: medo	Saúde: glúten	Saúde: maconha
Domínio	Midiático	Midiático	Midiático
Gênero	Reportagem com configuração composicional dossiê – artigo principal	Reportagem com configuração composicional dossiê – artigo principal	Reportagem com configuração composicional dossiê – artigo principal
Fim discursivo	Fazer saber e fazer compreender um tema da ciência	Fazer saber e fazer compreender um tema da ciência	Fazer saber e fazer compreender um tema da ciência
Suporte	Revista <i>Superinteressante</i> , impressa, ano 2014	Revista <i>Superinteressante</i> , impressa, ano 2014	Revista <i>Superinteressante</i> , impressa, ano 2014

Fonte: Elaborado pela autora.

Como já definimos no capítulo 3, nosso *corpus* de estudo abrange reportagens que foram matéria de capa da revista *Superinteressante* no ano de 2014, na versão impressa, selecionadas em razão de seu fim discursivo predominante (CHARAUDEAU, 2006): *fazer saber* ou *fazer compreender*, isto é, informar ou explicar um tema da saúde a um público jovem, segundo uma lógica ligada à verdade. Salientamos que o contrato de comunicação de midiatização da ciência, além de se situar na tensão entre essas duas finalidades, deve atender à finalidade de *fazer sentir*, ou de captação do interesse desse público e de sua fidelização.

Do conjunto de edições do ano de 2014, optamos por restringir a amostra final a três delas, respeitando o critério da temática. As reportagens escolhidas correspondem aos meses de abril, julho e outubro, por abordarem um tema comum: a saúde. A R1 – *Medo: como vencer os seus* aborda o medo que afeta a todos nós em algum momento e aponta sugestões de como nos livrar dele; a R2 – *A verdade sobre o glúten* trata o glúten sob pontos de vista distintos: vilão ou inocente?; a R3 – *Maconha: remédio proibido* relata o drama de uma família que luta para poder medicar a filha e a polêmica em torno da liberação da maconha

para fins terapêuticos. O tema abordado nas reportagens apresenta relevância social e é passível de impacto na nossa vida cotidiana; sua configuração composicional como dossiê atende à restrição da visibilidade, demandada pelo contrato de comunicação de midiaticização da ciência.

Quanto à autoria das reportagens, destacamos o fato de serem escritas por jornalistas distintos, com experiência em veículos de divulgação da ciência e cujos traços identitários os autorizam a ocupar o espaço de locução nesse contrato de comunicação. Valem-se de estratégias que cumprem com a restrição de legibilidade (CHARAUDEAU, 2008a), a fim de possibilitar uma compreensão mais imediata do tema e suscitar o interesse. Todos demonstram buscar, ao longo do discurso, a adesão do público leitor mediante os recursos que empregam. Igualmente, preocupam-se em manter uma posição hierárquica de igualdade com esse público, cujo interesse precisam captar e fidelizar.

A exposição dos resultados da análise do nosso *corpus* de estudo tem como ponto de partida a subcategoria (a) tipo de voz convocada e designação, como segue.

4.4.1 A Subcategoria (a) Tipo de Voz Convocada e Designação em R1, R2 e R3

A divulgação do conhecimento científico dirigida a um público não especializado constitui um desafio para os profissionais dos meios de comunicação. Dentre as dificuldades que enfrentam, está a integração das diferentes vozes sociais, as quais confluem em episódios de divulgação científica (cidadania, mídia, ciência, governo etc.) em reportagens que divulgam ciência com configuração composicional dossiê, como é o caso de nosso *corpus* de estudo. Como optamos por situar nossa investigação nas marcas de materialização da RE no quadro pré-citação, esta subcategoria aponta para as vozes eleitas pelo L1/E1 e o modo como são designadas, a fim de alcançar o objetivo proposto e responder à pergunta central que formulamos para esta investigação. Os quadros que seguem – de representação de voz não científica e de voz da ciência – retomam os resultados já trazidos na análise de cada reportagem, cotejando o que consta do quadro pré-citação do seu artigo principal. Vejamos o quadro 58.

Quadro 58 - A subcategoria (a) em representação de voz não científica: cotejo entre R1, R2 e R3

Reportagem	Coletivo social			Indivíduo representativo			Texto
	Indeter.	Determinada		Indeter.	Determinada		
		Gov.	Comun.		Cid.	Gov.	
R1	0	0	0	0	0	0	1
R2	3	0	0	0	1	0	1
R3	1	1	1	0	2	1	1
Total	4	1	1	0	3	1	2

Fonte: Elaborado pela autora com base em Calsamiglia e Cassany (2001).

Como mostra o quadro 58, no que diz respeito à evocação de voz não científica, ocorre maior incidência de representação de coletivo social, indeterminada na R2; na R1, essa forma de representação não aparece. Nos enunciados identificados tanto na R2 quanto na R3, observamos que o L1/E1 recorre ao uso do pronome *se* como índice de indeterminação do sujeito e à oração sem sujeito com o intuito de se distanciar da informação veiculada, seja porque tal informação pode estar associada ao desejo de manter o anonimato do l1, seja pelo desejo de manter uma atitude de neutralidade científica. Desse modo, acreditamos que essa não é uma estratégia relevante para o gênero que estamos investigando.

Na forma de representação impersonalizada texto, não encontramos esse emprego na R3. As vozes presentes na R1 e na R2 referem-se a um estudo de uma agência de publicidade e à Bíblia, respectivamente, para autenticar o que o L1/E1 enuncia em DRI. Julgamos não ser essencial a inserção dessa representação como voz de prestígio em reportagem que comunica ciência a um público não especializado, como evidencia o resultado que obtivemos.

Do mesmo modo, parece não ser uma tendência nesse gênero a inserção de representação de governo como fonte de informação, uma vez que é evocada apenas na R3. A representação de voz da comunicação social, por sua vez, desempenha papel relevante nessa mesma reportagem, em decorrência de sua atuação tanto na divulgação de informações sobre o tema quanto na mobilização que promove em vários âmbitos da sociedade.

Um diferencial entre as três reportagens está na convocação de voz de cidadão. Apenas na R3 há inserção de depoimentos dessa representação social, o que atribuímos ao tema, que o envolve diretamente: *a liberação da maconha para uso medicinal*. O debate em torno da liberação da maconha para fins medicinais afeta setores da sociedade outros que não apenas a ciência, por isso, cremos, a R3 abrange um número maior de representações de voz não científica.

A análise de representação de voz da ciência no quadro pré-citação do artigo principal das três reportagens aponta para resultados diferenciados, conforme podemos visualizar no quadro 59.

Quadro 59 - A subcategoria (a) em representação de voz da ciência: cotejo entre R1, R2 e R3

Reportagem	Voz coletiva		Voz individual		Texto
	Indeterminada	Determinada	Indeterminada	Determinada	
R1	0	0	0	8	2
R2	2	2	0	8	5
R3	1	2	0	7	2
Total	3	4	0	23	9

Fonte: Elaborado pela autora com base em Calsamiglia e Cassany (2001).

No quadro preparatório da citação de certos enunciados identificados na R2 e na R3, de acordo com o quadro 58, evidenciamos a presença de voz coletiva e indeterminada, a fim de que o L1/E1 possa distanciar-se da informação veiculada. O recurso à impessoalidade, como já expusemos, aponta para o fato de que nenhuma voz assume ou se responsabiliza pelo saber relatado, inclusive o L1/E1. Assim, em texto midiático, em que o recurso a fontes de prestígio é relevante, parece-nos não ser essa uma estratégia recorrente no gênero que examinamos.

Também constatamos, na análise, que é no quadro pré-citação do artigo principal dessas mesmas reportagens (R2 e R3) que há convocação de voz coletiva e determinada, recurso importante ao gênero para garantir a credibilidade do conhecimento veiculado. Além disso, observamos que, na R2, a voz de *os pesquisadores na área* é assumida pelo L1/E1 na voz passiva, única incidência desse recurso linguístico no conjunto do nosso *corpus* de estudo. Cabe ressaltar ainda que não localizamos, em nosso *corpus* de estudo, representação de voz individual e indeterminada.

Quanto à representação de voz individual e determinada, como opção do L1/E1 por eleger especialistas e cientistas, identificamos:

- a) na R1, 8 (oito) ocorrências: 3 (três) como cientista e 5 (cinco) como especialista; apenas uma dessas vozes é brasileira. Portanto, predominam vozes da ciência em detrimento de outras representações sociais e, igualmente, predominam vozes de outras nacionalidades. É interessante observarmos que as vozes da ciência, no quadro pré-citação do artigo principal desta reportagem, são representações individuais masculinas;
- b) na R2, são elencadas 8 (oito) vozes da ciência, sendo 3 (três) delas de especialistas estrangeiros e 5 (cinco) de cientistas nacionais. Dentre os cientistas brasileiros, 3 (três) são mulheres;
- c) na R3, de representação de voz individual e determinada, identificamos o total de 7 (sete) vozes, das quais 5 (cinco) são de cientistas, todas do sexo masculino e

brasileiros, e 2 (duas) são de representações de governo, do sexo feminino e estrangeiras.

Quanto à forma de designar as representações de voz da ciência, na R1 a designação inclui nome completo, especialidade e instituição a que se vinculam, bem como nacionalidade. Há casos de especialistas cuja designação acrescenta publicação de sucesso e/ou prêmio conquistado. Trata-se de uma estratégia do L1/E1 para mostrar a mérito de suas fontes e legitimar o conhecimento de que elas são a origem. Na R2, verificamos opção estratégica semelhante, com a inclusão, no quadro preparatório da citação, desde nome completo, especialidade, até vínculo a uma instituição que realiza pesquisa; para as 2 (duas) vozes de especialistas estrangeiros, há a informação de obra publicada e de sua repercussão. Na R3, a designação ocorre mediante nome completo e instituição a que se vinculam essas vozes individuais e determinadas. Para algumas, há ainda o acréscimo da titulação acadêmica e de informações sobre o estudo em que estão envolvidas.

Essas representações da ciência mencionadas são inseridas no discurso do L1/E1 com diferentes graus de formalidade na sua forma de designação e entre si. O grau de formalidade no tratamento dado a elas pode ocorrer em uma escala que vai da informalidade (prenome) à semiformalidade (nome completo e/ou especialidade) até o maior grau de formalidade (sobrenome), de acordo com van Leeuwen (1996). Assim, na R1, encontramos 5 (cinco) incidências de tratamento por sobrenome na menção a essas vozes (*Andero, Saraiva, Lindstrom, Hauner e Vereá*) dentre as 8 (oito) convocadas para contribuir com seu saber. No artigo principal desta reportagem, verificamos grau de informalidade em uma única situação: no tratamento dado à pesquisadora americana Katherina Hauner, quando o L1/E1 a refere apenas pelo prenome (*Katherina*) e em DI.

Na R2, predomina a semiformalidade; há 1 (uma) ocorrência de formalidade (*Davis*, para o especialista Willian Davis, cardiologista americano, cujo livro sobre o tema do glúten permaneceu durante praticamente um ano entre os mais vendidos). Na R3, ocorre desde o grau de semiformalidade até a formalidade na apresentação das vozes individuais e determinadas. O tratamento mais formal é dado a 3 (três) dos 5 (cinco) cientistas (*Filev*, em dois cotextos; *o professor Carlini; Crippa*, médico com doutorado em saúde mental). Dentre as vozes femininas, representantes do governo de seus países, há uma ocorrência de tratamento formal para a especialista Peyraube, do Uruguai. Para Amanda Reiman, psicóloga norte-americana, gestora de políticas sobre drogas e especialista em redução de danos na Califórnia, o L1/E1 atribui-lhe grau de maior familiaridade (prenome: *Amanda*), em uma

situação em que ela alerta que a maioria dos pacientes de câncer passa por todo o tratamento sem nem ouvir do seu médico a possibilidade de tratamento à base de maconha.

Para a convocação de voz da ciência, o L1/E1 ainda traz a seu discurso a representação impersonalizada. (VAN LEEUWEN, 1996). Na R1, são 2 (duas) ocorrências (estudos e dados); na R2, há 5 (cinco): 3 (três) estudos e 2 (duas) pesquisas; na R3, são 2 (dois) manifestos, um em favor e outro contra a legalização da maconha para fins medicinais. Podemos adiantar, a partir dessa constatação, que esse modo de representação pode assumir papel importante em reportagens que comunicam ciência, como é o caso do dossiê.

Ainda em relação à representação do âmbito da ciência, em nosso *corpus* de estudo, não identificamos representação de voz individual e indeterminada, como revela o quadro 59.

Resumindo o que abordamos sobre esta subcategoria (a), podemos dizer que cabe ao L1/E1 a seleção e a distribuição das vozes que contribuirão com seu saber, que garantirão a credibilidade e que legitimarão as informações a serem comunicadas. Ademais, o fato de o nosso *corpus* de estudo consistir de reportagens de divulgação do conhecimento científico a público suposto heterogêneo, a forma de tratamento dada ao l2/e2 é predominantemente de semiformalidade. Preponderam vozes científicas e masculinas. A nacionalidade pode variar em razão do tema abordado, bem como pode ser necessária a convocação de vozes de não cientistas de âmbitos diversos. Em razão de seu projeto de fala e da orientação que almeja dar a seu texto, é o L1/E1 quem toma as decisões e conduz o fio do discurso no artigo principal de cada reportagem, posicionando-se, portanto, como sobre-enunciador.

Passamos, agora, ao cotejo do artigo principal das três reportagens, olhando para a subcategoria (b) tipo de discurso relatado.

4.4.2 A Subcategoria (b) Tipo de Discurso Relatado em R1, R2 e R3

Para retomar as análises empreendidas no nosso *corpus* de estudo, nas quais buscamos identificar ocorrências de emprego dos diferentes tipos de discurso relatado – DRD, DRI, DRM – e a que vozes são atribuídos, lembramos, nesta etapa de considerações, que a atribuição do conhecimento a outra fonte enunciativa é um recurso essencial em reportagens de divulgação da ciência. Trata-se, como já referimos neste trabalho, de um recurso por meio do qual o L1/E1 se desengaja, completamente ou não, do conteúdo proposicional. Ao indicar outra fonte enunciativa (l2/e2), o L1/E1 explicita que não é a fonte primeira, pois o conhecimento provém de uma fonte externa, evocada para validar ou legitimar o conteúdo desse conhecimento.

Nos textos do nosso *corpus* de estudo, o emprego do discurso relatado contribui para a criação de um *efeito de real*, o que demonstra haver, por parte do L1/E1, o gerenciamento de vozes em uma dimensão polifônica. A atribuição do discurso relatado pode ser verificada nas seguintes formas, identificadas em nosso *corpus* de estudo:

- a) DRD: mediante o sinal tipográfico das aspas e a presença ou não de verbo introdutor. Como constatamos no quadro pré-citação, por meio de sequência textual entre aspas, o L1/E1 se distancia daquilo que informa e evidencia que busca, em outras vozes, um conhecimento sobre o qual não se responsabiliza, seja porque não quer ou porque não pode comprometer-se com aquele conteúdo proposicional. Em se tratando de uma ilha textual (MAINGUENEAU, 2002), o enunciado do L1/E1 contém palavras, entre aspas, que são atribuídas ao l2/e2. Quanto ao emprego de verbo introdutor, tratamos desse recurso ao discutir a subcategoria (c).
- b) DRI: nesse caso, ocorre recontextualização do discurso do l2/e2, já que este é retirado da situação de enunciação de origem e inserido no discurso do L1/E1. A recontextualização pode ocorrer em voz passiva ou com verbo introdutor acrescido da conjunção *que*, como observamos em nossa análise.
- c) DRM: instaura-se no enunciado um processo de ruptura com a origem da situação primeira por meio de uma enunciação mediatizada (GUENTCHÉVA, 1994, 1996). No nosso *corpus* de estudo, preocupamo-nos com os conectores de conformidade como marcas linguísticas de concretização do mediativo, abordado na seção 2.2. Os conectores identificados são *para*, *como* e *segundo*, este último em maior quantidade.
- d) citação integrada (CALSAMIGLIA; LÓPEZ FERRERO, 2003): relevante no nosso *corpus* de estudo, combina traços de DRD com DRI ou com DRM, como podemos atestar com as análises realizadas.

Salientamos também, em decorrência do exame do quadro preparatório do artigo principal do artigo principal das reportagens do nosso *corpus* de estudo, o fato de que o L1/E1 apresenta estrategicamente em DI algumas vozes que elege como fontes de prestígio e procede à sua designação. Isso mostra que, conforme consta dos quadros 53 e 54, a primeira menção ao l2/e2 pode não ocorrer em quadro pré-citação.

Vejamos o quadro 60, a seguir, em que podemos visualizar o resultado do trabalho de investigação, considerando vozes não científicas.

Quadro 60 - A subcategoria (b) em representação de voz não científica: cotejo entre R1, R2 e R3

R	Coletivo social			Indivíduo representativo				Texto
	Indeter.	Determinada		Indeter.	Determinada			
		Gov.	Comun.		Cid.	Gov.	Comun.	
R1	0	0	0	0	0	0	0	DRI: 1
R2	DRI: 3	DRI: 1	0	0	ilha: 1	0	0	ilha: 1
R3	DRI: 1	DRI: 1	DRI: 1	0	DRD: 2 DRI: 1	DRI: 1	DRD: 1	0

Fonte: Elaborado pela autora com base em Calsamiglia e Cassany (2001).

De um modo geral, os dados expostos no quadro 60 explicitam, como representação preponderante de discurso relatado no nosso *corpus* de estudo, o DRI em representação de voz não científica. O recurso ao DRD ocorre em representação de cidadão (Katiele Bortoli) e de comunicação social (jornalista Tarso Araújo) na R3. Na R2, cabe destacar a opção estratégica do L1/E1 pelo emprego de ilha textual para a inserção da voz da personagem bíblica Moisés e para a Bíblia, esta última como representação de texto relevante. Nesse caso, em voz de cidadão e de voz impersonalizada (texto), o L1/E1 expõe em seu enunciado, mediante aspas, palavras das quais o l2/e2 é a origem. Destacamos, no conjunto das reportagens, o fato de não ocorrer o recurso ao DRM em representação de voz não científica.

Em resumo, constatamos, como possível tendência nesse gênero, considerando essa forma de representação de vozes, o emprego do DRI como estratégia preferencial do L1/E1.

Visualizamos, a seguir, o quadro 61, que confronta os resultados encontrados na análise do quadro pré-citação do artigo principal das três reportagens, em voz da ciência.

Quadro 61 - A subcategoria (b) em representação de voz da ciência: cotejo entre R1, R2 e R3

(continua)

R	Voz coletiva		Voz individual		Texto
	Indeterminada	Determinada	Indeterminada	Determinada	
R1	-	-	-	DRD cientistas: 3 especialistas: 5 DRM : especialista: 2 Citação integrada: 6	DRI: 1 DRM: 1

(conclusão)

R2	DRI: 1 DRM: 1	DRI-1 DRM:1	-	DRD: cientista: 5 especialista: 1 DRI: cientista: 1 especialista: 1 DRM: cientista: 1 especialista: 1 Citação integrada: 5	DRI:2 DRM: 3
R3	1 DRI: 1	2 DRI: 1 DRM: 1	0	7 DRD: cientista: 5 especialista: 2 DRI cientista: 3 especialista: 1 DRM cientista: 1 especialista: 1 Citação integrada: 5	2 DRD: 2 DRI 1

Fonte: Elaborado pela autora com base em Calsamiglia e Cassany (2001).

Na R1 – *Medo: como vencer os seus*, observamos que, em voz da ciência, predomina o DRD em 3 (três) representações de cientista; na voz de especialista, são 5 (cinco) ocorrências, ou seja, todas são convocados a se enunciarem em DRD. Além desse tipo de discurso relatado, apontamos 2 (duas) incidências de DRM para voz de especialistas. Portanto, como representação individual e determinada, prevalece o DRD como tipo de discurso relatado em representação de voz da ciência.

O emprego de citação integrada, no artigo principal dessa primeira reportagem, é significativo como opção estratégica do L1/E1 ao evocar representação individual e determinada, segundo mencionam Calsamiglia e López Ferrero (2003). São 6 (seis) ocorrências, combinando DRD+DRD ou DRD+DRM em voz da ciência, como atestam os dados que obtivemos.

Para representação de texto, das duas vozes evocadas, uma é inserida em DRI no discurso do L1/E1; outra, em DRM. Em DRM, essas vozes impersonalizadas também se constituem como validadoras do saber veiculado no artigo principal desta reportagem.

Na R2, *A verdade sobre o glúten*, como mostra o quadro 60, visualizamos uma distribuição diferenciada de tipos de discurso relatado. Em voz coletiva e indeterminada, há 1

(uma) ocorrência de DRI; igualmente, encontramos 1 (uma) voz que se enuncia em DRM. Quanto à representação de voz coletiva e determinada, uma incidência em DRI e outra em DRM. Também observamos, em representação de texto relevante em voz da ciência, 2 (duas) que se enunciam em DRI e 3 (três) em DRM. Essas constatações nos permitem dizer que, no quadro pré-citação do artigo principal dessa reportagem, o L1/E1 mobiliza um número maior de vozes coletivas, todavia ora recontextualiza o saber de que são a origem, ora apresenta-o de forma mediatizada.

Em se tratando de voz da ciência em representação individual e determinada, destaca-se, como tipo de discurso relatado, o DRD para a evocação de cientista: 5 (cinco) ocorrências; na voz de especialista, 1 (uma). Portanto, o L1/E1 abre espaço para a manifestação das vozes da ciência que elege, mostrando-as entre aspas e com verbo introdutor.

O DRI também é empregado como recurso para a inserção de voz da ciência no artigo principal dessa segunda reportagem, pois, como constatamos, os saberes de um cientista e de um especialista são inseridos no discurso pelo L1/E1 mediante essa forma de discurso relatado. O resultado da análise também indica que o mediativo é um tipo de discurso relatado presente na R2, tanto em voz de cientista quanto de especialista, com 1 (uma) ocorrência para cada uma.

Conforme verificamos na análise da R2, a citação integrada é uma opção estratégica mobilizada pelo L1/E1 para a manifestação das vozes da ciência. São 5 (cinco) os cotextos em que essa forma, própria do discurso midiático, se explicita no discurso do L1/E1.

Na análise da R3, *Maconha: remédio proibido*, vimos que, na forma de voz coletiva e indeterminada, há 1 (uma) representação que se enuncia em DRI; já como voz coletiva e determinada são 2 (duas) representações da ciência, sendo que 1 (uma) se enuncia em DRI e outra em DRM. Essas vozes também se manifestam no formato de citação integrada, totalizando 6 (seis) ocorrências, o que nos possibilita adiantar que, em reportagem que comunica ciência, com configuração composicional de dossiê, esse é um recurso importante.

Para finalizar a análise da R3, vimos que 2 (dois) são os textos relevantes evocados, um em favor e outro contra a liberação da maconha com fim terapêutico. O conhecimento que trazem ao discurso do L1/E1 é atestado por meio do sinal de aspas e com verbo introdutor, características do DRD. Há 1 (uma) incidência de DRI para o manifesto liderado pela Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), contrário à liberação.

Sintetizando o que foi mostrado no quadro 60 e também descrito por nós, prevalecem, em reportagem que divulga ciência com configuração composicional de dossiê, vozes individuais e determinadas, as quais se expressam em DRD. Para a inserção de outras formas de representação, a estratégia predominante é ora DRI, ora DRM. Podemos declarar que, em

relação à subcategoria (b), o fenômeno da RE é marcado estrategicamente pelo L1/E1 mediante os diferentes tipos de discurso relatado, individualmente ou combinados em citação integrada, como referem Calsamiglia e López Ferrero (2003).

Concluindo as considerações dos dados relacionados à subcategoria (b) com o quadro que segue, em que procuramos relacionar o tipo de discurso relatado eleito por L1/E1 com assunção/não assunção, engajamento/desengajamento de RE no quadro preparatório da citação do artigo principal das reportagens que compõem nosso *corpus* de estudo.

Quadro 62 - A relação entre o tipo de discurso e o tipo de assunção de RE no nosso *corpus* de estudo

Tipo de discurso relatado	Forma de engajamento do L1/E1
DRD	Não assunção de responsabilidade pelo L1/E1; assunção de responsabilidade pelo l2/e2.
DRI	- Não assunção de responsabilidade pelo L1/E1; PdV anônimo, impessoal. - <i>Quasi-PEC</i> . Responsabilidade limitada por parte de L1/E1, que imputa os conteúdos proposicionais a l2/2e2.
DRM	Não assunção de responsabilidade pelo L1/E1, pois os conteúdos chegaram a ele de forma mediada. PdV mediatizado. Distanciamento.
Ilha textual	Desengajamento do L1/E1. Forma híbrida: o DRI contém palavras atribuídas a l2/e2 com marcas de DRD.

Fonte: Elaborado pela autora.

Nossa síntese tem seguimento com a exposição do cotejamento de dados relativos à análise da subcategoria (c).

4.4.3 A Subcategoria (c) Tipo de Verbo Introdutor de Discurso Relatado

Nesta etapa de considerações sobre a análise, para abordar a subcategoria (c), apresentamos primeiramente os verbos introdutores identificados no artigo principal das três reportagens, classificados por seu potencial, denotativo e avaliativo, em consonância com Thompson e Yiyun (1991). A visualização desse levantamento de dados permite adiantar algumas considerações sobre esse recurso como opção estratégica do L1/E1, bem como seu papel no quadro pré-citação. Em seguida, detemo-nos nas operações enunciativas e no grau de engajamento do L1/E1 com relação ao conteúdo proposicional, tendo em vista nosso objetivo geral: *investigar como se materializa o fenômeno linguístico da Responsabilidade Enunciativa (RE) no quadro pré-citação do artigo principal de reportagens de divulgação científica de configuração composicional dossiê dirigidas a um público leigo, para verificar o que a tendência evidenciada na análise pode revelar com*

relação à (não) assunção de RE ou à orientação argumentativa de um locutor, considerando seu projeto de fala.

Seguem dois quadros: o primeiro reúne os resultados da análise em representação de voz não científica; o segundo, em representação de voz da ciência.

Quadro 63 - O potencial dos verbos introdutores em representação de voz não científica: cotejo entre R1, R2 e R3

Potencial Denotativo		Potencial Avaliativo		
Atos do L1/E1	Atos do l2/e2	Posicionamento do l2/e2	Posicionamento do L1/E1	Interpretação do L1/E1
1. Comparação ou contraste R1: - R2: - R3: -	1. Textual R1: - R2: <i>falar</i> R3: <i>afirmar</i> <i>anunciar</i> <i>complementar</i>	1. Positivo R1: - R2: - R3: -	1. Fatural R1: <i>constatar</i> R2: R3: <i>afirmar</i> <i>informar</i>	1. Do discurso do l2/e2 R1: - R2: - R3: <i>completar</i> <i>complementar</i>
2. Teorização R1: - R2: - R3: -	2. Mental R1: - R2: <i>falar</i> <i>informar</i>	2. Negativo R1: - R2: - R3: -	2. Contrafatural R1: - R2: - R3: -	2. Do comportamento do l2/e2 R1: - R2: - R3: <i>alegar</i> <i>comemorar</i>
3. Atitude R1: - R2: - R3: <i>alegar</i> <i>comemorar</i>	3. Pesquisa R1: <i>constatar</i> R2: <i>descrever</i> R3: -	3. Neutro R1: - R2: - R3: <i>lembrar</i>	3. Não fatural R1: - R2: <i>acreditar</i> R3: -	3. Do status da citação R1: <i>constatar</i> R2: - R3: <i>anunciar</i>
				4. Não interpretação R1: - R2: <i>descrever</i> <i>falar</i> R3: <i>contar</i> <i>falar</i>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Thompson e Yiyun (1991) e em Oliveira (2005).

A visualização do quadro 60 mostra a pouca incidência de verbos introdutores na R1 e um número significativo desse recurso na R3. A grande parte deles apresenta potencial denotativo *textual*, por serem verbos que envolvem necessariamente uma expressão verbal sem que haja um comprometimento do l2/e2 com a informação citada, no entender de Thompson e Yiyun (1991). Verbos relacionados a processos de *pesquisa*,

considerando o gênero em estudo, têm baixa ocorrência nesse tipo de representação de voz.

Quanto ao potencial avaliativo, não são identificados verbos com potencial *negativo*, quando a informação é posta em xeque, por ser falsa ou incorreta, nem *contrafatual*, quando a informação citada é representada como imprecisa. Verbos que indicam posicionamento *fatual* do L1/E1 revelam o comprometimento com o fato ou a informação apresentada. *Afirmar* e *garantir*, principalmente, são verbos que apontam para um maior engajamento com a verdade do conteúdo da informação; verbos classificados como de *não interpretação*, como *contar*, presente na R2 e na R3, revelam a não manifestação de interpretação por parte do L1/E1. São verbos que indicam baixo envolvimento do L1/E1 com a verdade das informações.

No quadro 64, são expostos os resultados da análise considerando as representações de voz da ciência.

Quadro 64 - O potencial dos verbos introdutórios em representação de voz da ciência: cotejo entre R1, R2 e R3

(continua)

Potencial Denotativo		Potencial Avaliativo		
Atos do L1/E1	Atos do l2/e2	Posicionamento do l2/e2	Posicionamento do L1/E1	Interpretação do L1/E1
1.Comparação ou contraste R1: - R2: - R3: -	1.Textual R1: <i>afirmar</i> <i>concluir</i> <i>dizer</i> <i>resumir</i>	1.Positivo R1: <i>explicar</i> R2: <i>explicar</i> <i>ressaltar</i> R3:	1.Fatual R1: <i>afirmar</i> <i>comprovar</i> R2: <i>afirmar</i> R3: <i>afirmar</i> <i>esclarecer</i> <i>garantir</i> <i>informar</i>	1.Do discurso do l2/e2 R1: <i>concluir</i> <i>resumir</i> R2: <i>completar</i> R3: <i>comentar</i>
2.Teorização R1: <i>explicar</i> R2: <i>explicar</i> R3: <i>esclarecer</i> <i>explicar</i> <i>salientar</i>	R2: <i>afirmar</i> <i>chamar</i> <i>dizer</i> R3: <i>afirmar</i> <i>apontar</i> <i>comentar</i> <i>contar</i> <i>constar</i> <i>garantir</i>	2.Negativo R1: <i>questionar</i> R2: <i>questionar</i> R3: -	2.Contrafactual R1: - R2: - R3: -	2.Do comportamento do l2/e2 R1: - R2: <i>atacar</i> R3: <i>alertar</i> <i>criticar</i> <i>ironizar</i> <i>lamentar</i>
3. Atitude R1: <i>questionar</i> R2:	2.Mental R1:	3.Neutro R1: -	3.Não fatual R1: <i>acreditar</i>	

(conclusão)

<i>atacar</i> <i>questionar</i> <i>ressaltar</i> R3: <i>alertar</i> <i>criticar</i> <i>ironizar</i> <i>lamentar</i> <i>manifestar-se</i> <i>rejeitar</i>	<i>acreditar</i> R2: <i>acreditar</i> <i>completar</i> <i>recomendar</i> <i>sugerir</i> R3: <i>acreditar</i> <i>completar</i> <i>lembrar</i> 3.Pesquisa R1: <i>comprovar</i> R2: - R3: -	R2: - R3: <i>lembrar</i>	R2: <i>acreditar</i> <i>sugerir</i> R3: <i>acreditar</i>	<i>manifestar-se</i> 3.Do <i>status</i> da citação R1: <i>comprovar</i> R2: <i>recomendar</i> R3: - 4.Não interpretação R1: <i>dizer</i> R2: <i>chamar</i> <i>dizer</i> R3: <i>apontar</i> <i>contar</i> <i>constar</i>
---	--	--------------------------------	--	---

Fonte: Elaborado pela autora com base em Thompson e Yiyun (1991) e em Oliveira (2005).

Observando o quadro 63, constatamos uma distribuição aproximada entre as classificações de potencial denotativo, apesar de não haver incidências na classificação *comparação ou contraste*. Essa ausência indica não haver, por parte do L1/E1, a expressão de relação entre uma informação e aquilo que relata ou pretende defender. Do mesmo modo, não foram encontrados exemplos da classificação *contrafactual*, o que podemos atribuir ao gênero em análise.

Verificamos, igualmente, expressiva ocorrência de verbos nas classificações atos do L1/E1 *atitude*, quando o L1/E1 se compromete mais diretamente com a informação citada, representando esse verbo não apenas uma expressão verbal mas também uma atitude comportamental associada a esta expressão; e verbos que indicam atos do l2/e2 *textual*, sem expressão de atitude comportamental, ou *mental*, relacionado a processos de reflexão, de percepção, como atestam os exemplos mostrados no quadro. Quanto a verbos de *pesquisa*, vinculados a um campo de estudo ou investigação, observamos que não têm um papel de destaque no nosso *corpus* de estudo.

Em se tratando do seu potencial avaliativo, salientamos a ausência de verbos com potencial *contrafactual*, bem como a presença do verbo lembrar com potencial avaliativo *neutro*, em ambas as representações de voz na R3. Com a inserção desse verbo, não fica clara qual é a atitude de l2/e2 em relação à informação relatada. Com potencial *negativo*, quando a informação é contestada por l2/e2, há duas ocorrências do verbo questionar (R1 e R2). Ainda chama a atenção a presença significativa de verbos de interpretação de L1/E1 sobre o

comportamento de l2/e2 na R2 e na R3, o que podemos atribuir ao tema abordado: a verdade sobre os benefícios/malefícios do consumo de glúten e o debate em torno da liberação da maconha para fins medicinais. Ao lado disso, o emprego de verbos com os quais L1/E1 *não manifesta sua interpretação* sobre as informações, principalmente os verbos dizer e contar.

Essas foram algumas constatações, que se somam às que expusemos ao tratar dessa subcategoria na análise do artigo principal das reportagens R1, R2 e R3. Finalizando esta etapa, passamos a expor algumas observações sobre o grau de engajamento na verdade dos enunciados, expresso pelo L1/E1. A distribuição dos verbos presentes no quadro pré-citação do artigo principal das três reportagens que constituem nosso *corpus* de estudo, conforme a escala de força de engajamento nos enunciados proferidos sugerida por Alrahabi e Desclés (2009) – do maior grau (a) até o menor grau (f) –, é apresentada no quadro a seguir:

Quadro 65 - Operações enunciativas e grau de engajamento: cotejo entre R1, R2 e R3

Reportagem	Operações enunciativas e verbos introdutores
R1-R2-R3	<i>prise en charge da verdade</i> , com <i>asserção</i> , inegociável; engajamento total: afirmar (R1, R2 e R3), comprovar (R1), garantir (R3)
R1-R2-R3	<i>prise en charge</i> com <i>modalidades de julgamento</i> (apreciativas e intersubjetivas): <ul style="list-style-type: none"> • <i>intersubjetivas</i>, <ol style="list-style-type: none"> (i) a propósito do conteúdo predicativo: explicar (R1, R2 e R3), contar e lembrar (R3); (ii) em relação à verdade do conteúdo predicativo: questionar (R1 e R2); (iii) em relação a uma apreciação manifestada pelo l2/e2: atacar, ressaltar (R2); alertar, criticar, ironizar, lamentar, rejeitar, salientar (R3); • modalidade com a qual L1/E1 descreve a organização do discurso de l2/e2: concluir, resumir (R1), constar (R3)
R1-R2-R3	<i>simples prise en charge</i> , negociável; não há engajamento total: dizer (R1, R2 e R3)
R2-R3	<i>prise en charge</i> com <i>modalidade do dizer</i> . chamar, recomendar, sugerir (R2); apontar, manifestar-se, comentar (R3)
R1-R2-R3	<i>prise en charge da plausibilidade</i> : desengajamento parcial; em enunciação mediatizada, por meio de conector de conformidade. Em R3, verbo contar
R1-R2-R3	<i>prise en charge da possibilidade e da probabilidade</i> , com julgamento modal epistêmico de incerteza; não há engajamento total: acreditar (R1, R2 e R3)

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme indica o resultado expresso no quadro 64, uma distinção entre as três reportagens está na presença de verbos em que há *prise en charge* com modalidade intersubjetiva em suas especificidades: em (ii), com relação à verdade do conteúdo predicativo, sem evidências na R3; e em (iii), com relação a uma apreciação manifestada pelo l2/e2, não há incidência de verbos introdutores na R1; com modalidade com a qual L1/E1 descreve a organização do

discurso, não há exemplos na R3. Esse fato sugere, em relação ao gênero em estudo, a possibilidade de emprego de modalidades de julgamento, tanto pelo L1/E1 quanto pelo I2/e2, associada ao tema abordado.

Além disso, observamos não haver ocorrência de verbos introdutórios com modalidade de dizer (de elocução) na R1.

Ressaltamos a incidência de verbos introdutórios das diversas operações enunciativas apontadas tanto por Alrahabi e Deslés (2009) quanto por Desclés (2009), em maior ou menor quantidade, o que comprova, mais uma vez, o que vimos reiterando ao longo deste estudo: o fato de L1/E1 mobilizar estratégias diferenciadas e diversificadas na construção do seu discurso, com vistas a posicionar-se predominantemente como sobre-enunciador. Essa conclusão igualmente nos leva a julgar a tendência, em reportagem que comunica ciência para público leigo, de assunção de RE e consequente postura de sobre-enunciador por parte do L1/E1.

A seguir, apresentamos as conclusões decorrentes do cotejamento entre os textos do nosso *corpus* de estudo na análise da subcategoria (d) tipo de postura e apagamento enunciativo.

4.4.4 A Subcategoria (d) Tipo de Postura e Apagamento Enunciativo

Para proceder ao cotejamento dos resultados alcançados na análise da subcategoria (d) tipo de postura e apagamento enunciativo nos textos que compõem nosso *corpus* de estudo, elaboramos o quadro 66. Esse quadro explicita as estratégias empregadas pelo L1/E1 para se colocar como sobre-enunciador no discurso. Vejamos as evidências localizadas e para qual/quais tendência(s) apontam, considerando o gênero em análise.

Quadro 66 - Evidências de postura de L1/E1 como sobre-enunciador: cotejo entre R1, R2 e R3

Reportagem	Evidências da postura de L1/E1 como sobre-enunciador em R1, R2 e R3
R1-R2-R3	O L1/E1 relata o discurso do outro, quando não tem acesso direto à fonte
R1-R2-R3	O I2/e2 é impersonalizado
R1-R2-R3	O I2/e2 pode não ser tão importante como indivíduo, mas sim como representante de uma opinião geral ou de uma categoria
R1-R2-R3	O L1/E1 emite comentários, dá explicações sobre o discurso do I2/e2
R1-R2-R3	O L1/E1 apaga a origem do I2/e2
R1-R2-R3	O L1/E1 apaga o querer dizer do I2/e2
-	O L1/E1 apagar o dizer de I2/e2
R1	O L1/E1 assume o discurso em primeira pessoa do plural
R2-R3	O L1/E1 assume o discurso em terceira pessoa
R1-R2-R3	O L1/E1 emite comentários, explicações sobre seu próprio discurso
R1-R2-R3	O L1/E1 populariza

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro 66 evidencia a semelhança na postura assumida pelo L1/E1 no artigo principal das três reportagens que constituem o nosso *corpus* de estudo. O que distingue a R1 da R2 e da R3, principalmente, é o fato de ter sido escrita em primeira pessoa do plural. Esse recurso acionado pelo L1/E1 é uma das estratégias de captação que contribui para situar o sujeito que fala/escreve em posição hierárquica de igualdade com seu interlocutor. (CHARAUDEAU, 2009). O L1/E1 vale-se dessa liberdade prevista pelo contrato de comunicação específico do discurso de midiaticização da ciência em que insere seu discurso, tendo em vista o seu projeto de fala.

Cabe-nos salientar também o fato de que não há ocorrência da estratégia do *L1/E1 apagar o dizer de l2/e2* no nosso *corpus* de estudo. Assim, podemos acreditar que não se trata de um recurso próprio ao gênero reportagem que comunica ciência para um público não especializado. Além disso, considerando o conjunto das estratégias empregadas, observamos que L1/E1 gerencia as diferentes vozes que elege, ora lhes permitindo postura de sobre-enunciador, ora de subenunciador, todavia, ao longo do discurso, é dele a postura de sobre-enunciador.

Esta seção de considerações encerra com a apresentação do cotejamento entre R1, R2 e R3 na análise da subcategoria (d) tipo de postura e apagamento enunciativo. Do mesmo modo, enfatiza a noção de que a Responsabilidade Enunciativa (RE) é um fenômeno que se materializa por determinadas marcas linguísticas e, igualmente, por determinadas escolhas estratégicas do locutor, as quais possibilitam aferição do grau dessa responsabilidade e consequente postura enunciativa assumida por esse locutor. O gênero discursivo e o contrato de comunicação exercem papel fundamental nessas escolhas.

Por fim, a última etapa deste trabalho de tese é o capítulo 5 – Conclusão, em que retomamos nossa pergunta de pesquisa e os questionamentos que dela decorrem, bem como a hipótese que também orienta esta investigação.

5 CONCLUSÃO

Neste capítulo de Conclusão da presente pesquisa, intitulada *A responsabilidade enunciativa em reportagens de divulgação científica e sua materialização no quadro pré-citação*, retomamos os dados encontrados no exame do quadro pré-citação do artigo principal das três reportagens: *Medo: como vencer os seus* (R1), *A verdade sobre o glúten* (R2) e *Maconha: remédio proibido* (R3), a fim de encaminharmos algumas conclusões ou tendências a que a análise desse nosso *corpus* de estudo permitiu chegar ou identificar.

Para atingirmos esta etapa, percorremos um caminho que nos possibilitou o encontro com diversos teóricos e conceitos. Encontramos apoio na ATD, como formulada por Adam (2011, 2012), para eleger, entre as 8 (oito) grandes categorias de análise que propõe, 2 (duas) delas, a saber: (i) os diferentes tipos de representação da fala e (ii) as indicações de quadros mediadores. Essa decisão, por sua vez, nos impulsionou a compor um quadro teórico que pudesse sustentar este trabalho de investigação. Como Adam (2011) declara valer-se de Guentchéva (1990, 1994, 1996, 2011) para formular a categoria (ii), buscamos nessa linguista os subsídios necessários para melhor compreender a categoria do mediativo (MED). Além disso, julgamos imprescindível trazer a este estudo as reflexões do linguista Rabatel (2003, 2004, 2005, 2009, 2010, 2013, 2015, 2016), o que contribuiu sobremaneira ao que nos propusemos investigar.

O resultado da composição desse quadro teórico foi a necessidade do desdobramento das categorias (i) e (ii) em subcategorias, para potencializar o estudo da RE no quadro pré-citação – foco desta pesquisa – no gênero reportagem de divulgação científica São elas: (a) tipo de voz convocada e designação; (b) tipo de discurso relatado; (c) tipo de verbo introdutor do discurso relatado; e (d) tipo de postura e apagamento enunciativo. Abordamos as subcategorias mencionadas à luz de pesquisadores como Alrahabi e Desclés (2009), Desclés e Guentchéva (1997), Calsamiglia e Cassany (2001), Calsamiglia e López Ferrero (2003), Desclés (2009, 2016), Maingueneau (2002), Marnette (2004), Petit (2000), Rabatel (2004), Thompson e Yiyun (1991) e van Leeuwen (1996).

Para tratar especialmente do gênero reportagem, a noção de plano de texto de Adam (2011) somou-se às contribuições de Adam e Lugin (2002, 2006) e Lugin (2000, 2001) sobre configuração composicional hiperestrutura e dossiê. Além disso, para abordar o nosso *corpus* de estudo, a noção de contrato de comunicação formulada por Charaudeau (2006, 2008a, 2009, 2016), bem como as restrições específicas do discurso de midiatização da ciência compuseram o quadro teórico deste estudo.

Uma vez estabelecida essa fundamentação teórica no capítulo 2, iniciamos, então, a apresentação do nosso *corpus de estudo*, segundo alguns critérios, forma de seleção e sua descrição no capítulo 3. A etapa de coleta dos dados e sua respectiva análise, com exposição dos resultados por reportagem e no seu cotejamento consta do capítulo 4. Concluída a etapa de análise, passamos a este capítulo 5 de retomada e de conclusões.

Para responder à pergunta central *como as estratégias de (não) assunção de responsabilidade enunciativa, mobilizadas pelo locutor, atuam no quadro pré-citação do artigo principal de reportagens que divulgam ciência, com configuração composicional dossiê, objetivando construir os sentidos pretendidos?* –, arrolamos alguns questionamentos necessários a sua explicitação, expostos no capítulo introdutório, os quais nos conduziram a empreender este trabalho. São eles:

- a) as marcas deixadas pelo L1/E1 no quadro preparatório da citação, considerando o papel das escolhas que faz (a seleção das vozes convocadas, a forma de designá-las no discurso, o tipo de discurso relatado, o verbo introdutor escolhido, a postura que assume, o grau de engajamento na verdade do enunciado), isentam-no de responsabilidade pelo conteúdo do que é dito ou o colocam em posição de sobre-enunciador?
- b) os fatores gênero, tema, autoria, estilo, veículo, bem como todas as restrições da situação de comunicação são determinantes das escolhas do L1/E1 e da postura assumida, tendo em vista o fim discursivo?
- c) as escolhas realizadas pelo L1/E1 no artigo principal contribuem para orientar argumentativamente o discurso na direção desejada, considerando seu projeto de fala?

Esses questionamentos nortearam esta pesquisa e apontam para as conclusões que seguem.

a) Em relação ao primeiro questionamento, constatamos marcas explícitas de RE no quadro preparatório da citação no artigo principal das três reportagens que constituem nosso *corpus de estudo*. O L1/E1 assume o papel de organizador do discurso e modula, com as vozes que elege e o modo como as designa, com o tipo de discurso relatado, com o tipo de verbo introdutor de discurso relatado, bem como com o tipo de postura e/ou com apagamento enunciativo a assunção/não assunção de responsabilidade pelos enunciados proferidos.

Todas as marcas linguísticas identificadas em cada subcategoria, descritas e interpretadas ao longo deste estudo, por reportagem ou no seu cotejamento, desempenham papel fundamental na materialização de RE neste gênero e contribuem para que o L1/E1 possa marcar seu lugar como sobre-enunciador no discurso, em função do seu propósito comunicativo. O modo como L1/E1 se constrói nesse jogo de assunção/não assunção dos enunciados vem ao encontro da orientação argumentativa que deseja imprimir ao discurso e do seu projeto de fala.

b) Para tratar do segundo questionamento, propomos desdobrá-los em duas novas interrogações:

(i) a escolha de determinada postura pelo L1/E1 é obrigatória ou depende da sua liberdade? Sabemos que o locutor nunca está totalmente livre das restrições de sua língua e de seus discursos. Também estamos cientes de que determinados dados situacionais, interacionais, genéricos têm papel relevante na escolha dos temas e estratégias linguísticas, na forma de se posicionar em relação aos outros PdV. Todavia, como as posturas são uma das maneiras de posicionar-se em determinado campo, é pertinente, na organização do discurso, dar primazia às estratégias do L1/E1;

(ii) a escolha de um gênero implica uma postura? Como observamos na análise do nosso *corpus* de estudo, composto de reportagens que divulgam ciência a um público leigo, a escolha dos temas é determinada pelo gênero, pelo domínio e pelo suporte. Da mesma forma, a escolha dos recursos linguísticos e do modo de organização do discurso de midiatização da ciência, que caracterizam determinado estilo, precisa atender às visadas de fazer compreender e de fazer sentir (ou visada da captação) desse contrato de comunicação específico. Portanto, a escolha de determinada postura e/ou a mudança de postura para atender aos objetivos do L1/E1 não podem abstrair a situação de comunicação, o gênero, o suporte, por exemplo.

c) O terceiro questionamento leva em consideração o fato de que o L1/E1, a primeira instância, aquela que tem o poder de representar as outras instâncias (I2/e2) inseridas no seu discurso, é quem efetua as operações enunciativas de assunção ou não assunção de RE, quem marca a concordância ou discordância de PdV, quem determina o grau de engajamento na verdade dos enunciados. Todas as escolhas estrategicamente feitas por ele efetivamente orientam argumentativamente o discurso na direção que deseja, considerando seu projeto de

fala. Podemos exemplificar com o nosso *corpus* de estudo: na R1–*Medo: como vencer os seus*, o L1/E1 conclui lembrando que nunca sentimos tanto medo como nos dias atuais, e – o que é pior –, nunca tivemos tanto medo dessa sensação. Aponta também para uma possível saída para o problema: perder o medo do medo; na R2–*A verdade sobre o glúten*, ao trazer novos PdV, o L1/E1 sintetiza o debate em torno dos malefícios/benefícios causados pelo glúten, deixando aberta a discussão para novas investigações da ciência; na R3–*Maconha: remédio proibido*, o L1/E1 conclui com o argumento de que, quando se trata de saúde, o único critério deve ser a ciência.

Em consonância com a pergunta de pesquisa e com a resposta aos questionamentos norteadores, destacamos os resultados decorrentes do delineamento dos objetivos específicos, quais sejam:

- a) a eficiência das categorias de análise (i) os diferentes tipos de representação da fala e (ii) as indicações de quadros mediadores e seu desdobramento nas subcategorias (a) tipo de voz convocada e designação, (b) tipo de discurso relatado, (c) tipo de verbo introdutor de discurso relatado, e (d) tipo de postura e apagamento enunciativo na materialização da RE no quadro pré-citação – objetivo específico (a);
- b) a validação de que as etapas de descrição e análise são essenciais para a constatação da relevância dessas categorias e subcategorias para a orientação argumentativa dada ao texto – objetivo específico (b);
- c) a constatação de que o gerenciamento de PdV próprios e alheios denuncia a assunção de responsabilidade enunciativa – objetivo específico (c);
- d) a verificação da possibilidade de uma gradação no engajamento ou desengajamento manifesto no artigo principal das reportagens e sua aferição – objetivo específico (d); e
- e) a identificação de que a tendência manifesta no nosso *corpus* de estudo aponta para a assunção de RE pelo L1/E1 como sobre-enunciador, tendo em vista seu propósito comunicativo e seu projeto de fala – objetivo específico (e).

Do mesmo modo, confirmarmos a hipótese formulada no capítulo introdutório: *as estratégias de materialização da responsabilidade enunciativa mobilizadas no quadro pré-citação do artigo principal de reportagens com organização composicional dossiê, dirigidas a um público leigo, principalmente nas categorias (i) os diferentes tipos de representação da fala e (ii) as indicações de quadros mediadores, revelam assunção de*

responsabilidade do conteúdo proposicional dos enunciados pelo LI/EI, que se constrói como sobre-enunciador.

Assim, evidencia-se a resposta ao objetivo central desta tese, que se explicita como: **a Responsabilidade Enunciativa (RE) é um fenômeno que se materializa por determinadas marcas linguísticas e, igualmente, por determinadas escolhas estratégicas do locutor, as quais possibilitam aferição do grau dessa responsabilidade e consequente postura enunciativa assumida por esse locutor. O gênero discursivo e o contrato de comunicação exercem papel fundamental nessas escolhas.**

Ainda neste capítulo, cabe-nos assinalar possíveis alternativas de seguimento a este trabalho, dentre as quais destacamos: (1) a ampliação da análise de reportagens que comunicam ciência, com configuração composicional dossiê, às demais categorias de análise propostas por Adam (2011) e (2) a extensão da análise dessas mesmas categorias e subcategorias – que se mostraram bastante produtivas – a outros gêneros de comunicação da ciência, como notícia, resenha, verbete de enciclopédia e, até mesmo, artigo científico. A partir dessas duas possibilidades de trabalhos futuros, entendemos que pôr em relevo a exploração das categorias de RE, de modo articulado, pode levar-nos a novas reflexões, as quais tenham efeitos sobre o desenvolvimento e a divulgação dos postulados da ATD no âmbito do discurso de mediatização da ciência.

Como contribuições desta pesquisa, acreditamos que discutir todos os mecanismos responsáveis por marcar assunção/não assunção de RE no quadro pré-citação, examinados por nós, sobretudo em gênero que comunica ciência a um público leigo, como é o caso dos textos que compõem nosso *corpus* de estudo, pode colaborar para um melhor entendimento do processo de produção e compreensão de textos e, conseqüentemente, conduzir à formação de um leitor crítico.

Da mesma forma, expressamos nossa crença de que este trabalho possa ajudar a promover o desenvolvimento da cultura científica, a partir da leitura, do debate e da reflexão sobre questões fundamentais relacionadas ao universo científico e à comunicação da ciência, como os temas abordados no nosso *corpus* de estudo, somando-se, assim, aos estudos no campo do letramento, especificamente do letramento científico.

Por fim, almejamos que esta trabalho contribua para a grande área da Linguística Aplicada e, em particular, para a linha de pesquisa 2 – *Texto, Léxico e Tecnologia*, do Programa de Pós-Graduação desta Instituição, que se dedica a estudos direcionados a fenômenos linguístico-discursivos na esfera do texto e em contextos interacionais. Inserem-se

nessa linha de pesquisa os estudos voltados aos discursos midiáticos e de divulgação científica, como este que empreendemos.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto, Luis Passeggi e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2011.
- ADAM, Jean-Michel. Analyse textuelle des discours: niveaux ou plans d'analyse. **Filologia e Linguística Portuguesa**, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 191-202, 2012.
- ADAM, Jean-Michel. **Les textes**: types et prototypes: récit, description, argumentation, explication et dialogue. 4. ed. Paris: Nathan, 2001.
- ADAM, Jean-Michel; LUGRIN, Gilles. Effacement énonciatif et diffraction co-textuelle de la prise en charge des énoncés dans les hyperstructures journalistiques. **Semen**, [S.l.], n. 22, 2006. Disponível em: <<http://semen.revues.org/4381>>. Acesso em: 03 maio 2015.
- ADAM, Jean-Michel; LUGRIN, Gilles. L'hyperstructure: un mode privilégié de présentation des événements scientifiques? **Les Carnets du Cediscor**, [S.l.], n. 6, p. 133-149, 2000. Disponível em: <<http://cediscor.revues.org/327>>. Acesso em: 08 maio 2015.
- AIKHENVALD, Alexandra. Evidentiality in typological perspective. In: AIKHENVALD, A.; DIXON, R. M. W. (Ed.). **Studies in evidentiality**. Amsterdam: Benjamins, 2003. p. 1-32. Disponível em: <<https://amerindias.github.io/referencias/aikdix03evidentiality.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2015.
- AIKHENVALD, Alexandra. Information source and evidentiality: what can we conclude? **Italian Journal of Linguistics**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 209-227, jan. 2007. Disponível em: <<http://linguistica.sns.it/RdL/19.1/10.aikhenvald.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2015.
- ALMEIDA, Camila. Maconha: remédio proibido. Ilustração: Carlo Giovanni; design: Flávio Pessoa; edição: Denis Russo Burgierman. **Superinteressante**, São Paulo, n. 338, p. 34-43, out. 2014.
- ALRAHABI, Motasem; DESCLÉS, Jean-Pierre. **Opérations de prise en charge énonciative**: assertion, médiatif et modalités dans le discours rapporté direct, em árabe et em français. [S.l.], 2009. Disponível em: <<http://lalic.paris-sorbonne.fr/PUBLICATIONS/2009/pologne.pdf>>. Acesso: 23 jul. 2015.
- ASSIS, Roberto Carlos de. **A representação de europeus e de africanos como atores sociais em Heart of darkness (O coração das trevas) e em suas traduções para o português**: uma abordagem textual da tradução. 2009. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) -- Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ALDR-7R5QJF/556d.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2018.
- CALSAMIGLIA, H.; CASSANY, D. Voces y conceptos en la divulgación científica. **Revista Argentina de Lingüística**, [S.l.], v. 11, n. 15, p. 173-208, 2001.

CALSAMIGLIA, H.; LÓPEZ FERRERO, C. Role and positions of scientific voices: reported speech in the media. **Discourse Studies**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 147-173, 2003. Disponível em: <https://www.upf.edu/pcestacademy/_docs/role_and_position.pdf>. Acesso em: jul. 2014.

CHAFE; Wallace; NICHOLS, Johana. **Evidentiality**: the linguistic coding of epistemology. Norwood: Ablex, 1986.

CHARAUDEAU, Patrick. Discours journalistique et positionnements énonciatifs. Frontières et derives. **Semen**, [S.l.], n. 22, 13 maio 2007. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/spip.php?page=imprimer_articulo&id_article=165>. Acesso em: 10 set. 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática. **Revista Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 10, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Dize-me-qual-e-teu-corpus-eu-te.html>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette Livre, 1992.

CHARAUDEAU, Patrick. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia (Org.) **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009. p. 309-326. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html>>. Acesso em: 12 set. 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. **La médiatisation de la science dans les médias d'information**: Clonage, OGM, manipulations génétiques. Bruxelles: De Boeck-Ina, 2008a. cap. 1: De la situation et du contrat de communication. Disponível em: <<https://education.cuso.ch/fileadmin/education/document/les-contrats-de-communication-textecharaudeau.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contextos, 2008b.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. Tradução de A. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. Sobre o discurso científico e sua midiaticização. Tradução de Maria Eduarda Giering e Luciana Cavalheiro. **Calidoscópico**, São Leopoldo, v. 14, n. 3, p. 550-556, set./dez. 2016.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DENDALE, Patrick; TASMOWSKI, Liliane. Evidencialidade où le marquage des sources du savoir. **Langue Française**, [S.l.], n. 102, p. 3-7, 1994. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/issue/lfr_0023-8368_1994_num_102_1>. Acesso em: 21 jul. 2015.

DESCLÉS, Jean-Pierre. Opérations et opérateurs énonciatifs. In: COLAS-BLAISE, Marion; PERRIN, Laurent; TORE, Gian Maria. **L'énonciation aujourd'hui**: un concept clé des sciences du langage. Limoges: Lambert-Lucas, 2016. p. 69-88.

DESCLÉS, Jean-Pierre. Prise en charge, engagement et désengagement. **Langue Française**, [S.l.], n. 162, p. 29-53, 2009/2. DOI: 10.3917/lf.162.0029.

DESCLÉS, Jean-Pierre; GUENTCHÉVA, Zlatka. Énonciateur, locuteur et médiateur dans l'activité dialogique. In: COLLOQUE INTERNATIONAL DES AMÉRICANISTES, 1997, Quito, Equateur. **Anais eletrônicos...** Quito, 1997. Disponível em: <<http://lalic.paris-sorbonne.fr/PUBLICATIONS/1997-1998/Descles/Quito.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1984.

FLOREA, Ligia Stela; CATARIG, Andra-Teodora. Aspects de la dynamique des genres dans la presse écrite d'information générale. **Studii de lingvistică**, [S.l.], n. 1, p. 105 – 119, 2011. Disponível em: <http://studiidelingvistica.uoradea.ro/docs/1-2011/pdf_uri/FloreaCatarig.pdf>. Acesso em: 8 maio 2015.

FREITAS, Elis Ferrari de. **A representação dos atores sociais e a imagem da mulher no contexto do discurso feminista em contos de Marina Colasanti**. 2010. Dissertação (mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, UERJ, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2633> Acesso em: 14 set. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUENTCHÉVA, Zlatka. Introduction. In: Guentchéva, Z. (Org.). **L'énonciation médiatisée**. Louvain-Paris: Éditions Peeters, 1996. p. 11-18.

GUENTCHÉVA, Zlatka. L'opération de prise en charge et la notion de médiativité. In: DENDALE, Patrick; COLTIER, Danielle. **La prise en charge énonciative**: études théoriques et empiriques. Bruxelles: De Boeck, 2011. p. 117- 142.

GUENTCHÉVA, Zlatka. L'énonciation médiatisée en bulgare. **Revue des Etudes Slaves**, [S.l.], t. 62, fasc. 1-2, p. 179-196, 1990. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/slave_0080-2557_1990_num_62_1_5876>. Acesso em: 15 jan. 2017.

GUENTCHÉVA, Zlatka. Manifestations de la catégorie du médiatif dans les temps du français. **Langue Française**, [S.l.], n. 102, v. 102, p. 8-23, 1994. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lfr_0023-8368_1994_num_102_1_5711>. Acesso em: 17 jan. 2015.

GUENTCHÉVA, Zlatka; DESCLÉS, Jean-Pierre. **'Evidentiality' et médiativité**. Paris: Sorbonne, 2000. Disponível em: <http://linguistica.sns.it/Chronos11/Abstract/172_Guencheva%20et%20Descles_%20Evidentiality.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2015.

JAKOBSON, R. Shifters. Verbal categories and the Russian verb. **Selected Writings of Roman Jakobson**, Mouton, v. 2, p. 386-392, 1971. Disponível em: <<https://www.bibsonomy.org/bibtex/222c7e6a06ee137641f9fd5cc0cfc2971/sourcefilter>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

LAZARD, Gilbert. Caractères distinctifs de la langue tadjik. **Bulletin de la Société de Linguistique de Paris**, Paris, v. 1, t. 52, fasc. 1, p. 177-186, 1956.

LUGRIN, Gilles. Le mélange des genres dans l'hyperstructure. **Semen**, [S.l.], 13, 2001. Disponível em: <<http://semen.revues.org/2654>>. Acesso em: 04 maio 2015.

LUGRIN, Gilles. Les ensembles rédactionnels: multitexte et hyperstructure. **Médiatiques**, [S.l.], p. 34-36, 2000. Disponível em: <http://serval.unil.ch/?id=serval:BIB_D811DEA5AAEC>. Acesso em: 04 maio 2015.

MAGALONA, Sara. Entre a vida e a morte. **Superinteressante**, São Paulo, p. 16, jul. 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARNETTE, Sophie. L'effacement énonciatif dans la presse contemporaine. **Langages**, [S.l.], n. 156, p. 51-54, 2004. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_2004_num_38_156_963>. Acesso em: 15 jan. 2017.

MARTINS, Ana. Evidencialidade no discurso dos media. **Estudos Linguísticos/Linguistic Studies**, Lisboa, n. 5, p. 235-245. 2010. Disponível em: <http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n5_fulltexts/5q%20ana%20martins.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2015.

MOIRAND, Sophie. De l'aire de la page a l'hyperstructure et a l'ecran: coment lire et analyser la presse quotidienne ordinaire. **CAUCE**, Revista Internacional de Filologia y su Didáctica, [S.l.], n. 29, 2006. p. 295-320. Disponível em: <<http://institucional.us.es/revistas/cauce/29/14Moirand.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2015.

MOURIQUAND, Jacques. **L'écriture journalistique**. 5. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2015. (Col. Que sais-je ?).

NOGUEIRA, Salvador. O que significa o ser humano. Ilustração André Ducci. **Superinteressante**, São Paulo, p. 34-35, abr. 2004.

NOVODVORSKI, Ariel. **A representação de atores sociais nos discursos sobre o ensino de espanhol no Brasil em corpus jornalístico**. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) -- Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.digital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ALDR-7LTGCN/1245_m.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 jan. 2017.

OLIVEIRA, Janaína Minelli de. **As vozes da ciência**: a representação do discurso nos gêneros artigo acadêmico e de divulgação científica. 2005. Tese (doutorado em Linguística Aplicada) -- Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

PANDOLFI, Robson. A verdade sobre o glúten. **Superinteressante**, São Paulo, n. 335, p. 26-35, jul. 2014.

PASSEGGI, L. et al. A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Org.). **Linguística de texto e análise da conversação**: panorama de pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010. p. 262-312.

PETIT, Gérard. Le statut d'expert dans la presse quotidienne. **Les Carnets du Cediscor**, [S.l.], n. 6, p. 1-14, 2000.

PLUNGIAN, Vladimir A. The place of evidentiality within the universal grammatical space. **Journal of Pragmatics**, [S.l.], n. 33, p. 349-357, 2001. Disponível em: <https://www.academia.edu/1761769/The_place_of_evidentiality_within_the_universal_grammatical_space>. Acesso em: 10 ago. 2015.

RABATEL, Alain. De l'intérêt des postures énonciatives de co-énonciation, sous-énonciation, sur-énonciation pour l'interprétation des textes (en classe). **La Clé des Langues** (Lyon: ENS LYON/DGESCO), [S.l.], 2010. Mis à jour le 28 septembre 2012. Disponível em: <<http://cle.ens-lyon.fr/domaines-de-la-linguistique/de-l-interet-des-postures-enonciatives-de-co-enonciation-sous-enonciation-sur-enonciation-pour-l-interpretation-des-textes-en-classe--145410.kjsp>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

RABATEL, Alain. **Homo narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2016. v. 1: Pontos de vista e lógica da narração, teoria e análise.

RABATEL, Alain. La narratologie aujourd'hui: pour une narratologie énonciative ou pour une approche énonciative de la narration? **Vox Poetica**, [S.l.], 2003. Disponível em: <<http://www.vox-poetica.org/t/lna/rabatel.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

RABATEL, Alain. La part de l'énonciateur dans la co-construction interactionnelle des points de vue. **Marges linguistiques**, [S.l.], n.9, p. 115-136, 2005.

RABATEL, Alain. L'effacement énonciatif dans les discours rapportés et ses effets pragmatiques. **Langages**, [S.l.], ano 38, n.156, p. 3-17. 2004. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_2004_num_38_156_960>. Acesso em: 15 ago. 2015.

RABATEL, Alain. Positions, positionnements et postures de l'énonciateur. **Linha d'Água**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 159-183, 2013.

RABATEL, Alain. Postures énonciatives, variable générique et stratégies de positionnement. In: ANGERMULLER, Johannes; PHILIPPE, Gilles. **Analyse du discours et dispositifs d'énonciation**: autour des travaux de Dominique Maingueneau, tradução Euclides Moreira Neto. Limoges: Lambert-Lucas, 2015. p. 125-135.

RABATEL, Alain. Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limitée... **Langue Française** - La notion de prise en charge em linguistique, [S.l.], n. 162, juin, p. 23- 27, 2009. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-langue-francaise-2009-2-page-71.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

RABATEL, Alain; CHAUVIN-VILENO, Andrée. La "question" de la responsabilité dans l'écriture de presse. **Semen** - Revue de semio-linguistique des textes et discours, [S.l.], p.5-24, 2006. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00366905/file/Semen_22-Rabatel-Chauvin-La_question_de_la_responsabilite.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

RODRIGUES, M. G. S.; PASSEGGI, L.; SILVA NETO, J. G. da. “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso polêmico de renúncia. In: RODRIGUES, M. das. G.; PASSEGGI, L.; SILVA NETO, J. G. da. (Org.). **Análises textuais e discursivas: metodologias e aplicações**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 150-195.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos Santos. Educação científica na perspectiva de letramento como prática social: funções, princípios e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, [S.l.], v. 2, n. 36, set./dez. 2007. p. 474-550. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n36/a07v1236.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

SARDINHA, Tony Berber. **Linguística de corpus**. Barueri: Manole, 2004.

SCHWANKE, Daniela. O submarino nazista no Brasil. Ilustração: Alexandre Jubran. Design Inara Negrão. Edição Bruno Garattoni. **Superinteressante**, São Paulo, p. 44-47, out. 2014.

SCRIPNIC, Gabriela. **Les indicateurs de l'évidentialité dans les articles éditoriaux**. [S.l.], 2009. Disponível em: <<http://www.discorps.ugal.ro/ProjectSMADDEM/ScripnicMelangesFrancophones2009.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

SOUZA, Juliana Alles de Camargo de. **O infográfico e a divulgação científica midiática (DCM): (entre)texto e discurso**. 2012. Tese (doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2012.

SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Grupo Abril, [2015]. Disponível em: <<http://www.publiabril.com.br/marcas/superinteressante/revista/informacoes-gerais>>. Acesso em: 18 out. 2015.

SUPERINTERESSANTE: mídia kit da marca. São Paulo: Publiabril, 2017. Apresentação em power point. Disponível em: <<http://publiabril.abril.com.br/marcas/superinteressante>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

SZKLARZ, Eduardo. Medo-Como vencer os seus. **Superinteressante**, São Paulo, n. 331, p. 40-49, abr. 2014.

THOMPSON, Geoff; YIYUN, Ye. Evaluation in the reporting verbs used in academic papers. **Applied Linguistics**, Oxford, v. 12, n. 4, 365-382, 1991.

VAN LEEUWEN, Theo. The representation of social actors. In: CALDAS-COULTHARD, C. R.; COULTHARD, M. (Ed.). **Texts and practices: reading in critical discourse analyses**. London: Routledge, 1996. cap. 3, p. 39-69. Disponível em: <<http://www.felsemiotica.org/site/wp-content/uploads/2014/10/Caldas-Coulthard-Carmen-Rosa-and-Coulthard-Malcolm-Eds.-Texts-and-Practices.-Readings-in-Critical-Discourse-Analysis.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

VIEIRA, Cássio Leite. **Pequeno manual de divulgação científica: dicas para cientistas e divulgadores de ciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Ciência Hoje, 2006.

APÊNDICE A - ARTIGO PRINCIPAL DA R1 *MEDO: COMO VENCER OS SEUS*

1 Estudos comprovam: sentimos dez vezes mais medo do que nossos pais. O mundo está
2 mergulhado nele. Saiba como chegamos a esse ponto – e o que fazer para se libertar
3 Você acorda, escova os dentes, se veste, sai para a rua. Pode ser atropelado, assaltado,
4 empurrado no metrô. Se estiver de carro, pode sofrer um acidente de trânsito – ou ficar preso
5 no meio de uma enchente. Ao chegar ao escritório, seu chefe olha estranho... pode estar
6 pensando em demiti-lo. (Talvez você não dê conta do trabalho.) A geladeira pode ter um curto
7 e incendiar sua casa enquanto você está fora. Aliás, será que você se lembrou de trancar a
8 porta? Sua cara-metade pode ter decidido trair – ou largar – você. O clima do planeta pode ter
9 desandado de vez, com consequências terríveis para a humanidade. A inflação pode voltar e
10 levar o seu dinheiro. Você pode apanhar da polícia – ou ser incendiado por black blocs. Pode
11 pegar gripe suína e morrer em dias. Os agrotóxicos da comida podem estar envenenando
12 você. O seu avião pode cair. Você pode ser rejeitado. Fracassar na vida. Aquela dorzinha na
13 barriga... pode ser câncer. E, pior ainda, tudo isso pode acontecer com as pessoas que você
14 mais ama. Nunca houve tantos motivos para sentir medo. E isso está nos afetando. Segundo
15 dados do Instituto Nacional de Saúde Mental dos EUA, 20,8% das pessoas têm transtorno de
16 ansiedade, ou seja, passam o tempo inteiro com medo de alguma coisa (pois a ansiedade nada
17 mais é do que medo antecipado, de algo que pode ou não ocorrer). É dez vezes mais do que na
18 década de 1980. Mesmo que você não seja uma delas, certamente já se sentiu incomodado por
19 algum tipo de medo. Ele se tornou o maior problema psicológico do nosso tempo – e virou
20 parte do dia a dia de todo mundo.

21 Ter medo não é ruim. Nós só estamos aqui, afinal, porque nossos antepassados eram
22 medrosos e viviam fugindo do perigo. O cérebro humano evoluiu para ser extremamente
23 sensível a ele. Mas isso aconteceu há milhares de anos, quando a vida era muito diferente.
24 Hoje, a quantidade de situações e estímulos que podem nos causar receio é incalculavelmente
25 maior. Daí a explosão de medo na cabeça das pessoas. Não precisa ser desse jeito. Mas,
26 primeiro: por que isso aconteceu?

27 UM CÉREBRO, DUAS MENTES

28 O cérebro humano quase triplicou ao longo da evolução. Passou de 600 cm³ no *Homo habilis*
29 (há 2 milhões de anos) aos 1.400 cm³ do *Homo sapiens*, 150 mil anos atrás. Nossa massa
30 cinzenta foi crescendo e ganhando camadas, cada uma mais complexa que a anterior, até
31 chegar ao neocórtex – sua parte mais externa, enrolada como uma linguça, responsável por
32 funções mentais como pensamento e linguagem. Tudo o que você tem de racional está ali. Só

33 que mais para dentro, no miolo do cérebro, existe outra coisa: o chamado sistema límbico. É
34 uma parte mais primitiva, que coordena reações instintivas. Seu pedaço mais importante é a
35 amígdala, que detona as sensações de medo. “Você está caminhando por um bosque, vê uma
36 cobra, se assusta e imediatamente pula para trás, sem sequer pensar a respeito. A amígdala é a
37 responsável por essa resposta”, explica Raül Andero, neurocientista da Emory University, nos
38 EUA. Como as cobras eram um perigo constante para nossos ancestrais, a evolução moldou o
39 cérebro para ter medo delas. Prova disso é que macacos criados em laboratório, que nunca
40 viram uma cobra, se assustam se forem colocados diante de uma (em compensação, se eles
41 tiverem a amígdala retirada, deixam de sentir todos os tipos de medo). Os medos são
42 disparados pela parte primitiva do cérebro.

43 Quando você anda pela rua pensando nas férias, o seu cérebro avançado está decidindo para
44 onde quer viajar. Mas o cérebro instintivo, sem que você perceba, também está a todo o
45 vapor, de olho nas ameaças imediatas (um buraco no chão, por exemplo). Os dois são
46 interligados, se comunicam, influenciam um ao outro. Por isso, os psicólogos preferem dividir
47 a mente em dois *sistemas*: o Sistema 1 e o Sistema 2. Cada um é um conjunto de processos
48 mentais envolvendo várias regiões do cérebro.

49 O Sistema 1 é intuitivo, rápido, emotivo, inconsciente, automático. Sabe aquele
50 pressentimento que você tem quando conhece alguém? É o Sistema 1 em ação. Ou quando
51 volta para casa de forma automática, sem precisar relembrar o caminho? Sistema 1. Tudo o
52 que você faz sem pensar – inclusive sentir medo – é obra do Sistema 1. Já o Sistema 2 é o
53 contrário: ele é o pensamento, lento, consciente, racional. A sua consciência mora dentro dele.
54 “Mas o Sistema 1 é o autor secreto de muitas escolhas e julgamentos que você faz”, explica o
55 psicólogo israelense Daniel Kahneman, ganhador do Prêmio Nobel de Economia e autor de
56 *Rápido e Devagar*, livro que discute a relação entre os dois sistemas.

57 O Sistema 1 é essencial para a sobrevivência. É o instinto que nos permite reagir rapidamente
58 a ameaças – seja uma cobra ou um ônibus que avança sobre a faixa de pedestres bem na hora
59 que você está atravessando. O problema é que o Sistema 1 usa regras rudimentares, muitas
60 vezes erradas, para dosar o medo que vamos sentir das coisas. Por exemplo. Quanto mais
61 você se lembra (ou é lembrado) de uma ameaça, mais medo o Sistema 1 produzirá,
62 independente do real perigo envolvido. E ele também é fortemente influenciado pelo medo
63 que outras pessoas sentem (medo é contagioso). Tudo isso nos leva a receios exagerados e
64 errados.

65 Após os atentados de 11 de Setembro, por exemplo, os americanos ficaram com medo de
66 andar de avião. Muito mais gente decidiu viajar de carro. E, por isso, morreram 1.600 pessoas

67 a mais em acidentes de trânsito nos EUA ao longo de um ano. Avião era, e é, estatisticamente
68 muito mais seguro do que carro. Só que as pessoas se lembraram dos atentados, que tinham
69 sido exaustivamente mostrados pela imprensa, e tomaram a decisão errada. Se tivessem
70 superado o medo, e andado de avião, praticamente todas estariam vivas. “Temos pavor de
71 morrer de repente, junto com outras pessoas”, diz o psicólogo Gerd Gigerenzer, do Instituto
72 Max Planck, na Alemanha, que analisou números fornecidos pelo Ministério dos Transportes
73 dos EUA. “Aí tomamos a decisão errada, e pulamos da frigideira para o fogo.”

74 Há inúmeros exemplos assim, de medo irracional. Como a mãe que tem medo que seu filho
75 fume maconha, mas não vê problema se ele encher a cara – sendo que o álcool é
76 comprovadamente mais prejudicial à saúde. A pessoa que tem medo de usina nuclear, mas
77 adora ir à praia se expor à radiação solar, algo muito mais arriscado (só o Brasil registra 120
78 mil casos de câncer de pele por ano). E você tem mais medo de diabetes, aids, ou acidentes de
79 trânsito? No Brasil, a aids (71%) e os acidentes (58%) lideram com folga. E a diabetes nem é
80 citada em pesquisas sobre temores. Mas, pensando racionalmente, é dela que você deveria ter
81 mais medo: em 2010, essa doença matou 54 mil brasileiros, o mesmo que os acidentes de
82 trânsito (42 mil) e a aids (12 mil) somados. Ocorre que os acidentes aparecem todo dia na TV
83 e nos jornais. E o que você acha que terá mais destaque na imprensa, uma celebridade morrer
84 de diabetes ou de aids?

85 A mídia escolhe as coisas para chamar sua atenção. (Por exemplo: esta foto que publicamos aí
86 do lado.) E as coisas que mais chamam a atenção do cérebro são, justamente, as que mais
87 assustam.

88 O MARKETING DO MEDO

89 É por isso que existem tantos programas policiais e notícias sobre violência. “Vivemos num
90 mundo onde somos convocados a sentir medo. Na mídia, é como se estivéssemos em perigo
91 constante, podendo ser assaltados em cada esquina”, diz Luís Fernando Saraiva, do Conselho
92 Regional de Psicologia (CRP) de São Paulo. O marketing também é muito baseado no medo.
93 Bancos e empresas de seguro usam esse argumento abertamente, mas, se você observar bem,
94 verá que outros anunciantes também manipulam nossos temores para vender. Só que usam
95 mensagens mais sutis.

96 “A moda joga com o medo de não pertencer ao grupo”, diz o publicitário dinamarquês Martin
97 Lindstrom, autor de cinco livros sobre as táticas de manipulação usadas pelas empresas.
98 “Aposto que você teria vergonha de sair com a roupa do seu pai, pois se sentiria desconectado
99 da sua tribo”, afirma. “O desodorante traz outro medo, de que você não vai conseguir
100 namorada com seu cheiro. A mesma lógica vale para xampus, branqueadores de dente e

101 academias de ginástica. Afinal, malhamos para estar saudáveis, ou por medo de ficar
102 flácidos?”, questiona Lindstrom. Se você não comprar o carro X, seu filho vai ficar com
103 vergonha quando você for buscá-lo na escola. E por aí vai. Boa parte da propaganda explora o
104 medo da rejeição social.

105 E esse medo nunca foi tão forte. Nunca estivemos tão ligados uns aos outros, mas, ao mesmo
106 tempo, nunca sentimos tanto medo de não sermos aceitos. Você já deve ter percebido isso
107 quando postou alguma coisa nas redes sociais – e imediatamente ficou ansioso sobre quantos
108 likes aquilo iria ter ou deixar de ter. Um estudo feito pela agência de publicidade JWT com
109 1.270 americanos e ingleses constatou que 40% dos usuários do Facebook têm medo de não
110 serem incluídos nas conversas online dos amigos. “O mundo exige cada vez mais de nós. Não
111 conseguimos nos desconectar, e aí sentimos mais ansiedade”, diz o psicólogo Saraiva.

112 Políticos espalham temores para arrebanhar votos, jornalistas faturam em cima de catástrofes,
113 biólogos citam vírus letais quando querem obter fundos para desenvolver vacinas... Todo
114 mundo propaga o medo. Mas não faz isso só por maldade ou interesse próprio. “Se eu disser
115 que há uma doença mortal se espalhando na sala onde você está, você sairá dela mesmo sem
116 saber se é verdade. E vai avisar as outras pessoas”, diz Lindstrom. “Milhares de anos atrás,
117 também espalhávamos a notícia de uma planta venenosa, porque isso aumentava a chance de
118 sobrevivência do grupo.” Ou seja: conforme cada pessoa absorve mais medo, ela também se
119 torna propagadora, espalha esse medo para os outros. É uma reação instintiva.

120 Ok, sentimos cada vez mais medo porque nosso pobre cérebro é imperfeito – e o mundo
121 moderno explora seus defeitos como nunca. E agora?

122 COMO VENCER O MEDO

123 Você certamente já se arrepiou vendo filmes de terror. E gritou dando piruetas na montanha-
124 russa. Estranho: você estava aterrorizado, mas adorou cada segundo. Isso acontece porque em
125 situações normais, como no cinema ou no parque, a parte avançada do cérebro permanece no
126 comando. Você se diverte porque mantém o controle. O seu instinto de medo é ativado, mas a
127 consciência sabe que não se trata de um perigo real. Então acontece uma descarga de
128 adrenalina acompanhada de dopamina – neurotransmissor associado ao prazer. E você sente
129 aquele gostoso friozinho na barriga.

130 Mas, em situações de perigo real, como um assalto, isso não acontece. A amígdala passa por
131 cima de todo o resto e impõe um temor incontrolável. Quando alguém desenvolve medo
132 crônico, fobias ou transtorno de estresse pós-traumático, situações cada vez mais comuns no
133 mundo moderno, a amígdala fica disparando o tempo inteiro. “Por isso, a pessoa apresenta
134 grande ansiedade no dia a dia”, explica o neurocientista Raúl Andero, da Universidade

135 Emory. Já estão sendo criados medicamentos que podem aliviar ou suprimir o medo (mais
136 sobre isso daqui a pouco), mas, na maioria dos casos, a principal solução é terapia. Não só a
137 terapia feita em consultório. Há coisas que você mesmo pode fazer.

138 A principal delas se chama terapia cognitivo-comportamental (TCC). Ela nos ensina a mudar
139 os pensamentos ruins que ficam estimulando a amígdala e gerando ansiedade. “A forma como
140 pensamos influencia a maneira como sentimos. Portanto, mudar o modo como pensamos pode
141 mudar como nos sentimos”, resume o psiquiatra Aaron T. Beck, pai da TCC, no livro *The*
142 *Anxiety and Worry Workbook* (“O Manual da Ansiedade e da Preocupação”, inédito no
143 Brasil). Se antes da entrevista de emprego você pensa “Não tenho ideia do que dizer; eles
144 acharão que sou um idiota”, vai se sentir tenso e ansioso. Mas se em vez disso você pensar
145 “Estou bem preparado para a entrevista e vou causar uma boa impressão”, ficará mais calmo e
146 confiante. Pode parecer banal, mas funciona. Tem efeitos neurologicamente comprovados.

147 A exposição gradual da pessoa ao objeto ameaçador também ajuda a superá-lo. A
148 neurologista Katherina Hauner, da Universidade Northwestern, utilizou essa técnica – que se
149 chama dessensibilização – para tratar fobia de aranhas. Ela monitorou o cérebro de pessoas
150 que tinham muito medo e não conseguiam nem olhar para os aracnídeos. Esses voluntários
151 foram sendo expostos às aranhas, aos pouquinhos, sem ultrapassar o limite de cada um. Ao
152 fim do processo, a maioria conseguiu se aproximar e até tocar nas aranhas. Seus cérebros
153 tinham mudado fisicamente. “A terapia mudou a rede de neurônios ligados ao medo, e
154 reorganizou a resposta do cérebro ao objeto ou à situação temida”, concluiu Katherina.

155 Em seu novo estudo, publicado no final de 2013, ela foi além: mostrou, pela primeira vez, que
156 é possível apagar medos enquanto uma pessoa dorme. Numa experiência meio cruel, que
157 lembra aquelas feitas em ratos, a cientista condicionou um grupo de voluntários humanos a ter
158 medo de certo rosto. Quando eles viam esse rosto, eram expostos a um cheiro específico e
159 levavam um choque elétrico. Em pouco tempo, aconteceu o óbvio: as pessoas associaram o
160 choque aos dois sinais (o rosto e o cheiro), e passaram a ter medo deles. Aí, Hauner resolveu
161 tentar algo revolucionário: apagar o medo. Deixou que os participantes dormissem, e os expôs
162 àquele mesmo cheiro, para que eles evocassem a memória ruim. A diferença é que, agora, não
163 aplicou choques. Deu certo. As pessoas deixaram de ter medo do cheiro – apenas o medo do
164 rosto persistiu.

165 A técnica de apagar medos durante o sono é experimental, ainda não existe fora dos
166 laboratórios de pesquisa. Mas é possível conseguir o mesmo efeito com um procedimento
167 bem conhecido: a hipnose. “Vivemos tão condicionados no dia a dia que usamos nossa mente
168 de forma muito limitada. Em geral, não comemos quando temos fome, e sim quando está na

169 hora de comer”, diz o psiquiatra italiano Leonard Vereá, especialista em hipnose. “A hipnose
170 auxilia a pessoa a estimular a própria mente, para sair da acomodação e ultrapassar
171 obstáculos.”

172 Segundo Vereá, o medo é a dificuldade de lidar com uma coisa desconhecida. Isso pode gerar
173 tensão suficiente para ultrapassar os limites da pessoa e fazer com que ela entre numa espécie
174 de curto-circuito mental. Quem tem ataques de pânico, por exemplo, perde a capacidade de
175 imaginar situações. “E quanto menos ela consegue imaginar, maior a sua ansiedade e menores
176 os seus limites de tolerância frente à situação”, diz ele. “A hipnose ajuda o indivíduo a
177 imaginar que pode sair disso e viver com tranquilidade. Ele sai do pânico aproveitando seus
178 próprios recursos, conscientes e inconscientes.”

179 A psicanálise e diversas outras terapias também têm se mostrado eficientes para lidar com o
180 medo e a ansiedade. O sucesso não depende da linha terapêutica em si, até porque tudo
181 depende da relação entre o terapeuta e o paciente. Mas existe uma condição básica para que
182 uma terapia dê certo. “O bom atendimento é aquele que não se limita a combater os sintomas.
183 É o que procura entender a causa do problema no cotidiano de cada pessoa”, diz o psicólogo
184 Luís Fernando Saraiva. Faz sentido: você pode tomar calmantes para dormir. Mas se não
185 entender o que está tirando seu sono, pouco adianta.

186 O FIM DOS MEDOS

187 A maioria de nós passa por algum trauma na vida – assalto, sequestro, acidente, desastre
188 natural, abuso ou a perda repentina de alguém querido. E cerca de 10% dos que vivem um
189 trauma (até 14% no caso das mulheres) vão desenvolver o chamado transtorno de estresse
190 pós-traumático (TEPT). Eles revivem a cena em pesadelos e flashbacks aterradores. Sentem
191 tanto medo que chegam a se isolar do convívio social. Muitos conseguem se curar total ou
192 parcialmente com terapia. Mas algumas pessoas nunca se recuperam. Nesses casos, a grande
193 promessa são os estudos voltados à prevenção do medo. Eles buscam evitar que a emoção
194 negativa seja gravada no cérebro. Fazendo pesquisas em ratos, cientistas descobriram que
195 injeções de substâncias como cortisol reduzem a chance de sofrer os transtornos. Cortisol é o
196 hormônio do estresse. Quanto mais estresse você tem, mais a memória é fixada. No entanto,
197 por um motivo que ainda não é bem compreendido, tomar uma grande dose de cortisol reduz
198 a fixação do trauma.

199 “Daqui a cinco ou dez anos, tomaremos um comprimido após experiências ruins. E isso
200 reduzirá drasticamente a possibilidade de desenvolver um trauma”, diz Andero. O remédio
201 terá preço acessível, como a pílula do dia seguinte (usada para bloquear o desenvolvimento de
202 gravidez), e você poderá comprá-lo na farmácia após uma situação ruim, como um assalto. Os

203 sintomas do trauma não se fixarão na memória e você terá mais chances de seguir sua vida
204 normal. “Como o medo é um fenômeno complexo, não dá para preveni-lo atuando num só
205 receptor do cérebro. Por isso, haverá dois ou três fármacos na mesma pílula”, acredita o
206 pesquisador.

207 A ideia da pílula do medo não é eliminar a memória do acontecimento, e sim as emoções
208 negativas associadas a ele. Você se lembraria do assalto, mas sem trauma. Como todo
209 medicamento, claro, o perigo é o uso indiscriminado. Imagine um mundo onde ninguém
210 tivesse medo de nada, nunca. Ele poderia evoluir de modo imprevisível, com explosões de
211 violência e ondas de solidão. “Faz parte da vida sentir medo e ficar ansioso. O que temos que
212 avaliar é o limite, ou seja, quando essas sensações se tornam insuportáveis. Aí sim merecem
213 intervenção”, diz Saraiva. Para ele, a sociedade nunca teve tão pouca tolerância a emoções
214 negativas. Terminou o namoro? Tem que estar bem no dia seguinte. A mãe morreu? Precisa
215 levantar o astral. “Frente a qualquer sensação ruim, as pessoas já procuram tratamento, como
216 se não pudessem sentir o que sentem”, diz. Nunca sentimos tanto medo – e, pior, nunca
217 tivemos tanto medo dessa sensação. Talvez a chave do problema, e sua grande solução,
218 morem justamente aí. Perder o medo do medo.

APÊNDICE B - ARTIGO PRINCIPAL DA R2 A VERDADE SOBRE O GLÚTEN

1 De uns tempos para cá, ele virou o novo vilão da alimentação. E pode estar por trás da
2 epidemia de obesidade no mundo. Mas o que é glúten, afinal? E será que você deveria riscá-lo
3 da sua dieta?

4 Segundo um estudo do Centro para Controle e Prevenção de Doenças (CDC), a incidência de
5 alergias alimentares no mundo cresceu nada menos que 50% entre 1997 e 2013. Entre as
6 crianças, a situação é ainda pior – na China os casos mais que dobraram, na Europa subiram
7 700% e, no Brasil, 2 milhões têm algum tipo de alergia à comida. As alergias sempre
8 estiveram ligadas a uma predisposição genética. Mas como explicar a explosão de casos nos
9 últimos anos? Nosso DNA não mudou muito nesse período. Mas a comida que comemos,
10 sim. Segundo o Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento (IDRC), com sede
11 no Canadá, metade de todas as calorias consumidas no planeta vem de apenas três alimentos:
12 arroz, milho e trigo. O trigo é o mais cultivado deles, e está em muitas comidas que as pessoas
13 consideram especialmente gostosas – como pão, cereais matinais, pizza, massas, cerveja. Ele
14 está presente até onde nem o esperamos, como na massa de tomate e na batata frita congelada.
15 Resultado: nunca comemos tanto trigo quanto hoje.

16 Mas ele virou o novo vilão da alimentação. Tudo por causa de uma proteína que traz dentro
17 de si: o glúten. Ela também está presente em outros alimentos, como a cevada e o centeio,
18 mas a consumimos principalmente por meio do trigo. Desde a década de 1950, o número de
19 pessoas com alergia a glúten quadruplicou no mundo. E o número de adeptos do movimento
20 *gluten-free* não para de crescer. Só nos EUA, 28,5% das pessoas dizem que querem reduzir ou
21 eliminar essa substância da dieta, e o mercado de comida sem glúten já movimenta mais de
22 US\$ 10 bilhões por ano. Desde 2012, foram 1.500 novos produtos lançados nos EUA.

23 Isso é uma moda? Afinal, devemos ou não comer glúten? A resposta não é tão simples quanto
24 a pergunta. Primeiro, precisamos entender o que ele é.

25 A ÚLTIMA CEIA DE OTZI

26 Em uma geleira perto do monte Similaun, na fronteira da Áustria com a Itália, Otzi caçava
27 com seus companheiros quando se deparou com um grupo rival. Ferido por uma flecha, que
28 atingiu uma artéria no ombro, Otzi morreu bem rápido. Seu corpo só seria encontrado mais de
29 5 mil anos depois, por um casal de moradores locais que o avistou parcialmente coberto por
30 gelo, em 1991. No intestino daquele que ficou conhecido como o Homem do Gelo do Tirol –
31 homenagem à região em que foi descoberto, Tirol do Sul, na Itália –, foram encontrados
32 restos de trigo, consumido na forma de pão ázimo. O caso de Otzi revela que o grão é

33 consumido há milhares de anos. Até antes dele, na verdade: há evidências de que a
34 humanidade já comia trigo no ano 7500 a.C. Até a Bíblia fala no “pão nosso de cada dia”. No
35 Deuteronômio, Moisés descreve a “Terra Prometida” como um lugar mágico, farto em trigo,
36 cevada e vinhas. O trigo foi essencial para o avanço da civilização. Mas por que, então, agora
37 ele virou o grande malfeitor da dieta moderna? Supostamente, por dois motivos: porque a
38 planta mudou, não é mais a mesma, e porque estamos comendo trigo demais.

39 Para o neurologista americano David Perlmutter, autor do livro *A Dieta da Mente*, o problema
40 está nas modificações feitas por agricultores. Na segunda metade do século 20, eles passaram
41 a cruzar vários tipos de trigo para produzir variedades mais fortes e aumentar a produtividade
42 na lavoura. Com isso, a planta sofreu várias modificações.

43 A mais visível é a estatura. As variedades antigas atingiam mais de um metro. Mas os
44 agricultores passaram a buscar tipos menores, com aproximadamente 40 centímetros, o que
45 facilita a colheita mecanizada. O ciclo de vida da planta também foi modificado. Ele é cada
46 vez mais curto, pois isso permite um melhor aproveitamento da terra (que é liberada mais
47 depressa). Além disso, nas variedades antigas, havia perdas quando os grãos se desprendiam
48 da espiga e caíam no chão. No trigo de hoje, os grãos não se soltam com tanta facilidade.

49 De fato, as mais de 25 mil variedades de trigo existentes atualmente diferem – e muito – das
50 linhagens selvagens, como o *emmer* e o *eikorn*. Esse trigo primitivo não continha glúten, mas
51 era pouco produtivo e ruim para fazer pães. Foi graças a um cruzamento natural com outra
52 gramínea, a *Aegilopstauchii*, que o trigo cultivado atualmente ganhou a presença de glúten.

53 E isso foi uma coisa boa, tanto que uma das características mais valorizadas no trigo é a
54 chamada “força de glúten”, que ajuda muito na produção de pães. “É ela que deixa o pão fofo,
55 alto e bonito. Se não tiver uma força de glúten mínima, o pão não cresce”, explica o
56 pesquisador Eduardo Caeirão, que trabalha com melhoramento genético na Embrapa Trigo.

57 As modificações no trigo, e o conseqüente aumento na produtividade, serviram para abastecer
58 a indústria de alimentos, que passou a utilizá-lo em inúmeros produtos. O trigo é barato,
59 gostoso e útil. É muito usado como espessante (para dar consistência aos alimentos), e o
60 glúten ajuda a estabilizar os demais ingredientes.

61 Mas, para alguns médicos, esse processo de desenvolvimento do trigo pode ter ido longe
62 demais, e estar causando efeitos ruins. “O trigo foi esticado, costurado, cortado e recosturado,
63 para transformar-se em algo totalmente singular, quase irreconhecível quando comparado com
64 o original, e mesmo assim atendendo pelo mesmo nome: trigo”, diz o cardiologista americano
65 William Davis, cujo livro *Barriga de Trigo* ficou 50 semanas entre os mais vendidos nos
66 EUA.

67 Essa teoria, de que o melhoramento genético do trigo possa ter criado um monstro, é apenas
68 uma teoria – e bastante questionada pelos pesquisadores da área. Isso porque os cruzamentos
69 genéticos ocorrem há milênios e, em alguns casos, acontecem de forma natural, sem a ação do
70 homem. Não há comprovação científica de que esse processo tenha modificado a forma como
71 o trigo é digerido. Mas há quem acredite que isso possa ter acontecido. “Não há um só sistema
72 no organismo que não seja afetado pelo trigo”, ataca Davis. “Da fadiga à artrite, do
73 desconforto gastrointestinal ao ganho de peso, todos [esses males] têm como origem o
74 alimento, de aparência inocente, que cada um de nós come todas as manhãs”, acredita. Por
75 essa tese, o trigo pode estar nos fazendo mal – e ser o grande responsável pela epidemia de
76 obesidade no mundo (que não é apenas uma questão estética, pois está ligada a uma série de
77 doenças graves, como problemas cardíacos).

78 O TRIGO NO CÉREBRO

79 Primeiro, vem aquela vontade incontrolável. A pessoa fica ansiosa, agitada, com uma
80 verdadeira fissura de consumir o produto. Quando ela finalmente consome, uma substância
81 cai na sua corrente sanguínea e vai até o cérebro, onde se encaixa nos receptores opioides –
82 que produzem uma imediata sensação de prazer. Poderíamos estar falando da heroína, uma
83 das drogas mais potentes que existem. Mas estamos falando da gliadina, uma das duas
84 proteínas que formam o glúten (a outra se chama glutenina). Ela age sobre os mesmos
85 receptores cerebrais atingidos pela heroína. Da mesma forma que usar uma droga gera a
86 vontade de voltar a usá-la, ingerir trigo pode dar vontade de comer mais.

87 Esse mecanismo ainda não foi comprovado por nenhum estudo. Mas uma pesquisa recente
88 sugere que, sim, poder haver uma relação direta entre glúten e ganho de peso. Em 2012,
89 pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) testaram dois grupos de
90 ratinhos. Eles tinham as mesmas características genéticas, a mesma idade e receberam
91 alimentação idêntica. Foram tratados da mesma forma, exceto por uma coisa: os cientistas
92 adicionaram glúten à ração de um dos grupos de ratinhos.

93 Os resultados foram claros. Após dois meses de experimento, os animais que não haviam
94 ingerido glúten ganharam 11% menos peso que os outros. Já os ratinhos que receberam o
95 glúten, por outro lado, desenvolveram 32% mais gordura abdominal, e sua taxa de glicose no
96 sangue ficou 24% maior. Tudo isso mantendo uma dieta idêntica, tanto em calorias quanto em
97 alimentos, aos demais ratos. A única diferença era a presença ou ausência de glúten. “Nosso
98 estudo demonstrou que o glúten possivelmente diminui a utilização das reservas de gordura
99 no organismo. Ele também pode levar ao excesso de glicose no sangue”, explica a professora

100 de nutrição clínica Fabíola Lacerda, líder do estudo. “Dessa forma, a ingestão de glúten
101 poderia ser um dos fatores que dificultam o tratamento do excesso de peso.”

102 A relação do glúten com o ganho de peso e de gordura corporal tem outra consequência
103 negativa para o organismo: o aumento dos processos inflamatórios. Quando você ganha peso,
104 as suas células de gordura se expandem. Por motivos que ainda não são bem compreendidos,
105 isso desencadeia uma resposta imunológica. O seu organismo manda células de defesa para o
106 tecido gorduroso, onde elas causam pequenas inflamações. É um processo crônico, contínuo,
107 e que pode estar ligado a vários problemas. “Esse processo pode levar à maior propensão para
108 infarto e diabetes do tipo 2 em pessoas obesas”, afirma Jacqueline Alvarez-Leite, chefe da
109 equipe de Terapia Nutricional na Obesidade Extrema da UFMG. “Assim, retirar o glúten da
110 dieta poderia amenizar a inflamação causada pela obesidade”.

111 Ainda serão necessários mais estudos, inclusive em humanos, para comprovar essa
112 descoberta. Mas ela é intrigante. Significa que, daqui a alguns anos, o glúten possa se tornar
113 algo tão malvisto quanto o açúcar ou a gordura. Algumas pessoas já precisam evitá-lo a todo
114 custo. Ou sofrer as consequências.

115 AS VÍTIMAS DO GLÚTEN

116 Acredita-se que até 6% da população tenha intolerância ao glúten. Para essas pessoas, ingerir
117 alimentos que contêm a mundial proteína é sinônimo de mal-estar e problemas digestivos.
118 Um subgrupo, que reúne 1% das pessoas, tem a chamada doença celíaca. O tema é
119 relativamente novo para o público em geral, e os diagnósticos ainda são escassos: segundo um
120 estudo da Clínica Mayo, nos EUA, 75% dos celíacos nem sabem que têm a doença.

121 A doença celíaca é uma síndrome autoimune, ou seja, em que as células do sistema
122 imunológico atacam o próprio organismo - um processo desencadeado pela ingestão de
123 glúten. Nesses casos, o consumo de qualquer alimento que contenha a substância deve ser
124 eliminado dos hábitos alimentares. “O consumo do glúten faz com que as células de defesa
125 ataquem o próprio organismo. Isso destrói as glândulas, causando uma atrofia do intestino”,
126 explica o gastroenterologista Flávio Steinwurz, do Hospital Albert Einstein. A doença celíaca
127 é de origem hereditária, ou seja, é transmitida de geração em geração.

128 Ainda que o tema apareça (e de certa forma seja) novo, a doença celíaca está entre nós há
129 muito tempo. O primeiro relato dela data de 100 a.C., com o médico grego Arataeus – que a
130 chamou de “diátese abdominal”. Seus escritos foram traduzidos para o latim em 1552, quando
131 a palavra grega para “abdominal”, *Koiliakos*, foi traduzida para o latim como “coeliacus” – de
132 onde deriva o termo celíaco. Mas as reais causas da doença permaneceram obscuras até 1953,
133 quando pesquisadores identificaram a ligação dela com o glúten.

134 Os sintomas mais típicos da doença celíaca (que, é bom lembrar, só pode ser diagnosticada
135 por um médico) incluem diarreia, desconforto abdominal, vômitos, irritabilidade, falta de
136 apetite e anemia. A longo prazo, a pessoa pode apresentar deficiência de ferro, osteoporose,
137 emagrecimento, dermatites, redução dos níveis de cálcio, alterações hepáticas e prisão de
138 ventre. Algumas pesquisas, no entanto, sugerem que as consequências podem ir muito além
139 do intestino. Um exemplo é a dermatite herpetiforme, uma doença crônica que causa sensação
140 de queimadura e coceira na pele. Descoberta em estudos realizados nos anos 60, ela foi a
141 primeira evidência de que a doença celíaca poderia ter efeitos que vão além do sistema
142 digestivo.

143 Revelações como essa desencadearam uma série de estudos similares, e a hipótese de que os
144 danos poderiam chegar ao cérebro logo foi levantada. Análises feitas em pacientes com
145 disfunções neurológicas mostraram a prevalência de doença celíaca em um número espantoso
146 de casos: de 10% a 22,5% dos doentes mentais. Inicialmente, acreditava-se que os danos
147 cerebrais poderiam ser causados pela deficiência de vitaminas, em decorrência de uma má
148 absorção de nutrientes. Mas testes posteriores descobriram processos inflamatórios que
149 afetavam o sistema nervoso central – e que poderiam ser desencadeados pela alergia ao
150 glúten.

151 Um estudo da Universidade de Sheffield, na Inglaterra, encontrou manifestações neurológicas
152 de sensibilidade ao glúten. Entre elas, a chamada ataxia cerebral, que resulta na perda
153 progressiva da coordenação motora e está associada a uma degeneração no cérebro. Durante
154 13 anos, os cientistas acompanharam 500 pacientes que sofriam dessa doença. Um em cada
155 cinco apresentava sensibilidade ao glúten. Entre os casos mais graves, a porcentagem era
156 ainda maior: 45%. Pacientes com esquizofrenia e autismo também podem ser afetados por
157 proteínas como o glúten e a caseína (presente no leite). Mas isso só acontece quando há outros
158 fatores associados, como deficiências enzimáticas ou alterações no intestino. Nesses casos, o
159 glúten pode chegar ao cérebro e interferir na comunicação entre os neurônios. Por isso, retirá-
160 lo da dieta de esquizofrênicos e autistas pode melhorar a coordenação motora, a comunicação
161 e o uso da linguagem – além de diminuir o déficit de atenção. O mesmo ocorre com a
162 eliminação do leite e de seus derivados. “Não é a cura do autismo pela dieta. O que acontece é
163 uma melhora do quadro clínico e, depois, a estabilidade desse quadro”, afirma a nutricionista
164 Nádia Isaac da Silva, autora de uma pesquisa sobre a relação entre hábito alimentar e o
165 autismo. O ganho, ressalta, é gradual e pode levar meses até que a situação apresente alguma
166 melhora.

167 E SE EU QUISER TENTAR?

168 Não há grandes prejuízos em excluir o glúten da dieta, segundo o gastroenterologista Flávio
169 Steinwurz. “É possível até que esse hábito melhore a qualidade da alimentação, uma vez que
170 o indivíduo pode substituí-lo por opções saudáveis, como frutas e legumes”, afirma. De toda
171 forma, é melhor ter uma dieta balanceada do que cortar apenas um ingrediente e esperar
172 milagres. “Grande parte dos casos de obesidade se deve a uma alimentação desequilibrada e à
173 falta de atividade física”, diz a nutricionista Fabíola. “Antes de pensar em qualquer restrição
174 mais drástica, várias mudanças mais básicas devem ser realizadas. A retirada do glúten pode
175 vir a ser um tratamento auxiliar”, completa.

176 Há quem acredite que a culpa pela explosão nas alergias alimentares nem está na comida em
177 si. O que pode estar nos deixando doentes é, acredite, a higiene – o excesso dela. Quem nunca
178 ouviu um pai ou avô dizendo que criança tem mesmo é que se sujar? O corpo humano evoluiu
179 para sobreviver em ambientes imundos, lotados de microrganismos causadores de doenças (na
180 Idade Média, as cidades europeias tinham fossas a céu aberto). Tanto que, dentro do seu
181 corpo, há cerca de dez vezes mais células “invasoras”, vírus e bactérias de todos os tipos, do
182 que células humanas. A melhoria nas condições sanitárias e a invenção dos antibióticos, no
183 século 20, salvaram inúmeras vidas. Mas também podem ter deixado nosso sistema
184 imunológico ocioso, sem muito o que fazer – e pronto para atacar coisas que não são
185 inimigas, como os alimentos. Essa é a chamada “hipótese da higiene”, segundo a qual a
186 alergia estaria crescendo porque as crianças de hoje são muito limpas. Segundo um estudo da
187 Universidade de Florença, a menor exposição a micróbios nos primeiros anos de vida pode ser
188 a causa do aumento de alergias alimentares.

189 Ironicamente, reduzir a exposição ao glúten pode aumentar seus efeitos ruins, principalmente
190 em crianças. Na década de 1980, ele virou vilão da dieta infantil na Suécia. Entre 1984 e
191 1996, os médicos do país recomendaram que as mães retardassem a exposição dos bebês a
192 papinhas que contivessem a proteína. O resultado foi uma explosão de doença celíaca, que
193 aumentou 300% no período. O organismo das crianças passou a rejeitar o glúten, porque não
194 tinha sido exposto a ele quando estava fabricando os primeiros anticorpos. Hoje, os médicos
195 suecos mudaram de opinião, e recomendam que bebês ingiram pequenas quantidades de
196 alimentos com glúten já durante o período de amamentação (a partir dos 5 meses de idade).

197 Ainda há muito a ser descoberto sobre a ação do glúten no corpo humano. Mas tudo indica
198 que ele não é totalmente inocente – nem o terrível vilão que se imagina. Acreditar que uma
199 única substância possa estar na raiz de todos os problemas alimentares modernos pode ser
200 uma aposta perigosa. Até porque você não se alimenta de um único tipo de comida. Além de
201 pouco saudável, seria bem enjoativo.

APÊNDICE C - ARTIGO PRINCIPAL DA R3 MACONHA: REMÉDIO PROIBIDO

1 A erva pode fazer mal: isso todo mundo sabe. Mas, para inúmeras doenças graves, sem
2 medicamentos eficazes no mercado farmacêutico, ela é a salvação. Pacientes sentem no corpo
3 seus benefícios - e os malefícios de não poderem se medicar livremente no Brasil. Em
4 outubro, nos cinemas, a SUPER conta num filme a história de pessoas que lutam contra a
5 ilegalidade para receberem tratamento.

6 Em janeiro deste ano, uma garotinha brasileira de 5 anos viu suas convulsões cessarem.
7 Anny enfrentava até 80 crises por semana (número equivalente a uma crise a cada duas
8 horas), causadas por uma rara síndrome genética, a CDKL5, que desencadeia um tipo grave e
9 incurável de epilepsia. Remédios pesados faziam parte da rotina, mas sem resultados. O
10 antídoto para as convulsões estava num óleo à base de canabidiol (CBD), componente
11 extraído da maconha, sem qualquer efeito psicoativo. Katiele Bortoli e Norberto Fischer, mãe
12 e pai dela, ouviram falar do caso de uma menina americana, portadora da mesma síndrome,
13 que estava controlando as convulsões com CBD. Apesar de nunca terem imaginado que
14 maconha poderia ser remédio, decidiram arriscar. Compraram a substância de um laboratório
15 dos Estados Unidos, enviada ilegalmente para o Brasil. Em apenas nove semanas de
16 tratamento, o diário onde os pais anotavam as crises ficou limpo.

17 Três meses depois, quando as ampolas do óleo acabaram, os registros de ataques epiléticos
18 voltaram a aparecer no papel. A remessa seguinte do produto não foi entregue: ficou retida na
19 Receita Federal. Por ser derivado da *Cannabis sativa*, nome científico da maconha, o CBD
20 está na lista de substâncias proibidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa),
21 órgão que controla o uso de substâncias no Brasil. A impossibilidade de continuar o
22 tratamento comoveu e revoltou o País. Katiele, que viu a filha voltar a convulsionar, não teve
23 medo de tornar o caso público assumindo que, perante a lei, ela era traficante. E continuaria
24 sendo, para garantir a saúde e a qualidade de vida da filha.

25 Anny teve sua primeira convulsão aos 45 dias de vida, nos braços da mãe. Quando ela
26 completou 3 anos, as crises começaram a atacar o tempo inteiro, deixando a criança
27 completamente debilitada, sem condições de se desenvolver. O CBD, enfim, era uma
28 esperança. Proibida. O caso de Anny e o uso medicinal da maconha ganharam espaço em
29 jornais, revistas e programas de televisão em 2014. As pessoas se engajaram na causa. Mesmo
30 as propriedades médicas da erva sendo milenarmente conhecidas e seu uso para fins
31 medicinais ser legalizado em países como Canadá e parte dos Estados Unidos, a discussão
32 nunca havia chegado com força ao Brasil. Um assunto sobre o qual reinava o silêncio acabou

33 se revelando como uma possibilidade para centenas de milhares de brasileiros, não só crianças
34 com síndromes raras. Pessoas que sofrem com esclerose múltipla, epilepsia, dores crônicas e
35 até mesmo as que fazem quimioterapia e nem imaginavam que o uso de maconha poderia ser
36 útil, ficaram sabendo de uma terapia alternativa aos tratamentos.

37 A pressão popular foi tanta que o presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, chegou anunciar que
38 o composto sairia da ilegalidade, o que acabou não sendo cumprido. O único efeito colateral
39 conhecido do CBD é sono - muito mais leve do que as reações causadas por drogas tarja preta
40 receitadas pelos médicos. Anny tomou, entre outras medicações, Depakene, aprovada pela
41 Anvisa, indicada para pacientes de epilepsia. A bula possui um tópico dedicado a
42 advertências, que alerta para reações adversas graves como: diminuição das plaquetas,
43 anormalidade na coagulação do sangue, insuficiência fatal no fígado e no pâncreas, excesso
44 de amônia no organismo, que pode causar perturbações no cérebro também fatais, atrofia
45 cerebral e comportamentos suicidas. "Foi a primeira medicação que tiramos quando o CBD
46 começou a funcionar. Ela tomou a vida toda", conta Fischer.

47 A família conseguiu uma ordem judicial e Anny foi a primeira paciente do Brasil a ter
48 autorização para importar um medicamento à base de maconha. Após dez meses de
49 tratamento, os avanços dela estão cada vez mais visíveis. "Se comparada com outras crianças,
50 ela ainda parece muito debilitada, mas, quando comparada com ela mesma, a transformação é
51 incrível", comemora Katiele. "Ela não emitia nenhum som, não tinha expressão nem
52 movimento. Hoje ela consegue segurar o pescoço, chora, ri, reclama", completa. A última
53 crise que ela teve foi no dia 3 de maio.

54 Foi ao jornalista Tarso Araújo que Katiele contou sua história pela primeira vez, numa
55 entrevista para o especial *A Revolução da Maconha*, da SUPER, quando o editor estava em
56 busca de um paciente de epilepsia que se tratasse com maconha no País. "Eu fiquei
57 sensibilizado com a história da Katiele. Era um absurdo que ela não pudesse medicar a filha.
58 Isso me mobilizou, não só profissionalmente, mas pessoalmente", conta o jornalista. A
59 colaboração dele não parou numa reportagem: acionou um advogado para ajudar a família,
60 criou a campanha *Repense* para difundir informações sobre *cannabis* medicinal e chamou os
61 amigos Raphael Erichsen e Rodrigo Braga para fazer um filme. No final de março, lançaram o
62 curta *Illegal*, peça responsável por alastrar a história pelo País. A repercussão mostrou como o
63 assunto é, ao mesmo tempo, tabu e mobilizador. Deu fôlego para a produção de um
64 documentário, em parceria com a SUPER, que estará nos cinemas este mês. Nele, estão
65 traçadas as trajetórias de pessoas que lutam para se medicar legalmente, ou para cuidar de
66 seus filhos, como é o caso de Katiele. "A família foi muito corajosa, eles não deram para trás

67 em nenhum momento. Estavam dispostos a fazer o que fosse preciso para garantir que a Anny
68 tivesse direito ao medicamento que estava salvando a vida dela", lembra Tarso.

69 ILEGALIDADE VICIOSA

70 Hoje, no Brasil, a burocracia é a seguinte: para utilizar substâncias listadas como proibidas é
71 preciso fazer uma solicitação de importação à Anvisa, que inclua laudo e parecer médico.
72 Mas, justamente por serem proibidas, os médicos não têm permissão para prescrevê-las e
73 correm o risco de terem o registro profissional cassado pelo Conselho Federal de Medicina. A
74 proibição da maconha no País também faz com que não seja fácil ter acesso à planta para o
75 desenvolvimento de pesquisas. E é justamente pela escassez de estudos que a Anvisa alega ser
76 inviável liberar o uso medicinal. Enfim: não tem pesquisa porque é proibido, e é proibido
77 porque não tem pesquisa. Um ciclo vicioso que entrava o conhecimento científico, deixa os
78 médicos de mãos atadas e limita o acesso dos pacientes à saúde.

79 Desde o caso da Anny com o CBD, a Anvisa recebeu 77 pedidos de importação de derivados
80 de maconha por pacientes (número fornecido pela agência no início de setembro). Destes, 58
81 foram aprovados, sete estão em análise, outros sete necessitam completar as exigências de
82 informação solicitadas e um foi arquivado. Dois casos foram liberados por autorização
83 judicial, um deles o da estudante de Terapia Ocupacional Juliana Paolinelli, que sofre de dor
84 crônica. Ela foi a primeira paciente no Brasil autorizada a importar o medicamento Sativex,
85 que contém 45% de Tetra-hidrocanabinol (THC), substância psicoativa da maconha que é
86 eficaz no alívio da dor. Outros dois casos terminaram em morte. Um deles é o do menino
87 Gustavo, de 1 ano, que sofria com a síndrome de Dravet. O processo para sua mãe, Camila
88 Guedes, conseguir a liberação na Anvisa demorou um mês. Após a liberação, o produto ainda
89 passou dez dias retido na Receita Federal. A criança, que só conseguiu usar o CBD por nove
90 dias, tempo insuficiente para dar resultado, morreu após uma série de convulsões graves.

91 A Anvisa afirma que o tempo médio para a análise tem sido de uma semana. Em maio, a
92 reunião que definiria a reclassificação do CBD, passando da lista de proibidos para
93 controlados, e facilitaria a vida dos pacientes uma vez que os médicos poderiam receitá-lo, foi
94 adiada. A agência informou que o assunto continua sem previsão de retorno para pauta neste
95 momento. Por meio de nota, complementou: "Estamos falando de um produto sem análise de
96 segurança e eficácia no País, já que até hoje nenhum laboratório solicitou o seu registro no
97 Brasil. Por essa razão, uma condição fundamental para a importação por pessoa física é que
98 exista um laudo de um profissional médico. Nesse caso é o médico que assume a
99 responsabilidade pelo uso do produto e pelo estabelecimento das dosagens".

100 Para os pesquisadores, a situação também é difícil, mas está melhorando. "Do meio do ano
101 para cá, a Anvisa clareou os trâmites, ficou mais fácil importar", conta o biólogo Renato
102 Filev, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que estuda o uso de maconha para
103 ajudar a controlar a dependência de álcool. O processo de importação era tão complicado e
104 caro que não valia a pena.

105 Há dois anos, o pesquisador Lucas Maia, que faz estudos com canabinoides na mesma
106 universidade, tentou seguir os procedimentos da Anvisa, mas só para a agência receber a
107 documentação eram mais de R\$ 5 mil. Todos os custos somavam cerca de R\$ 10 mil, a serem
108 pagos com o dinheiro da bolsa de financiamento da pesquisa. "A gente precisava usar
109 dinheiro público para bancar a demanda de órgãos públicos", ironiza. Atualmente, o valor
110 cobrado pela vigilância sanitária é de R\$ 1.800, fora as taxas de tributação e transporte da
111 Receita Federal. E, a partir da entrada das substâncias no País, o prazo de liberação do
112 material estabelecido pela agência é de 24 horas. Para a avaliação dos documentos, entretanto,
113 não há prazo definido.

114 Há outros caminhos para conseguir as substâncias que são proibidas no Brasil. Um deles é
115 fazer convênios com a Polícia Civil ou Federal para utilizar droga apreendida. O problema é a
116 falta de controle na qualidade do material repassado para as pesquisas. "Não tem rigor
117 farmacêutico. Uma vez, pedimos cocaína e eles nos enviaram pasta base", critica Filev. Outra
118 possibilidade é contar com pesquisadores como José Crippa, da Faculdade de Medicina de
119 Ribeirão Preto (USP), que recebe os canabinoides como doação do laboratório THC Pharm,
120 em Frankfurt, na Alemanha, interessado em apoiar a produção de conteúdo científico sobre o
121 tema. Apesar de a substância ser gratuita, custa caro trazê-la. "Nós arcamos com os custos de
122 transporte, taxas de importação e exportação, despachante e taxas alfandegárias - isso tudo
123 acaba tendo um custo razoavelmente elevado", conta Crippa, médico com doutorado em
124 saúde mental. Ele colabora fornecendo CBD para pesquisadores parceiros.

125 O biólogo Renato Filev lamenta, ainda, a falta de interesse de outros médicos e pesquisadores
126 da área de saúde nas pesquisas sobre drogas, especialmente no estudo de seus possíveis
127 benefícios. "Seria fundamental que médicos estivessem empenhados em pesquisar e fazer
128 estudos clínicos com maconha, estudando novas possibilidades de tratamento. Mas são raros",
129 lamenta Filev. Há consenso com relação aos benefícios à saúde de canabinoides isolados, mas
130 muitos médicos não acreditam que maconha possa ser uma opção de tratamento.

131 ERVA MALDITA?

132 Um exemplo de instituição médica que é contra o uso medicinal da maconha é a Associação
133 Brasileira de Psiquiatria (ABP), rejeitando qualquer tipo de vinculação da erva ao tratamento

134 de pacientes. Publicaram um manifesto contra a legalização, e lá consta: "Usar o falso
135 pretexto de que a maconha faz bem é ingênuo e perverso. O que pode eventualmente vir a ser
136 útil são substâncias extraídas da maconha, sem características alucinógenas, como ocorre com
137 o canabidiol, vendido em formulações a óleo e spray. A maconha fumada não possui
138 nenhuma evidência científica com relação a sua eficácia terapêutica". O texto também afirma
139 que a droga, quando fumada, piora todos os quadros psiquiátricos, como depressão, ansiedade
140 e bipolaridade, e multiplica a incidência de desenvolvimento de esquizofrenia. Mesmo
141 procurada inúmeras vezes pela equipe da SUPER para entrevista, a ABP não se manifestou
142 sobre o assunto para a reportagem.

143 Maconha certamente tem contraindicações. Pacientes que tenham tendências a surtos
144 psicóticos devem evitar o uso, porque o THC pode ajudar a desencadear alguma crise. Há
145 também problemas relacionados ao uso crônico e excessivo, como dificuldade para
146 memorização e desmotivação para as atividades diárias, e os riscos são maiores com usuários
147 mais jovens. Mas isso não quer dizer que não existam médicos a seu favor. O psiquiatra Luiz
148 Fernando Tófoli, pesquisador da Universidade de Campinas (Unicamp), escreveu um
149 manifesto a favor da legalização da droga, assinado por cem médicos das mais diversas
150 especialidades espalhados por todo o País. "A proibição é perversa, por prejudicar o acesso
151 aos benefícios médicos desta planta cujos registros de uso curativo remontam há cerca de 5
152 mil anos", aponta o texto. Em entrevista, o psiquiatra comentou que considera o
153 posicionamento da ABP irresponsável. "Não há evidências científicas que comprovem que a
154 maconha agrave todos esses quadros psiquiátricos. Inclusive, pesquisas apontam para
155 propriedades antidepressivas e antipsicóticas", explica.

156 Ela também é eficaz contra dores crônicas e nas articulações, espasmos, convulsões, dentre
157 outras complicações. O psiquiatra Elisaldo Carlini, um dos mais importantes pesquisadores da
158 maconha no Brasil, que estuda o assunto há 40 anos, considera os benefícios inquestionáveis -
159 sem negar os malefícios. Por isso, fundou o Maconhabras, grupo de pesquisa da Unifesp que
160 trabalha com canabinoides, do qual Renato Filev e Lucas Maia também fazem parte. Hoje, a
161 maconha tem sido estudada como alternativa até para tratar a dependência de drogas, em
162 políticas de redução de danos, por suas possíveis capacidades de reduzir a depressão e a
163 ansiedade, que contribuem para a dependência, e ajudar a melhorar o sono e o apetite. E não
164 seria necessariamente trocar um vício pelo outro. Maconha tem baixo potencial para causar
165 dependência química. O professor Carlini, inclusive, salienta que dependência é possível
166 desenvolver por qualquer substância, se a pessoa estiver psicologicamente vulnerável. "Há
167 trabalhos descritos na literatura sobre a dependência de cenoura - algumas pessoas tiveram até

168 crise de abstinência. Em relação à maconha, há casos registrados de dependência, mas eles
169 não são frequentes, se considerarmos a imensa população mundial de usuários", esclarece.
170 Apesar de o CBD estar em evidência por não "dar barato", o THC também tem importantes
171 propriedades medicinais, como o alívio de dores, náuseas, aumento do apetite e melhora do
172 paladar, devolução da qualidade do sono, dentre outros benefícios. Alguns pacientes se
173 incomodam com as reações mentais da substância, que, por algumas horas, pode reduzir as
174 habilidades de coordenação motora e concentração e deixar a percepção da realidade
175 distorcida. Mas a psicóloga norte-americana Amanda Reiman, gestora de políticas sobre
176 drogas da Califórnia e especialista em redução de danos, garante que há alternativas. "Se o
177 paciente não gosta desses efeitos, é possível tentar medicações com níveis maiores de CBD e
178 menores de THC. Além disso, se a dor é localizada, como nas articulações, são recomendados
179 loções ou cremes, que não possuem qualquer efeito psicoativo", esclarece. Ela ainda critica:
180 há resistência à maconha, mas, nas farmácias, há medicamentos legalizados que causam as
181 mesmas reações mentais, alguns até alucinógenos, como os opiáceos, prescritos para a dor; as
182 benzodiazepinas, usadas como relaxantes musculares; e os antidepressivos e ansiolíticos mais
183 frequentemente receitados.

184 HÁ MILÊNIOS NO MUNDO

185 Dá a impressão de que o assunto é novo, já que tão pouco se falava sobre as terapias com
186 maconha. Mas não é de hoje que se conhece suas propriedades medicinais. A *cannabis* consta
187 nos tratados médicos das mais antigas civilizações. Era amplamente utilizada na
188 Mesopotâmia, na Pérsia, na Índia, na China, para tratar as mais diversas doenças, há mais de 5
189 mil anos - e até ontem, praticamente. Seu uso só foi proibido mundialmente em 1961, durante
190 convenção das Nações Unidas contra substâncias entorpecentes. Antes disso, os médicos
191 prescreviam maconha em suas receitas, como conta o psiquiatra Elisaldo Carlini. "Na época
192 em que meu avô era médico, no começo do século 20, ele a receitava para os pacientes com
193 insônia e até com asma, por ser broncodilatadora", lembra. "É um dos mais valiosos
194 medicamentos que a medicina descobriu, capaz até de aliviar dores causadas por distúrbios no
195 próprio sistema nervoso."

196 Foram essas propriedades nobres que fizeram dezenas de países no mundo inteiro reabrirem o
197 debate sobre maconha medicinal, mesmo contra a vontade da ONU. Nas últimas duas
198 décadas, pacientes, médicos e a comunidade científica se mobilizaram pelo direito ao uso da
199 planta. E, graças à mobilização, conseguiram garantir tratamento para quem precisa nas mais
200 variadas formas: em comprimidos, em óleos e loções, na planta in natura e até mesmo com
201 produção de alimentos.

202 No Estado norte-americano da Califórnia, a maconha medicinal é legalizada há 18 anos. Dos
203 50 Estados americanos, 23 mais o distrito onde fica a capital Washington possuem legislação
204 para o uso médico da planta. Como o governo federal ainda não reconhece seu uso médico, os
205 usuários correm riscos de sofrerem punição se estiverem consumindo ou portando a droga
206 além da fronteira do seu Estado. Mas, uma vez lá, basta apresentar uma receita médica na
207 farmácia mais próxima para comprar maconha na forma que considerar mais adequada.
208 "Temos muitos produtos diferentes porque os pacientes têm necessidades diferentes. Os que
209 precisam de alívio imediato da dor preferem inalar o medicamento. Outros precisam de um
210 alívio mais duradouro, então preferem tomar o remédio por via oral", conta a psicóloga
211 Amanda. Entretanto, quando a maconha é ingerida em alimentos, uma opção dos pacientes, a
212 dificuldade de controlar a dosagem é maior, porque os efeitos não são imediatos.

213 Apesar de bem difundida nos Estados Unidos, a possibilidade de prescrever maconha ainda
214 inexistente para muitos médicos, que não fazem ideia das propriedades da erva, que pode ser
215 uma alternativa mais barata e eficaz, e com menos efeitos colaterais que os tratamentos
216 disponíveis. Ao contrário dos remédios tradicionais, a maconha pode agir em várias frentes.
217 Por exemplo, em vez de propor um comprimido para náuseas, outro para melhorar o apetite e
218 mais um para dar conta do humor de alguém que passa por quimioterapia, a maconha, por si
219 só, pode atuar sobre os três sintomas, com poucos efeitos colaterais além do efeito psicoativo.
220 Mas a imensa maioria dos pacientes de câncer passam por todo o tratamento sem nem ouvir
221 do seu médico essa possibilidade. "Essas informações não são ensinadas nas escolas de
222 medicina, então os médicos não são expostos a todo o conteúdo científico que já foi
223 produzido em torno da maconha. Muitas vezes são os pacientes que ensinam os médicos sobre
224 maconha medicinal", alerta Amanda.

225 No Uruguai, a maconha foi legalizada em dezembro do ano passado, e os usos medicinal,
226 recreativo e industrial devem ser regulados até 2015. A médica Raquel Peyraube trabalha há
227 dez anos pela legalização e hoje é assessora do governo uruguaio. De acordo com ela, há
228 diversos especialistas participando da regulamentação da lei. "Nós estamos definindo como
229 será feito desde o cultivo até a exportação", explica. O principal objetivo da medida é
230 neutralizar o narcotráfico no país. "É responsabilidade do governo proteger a população dos
231 perigos da ilegalidade, como a péssima qualidade da maconha do tráfico e o crime
232 organizado", aponta Peyraube. A ideia é criar um produto competitivo, com todos os
233 processos sendo controlados pelo Estado. "Os usuários vão contar com opções de alta
234 qualidade e com preço acessível, ou plantar por conta própria, se preferirem. Nos remédios,
235 vão constar a dosagem exata de cada componente." Por mais que parte da população seja

236 contra a legislação tão liberal, o posicionamento do governo é muito claro. "O Uruguai é um
237 Estado laico. Não podemos deixar que se decida moralmente ou religiosamente o que é
238 melhor ou pior para nós", completa a médica. Quando o assunto é saúde, o único critério deve
239 ser a ciência.

APÊNDICE D - TERMOS CONSTANTES DO ESQUEMA DE REPRESENTAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS

Lista de termos da teoria de Representação dos Atores Sociais constantes do esquema proposto por van Leeuwen (1996) em inglês e uma proposta de tradução para as línguas portuguesa e espanhola. (NOVODROVSKI, 2008).

Inglês (original)	Português	Espanhol
Abstraction	Abstração	Abstracción
Affiliation	Afiliação	Afiliación
Aggregation	Agregação	Agregación
Anachronism	Anacronismo	Anacronismo
Appraisal	Valoração	Valoración
Assimilation	Assimilação	Asimilación
Association	Associação	Asociación
Activation	Ativação	Activación
Beneficialisation	Beneficiação	Beneficiación
Categorisation	Categorização	Categorización
Backgrounding	Encobrimento	Encubrimiento
Circumstantialization	Circunstanciação	Circunstanciación
Classification	Classificação	Clasificación
Collectivization	Coletivização	Colectivización
Connotation	Conotação	Connotación
Determination	Determinação	Determinación
Detitulation	Destituição	Destitulación
Deviation	Desvio	Desvío
Differentiation	Diferenciação	Diferenciación
Dissociation	Dissociação	Disociación
Distillation	Destilação	Destilación
Exclusion	Exclusão	Exclusión
Funcionalización	Funcionalização	Funcionalización
Genericization	Generalização	Generalización
Honorification	Honorificação	Honorificación

Identification	Identificação	Identificación
Impersonalisation	Impersonalização	Impersonalización
Inclusion	Inclusão	Inclusión
Indetermination	Indeterminação	Indeterminación
Indifferentiation	Indiferenciação	Indiferenciación
Individualisation	Individualização	Individualización
Inversion	Inversão	Inversión
Nomination	Nomeação	Nominación
Objectivation	Objetivação	Objetivación
Overdetermination	Sobredeterminação	Sobredeterminación
Participation	Participação	Participación
Passivation	Apassivação	Pasivación
Personalisation	Personalização	Personalización
Possessivation	Possessivação	Posesivación
Physical identification	Identificação física	Identificación física
Relational identification	Identificação relacional	Identificación relacional
Specification	Especificação	Especificación
Subjection	Sujeição	Sujeción
Suppression	Supressão	Supresión
Symbolisation	Simbolização	Simbolización
Titulation	Titulação	Titulación

Fonte: Novodrovski (2008) adaptado por nós.

**APÊNDICE E - CATEGORIAS DE REPRESENTAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS,
CARACTERÍSTICAS E EXEMPLOS**

Fazemos uma exposição sucinta das categorias do sistema proposto por van Leeuwen (1996), as quais nos interessam neste trabalho, em ordem alfabética. As marcas linguísticas estão assinaladas em itálico. Os exemplos são os mesmos apresentados por van Leeuwen (1996):

Categoria	Característica	Exemplo
Agregação	Atores são assimilados como grupos, por quantificação ou como dados estatísticos	<i>Um número de</i> críticos querem ver/ <i>quarenta por cento dos</i> <i>australianos</i> <i>nasceram</i> no estrangeiro.
Assimilação	Atores são especificados como grupos	Terá ele razão em acreditar que <i>esta nação</i> é insensível ao sentimento racista
Categorização	Atores são determinados a partir da identidade que compartilha com outros	<i>A mãe das crianças</i> , Desley Harding, encontrou Matthew a boiar na piscina quando ia chamar os <i>gêmeos</i> para o lanche ontem à tarde
Coletivização	Atores são assimilados como grupo consensual e homogêneo	Terá ele razão em acreditar que <i>esta nação</i> é insensível ao sentimento racista
Determinação	Personalização em que os atores são representados com a especificação de sua identidade	<i>Sultão turco</i> , dá-me o meu botão de diamante
Formalização	Atores são determinados a partir de sua identidade única, de maneira formal, com sobrenome e com ou sem honoríficos	Um capitão de 33 anos, <i>Coronel Pepper</i>
Generalização	Ativação ou apassivação de forma personalizada ou impersonalizada, meio de generalizações como uso de plural sem o artigo ou termos	65% da população são <i>migrantes não europeus</i> (plural)/ Talvez uma criança sinta isso <i>da mãe</i> (termo generalizante).

	generalizantes	
Honorificação	Nomeação com adição de títulos honoríficos, padrão, cargos etc.	Dentro de 50 anos, afirma <i>Dr. Price</i> [...] / O <i>Primeiro Ministro Bob Hawke</i> disse
Identificação	Categorização que refere a representações em termos daquilo que são (mais ou menos permanente ou inevitavelmente)	O professor <i>asiático</i>
Impersonalização	Atores são representados como por características não humanas	A Austrália corre o risco de se envolver em muitos <i>problemas</i> indesejados (problemas=migrantes)
Indeterminação	Atores são representados como indivíduos ou grupos não especificados e anônimos	<i>Alguém</i> pusera flores na secretária da professora / [...] escreveu <i>um leitor</i> do jornal <i>A Província</i> em Vancouver
Individualização	Atores são especificados como indivíduos	[...] são apresentadas como factos por <i>Bruce Ruxton</i> [em substituição a racistas]
Informalização	Atores são determinados a partir de sua identidade única, pelo nome próprio, sem sobrenome	<i>Beverly</i> , de 33, sua esposa
Nomeação	Atores são determinados a partir de sua identidade única	<i>Dwight Harris</i> , de 32 anos e <i>Beverly</i> , de 33, sua esposa
Objetivação	Impessoalização em que os atores são representados por uma referência a um local ou coisa diretamente associada quer a sua pessoa, quer a sua atividade, por referência metonímica	A <i>Austrália</i> estava a receber 70.000 migrantes por ano [Austrália=australianos] / [...] <i>pesquisas</i> mostraram que o nível de apoio para barrar a imigração
Personalização	Atores são representados como seres humanos	cuidados <i>maternais</i>
Semiformalização	Atores são representados a partir de	<i>Dwight Harris</i> , de 32 anos

	sua identidade única	
Titulação	Atores são determinados a partir de sua identidade única, pelo nome próprio e sobrenome	Dentro de 50 anos, afirma <i>Dr.</i> Price [...] / Eles foram embora, a <i>titia</i> Bárbara a empurrar a Debbie em seu carrinho de bebê

Fonte: Freitas (2010) a partir de van Leeuwen (1996) com adaptação nossa; nomenclatura adaptada por Novodvorski (2008).

ANEXO A - REPORTAGEM *MEDO: COMO VENCER OS SEUS*

REPORTAGEM / Fernando Sclarcz. FOTO / Archazzi.
 DESIGN / Jorge Wilkstein e Diana Negrius. EDIÇÃO / Bruno Garattini

Você acorda, escova os dentes, se veste, sai para o rua. Pode ser atropelado, assaltado, empurrado no metrô. Se estiver de carro, pode sofrer um acidente de trânsito – ou ficar preso no meio de uma enchente. Ao chegar ao escritório, seu chefe olha estranho... pode estar pensando em demiti-lo. (Talvez você não dê conta do trabalho.) A geladeira pode ter um curto e incendiar sua casa enquanto você está fora. Aháá, será que você se lembrou de trancar a porta? Sua casa – metade pode ter decilado sair – ou lagar – você. O clima do planeta pode ter desandado de vez, com consequências terríveis para a humanidade. A inflação pode voltar e levar o seu dinheiro. Você pode apanhar da polícia – ou ser incendiado por Black Blues. Pode pegar gripe suína e morrer em dias. Os agrotóxicos da cumida podem estar envenenando você. O seu avião pode cair. Você pode ser rejeitado. Fracassar na vida. Aquela dorzinha na barriga... pode ser câncer. E, pior ainda, tudo isso pode acontecer com as pessoas que você mais ama. Nunca houve tantos motivos para sentir medo. E isso está nos afetando. Segundo dados do Instituto Nacional de Saúde Mental dos EUA, 20,8% das pessoas têm transtorno de ansiedade, ou seja, passam o tempo inteiro com medo de alguma coisa (mas a ansiedade nada mais é do que medo antecijado, de algo que pode ou não ocorrer). É dez vezes mais do que na década de 1980. Menos que você não seja uma delas, certamente já se sentiu incomodado por algum tipo de medo. Ele se tornou o maior problema psicológico do nosso tempo – e virou parte do dia a dia de toda mundo. >>>

78%
DAS PESSOAS TEM
MERO DE PERDER
ENTES QUERIDOS

2008 2013

VIDA SOCIAL
COMO VENCER
SEUS MEDOS

MEDO DE PERDER AS PESSOAS QUE AMA
O QUE FAZER
Apelar à razão.
como É o maior medo social dos brasileiros. Esse receio está enraizado no cérebro humano (pois a espécie é extremamente social, depende da família e do grupo). Não temos como eliminá-lo, mas podemos aprender a conviver com ele. Sempre que você sentir esse temor, lembre-se: ele é inútil, pois não ajuda em nada a proteger quem você ama. E pode atrapalhar a relação entre vocês.

TODO MUNDO TEM MEDO DE SER REJEITADO. É NORMAL. MAS ÀS VEZES PASSA DO LIMITE.

Ter medo não é ruim. Nós só estamos aqui, afinal, porque nossos antepassados eram medrosos e viviam fugindo do perigo. O cérebro humano evoluiu para ser extremamente sensível a ele. Mas isso aconteceu há milhares de anos, quando a vida era muito diferente. Hoje, a quantidade de situações e estímulos que podem nos causar medo é incalculavelmente maior. Daí a explosão de medo na cabeça das pessoas. Não precisa ser desse jeito. Mas, primeiro: por que isso aconteceu?

UM CÉREBRO, DUAS MENTES

O cérebro humano quase triplicou ao longo da evolução. Passou de 600 cm³ no *Homo habilis* (há 2 milhões de anos) aos 1.400 cm³ do *Homo sapiens*, 150 mil anos atrás. Nossa massa cinzenta foi crescendo e ganhando camadas, cada uma mais complexa que a anterior, até chegar ao neocórtex – sua parte mais externa, enrolada como uma linguiça, responsável por funções mentais como pensamento e linguagem. Tudo o que você tem de racional está ali. Só que mais para dentro, no miolo do cérebro, existe outra coisa: o chamado sistema límbico. É uma parte mais primitiva, que coordena reações instintivas. Seu pedaço mais importante é a amígdala, que detona as sensações de medo. “Você está caminhando por um bosque, vê uma cobra, se assusta e imediatamente pula para trás, sem sequer pensar a respeito. A amígdala é a responsável por essa resposta”, explica Raul Andam, neurocientista da Emory University, nos EUA. Como as cobras eram um perigo constante para nossos ancestrais, a evolução moldou o cérebro para

ter medo delas. Prova disso é que macacos cridos em laboratório, que nunca viram uma cobra, se assustam se forem colocadas diante de uma (em compensação, se eles tiverem a amígdala retirada, deixam de sentir todos os tipos de medo). Os medos são disparados pela parte primitiva do cérebro.

Quando você anda pela rua pensando nas férias, o seu cérebro avançado está decidindo para onde quer viajar. Mas o cérebro instintivo, sem que você perceba, também está a todo o vapor, de olho nas ameaças imediatas (um buraco no chão, por exemplo). Os dois são interligados, se comunicam, influenciam um ao outro. Por isso, os psicólogos preferem dividir a mente em dois sistemas: o Sistema 1 e o Sistema 2. Cada um é um conjunto de processos mentais envolvendo várias regiões do cérebro.

O Sistema 1 é intuitivo, rápido, emotivo, inconsciente, automático. Sabe aquele pressentimento que você tem quando conhece alguém? É o Sistema 1 em ação. Ou quando volta para casa de forma automática, sem precisar relembrar o caminho? Sistema 1. Tudo o que você faz sem pensar – inclusive sentir medo – é obra do Sistema 1. Já o Sistema 2 é o contrário: ele é o pensamento, lento, consciente, racional. A sua consciência mora dentro dele. “Mas o Sistema 1 é o autor secreto de muitas escolhas e julgamentos que você faz”, explica o psicólogo israelense Daniel Kahneman, ganhador do Prêmio Nobel de Economia e autor de *Rápido e Devagar*, livro que discute a relação entre os dois sistemas.

O Sistema 1 é essencial para a sobrevivência. É o instinto que nos permite reagir rapidamente a ameaças – seja uma cobra ou um ônibus que avança sobre a faixa de pedestres bem na hora que você está atravessando. O problema é que o Sistema 1 usa regras rudimentares, muitas vezes erradas, para dosar o medo que vamos sentir das coisas. Por exemplo. Quanto mais você se lembra foi é



MEU DA SOLIDÃO

O QUE FAZER: Ficar um dia offline. Ou terapia sistêmica.

COMO: Experimente ficar um dia inteiro quietinho, sem falar com nenhum amigo via Facebook, WhatsApp e coisas do tipo. Você verá que a solidão não é tão assustadora quanto parece. Para os casos mais intrínsecos, pode valer a pena procurar um psicólogo especializado em terapia sistêmica. Outra opção é analisar que está a pessoa a partir das relações que ela tem com outros.

MEU DE LEVAR PI NA RUA

O QUE FAZER: Mudar o foco.

COMO: Ter medo de ser largado pela pessoa amada é uma profecia autorrealizável: quanto mais medo você sente, mais paranoico fica, sem aproveitar os momentos bons a dois. Vire uma pessoa chata – e acaba afastando o outro. Faça de conta que a pessoa não existe, por mais absurdo que isso possa parecer. Ou, realmente,

MEU DE PERDER O EMPREGO

QUANDO SEM DINHEIRO

O QUE FAZER: Terapia

ognitiva-comportamental.

COMO: Mentalize o contrário de qui

dá medo. Sempre que lhe ocorrer um cois

tipo “vou ser demitido” ou “minha

empresa não vai”, pense em frases contrárias – como “vou

perceber simpatia”, “meu trabalho tem

valor”. Pode parecer simplório, mas tem efeito comprovado – a

poderoso – sobre o cérebro.

NÚMERO DE HOMICÍDIOS EM SÃO PAULO a cada 100 mil habitantes

Ano	Homicídios a cada 100 mil habitantes
1999	10
2009	20

Mesmo com forte queda no número de crimes, o medo deles só aumenta.

70%

DAS PESSOAS TEM MEDO DE SER ASSASSINADAS

Ano	Porcentagem de pessoas com medo de ser assassinadas
1998	23
2008	37
2018	70

SIM, VOCÊ PODE SOFRER VIOLÊNCIAS TERRÍVEIS. MAS NÃO FAZ SENTIDO ANTECIPÁ-LAS.

VIOLÊNCIA
COMO VERGEM SEMO MEDOS?

MECA DE QUÊ?
O QUE FAZ EM ignorar estímulos negativos. Já reparou como a TV e os jornais estão cheios de notícias sobre violência? É que esse tipo de coisa ativa a parte primitiva do cérebro - a tem um poder fortíssimo de chamar sua atenção. Mas também faz você sentir que o mundo é mais violento do que realmente é. Evite consumir esse tipo de informação.

lembração) de uma ameaça, mais medo o sistema 1 produzirá, independente do real perigo envolvido. E ele também é fortemente influenciado pelo modo que outras pessoas sentem (medo é contagioso). Tudo isso nos leva a reações exageradas e erradas.

Após os atentados de 11 de Setembro, por exemplo, os americanos ficaram com medo de andar de avião. Muito mais gente decidiu viajar de carro. E, por isso, morreram 1.600 pessoas a mais em acidentes de trânsito nos EUA ao longo de um ano. Avião era, e é, estatisticamente muito mais seguro do que carro. Só que as pessoas se lembraram dos atentados, que tinham sido exaustivamente mostrados pela imprensa, e tomaram a decisão errada. Se tivessem superado o medo, e sentido o avião, praticamente todos estariam vivos. "Temos pavor de morrer de repente, junto com outras pessoas", diz o psicólogo Gerd Gigerenzer, do Instituto Max Planck, na Alemanha, que analisa números fornecidos pelo Ministério dos Transportes dos EUA. "At tomamos a decisão errada, e pulamos da frigideira para o fogo."

Há inúmeros exemplos assim, de medo irracional. Como a mãe que tem medo que seu filho fuma maconha, mas não vê problema se ele incher a cara - sendo que o álcool é comprovadamente mais prejudicial à saúde. A pessoa que tem medo de usina nuclear, mas adora ir à praia se expor à radiação solar, algo muito mais arriscado (só o Brasil registra 120 mil casos de câncer de pele por ano). E você tem mais medo de diabetes, aids, ou acidentes de trânsito? No Brasil, a aids (71%) e os acidentes (58%) lideram com folga. E a diabetes nem é citada em pesquisas sobre temores. Mas, segundo nacionalmente, é dela que você deveria ter mais medo: em 2010, essa doença matou 54 mil brasileiros, o mesmo que os acidentes de trânsito (42 mil) e a aids (12 mil) somados. Ocorre que os acidentes aparecem todo dia na TV e nos jornais. E o que você acha que terá mais destaque na imprensa, uma celebridade morrer de diabetes ou de aids?

A mídia escolhe as coisas para chamar sua atenção. (Por exemplo: esta foto que publicamos ao lado.) E as coisas que mais chamam a atenção do cérebro são, justamente, as que mais assustam.

O MARKETING DO MEDO

É por isso que existem tantos programas policiais e notícias sobre violência. "Vivemos num mundo onde somos convocados a sentir medo. Na mídia, é como se estivéssemos em perigo constante, podendo ser assaltados em cada esquina", diz Luís Fernando Sraiva, do Conselho Regional de Psicologia

ME DO

em 1 de setembro

DE LEVAR
UMA BALA
PERDIDA

2011 2012 2013 2014



DE SER
ASSALTADO
NO CAIXA
ELECTRÔNICO



DE SER
SEQUESTRADO



DE SER
ASSALTADO
NO TRÂNSITO



EM
A POLÍCIA

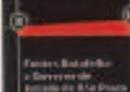


Foto: Balthazar e Gerson de Faria/Pro

(CRP) de São Paulo. O marketing também é muito baseado no medo. Bancos e empresas de seguro usam esse argumento abertamente, mas, se você observar bem, verá que outros anunciantes também manipulam nossos temores para vender. Só que usam mensagens mais sutis.

"A moda joga com o medo de não pertencer ao grupo", diz o publicitário dinamarquês Martin Lindström, autor de cinco livros sobre as táticas de manipulação usadas pelas empresas. "Aposto que você teria vergonha de sair com a roupa do seu pai, pois se sentiria desconectado da sua tribo", afirma. "O desodorante traz outro medo, de que você não vai conseguir ramorada com seu cheiro. A mesma lógica vale para vacinas, branqueadores de dente e academias de ginástica. Afinal, queremos para estar saudáveis, ou por medo de ficar flácidos", questiona Lindström. Se você não comprar o carro X, seu filho vai ficar com vergonha quando você for brincar na escola. E por aí vai. Boa parte da propaganda explora o medo da rejeição social.

Esse medo nunca foi tão forte. Nunca estivemos tão ligados uns aos outros, mas, ao mesmo tempo, nunca sentimos tanto medo de não sermos aceitos. Você já deve ter percebido isso quando postou alguma coisa nas redes sociais - e imediatamente ficou ansioso sobre quantos likes aquilo iria ter ou deixar de ter. Um estudo feito pela agência de publicidade JWT com 1.270 americanos e ingleses constatou que 40% dos usuários do Facebook têm medo de não serem incluídos nas conversas online dos amigos. "O mundo exige cada vez mais de nós. Não conseguimos nos desconectar, e aí sentimos mais ansiedade", diz o psicólogo Saraiva.

Políticos espalham temores para arrebanhar votos, jornalistas latiram em cima de catástrofes, biólogos citam vírus letais quando querem obter fundos para desenvolver vacinas... Todo mundo propaga o medo. Mas não foi isso só por maldade ou interesse próprio. "Se eu disser que há uma doença mortal se espalhando na sala onde você está, você sairia dela mesmo sem saber se é verdade. E vai avisar as outras pessoas", diz Lindström. "Milhares de anos atrás, também espalhávamos a notícia de uma planta venenosa, porque isso aumentava a chance de sobrevivência do grupo." Ou seja: conforme cada pessoa absorve mais medo, ela também se torna propagadora, espalha esse medo para os outros. É uma reação instintiva.

Ok, sentimos cada vez mais medo porque nosso pobre cérebro é imperfeito - e o mundo moderno explora seus defeitos como nunca. E agora?

MEDO DE ALTURA, INSETOS, LUGARES FECHADOS/LOTADOS E QUE FAZER DESSENSIBILIZAÇÃO.

COMO O segredo é se expor gradualmente à situação ou ao objeto ameaçador. Se você tem medo de baratas, por exemplo, faça algumas fotos do inseto na internet, salve no seu computador e se obriga a olhar uma por dia. Você será como o medo de uma lagartixa: olhar mais e mais vezes, até que a exposição - veja um vídeo de baratas no YouTube). A mesma técnica vale para situações como medo de altura e de lugares fechados. Pratique até separar um pouco a eles. Mas, nesses casos, leve um amigo justo.

MEDO DE RIRIR O QUE FAZER DESSENSIBILIZAÇÃO.

COMO O segredo é enfrentar, não nos passar. Experimente começar dizendo aos demais, quando há algum transtorno, levando os amigos justos. Se você sofreu um acidente e ficou com raiva, não se preocupe com a culpa ou com o medo de ser julgado. Enfrente o medo de rir.

COMO VENCER O MEDO

Você certamente já se arrepiou vendo filmes de terror. E gritou dando piruetas na montanha-russa. Estranho: você estava aterrorizado, mas adorou cada segundo. Isso acontece porque em situações normais, como no cinema ou no parque, a parte ameaçada do cérebro permanece no comando. Você se diverte porque mantém o controle. O seu instinto de medo é ativado, mas a consciência sabe que não se trata de um perigo real. Então acontece uma descarga de adrenalina acompanhada de dopamina - neurotransmissor associado ao prazer. E você sente aquele gostoso friozinho na barriga.

Mas, em situações de perigo real, como um assalto, isso não acontece. A amígdala passa por cima de todo o resto e impõe um terror incontrolável. Quando alguém desenvolve medo crônico, fobias ou transtorno de estresse pós-traumático, situações cada vez mais comuns no mundo moderno, a amígdala fica disparando o tempo inteiro. "Por isso, a pessoa apresenta grande ansiedade no dia a dia", explica o neurocientista Ralf Anders, da Universidade Emory. Já estão sendo criados medicamentos que podem aliviar ou suprimir o medo (mas sobre isso daqui a pouco), mas, na maioria dos casos, a principal solução é terapia. Não só a terapia feita em consultório. Há coisas que você mesmo pode fazer.

A principal delas se chama terapia cognitivo-comportamental (TCC). Ela nos ensina a mudar os pensamentos ruins que ficam estimulando a amígdala e gerando ansiedade. "A forma como pensamos

influencia a maneira como sentimos. Portanto, mudar o modo como pensamos pode mudar como nos sentimos", resume o psiquiatra Aaron T. Beck, pai da TCC, no livro *The Anxiety and Worry Workbook* ("O Manual da Ansiedade e da Preocupação", inédito no Brasil). Se antes da entrevista de emprego você pensa "Não tenho ideia do que dizer, eles acharão que sou um idiota", vai se sentir tenso e ansioso. Mas se em vez disso você pensa "Estou bem preparado para a entrevista e vou causar uma boa impressão", ficará mais calmo e confiante. Pode parecer banal, mas funciona. Tem efeitos neurologicamente comprovados.

A exposição gradual da pessoa ao objeto ameaçador também ajuda a superá-lo. A neurologista Katherine Hauer, da Universidade Northwestern, utilizou essa técnica - que se chama dessensibilização - para tratar fobia de aranhas. Ela monitorou o cérebro de pessoas que tinham muito medo e não conseguiam nem olhar para os aracnídeos. Esses voluntários foram sendo expostos às aranhas, aos pouquinhos, sem ultrapassar o limite de cada um. Ao fim do processo, a maioria conseguiu se aproximar e até tocar nas aranhas. Seus cérebros tinham mudado fisicamente. "A terapia mudou a rede de neurônios ligados ao medo, e reorganizou a resposta do cérebro ao objeto ou à situação temida", conclui Katherine.

Em seu novo estudo, publicado no final de 2013, ela foi além: mostrou, pela primeira vez, que é possível apagar medos enquanto uma pessoa dorme. Numa experiência meio cruel, que lembra aquelas feitas em ratos, a cientista condicionou um grupo de voluntários humanos a ter medo de certo cheiro. Quando eles viam esse rosto, eram expostos a um cheiro específico e levavam um choque elétrico. Em pouco tempo, aconteceu o óbvio: as pessoas associaram o choque aos dois sinais (o rosto e o cheiro), e passaram a ter medo deles. Aí, Hauer resolveu tentar algo revolucionário: apagar o medo. Deitou que os participantes dormissem, e os expôs aquele mesmo cheiro, para que eles evocassem a memória ruim. A diferença é que, agora, não aplicou choques. Deu certo. As pessoas deixaram de ter medo do cheiro - apenas o medo do rosto parafusado.

A técnica de apagar medos durante o sono é experimental, ainda não existe fora dos laboratórios de pesquisa. Mas é possível conseguir o mesmo efeito com um procedimento bem conhecido: a hipnose. "Vivemos tão condicionados no dia a dia que costumamos



81%
DAS PESSOAS
TEM MEDO DE
DESENVOLVER
CÂNCER.

DOENÇA
COMO VENCER
SEUS MEDOS

TODOS VAMOS MORRER. ALGUNS, COM SOFRIMENTO. MAS ISSO NÃO É RELEVANTE.

MEDO DE ADOECER
O QUE FAZER Não dar ouvidos à internet. **COMO** Se você entrar no Google e começar a pesquisar sintomas, sua cabeça vai terminar achando que aquele coiceira no seu braço esquerdo é sinal de um câncer incurável. Desconfie das coisas escritas na internet, inclusive em fontes confiáveis, pois o que elas dizem não necessariamente se aplica a você. Nada melhor do que marcar uma consulta médica para esclarecer tudo e acabar com as preocupações.

nossa mente de forma muito limitada. Em geral, não conseguimos quando temos fome, e sim quando está na hora de comer", diz o psiquiatra italiano Leonard Vera, especialista em hipnose. "A hipnose auxilia a pessoa a estimular a própria mente, para sair da acomodação e ultrapassar obstáculos."

Segundo Vera, o medo é a dificuldade de lidar com uma coisa desconhecida. Isso pode gerar tensão suficiente para ultrapassar os limites da pessoa e fazer com que ela entre numa espécie de curto-circuito mental. Quem tem ataques de pânico, por exemplo, perde a capacidade de imaginar situações. "E quanto menos ela consegue imaginar, maior a sua ansiedade e menores os seus limites de tolerância frente à situação", diz ele. "A hipnose ajuda o indivíduo a imaginar que pode sair disso e viver com tranquilidade. Ele sai do pânico aproveitando seus próprios recursos, conscientes e inconscientes."

A psicoanálise e diversas outras terapias também têm se mostrado eficientes para lidar com o medo e a ansiedade. O sucesso não depende da linha terapêutica em si, até porque tudo depende da relação entre o terapeuta e o paciente. Mas existe uma condição básica para que uma terapia dê certo. "O bom atendimento é aquele que não se limita a combater os sintomas. É o que procura entender a causa do problema no cotidiano de cada pessoa", diz o psicólogo Luís Fernando Saraiva. Faz sentido: você pode tomar cápsulas para dormir. Mas se não entender o que está tirando seu sono, pouco adianta.

O FIM DOS MEDOS

A maioria de nós passa por algum trauma na vida — assalto, sequestro, acidente, desastre natural, abuso ou a perda repentina de alguém querido. E cerca de 10% dos que vivem um trauma (até 14% no caso das mulheres) vão desenvolver o chamado transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Eles revivem a cena em pesadelos e flashbacks aterradores. Sentem tanto medo que chegam a se isolar do convívio social.

MEDO DE ESPERAR

O SEU PAZIER Aceitar. Ou analisar.

COMO Todo mundo tem esse medo. É normal. Se ele for muito intenso, e ocupar grande parte do seu tempo, pode valer a pena fazer psicoanálise — que tentará encontrar as raízes do temor. Outra opção é o psicodrama, técnica que trabalha as vivências da pessoa por meio de dramatizações, como se fosse uma peça de teatro.

Publicação: Corbis/Contrasto/Redação; Lattes; Imagem: Douglas Wilson/Corbis; Corbis / Photo Agency; Imagem: Getty / Corbis; Imagem: Agence France Presse / Corbis; Corbis

ME DO

71

%

TÊM MEDO DE PEGAR AIDS

70

%

TÊM MEDO DE PEGAR CRIVE SEMA (HINI)

71

%

TÊM MEDO DE PEGAR DENEGUE

Muitos conseguem se curar total ou parcialmente com terapia. Mas algumas pessoas nunca se recuperam. Nesses casos, a grande promessa são os estudos voltados à prevenção do medo. Eles buscam evitar que a emoção negativa seja gravada no cérebro. Fazendo pesquisas em ratos, cientistas descobriram que injeções de substâncias como cortisol reduzem a chance de sofrer os transtornos. Cortisol é o hormônio do estresse. Quanto mais estresse você tem, mais a memória é fixada. No entanto, por um motivo que ainda não é bem compreendido, tomar uma grande dose de cortisol reduz a fixação do trauma.

"Daqui a cinco ou dez anos, tomaremos um comprimido após experiências ruins. E isso reduzirá drasticamente a possibilidade de desenvolver um trauma", diz Anders. O remédio terá preço acessível, como a pílula do dia seguinte (usada para bloquear o desenvolvimento de gravidez), e você poderá comprá-lo na farmácia após uma situação ruim, como um assalto. Os sistemas do trauma não se fixam na memória e você terá mais chances de seguir sua vida normal. "Como o medo é um fenômeno complexo, não dá para preveni-lo atuando num só receptor do cérebro. Por isso, haverá dois ou três fármacos na mesma pílula", acredita o pesquisador.

A ideia da pílula do medo não é eliminar a memória do acontecimento, e sim as emoções negativas associadas a ele. Você se lembraria do assalto, mas sem trauma. Como todo medicamento, claro, o perigo é o uso indiscriminado. Imagine um mundo onde ninguém tivesse medo de nada, nunca. Ele poderia evoluir de modo imprevisível, com explosões de violência e ondas de solidão. "Far parte da vida sentir medo e ficar ansioso. O que temos que avaliar é o limite, ou seja, quando essas sensações se tornam insuportáveis. Ai sim merecem intervenção", diz Saraiva. Para ele, a sociedade nunca teve tão pouca tolerância a emoções negativas. Terminou o namorado? Tem que estar bem no dia seguinte. A mãe morreu? Precisa levantar o astral. "Frente a qualquer sensação ruim, as pessoas já procuram tratamento, como se não pudessem sentir o que sentem", diz. Nunca sentimos tanto medo — e, pior, nunca tivemos tanto medo dessa sensação. Talvez a chave do problema, e sua grande solução, morem justamente aí. Perder o medo do medo. ■

PARA SABER MAIS

The Science of Fear: How the Culture of Fear Manipulates Your Brain Daniel Goleman, Plume, 2005.

Rápido e Devagar
Daniel Kahneman, Difelha, 2010

ANEXO B - REPORTAGEM A VERDADE SOBRE O GLÚTEN





MAQUENÃO É FEITO DE TRIGO, MAS O TRIGO MODERNO É UMA COMBINAÇÃO DE TRÊS ESPÉCIES E FOMENTO TER UM DNA E PORÉM, COM 45 ML. DESSE COCTEIA "APESAR" 30 ML. DO "BEM" HUMANO. E, DENTRO DESSE EMBALETO, TODI MAMIN, UMA SUBRECELA TRACOEIRA.

Segundo um estudo do Centro para Controle e Prevenção de Doenças (CDC), a incidência de alergias alimentares no mundo cresceu mais de 30% entre 1990 e 2011. Entre as crianças, a situação é ainda pior - na China os casos estão que dobraram, na Europa aumentou 100% e, no Brasil, também tem alguns tipos de alergia à comida. As alergias sempre costumam ligadas a uma predisposição genética. Mas como explicar a explosão de casos nos últimos anos? Nessa T&E não vamos analisar essas questões. Mas o conteúdo que consumimos. Segundo o Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento (IARC), como está no Canadá, estudos de todos os setores comerciais no planeta tem de apurar três alimentos: arroz, milho e trigo. O trigo é o mais cultivado do globo, e está em muitas comidas que as pessoas consideram especialmente gostosas - como pão, comida rápida, pizza, macarrão, cereja. Ele está presente até onde não se esperaria, como na massa de tomate e no leite não fermentado. Beber água com açúcar também tem trigo quando se faz

Mas ele virou o novo vilão da alimentação. Tudo por causa de uma proteína que traz dentro de si o glúten. Ela também está presente em outros alimentos, como a cevada e o centeio, mas a consumimos principalmente por meio do trigo. Desde a década de 1950, o número de pessoas com alergia a glúten quadruplicou no mundo. E o número de adeptos do movimento *gluten-free* não para de crescer. Só nos EUA, 28,5% das pessoas dizem que querem reduzir ou eliminar essa substância da dieta, e o mercado de comida sem glúten já movimentou mais de US\$ 10 bilhões por ano. Desde 2012, foram 1.500 novos produtos lançados nos EUA.

Isso é uma moda? Afinal, devemos ou não comer glúten? A resposta não é tão simples quanto a pergunta. Primeiro, precisamos entender o que ele é.

A ÚLTIMA CEIA DE OTZI

Em uma geleira perto do monte Similaun, na fronteira da Áustria com a Itália, Otzi caçava com

seus companheiros quando se deparou com um grupo rival. Ferido por uma flecha, que atingia uma artéria no ombro, Otzi morreu bem rápido. Seu corpo só seria encontrado mais de 5 mil anos depois, por um casal de moradores locais que o avistou parcialmente coberto por gelo, em 1991. No intestino daquele que ficou conhecido como o Homem do Gelo do Tirolo - homenagem à região em que foi descoberto, Tirolo do Sul, na Itália -, foram encontrados restos de trigo, consumido na forma de pão azimo. O caso de Otzi revela que o grão é consumido há milhares de anos. Até antes dele, na verdade: há evidências de que a humanidade já comia trigo no ano 7500 a.C. Até a Bíblia fala no "pão nosso de cada dia". No Deuteronômio, Moisés descreve a "Terra Prometida" como um lugar mágico, far-

O GLÚTEN AJUDA MUITO NA FABRICAÇÃO DO PÃO TANTO QUE A QUALIDADE DO TRIGO É MEDIDA PELA QUANTIDADE DE DELE. MAS, PARA AQUELES PESSOAS QUE NÃO PODEM SER UM VERDADEIRO NINHO DE VERPA,



GLÚTEN DA DISCORDIA
 O que acontece quando o corpo não consegue lidar com o glúten?

OS CETOLOGOS NÃO EM DÃO

É TUDO NUDO!
 No livro *Gluten go! True*, o cardiologista William Davis afirma que a intolerância ao glúten surgiu em alguns povos da Europa – que podem sofrer intolerância a lactose.

E PASSOU A FAZER MAL
 O alergologista David Perlmutter, autor de *A Dieta da Glúten*, diz que o consumo de glúten pode levar a problemas como diabetes, déficit de atenção, ansiedade e até depressão.

NÃO HÁ PROBLEMA
 O glúten em si não faz mal. Para Flavio Storzetti, do Hospital Albert Einstein, o problema é que ele está presente em alimentos pouco saudáveis, como pizza e hambúrgueres.

À NÃO SER EM CASOS RAROS
 O glúten pode ser útil para pessoas com doença celíaca. Mas, segundo a nutricionista Nidia da Silva, da USP, só em condições muito específicas, como em casos de...

COMO SABER SE VOCÊ TEM ALERGIA A GLÚTEN

Sinais do que ele pode estar fazendo mal



Sensação de barriga inchada.



Diarreia ou prisão de ventre.



Fatiga excessiva dos músculos, com dor intensa, crises de mal-estar e dorca no abdômen, principalmente após refeições.



Aparece a dermatite relacionada à ingestão de alimentos. De fato, pode provocar anemia.

SE ALIMENTOS QUE NÃO DEVIAM CONTER TRILHAS DE GLÚTEN, TEM VARIAS QUANTIDADES DE GLÚTEN



to em trigo, cevada e vinhas. O trigo foi essencial para o avanço da civilização. Mas por que, então, agora ele virou o grande malfeitor da dieta moderna? Supostamente, por dois motivos: porque a planta mudou, não é mais a mesma, e porque estamos comendo trigo demais.

Para o neurologista americano David Perlmutter, autor do livro *A Dieta do Cérebro*, o problema está nas modificações feitas por agricultores. Na segunda metade do século 20, eles passaram a cruzar vários tipos de trigo para produzir variedades mais fortes e aumentar a produtividade na lavoura. Com isso, a planta sofreu várias modificações.

A mais visível é a estatura. As variedades antigas atingiam mais de um metro. Mas os agricultores passaram a buscar tipos menores, com aproximadamente 40 centímetros, o que facilita a colheita mecanizada. O ciclo de vida da planta também foi modificado. Ele é cada vez mais curto, pois isso permite um melhor aproveitamento da terra (que é liberada mais depressa). Além disso, nas variedades antigas, havia perdas quando os grãos se desprendiam da espiga e caíam no chão. No trigo de hoje, os grãos não se soltam com tanta facilidade.

De fato, as mais de 25 mil variedades de trigo existentes atualmente diferem - e muito - das linhagens selvagens, como o emmer e o einkorn. Esse trigo primitivo não continha glúten, mas era pouco produtivo e ruim para fazer pão. Foi graças a um cruzamento natural com outra gramínea, a *Aegilops tauschii*, que o trigo cultivado atualmente ganhou a presença de glúten.

E isso foi uma coisa boa, tanto que uma das características mais valorizadas no trigo é a chamada "força de glúten", que ajuda muito na produção de pães. "É ela que deixa o pão fofo, alto e bonito. Se não tiver uma força de glúten mínima, o pão não cresce", explica o pesquisador Eduardo Caetano, que trabalha com melhoramento genético na Embrapa Trigo.

As modificações no trigo, e o consequente aumento na produtividade, serviram para abastecer a indústria de alimentos, que passou a utilizá-lo em inúmeros produtos. O trigo é barato, gostoso e nelé é muito usado como espe-

ssante (para dar consistência aos alimentos), e o glúten ajuda a estabilizar os demais ingredientes.

Mas, para alguns médicos, esse processo de desenvolvimento do trigo pode ter ido muito demais, e estar causando efeitos ruins. "O trigo foi esticado, cortado, cortado e recortado, para transformá-lo em algo totalmente singular, quase irreconhecível quando comparado com o original, e mesmo assim ainda sendo pelo mesmo nome: 'trigo'", diz o cardiologista americano William Davis, cujo livro *Barriga de Trigo* ficou 50 semanas entre os mais vendidos nos EUA.

Essa teoria, de que o melhoramento genético do trigo possa ter criado um monstro, é apenas uma teoria - e bastante questionada pelos pesquisadores da área. Isso porque os cruzamentos genéticos ocorrem há milênios e, em alguns casos, aconteceram de forma natural, sem a ação do homem. Não há comprovação científica de que esse processo tenha modificado a forma como o trigo é digerido. Mas há quem acredite que isso possa ter acontecido. "Não há um só sistema no organismo que não seja afetado pelo trigo", ataca Davis. "Da fadiga a artrite, do desconforto gastrointestinal ao ganho de peso, todos [esses males] têm como origem o alimento, de aparência inocente, que cada um de nós come todos os dias", acredita. Fre essa tese, o trigo pode estar nos fazendo mal - e ser o grande responsável pela epidemia de obesidade no mundo (que não é apenas uma questão estética, pois está ligada a uma série de doenças graves, como problemas cardíacos).

O TRIGO NO CÉREBRO

Primeiro, vantagem: vontade incontrolável. A pessoa fica ansiosa, agitada, com uma verdadeira fome de consumir o produto. Quando ela finalmente consegue, uma substância cai na sua corrente sanguínea e vai até o cérebro, onde se encaixa nos receptores opioides - que produzem uma imediata sensação de prazer. Poderíamos estar falando da heroína, uma das drogas mais potentes que existem. Mas estamos falando da gliadina, uma das duas proteínas que formam o glúten (a outra se chama gliatzenina). Ela age sobre os mesmos receptores cerebrais atingidos pela heroína. Da mesma forma que usar uma droga gera a vontade de voltar a usá-la, ingerir trigo pode dar vontade de comer mais.

Esse mecanismo ainda não foi comprovado por nenhum estudo. Mas uma pesquisa recente sugere que, sim, poder haver uma relação direta entre glúten e ganho de peso. Em 2012, pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) testaram dois grupos de ratinhos. Eles tinham as mesmas características genéticas, a mesma idade e receberam alimentação idêntica. Foram tratados de mesma

forma, exceto por uma coisa: os cientistas adicionaram glúten à ração de um dos grupos de ratinhos.

Os resultados foram claros. Após dois meses de experimento, os animais que não haviam ingerido glúten ganharam 11% menos peso que os outros. Já os ratinhos que receberam o glúten, por outro lado, desenvolveram 32% mais gordura abdominal, e sua taxa de glicose no sangue ficou 24% maior. Tudo isso mantendo uma dieta isotérmica, tanto em calorías quanto em alimentos, aos demais ratos. A única diferença era a presença ou ausência de glúten. "Nesse estudo demonstrou que o glúten provavelmente diminui a utilização das reservas de gordura no organismo. Ele também pode levar ao excesso de glicose no sangue", explica a professora de nutrição clínica Fabíola Lacerda, líder do estudo. "Dessa forma, a ingestão de glúten poderia ser um dos fatores que dificultam o tratamento do excesso de peso."

A relação do glúten com o ganho de peso e de gordura corporal tem outra consequência negativa para o organismo: o aumento dos processos inflamatórios. Quando você ganha peso, as suas células de gordura se expandem. Por motivos que ainda não são bem compreendidos, isso desencadeia uma resposta imunológica. O seu organismo manda células de defesa para o tecido gorduroso, onde elas causam pequenas inflamações. E um processo crônico, contínuo, e que pode estar ligado a vários problemas. "Esse processo pode levar à maior propensão para infarto e diabetes do tipo 2 em pessoas obesas", afirma Jacqueline Alvarez-Lette, chefe da equipe de Terapia Nutricional na Obesidade Extrema da UFMG. "Assim, retirar o glúten da dieta poderia amenizar a inflamação causada pela obesidade."

Ainda serão necessários mais estudos, inclusive em humanos, para comprovar essa descoberta. Mas ela é intrigante. Significa que, daqui a alguns anos, o glúten pode se tornar algo tão maléfico quanto o açúcar ou a gordura. Algumas pessoas já precisam evitá-lo a todo custo. Ou sofrer as consequências.

AS VÍTIMAS DO GLÚTEN

Acredita-se que até 6% da população mundial tenha intolerância ao glúten. Para essas pessoas, ingerir alimentos que contenham a proteína é sinônimo de mal-estar e problemas digestivos. Um subgrupo, que reúne 1% das pessoas, tem a chamada doença celíaca. O tema é relativamente novo para o público em geral, e os diagnósticos ainda são escassos: segundo um estudo da Clínica Mayo, nos EUA, 35% dos celíacos nem sabem que têm a doença.

A doença celíaca é uma síndrome autoimune, ou seja, em que as células do sistema imunológico atacam o próprio organismo — um processo desencadeado pela ingestão de glúten. Nesses casos, o con-

sumo de qualquer alimento que contenha a substância deve ser eliminado dos hábitos alimentares. "O consumo do glúten faz com que as células de defesa ataquem o próprio organismo — isso desce as glândulas, causando uma atrofia do intestino", explica o gastroenterologista Flávio Steinwurz, do Hospital Albert Einstein. A doença celíaca é de origem hereditária, ou seja, é transmitida de geração em geração.

Ainda que o tema pareça (e de certa forma seja) novo, a doença celíaca está entre nós há muito tempo. O primeiro relato dela data de 100 a.C., com o médico grego Aretaeos — que a chamou de "diarreia abdominal". Seus escritos foram traduzidos para o latim em 1552, quando a palavra grega para "abdominal", kolikou, foi traduzida para o latim como "coelacis" — de onde deriva o termo celíaco. Mas as reais causas da doença permaneceram obscuras até 1953, quando pesquisadores identificaram a ligação dela com o glúten.

Os sintomas mais típicos da doença celíaca (que, é bom lembrar, só pode ser diagnosticada por um médico) incluem diarreia, desconforto abdominal, vômitos, irritabilidade, falta de apetite e anemia. A longo prazo, o pessoa pode apresentar deficiência de ferro, osteoporose, emagrecimento, dermatites, redução dos níveis de cálcio, alterações hepáticas e prisão de ventre. Algumas pesquisas, no entanto, sugerem que as consequências podem ir muito além do intestino. Um exemplo é a dermatite herpetiforme, uma doença crônica que causa sensação de queimadura e coceira na pele. Descoberta em estudos realizados nos anos 60, ela foi a primeira evidência de que a doença celíaca poderia ter efeitos que vão além do sistema digestivo.

Revelações como essa desencadearam uma série de estudos similares, e a hipótese de que os danos poderiam chegar ao cérebro logo foi levantada. Análises feitas em pacientes com disfunções neurológicas mostraram a prevalência da doença celíaca em um número espantoso de casos: de 10% a 22,5% dos doentes mentais. Inicialmente, acreditava-se que os danos cerebrais poderiam ser causados pela deficiência de vitaminas, em decorrência de



ALTERNATIVAS AO GLÚTEN

Opções de alimentos que não contêm a proteína

ALTERNATIVAS	USOS EM RECEITAS					
	Alimentos e bebidas adoçados	Doce	Sopas e guilotes cremosos	Molhos	Doce	Bebidas adoçadas
	Alimentos de salgado	Sopas e guilotes cremosos com leite ou leite de amêndoas	Sopas e guilotes frios com leite de soja ou leite de trigo	Molhos de massa com leite de ricota	Massas, pizzas, sorvetes, bolos, doces, biscoitos, bolachas, etc.	Bolos e biscoitos com leite de amêndoas, leite de soja, leite de coco, etc.

A CERVALA É DIFERENTE: TEM PROTEÍNAS MÚLTIPLOS TIPOS DE AÇÚCAR COMPOSTOS, ALGUMAS E GLÚTEN; INTERFEREM COM OS NÍVEIS DE ESPACIUM - ESTRUTURAS QUE SÃO TEM-PM E NÍVEL DO DEBIDO E PRODUM DO LACTAMENTO E PRÁZEM.

NÃO É SÓ VÍDEO

Certo, assistir aos vídeos sobre a doença é importante para entender o que acontece no organismo.

SAÚDE

A doença é causada por uma alteração genética que produz um tipo de proteína chamada prolina. Essa proteína se acumula no corpo e causa danos aos órgãos, especialmente ao cérebro. Os sintomas da doença começam a aparecer aos 10 anos de idade e podem levar à morte em alguns anos. Não há cura para a doença.

PREVENÇÃO

Os sintomas da doença aparecem aos 10 anos de idade. Não há prevenção para a doença, mas é importante fazer exames regulares para detectar a doença o mais cedo possível. O diagnóstico é feito através de exames de sangue e de urina.

DIAGNÓSTICO

Para fazer o diagnóstico, o médico coleta uma amostra de sangue e de urina. Os exames são feitos em um laboratório especializado. O diagnóstico é feito através de exames de sangue e de urina.



NÃO ADIANTA CORTAR O GLUTEN DA DIETA E CONTINUAR ABUSANDO DE ALIMENTOS MUITO CALÓRICOS, COMO DO BIFE ÀS CARNEIRAS. O BIFE TEM 30% DE Gordura



uma má absorção de nutrientes. Mas testes posteriores descobriram processos inflamatórios que afetavam o sistema nervoso central - e que poderiam ser desencadeados pela alergia ao glúten.

Um estudo da Universidade de Sheffield, na Inglaterra, encontrou manifestações neurológicas de sensibilidade ao glúten. Entre elas, a chamada ataxia cerebral, que resulta na perda progressiva da coordenação motora e está associada a uma degeneração no cérebro. Durante 11 anos, os cientistas acompanharam 300 pacientes que sofriam dessa doença. Um em cada cinco apresentava sensibilidade ao glúten. Entre os casos mais graves, a porcentagem era ainda maior: 45%. Pacientes com esquizofrenia e autismo também podem ser afetados por proteínas como o glúten e a caseína (presente no leite). Mas isso só acontece quando há outros fatores associados, como deficiências enzimáticas ou alterações no intestino. Nesses casos, o glúten pode chegar ao cérebro e interferir na comunicação entre os neurônios. Por isso, retirá-lo da dieta de esquizofrênicos e autistas pode melhorar a coordenação motora, a comunicação e o uso da linguagem - além de diminuir o déficit de atenção. O mesmo ocorre com a eliminação do leite e de seus derivados. "Não é a cura do autismo pela dieta. O que acontece é uma melhora do quadro clínico e, depois, a estabilidade desse quadro", afirma a nutricionista Nádia Isaac da Silva, autora de uma pesquisa sobre a relação entre hábito alimentar e o autismo. O ganho, ressalta, é gradual e pode levar meses até que a situação apresente alguma melhora.

É SE EU QUISER TENTAR?

Não há grandes prejuízos em escluir o glúten da dieta, segundo o gastroenterologista Elvino Steimwurz. "É possível até que esse hábito melhore a qualidade da alimentação, uma vez que o indivíduo pode substituí-lo por opções saudáveis, como frutas e legumes", afirma. De toda forma, é melhor ter uma dieta balanceada do que cortar apenas um ingrediente e esperar milagres. "Grande parte dos casos de obesidade se deve a uma alimentação desequilibrada e à falta de atividade física", diz a nutricionista Fabíola. "Antes de pensar em qualquer restrição mais drástica, várias mudanças mais básicas devem ser realizadas. A retirada do glúten pode vir a ser um tratamento auxiliar", completa.

Não quem acredite que a culpa pela explosão nas alergias alimentares nem está na comida em si. O que pode estar nos deixando doentes é, acredite, a higiene - o excesso dela. Quem nunca ouviu um pai ou avô dizendo que criança tem mesmo é que se sujar? O corpo humano evoluiu para sobreviver em ambientes imundos, lotados de microrganismos causadores de doenças (na Idade Média, as cidades

europeias tinham fossas a céu aberto). Tanto que, dentro do seu corpo, há cerca de dez vezes mais células "invasoras", vírus e bactérias de todos os tipos, do que células humanas. A melhoria nas condições sanitárias e a invenção dos antibióticos, no século 20, salvaram inúmeras vidas. Mas também podem ter deixado nosso sistema imunológico ocioso, sem muito o que fazer - e pronto para atacar coisas que não são inimigas, como os alimentos. Essa é a chamada "hipótese da higiene", segundo a qual a alergia estaria crescendo porque as crianças de hoje são muito limpas. Segundo um estudo da Universidade de Florença, a menor exposição a micróbios nos primeiros anos de vida pode ser a causa do aumento de alergias alimentares.

Ironicamente, reduzir a exposição ao glúten pode aumentar seus efeitos ruins, principalmente em crianças. Na década de 1980, ele virou vilão da dieta infantil na Suécia. Entre 1984 e 1996, os médicos do país recomendaram que as mães retardassem a exposição dos bebês a papinhas que contivessem a proteína. O resultado foi uma explosão de doença celíaca, que aumentou 300% no período. O organismo das crianças passou a rejeitar o glúten, porque não tinha sido exposto a ele quando estava fabricando os primeiros anticorpos. Hoje, os médicos meios mudaram de opinião, e recomendam que bebês ingiram pequenas quantidades de alimentos com glúten já durante o período de amamentação (a partir dos 5 meses de idade).

Ainda há muito a ser descoberto sobre a ação do glúten no corpo humano. Mas tudo indica que ele não é totalmente inofensivo - nem o terrível vilão que se imagina. Acreditar que uma única substância possa estar na raiz de todos os problemas alimentares modernos pode ser uma aposta perigosa. Até porque você não se alimenta de um único tipo de comida. Além de pouco saudável, seria bem enjoativo. ■

PARA SABER MAIS

Barriga de Trigo

Willgo Diaz. 987. Marília/SP, 2014.

A Dieta do Meio

David Fuhrman. Editora Planeta, 2014.

The Mayo Clinic Diet

Fundação Mayo, 2012.

ANEXO C - REPORTAGEM *MACONHA: REMÉDIO PROIBIDO*

MODO DE USAR

A erva pode fazer mal: isso todo mundo sabe. Mas, para inúmeras doenças graves, sem medicamentos eficazes no mercado farmacêutico, ela é a salvação. Pacientes sentem no corpo seus benefícios – e os malefícios de não poderem se medicar livremente no Brasil. Em outubro, nos cinemas, a SUPER conta num filme a história de pessoas que lutam contra a ilegalidade para receberem tratamento.

REPORTAGEM
 Carla Almeida
 ILUSTRAÇÃO
 Dado Gouveia
 DESIGN
 Paulo Pires
 EDIÇÃO
 Dora Pires-Rangelson

EM JANEIRO DESTE ANO, uma garotinha brasileira de 5 anos viu suas convulsões cessarem. Anny enfrentava até 80 crises por semana (número equivalente a uma crise a cada duas horas), causadas por uma rara síndrome genética, a CDKL5, que desencadeia um tipo grave e incurável de epilepsia. Remédios pesados faziam parte da rotina, mas sem resultados. O antídoto para as convulsões estava num óleo à base de cannabis (CBO), componente extraído da maconha, sem qualquer efeito psicoativo. Katiele Bortoli e Norberto Fischer, mãe e pai dela, ouviram falar do caso de uma menina americana, portadora da mesma síndrome, que estava controlando as convulsões com CBO. Apesar de nunca terem imaginado que maconha poderia ser remédio, decidiram arriscar. Compraram a substância de um laboratório dos Estados Unidos, enviada ilegalmente para o Brasil. Em apenas nove semanas de tratamento, o diário onde os pais anotavam as crises ficou limpo. 

* Ver reportagem sobre Paulo Pires e Dora Pires em www.veja.com.br

Três meses depois, quando as ampolas do óleo acabaram, os registros de ataques epiléticos voltaram a aparecer no papel. A remessa seguinte do produto não foi entregue: ficou retida na Receita Federal. Por ser derivado da *Cannabis sativa*, nome científico da maconha, o CBD está na lista de substâncias proibidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), órgão que controla o uso de substâncias no Brasil. A impossibilidade de continuar o tratamento comoveu e revoltou o País. Kátiele, que viu a filha voltar a convulsionar, não teve medo de torturar o caso público assumindo que, perante a lei, ela era traficante. E continuaria sendo, para garantir a saúde e a qualidade de vida da filha.

Anny teve sua primeira convulsão aos 45 dias de vida, nos braços da mãe. Quando ela completou 3 anos, as crises começaram a atacar o tempo inteiro, deixando a criança completamente debilitada, sem condições de se desenvolver. O CBD, enfim, era uma esperança. Proibida.

O caso de Anny e o uso medicinal da maconha ganharam espaço em jornais, revistas e programas de televisão em 2014. As pessoas se engajaram na causa. Mesmo as propriedades médicas da erva sendo milenarmente conhecidas e seu uso para fins medicinais ser legalizado em países como Canadá e parte dos Estados Unidos, a discussão nunca havia chegado com força ao Brasil. Um assunto sobre o qual reinava o silêncio acabou se revelando como uma possibilidade para centenas de milhares de brasileiros, não só crianças com síndromes raras. Pessoas que sofrem com esclerose múltipla, epilepsia, dores crônicas e até mesmo as que fazem quimioterapia e nem imaginavam que o uso de maconha poderia ser útil, ficaram sabendo de uma terapia alternativa aos tratamentos.

A pressão popular foi tanta que o presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, chegou a anunciar que o composto sairia da ilegalidade, o que acabou não sendo cumprido. O único efeito colateral conhecido do CBD é sono — muito mais leve do que as reações causadas por drogas tarja preta prescritas pelos médicos. Anny tomou,

MACONHA MEDICINAL NO MUNDO

Brasil foi o primeiro país do mundo a legalizar o uso medicinal da planta. Uruguai, o último — por enquanto. Fique por dentro da legislação de cada um dos países que permitem o tratamento de pacientes com cannabis e seus derivados.

LEGENDA

-  PACIENTES PODEM USAR PLANTA IN NATURA COMO MEDICINAÇÃO.
-  PACIENTES PODEM USAR REMÉDIO À BASE DE MACONHA.
-  NA ÚLTIMA LEGALIZAÇÃO DE MEGONHA NO PAÍS.

AMÉRICA DO NORTE

1. CANADÁ

2001 O país já tem 37 mil pacientes usando uso regular da maconha. Há indicações de todos os tipos disponíveis.

2. ESTADOS UNIDOS

A PARTIR DE 1996 23 Estados mais a capital legalizaram o uso medicinal. Federalmente, a maconha não tem propriedades terapêuticas reconhecidas.

AMÉRICA DO SUL

3. URUGUAI

2013 A maconha é legal no Uruguai. A partir de 2016, pacientes de qualquer doença, contanto que tenham prescrição, poderão plantar e comprar remédios nos territórios.

4. CHILE

2014 A partir de 2016, pacientes poderão receber remédios de maconha gratuitamente, oferecidos por um projeto-piloto do governo. Em setembro, foi aprovada a primeira lei para cultivo.

entre outras medicações. Depakene, aprovada pela Anvisa, indicada para pacientes de epilepsia. A bula possui um tópico dedicado a advertências, que alerta para reações adversas graves como: diminuição das plaquetas, anormalidade na coagulação do sangue, insuficiência hídrica no fígado e no pâncreas, excesso de amônia no organismo, que pode causar perturbações no cérebro também fatais, atrofia cerebral e comportamentos suicidas. "Foi a primeira medicação que tiramos quando o CBD começou a funcionar. Ela tomou a vida toda", conta Fischer.

A família conseguiu uma ordem judicial e Anny foi a primeira paciente do Brasil a ter autorização para importar um medicamento à base de maconha. Após dez meses de tratamento, os avanços dela estão cada vez mais visíveis. "Se comparada com outras crianças, ela ainda parece muito debilitada, mas, quando comparada com ela mesma, a transformação é incrível", comemora Kátiele. "Ela não emita nenhum som, não tinha expressão nem movimento. Hoje ela consegue segurar o pescoço, chora, ri, reclama", completa. A última crise que ela teve foi no dia 3 de maio.



Foi o jornalista Tarso Azeite que Katielê contou sua história pela primeira vez, numa entrevista para o especial A Revolução da Maconha, da SUPER, quando o editor estava em busca de um paciente de epilepsia que se tratasse com maconha no País. "Eu fiquei sensibilizado com a história da Katielê. Era um absurdo que ela não pudesse medicar a filha, isso me mobilizou, não só profissionalmente, mas pessoalmente", conta o jornalista. A colaboração dele não parou numa reportagem: acionou um advogado para ajudar a família, criou a campanha

Repetuse para difundir informações sobre cannabis medicinal e chamou os amigos Raphael Erichsen e Rodrigo Braga para fazer um filme. No final de março, lançaram o curta *Legal*, peça responsável por alavancar a história pelo País. A repercussão mostrou como o assunto é, ao mesmo tempo, tabu e mobilizador. Deu fôlego para a produção de um documentário, em parceria com a SUPER, que estará nos cinemas este mês. Nele, estão traçadas as trajetórias de pessoas que lutam para se medicar legalmente, ou para cuidar de seus filhos, como é o caso de

Katielê. "A família foi muito corajosa, eles não deram para trás em nenhum momento. Estavam dispostos a fazer o que fosse preciso para garantir que a Army tivesse direito ao medicamento que estava salvando a vida dela", lembra Tarso.

LEGALIDADE VICIOSA

Hoje, no Brasil, a burocracia é a seguinte: para utilizar substâncias listadas como proibidas é preciso fazer uma solicitação de importação à Anvisa, que inclui laudo e parecer médico. Mas, justamente por serem proibidas, os médicos não

DOENÇAS E SINTOMAS ALIVIADOS COM MACONHA

A planta geralmente não cura, mas pode retardar o avanço de doenças, controlar sintomas e complementar os tratamentos convencionais. É eficaz contra alguns males e parece promissora contra outros. Há poucas pesquisas e muito por descobrir.

OS RESULTADOS PARECEM PROMISSORES

Apesar da escassez de pesquisas, já há registros de que a maconha pode ser útil para muitas doenças.

	DOENÇAS NEUROLÓGICAS	DOENÇAS INFLAMATORIAS	DOENÇAS VIRAIS	OUTROS
AIDS Combate sintomas e efeitos colaterais do tratamento, como náusea e perda de apetite.	DOENÇA DE CRIBIN A maconha ameniza náuseas e dores intensas e pode atacar (e até erradicar) as células que provocam a infecção.	EMBRAGA Ajuda a induzir o sono, além de permitir noites mais tranquilas - o que pode ser útil no tratamento de estresse pós-traumático.	LEUCEMIA Útil para o alívio dos efeitos colaterais da quimioterapia. Testes em animais mostraram que canabinóides podem matar células cancerígenas e até destruir tumores.	PAINÉIS Pode diminuir os transtornos e melhorar o humor e o sono.
HEPATITE C Alguns pequenos estudos mostram que a depressão e as dores musculares, causadas pelos fortes remédios.	DORES CRÔNICAS E ATQUE DE MIGRAÇÃO A maconha tem poder analgésico para tratar dores persistentes, inclusive as causadas pelo sistema nervoso. Reduz o consumo de outros remédios.	ALZHEIMER Canabinóides podem desorientar o avanço do Alzheimer e outras formas de demência.	ANSIEDADE Ajuda pessoas com estresse ou trauma recente. Mas, se a pessoa usar maconha por muito tempo, o corpo deixa de produzir as substâncias analgésicas naturalmente.	SÍNDROME DE TUBÉRCULOSE Pesquisas apontam para redução dos líques.
EPILEPSIA O canabidiol reduz significativamente os ataques epiléticos em pessoas que têm doenças resistentes a outros tipos de tratamento, como a síndrome de Dravet.			GLAUCOMA Diminui a pressão intraocular, mas o resultado dura pouco e os efeitos colaterais pela dosagem são muitos. Pesquisas tentam encontrar uma forma segura de administrar maconha.	

LEVITAMIN MULTIPLES Reduz espasmos, fadiga de sono e rigidez muscular. Mas pode aumentar a perda de memória e déficit de atenção, assim como a quem tem a doença.

COCA Ao contrário do tabaco, o THC dilata os brônquios. Maconha vaporizada dá alívio semelhante ao das bombinhas.

AUMENTOU O INTERESSE
 O número de estudos com maconha sobe consideravelmente. Mas ainda são muito poucos e escassos.
 Fonte: PubMed

Ano	Número de estudos
1983	0
1984	0
1985	0
1986	0
1987	0
1988	0
1989	0
1990	0
1991	0
1992	0
1993	0
1994	0
1995	0
1996	0
1997	0
1998	0
1999	0
2000	0
2001	0
2002	0
2003	0
2004	0
2005	0
2006	0
2007	0
2008	0
2009	0
2010	0
2011	0
2012	0
2013	0
2014	0

tem permissão para prescrevê-las e correm o risco de terem o registro profissional cassado pelo Conselho Federal de Medicina. A proibição da maconha no País também faz com que não seja fácil ter acesso à planta para o desenvolvimento de pesquisas. E é justamente pela escassez de estudos que a Anvisa alega ser inviável liberar o uso medicinal. Enfim: não tem pesquisa porque é proibido, e é proibido porque não tem pesquisa. Um ciclo vicioso que entrava o conhecimento científico, deixa os médicos de mãos atadas e limita o acesso dos pacientes à saúde.

Desde o caso da Anny com o CBD, a Anvisa recebeu 77 pedidos de importação de derivados de maconha por pacientes (número fornecido pela agência no início de setembro). Destes, 58 foram aprovados, sete estão em análise, outros sete necessitam completar as exigências de informação solicitadas e um foi arquivado. Dois casos foram liberados por autorização judicial, um deles o da estudante de Terapia Ocupacional Juliana Parolinelli, que sofre de dor crônica. Ela foi a primeira paciente no Brasil autorizada a importar o medicamento Sativex, que contém 45% de Tetra-hidrocanabinol (THC), substância psicoativa da maconha que é eficaz no alívio da dor. Outros dois casos terminaram em morte. Um deles é o do menino Gustavo, de 1 ano, que sofria com a síndrome de Dravet. O processo para sua mãe, Camilla Guedes, conseguir a liberação na Anvisa demorou um mês. Após a liberação, o produto ainda passou dez dias retido na Receita Federal. A criança, que só conseguiu usar o CBD por nove dias, tempo insuficiente para dar resultado, morreu após uma série de convulsões graves.

A Anvisa afirma que o tempo médio para a análise tem sido de uma semana. Em maio, a reunião que definiu a reclassificação do CBD, passando da lista de proibidos para controlados, e facilitaria a vida dos pacientes uma vez que os médicos poderiam receitá-lo, foi adiada. A agência

informou que o assunto continua sem previsão de remessa para pauta neste momento. Por meio de nota, complementou: "Estamos falando de um produto sem análise de segurança e eficácia no País, já que até hoje nenhum laboratório solicitou o seu registro no Brasil. Por essa razão, uma condição fundamental para a importação por pessoa física é que exista um laudo de um profissional médico. Nesse caso é o médico que assume a responsabilidade pelo uso do produto e pelo estabelecimento das dosagens".

Para os pesquisadores, a situação também é difícil, mas está melhorando. "Do meio do ano para cá, a Anvisa clareou os trâmites, ficou mais fácil importar", conta o biólogo Renato Filev, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que estuda o uso de maconha para ajudar a controlar a dependência de álcool. O processo de importação era tão complicado e caro que não valia a pena.

Há dois anos, o pesquisador Lucas Maia, que faz estudos com canabinoides na mesma universidade, tentou seguir os procedimentos da Anvisa, mas só para a agência receber a documentação eram mais de R\$ 5 mil. Todos os custos somavam cerca de R\$ 10 mil, a serem pagos com o dinheiro da bolsa de financiamento da pesquisa. "A gente precisava usar dinheiro público para bancar a demanda de órgãos públicos", ironiza. Atualmente, o valor cobrado pela vigilância sanitária é de R\$ 1.800, fora as taxas de tributação e transporte da Receita Federal. E, a partir da entrada das substâncias no País, o prazo de liberação do material estabelecido pela agência é de 24 horas. Para a avaliação dos documentos, entretanto, não há prazo definido.

Há outros caminhos para conseguir as substâncias que são proibidas no Brasil. Um deles é fazer convênios com a Polícia Civil ou Federal para utilizar droga apreendida. O problema é a falta de controle na qualidade do material repassado para as pesquisas. "Não tem rigor farmacêutico. Uma vez, pedimos

DESDE O CASO DA ANNY COM O CBD, A ANVISA RECEBEU 77 PEDIDOS DE IMPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS DERIVADOS DE MACONHA.



coconha e eles nos enviaram pasta base", critica Filev. Outra possibilidade é contar com pesquisadores como José Crippa, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP), que recebe os canabinoides como doação do laboratório THC Pharm, em Frankfurt, na Alemanha, interessado em apoiar a produção de conteúdo científico sobre o tema. Apesar da substância ser gratuita, custa caro trazê-la. "Nos arcamos com os custos de transporte, taxas de importação e exportação, despachante e taxas alfândegárias - isso tudo acaba tendo um custo razoavelmente elevado", conta Crippa, médico com doutorado em saúde mental. Ele colabora fornecendo CBD para pesquisadores parceiros.

O biólogo Renato Filev lamenta, ainda, a falta de interesse de outros médicos e pesquisadores da área de saúde nas pesquisas sobre drogas, especialmente

O CBD ESTÁ EM ALTA, MAS O THC TAMBÉM TEM PROPRIEDADES MEDICINAIS. ALIVIA DORES, AUMENTA O APETITE E MELHORA O SONO.



no estudo de seus possíveis benefícios. "Seria fundamental que médicos estivessem empenhados em pesquisar e fazer estudos clínicos com maconha, estudando novas possibilidades de tratamento. Mas são raros", lamenta Filev. Há consenso com relação aos benefícios à saúde de canabinóides isolados, mas muitos médicos não acreditam que maconha possa ser uma opção de tratamento.

ERVA MALDITA?

Um exemplo de instituição médica que é contra o uso medicinal da maconha é a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), rejeitando qualquer tipo de utilização da erva no tratamento de pacientes. Publicaram um manifesto contra a legalização, e lá consta: "Usar o falso pretexto de que a maconha faz bem é ingênuo e perverso. O que pode eventualmente vir a ser útil são substâncias extraídas da maconha, sem

características alucinógenas, como ocorre com o canabidiol, vendido em formulações a óleo e spray. A maconha fumada não possui nenhuma evidência científica com relação a sua eficácia terapêutica". O texto também afirma que a droga, quando fumada, piora todos os quadros psiquiátricos, como depressão, ansiedade e bipolaridade, e multiplica a incidência de desenvolvimento de esquizofrenia. Mesmo procurada inúmeras vezes pela equipe da SUPER para entrevista, a ABP não se manifestou sobre o assunto para a reportagem.

Maconha certamente tem contraindicações. Pacientes que tenham tendências a surtos psicóticos devem evitar o uso, porque o THC pode ajudar a desencadear alguma crise. Há também problemas relacionados ao uso crônico e excessivo, como dificuldade para memorização e desmotivação para as atividades diárias, e os riscos são maiores com usuários mais jovens. Mas isso não quer dizer que não existam médicos a seu favor. O psiquiatra Luiz Fernando Tofoli, pesquisador da Universidade de Campinas (Unicamp), escreveu um manifesto a favor da legalização da droga, assinado por cem médicos das mais diversas especialidades espalhados por todo o País. "A proibição é perversa, por prejudicar o acesso aos benefícios médicos desta planta cujos registros de uso curativo remontam há cerca de 5 mil anos", aponta o texto. Em entrevista, o psiquiatra comenta que considera o posicionamento da ABP irresponsável. "Não há evidências científicas que comprovem que a maconha agrave todos esses quadros psiquiátricos. Inclui, pesquisas apontam para propriedades antidepressivas e antipsicóticas", explica.

Ela também é eficaz contra dores crônicas e nas articulações, espasmos, convulsões, dentre outras complicações. O psiquiatra Elisaldo Carlini, um dos mais importantes pesquisadores da maconha no Brasil, que estuda o assunto há 40 anos, considera os benefícios inquestionáveis - sem negar os malefícios. Por isso, fundou o Macombabras, grupo de

pesquisa da Unifesp que trabalha com canabinóides, do qual Renato Filev e Lucas Maia também fazem parte. Hoje, a maconha tem sido estudada como alternativa até para tratar a dependência de drogas, em políticas de redução de danos, por suas possíveis capacidades de reduzir a depressão e a ansiedade, que contribuem para a dependência, e ajudar a melhorar o sono e o apetite. E não seria necessariamente trocar um vício pelo outro. Maconha tem muito potencial para causar dependência química. O professor Carlini, inclusive, salienta que dependência é possível desenvolver por qualquer substância, se a pessoa estiver psicologicamente vulnerável. "Há trabalhos descritos na literatura sobre a dependência de cenoura - algumas pessoas tiveram séria crise de abstinência. Em relação à maconha, há casos registrados de dependência, mas eles não são frequentes, se considerarmos a imensa população mundial de usuários", esclarece.

Apesar de o CBD estar em evidência por não "dar barato", o THC também tem importantes propriedades medicinais, como o alívio de dores, náuseas, aumento do apetite e melhora do paladar, devolução da qualidade do sono, dentre outros benefícios. Alguns pacientes se incomodam com as reações mentais da substância, que, por algumas horas, pode reduzir as habilidades de coordenação motora e concentração e deixar a percepção da realidade distorcida. Mas a psicóloga norte-americana Amanda Reiman, gestora de políticas sobre drogas da Califórnia e especialista em redução de danos, garante que há alternativas. "Se o paciente não gosta desses efeitos, é possível tentar medicações com níveis maiores de CBD e menores de THC. Além disso, se a dor é localizada, como nas articulações, são recomendados loções ou cremes, que não possuem qualquer efeito psicoativo", esclarece. Ela ainda critica: há resistência à maconha, mas, nas farmácias, há medicamentos legalizados que causam as mesmas reações mentais, alguns até alucinógenos, como os opióides, prescritos para a dor, as benzodiazepinas,

ATUAÇÃO DA MAÇONHA NO CORPO

Temos receptores específicos para reconhecer as substâncias da maconha. Eles compõem o sistema endocanabinoide, que pode explicar por que o plantio afeta tantas funções no organismo.

É possível que os endocanabinoides dos **NÚCLEOS DA BASE** atuem na **REGULAÇÃO DA ATIVIDADE MOTORA**. Isso também explica alguns dos efeitos da maconha, como a tendência a se mover mais devagar, por exemplo.

O **NEOCÓRTEX** é responsável pelo raciocínio, a abstração e o planejamento. Aqui, pesquisadores acreditam que uma das funções dos canabinoides seja **REGULAR O CICLO DO SONO**. Se isso for confirmado, pode explicar a sensação de sonolência causada pela maconha.

CONCENTRAÇÃO DE RECEPTORES ENDOCANABINOIDES

Veja as áreas do novo corpo onde a maconha tem mais influência.

O **HIPOTÁLAMO** coordena **funções vitais**, como o ritmo e é responsável pelo **APETITE**. A anandamina, um dos endocanabinoides já conhecidos, interfere nessas funções, assim como o THC. Ai começa a fome (ou a falta).

O **HIPOCAMP** lida com a **MEMÓRIA**. As emoções, com as **MEMÓRIAS AFETIVAS** e o **SENSO DE PÉSSIMO**. O giro do cíngulo controla o **DOLORE** e o **ANSIOSIDADE**. Os cientistas agora querem saber se os pontos receptores nessas regiões de relação com transtornos de ansiedade, estresse pós-traumático, fobias e dor crônica. Por esse razão, a maconha é estudada como opção de tratamento para essas doenças.

No **CEREBELO**, os endocanabinoides interferem no **COORDENAR** o que também explica o desequilíbrio causado pela maconha.

O **TRONCO ENCEFÁLICO** controla a **RESPONSA DE ESTÍMULO**, **MENTE**, **CAJINGONIA** e **DESEJO**. Cientistas especulam que a presença de receptores nessa parte do cérebro faz com que a maconha ajude no controle da náusea.

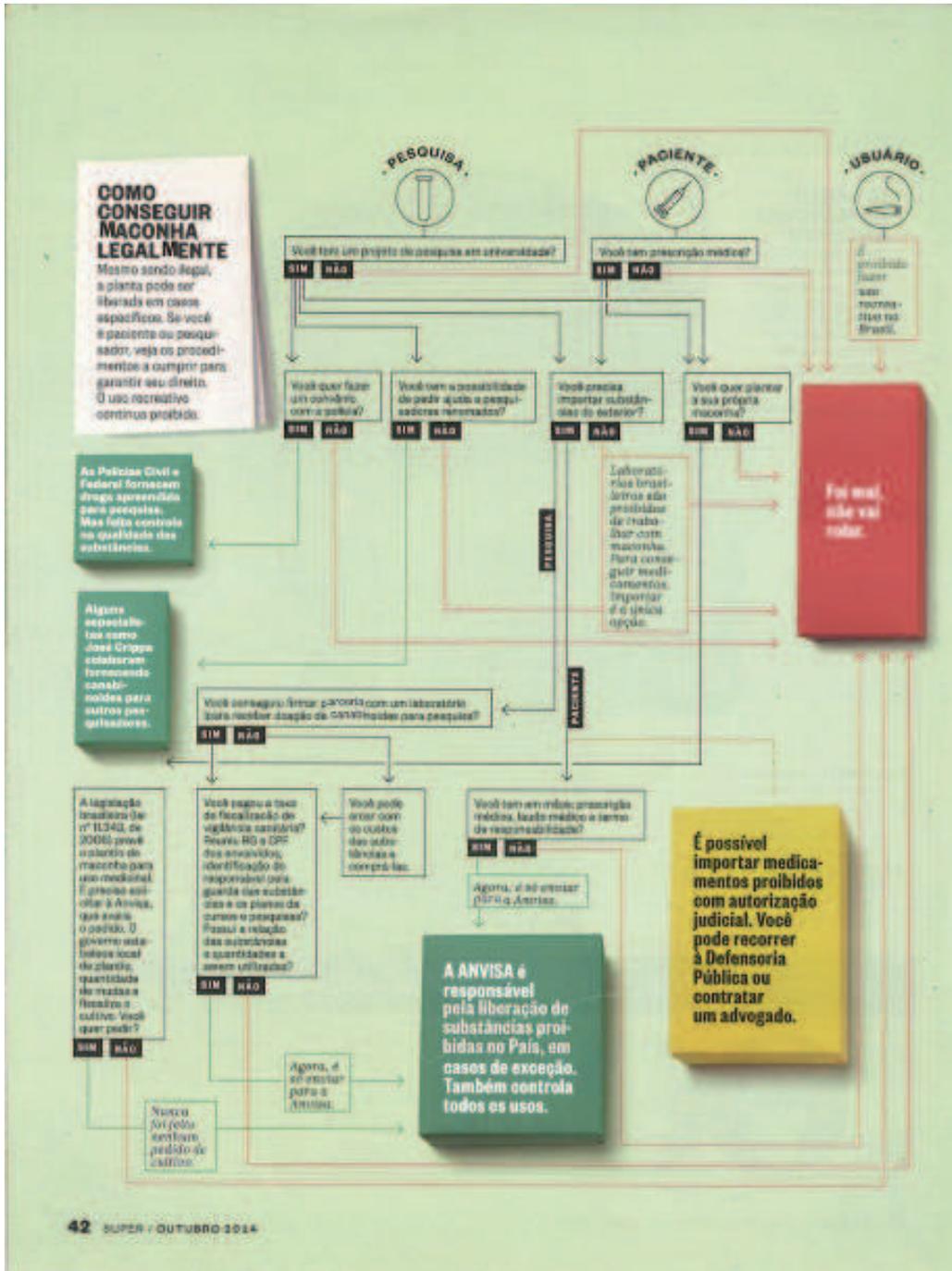
FUNCIONAMENTO DOS ENDOCANABINOIDES O papel desse sistema, que atua no cérebro, é funcionar como regulador.



A. Os neurotransmissores liberados pelo neurônio se unem aos receptores, aumentando a liberação de neurotransmissores. A adormecida de neurotransmissores de fuga por exemplo.

B. Os canabinoides liberados pelo neurônio se unem aos receptores, diminuindo a liberação de neurotransmissores. Isso acontece, por exemplo, quando se está com medo.

C. Também ocorre quando o neurônio se encontra com o neurônio seguinte. Isso acontece, por exemplo, quando se está com medo.



usadas como relaxantes musculares; e os antidepressivos e ansiolíticos mais frequentemente receitados.

HÁ MILÊNIOS NO MUNDO

Dá a impressão de que o assunto é novo, já que há pouco se falava sobre as terapias com maconha. Mas não é de hoje que se conhece suas propriedades medicinais. A cannabis consta nos tratados médicos das mais antigas civilizações. Era amplamente utilizada na Mesopotâmia, na Pérsia, na Índia, na China, para tratar as mais diversas doenças. Há mais de 3 mil anos - e até antes, praticamente. Seu uso só foi proibido mundialmente em 1961, durante convenção das Nações Unidas contra substâncias estupefacientes. Antes disso, os médicos prescreviam maconha em suas receitas, como conta o psiquiatra Elisaldo Carlini. "Na época em que meu avô era médico, no começo do século 20, ele a receitava para os pacientes com insônia e até com asma, por ser broncodilatadora", lembra. "É um dos mais valiosos medicamentos que a medicina descobriu, capaz até de aliviar dores causadas por distúrbios no próprio sistema nervoso."

Foram essas propriedades nobres que fizeram dezenas de países no mundo inteiro reabrirem o debate sobre maconha medicinal, mesmo contra a vontade da ONU. Nas últimas duas décadas, pacientes, médicos e a comunidade científica se mobilizaram pelo direito ao uso da planta. E, graças à mobilização, conseguiram garantir tratamento para quem precisa nas mais variadas formas: em comprimidos, em óleos e loções, na planta in natura e até mesmo com produção de alimentos.

No Estado norte americano da Califórnia, a maconha medicinal é legalizada há 18 anos. Dos 50 Estados americanos, 23 mais o distrito onde fica a capital Washington possuem legislação para o uso médico da planta. Como o governo federal ainda não reconhece seu uso médico, os usuários correm riscos de sofrerem punição se estiverem consumindo ou portando a droga além da fronteira do seu Estado. Mas, uma vez

lá, basta apresentar uma receita médica na farmácia mais próxima para comprar maconha na forma que considerar mais adequada. "Temos muitos produtos diferentes porque os pacientes têm necessidades diferentes. Os que precisam de alívio imediato da dor preferem inalar o medicamento. Outros precisam de um alívio mais duradouro, então preferem tomar o remédio por via oral", conta a psicóloga Amanda. Entretanto, quando a maconha é ingerida em alimentos, uma opção dos pacientes, a dificuldade de controlar a dosagem é maior, porque os efeitos não são imediatos.

Apesar de bem difundida nos Estados Unidos, a possibilidade de prescrever maconha ainda inexistente para muitos médicos, que não fazem ideia das propriedades da erva, que pode ser uma alternativa mais barata e eficaz, e com menos efeitos colaterais que os tratamentos disponíveis. Ao contrário dos remédios tradicionais, a maconha pode agir em várias frentes. Por exemplo, em vez de propor um comprimido para náuseas, outro para melhorar o apetite e mais um para dar conta do humor de alguém que passa por quimioterapia, a maconha, por si só, pode atuar sobre os três sintomas,

com poucos efeitos colaterais além do efeito psicoativo. Mas a intensa maioria dos pacientes de câncer passam por todo o tratamento sem nem ouvir do seu médico essa possibilidade. "Essas informações não são ensinadas nas escolas de medicina, então os médicos não são expostos a todo o conteúdo científico que já foi produzido em torno da maconha. Muitas vezes são os pacientes que ensinam os médicos sobre maconha medicinal", alerta Amanda.

No Uruguai, a maconha foi legalizada em dezembro do ano passado, e os usos medicinal, recreativo e industrial devem ser regulados até 2015. A médica Raquel Peyraube trabalha há dez anos pela legalização e hoje é assessora do governo uruguaio. De acordo com ela, há diversos especialistas participando da regulamentação da lei. "Nos estamos definindo como será feito desde o cultivo

**ANTES DA
MACONHA SER
CONSIDERADA
ILEGAL, ELA
ERA RECEI-
TADA PELOS
MÉDICOS E
AMPLAMENTE
UTILIZADA
NA MEDICINA
ORIENTAL.**



até a exportação", explica. O principal objetivo da medida é neutralizar o narcotráfico no país. "É responsabilidade do governo proteger a população dos perigos da ilegalidade, como a péssima qualidade da maconha do tráfico e o crime organizado", aponta Peyraube. A ideia é criar um produto competitivo, com todos os processos sendo controlados pelo Estado. "Os usuários vão contar com opções de alta qualidade e com preço acessível, ou plantar por conta própria, se preferirem. Nos remédios, vão constar a dosagem exata de cada componente." Por mais que parte da população seja contra a legislação tão liberal, o posicionamento do governo é muito claro. "O Uruguai é um Estado laico. Não podemos deixar que se decida moralmente ou religiosamente o que é melhor ou pior para nós", completa a médica. Quando o assunto é saúde, o único critério deve ser a ciência. 